28/09/2023

Número: **0000983-68.2013.8.18.0033**

Classe: **AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO**
Órgão julgador: **8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina**
Última distribuição : **08/07/2013**
Valor da causa: **R$ 0,00**
Assuntos:
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL (AUTOR)	
EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA (REU)	ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA (ADVOGADO)
FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR (REU)	PEDRO NATHAN ANDRADE ALENCAR ROCHA SOUSA (ADVOGADO) ANA TERRA GONCAGA SILVA (ADVOGADO)
LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO (REU)	ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA (ADVOGADO)
LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO (REU)	JOAO MARCOS ARAUJO PARENTE (ADVOGADO) HILTON ULISSES FIALHO ROCHA JUNIOR (ADVOGADO)
EDNARDO FARIAS ALBURQUERQUE (VÍTIMA)	
JOEL HELYSSON DE FARIAS SOARES (TESTEMUNHA)	
FÁBIO FONTES DA SILVA (TESTEMUNHA)	
DAENIO CASTRO SILVA (TESTEMUNHA)	
BRUNO CÉSAR LIMA DA SILVA (TESTEMUNHA)	
CLAUDIO MEDEIROS SILVA (TESTEMUNHA)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
46393251	13/09/2023 10:01	MANIFESTAÇÃO	MANIFESTAÇÃO
46245254	09/09/2023 20:56	Sistema	Sistema
46185337	06/09/2023 16:17	Auto de Entrega de Objeto Apreendido	Auto de Entrega de Objeto Apreendido
46050848	04/09/2023 23:40	Petição	Petição
46018336	04/09/2023 13:31	Manifestação	Manifestação
46018340	04/09/2023 13:31	MEMORIAIS ESCRITOS Luardo e Everaldo	Manifestação
45796737	30/08/2023 13:38	Petição	Petição
45797648	30/08/2023 13:38	alegacoes finais escritas francisco de oliveira	MANIFESTAÇÃO
45548620	25/08/2023 08:02	Manifestação	Manifestação
45160439	17/08/2023 10:41	Certidão	Certidão
45152474	17/08/2023 09:40	Alegações finais	Manifestação

45152486	17/08/2023 09:40	0000983-68.2013 - ALEGAÇÕES FINAIS - TORTURA - FRANCISCO OLIVEIRA SILVA JUNIOR E OUTROS	Manifestação
45016560	14/08/2023 12:44	MANIFESTAÇÃO	MANIFESTAÇÃO
44722483	07/08/2023 12:44	Intimação	Intimação
44722138	07/08/2023 12:41	Certidão	Certidão
44374977	05/08/2023 21:30	Ata da Audiência	Ata da Audiência
44475906	01/08/2023 14:30	ciente MP	Manifestação
44332250	28/07/2023 16:12	MANIFESTAÇÃO	MANIFESTAÇÃO
44316858	28/07/2023 12:43	Intimação	Intimação
44315043	28/07/2023 12:32	Despacho	Despacho
44314515	28/07/2023 12:22	Sistema	Sistema
44301475	28/07/2023 10:26	Petição	Petição
44301478	28/07/2023 10:26	RENUNCIA - LUCAS E EVERALDO - DR.RODRIGO	Petição
44246076	27/07/2023 10:55	Intimação	Intimação
44197729	26/07/2023 13:02	Despacho	Despacho
44197718	26/07/2023 12:38	Sistema	Sistema
44190708	26/07/2023 11:39	MANIFESTAÇÃO	MANIFESTAÇÃO
44190710	26/07/2023 11:39	REDESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA	MANIFESTAÇÃO
43809918	18/07/2023 11:47	Diligência	Diligência
43809922	18/07/2023 11:47	Cláudio Medeiros Silva 18 07 23	Diligência
43519994	11/07/2023 17:31	MANIFESTAÇÃO	MANIFESTAÇÃO
43449536	10/07/2023 16:15	Diligência	Diligência
43449540	10/07/2023 16:15	Lucas Klinger Marinho Leitão Whats App	Diligência
43336736	07/07/2023 09:11	CIENTE MP	Manifestação
43312432	06/07/2023 14:57	Ciência	MANIFESTAÇÃO
43295493	06/07/2023 11:46	Certidão	Certidão
43295498	06/07/2023 11:46	Oficio 543-2023	Ofício
43275336	06/07/2023 09:06	Intimação	Intimação
43235568	05/07/2023 12:03	Sistema	Sistema
43235548	05/07/2023 12:03	Intimação	Intimação
43180705	04/07/2023 13:36	Sistema	Sistema
43180700	04/07/2023 13:36	Intimação	Intimação
40643416	16/05/2023 14:57	Despacho	Despacho
40643134	10/05/2023 12:28	Sistema	Sistema
39467989	18/04/2023 00:01	Despacho	Despacho

38441568	21/03/2023 09:04	Manifestação	Manifestação
38440354	21/03/2023 08:53	MANIFESTAÇÃO	MANIFESTAÇÃO
37642642	03/03/2023 08:11	MANIFESTAÇÃO	MANIFESTAÇÃO
37614482	02/03/2023 13:08	Intimação	Intimação
36604977	07/02/2023 18:21	Despacho	Despacho
32093300	20/09/2022 11:29	MÍDIAS DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO	Certidão
32046066	19/09/2022 13:48	Ata da Audiência	Ata da Audiência
32046071	19/09/2022 13:48	SEI_TJPI - 3618305 - Termo de Audiência	Ata da Audiência
32010775	19/09/2022 08:32	Habilitação e diligências	MANIFESTAÇÃO
32011818	19/09/2022 08:32	Substabelecimento	PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS
31713026	09/09/2022 16:43	PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS	PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS
31713353	09/09/2022 16:43	Documento_1662727850835	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
31713355	09/09/2022 16:43	scan aa	PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS
31713356	09/09/2022 16:43	scan a1	PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS
31713357	09/09/2022 16:43	WhatsApp Image 2022-09-09 at 13.53.44 (1)	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
31526817	05/09/2022 11:53	Gravação de Audiência	Certidão
31403181	01/09/2022 11:30	PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS	PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS
31033134	23/08/2022 15:06	Substabelecimento	Substabelecimento
30942856	22/08/2022 09:01	CIENTE MP	Manifestação
30883912	19/08/2022 09:37	Intimação	Intimação
30882376	19/08/2022 09:27	Petição Inicial	Petição Inicial
30882801	19/08/2022 09:27	Oficio 565-2022	Ofício
30860932	18/08/2022 17:58	Diligência	Diligência
30860934	18/08/2022 17:58	joel helysson de farias soares	Diligência
30839271	18/08/2022 12:44	Certidão	Certidão
30839708	18/08/2022 12:44	Informação sobre impossibilidade de comparecimento do réu Lucas Klinger.	Informação
30731869	16/08/2022 12:26	Diligência	Diligência
30731871	16/08/2022 12:26	fabio fontes da silva	Diligência
30715341	16/08/2022 08:33	Diligência	Diligência
30715342	16/08/2022 08:33	claudio medeiros	Diligência
30715327	16/08/2022 08:30	Diligência	Diligência
30715330	16/08/2022 08:30	claudio medeiros	Diligência
30567962	10/08/2022 12:09	Diligência	Diligência
30567965	10/08/2022 12:09	DAENIO CASTRO SILVA	Diligência

30567954	10/08/2022 12:08	Diligência	Diligência
30567957	10/08/2022 12:08	DAENIO CASTRO SILVA	Diligência
30566691	10/08/2022 12:03	Diligência	Diligência
30567444	10/08/2022 12:03	BRUNO CÉSAR LIMA DA SILVA	Diligência
30453600	08/08/2022 11:51	Sistema	Sistema
30453598	08/08/2022 11:51	Intimação	Intimação
30453597	08/08/2022 11:51	Intimação	Intimação
30453596	08/08/2022 11:51	Intimação	Intimação
30453595	08/08/2022 11:51	Intimação	Intimação
30453594	08/08/2022 11:51	Intimação	Intimação
30442486	08/08/2022 10:25	Intimação	Intimação
30399673	05/08/2022 13:48	Despacho	Despacho
27237826	12/05/2022 12:06	Manifestação	Manifestação
26979922	05/05/2022 12:15	Intimação	Intimação
26719305	28/04/2022 11:41	Processo Digitalizado Themis Web	Processo Digitalizado Themis Web

Em atenção a Intimação de Id n.º: 45160439, serve o presente expediente para informar que fora devidamente cumprida, para tanto, basta analisar a petição de Alegações Finais apresentada no Id n.º: 46050848.

Data e assinatura no sistema.

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para Sentença.

TERESINA, 9 de setembro de 2023.
LUCILEIDE SOLANO SILVA ELISIARIO
8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

CERTIDÃO DE DESTINAÇÃO DE BENS APREENDIDOS, VESTÍGIOS, VALORES DE FIANÇA CRIMINAL E BENS ACAUTELADOS

CERTIFICO, nesta data, para os devidos fins, inclusive sob pena de responsabilização disciplinar, que, após detida análise dos presentes autos, verifiquei que **não há bens vinculados a este processo.**
CERTIFICO, por fim, que os presentes autos se encontram aptos a serem conclusos para manifestação, decisão ou sentença, considerando que, nos termos do *caput* do art. 28 do Provimento nº 59/2020, da Corregedoria-Geral da Justiça, os processos em que haja bens apreendidos somente serão baixados e/ou arquivados após determinação da destinação destes.

TERESINA-PI, 6 de setembro de 2023.

IGOR ANTONI COSTA DE OLIVEIRA
Secretaria da 8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina

VELOSO & PARENTE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA, ESTADO DO PIAUÍ,

Ref. ao processo n. 0000983-68.2013.8.18.0033

LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por meio dos seus advogados ao final assinados, vem respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro no artigo 428 do Código de Processo Penal Militar, apresentar **ALEGAÇÕES FINAIS EM FORMA DE MEMORIAIS**, aduzindo, para tanto, o que se segue:

- I. DO HISTÓRICO FÁTICO-PROCESSUAL

O Ministério Público do Estado do Piauí ofereceu denúncia imputando ao Réu, ora peticionário, bem como aos corréus, o delito previsto no artigo 1º, inciso II, da Lei n. 9.455/97 – tortura.

Segundo narra a *exordial*, no dia 02 de setembro de 2012, por volta das 00h00, a suposta vítima, Ednaldo Farias Albuquerque, em frente à AABB da cidade de Piripiri/PI, teria sido algemada pelos réus – que ao tempo dos fatos eram policiais militares – e levado até o campo de aviação da cidade, onde teria sido agredido pelos denunciados por mais de 20 minutos.

Pois bem.

VELOSOEPARENTE@GMAIL.COM
Av. Elias João Tajra, 661 - Fátima, Teresina - PI, 64049-310

Assinado eletronicamente por: JOAO MARCOS ARAUJO PARENTE - 04/09/2023 23:40:43
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090423404376200000043325161
Número do documento: 23090423404376200000043325161

Após o recebimento da denúncia, mais especificamente em dia 17 de setembro de 2015, a Defesa dos réus apesentou Resposta à Acusação, pela por meio da qual expôs a negativa de autoria, bem como pugnou pela absolvição sumária dos réus em virtude da atipicidade da conduta e da inexistência de provas, uma vez que os militares teriam agido em estrito cumprimento legal.

Já em sede de audiência de instrução e julgamento, procedeu-se com a exposição de gravação do depoimento da vítima, que havia sido realizado em momento pretérito ao ato, impossibilitando que tanto os advogados de defesa quanto o Promotor de Justiça realizassem qualquer questionamento. Em seguida, foram ouvidas as testemunhas de acusação e de defesa, bem como se realizou o interrogatório dos réus.

Por fim, o Ministério Público do Estado do Piauí apresentou alegações finais em forma de memoriais, pugnando pela condenação dos réus com base no art. 1º, inciso II, c.c. §4º, inciso I, da Lei nº 9.455/97.

Desse modo, diante do término da instrução criminal, resta às Defesas apresentarem alegações finais, o que é feito no presente momento em nome do Peticionário.

- II. DA ANÁLISE DO ESCOLIO FÁTICO-PROBATÓRIO QUE PERMEIA A DEMANDA

Inicialmente, cumpre salientar que o Peticionário é inocente de todas as acusações que lhe foram imputadas pelo *parquet*, nunca tendo cometido qualquer ação digna de reprovação penal, muito menos o crime de tortura.

Em análise aos autos, verifica-se que a narrativa acusatória não traz elementos probatórios aptos a fundamentar a acusação almejada. Em verdade, a narrativa tenta manter a sua sustentação em frágeis provas testemunhais produzidas em audiência de instrução e julgamento – inservíveis para balizar um juízo condenatório.

Sendo assim, como forma de tornar evidente o que é dito, adentra-se na análise dos depoimentos prestados em audiência:

As testemunhas Joel Helysson e Fábio Fortes afirmam ter presenciado o momento em que a vítima foi abordada pelos policiais militares e levada na viatura, porém, **nenhum deles presenciou qualquer agressão por parte dos policiais, mas tão somente a abordagem.**

Assinado eletronicamente por: JOAO MARCOS ARAUJO PARENTE - 04/09/2023 23:40:43
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090423404376200000043325161
Número do documento: 23090423404376200000043325161

A testemunha Daenio Castro, que era o agente plantonista quando os policiais levaram a suposta vítima para a delegacia de Piripiri-Pi, afirma que todo o procedimento em delegacia foi normal e que a vítima não apresentava qualquer lesão aparente. Observe:

Testemunha Daenio Castro Silva – Policial Civil
Mídia acessada por meio do sistema PJe mídias - 6ª mídia "de baixo para cima".
Tempo: 01:30

TESTEMUNHA – Eu não estava no local dos fatos, eu estava de plantão na delegacia, sou agente de polícia civil, então eu estava na delegacia.

ADVOGADA – Pronto, então o senhor estava de plantão no dia dos fatos?

TESTEMUNHA – Exatamente.

ADVOGADA – Quando o Sr. Ednardo foi conduzido pelos policiais até a delegacia, quando chegou lá, qual foi a situação que o senhor se deparou? Qual era o cenário lá?

TESTEMUNHA – O cenário era o de praxe, que acontece normalmente né, a polícia militar conduzindo uma pessoa, no caso em si, sob a acusação de desacato, então ele foi recepcionado, alegava não ter culpa nenhuma dos fatos. Então foi recepcionado, dado entrada, tudo de praxe como acontece normalmente.

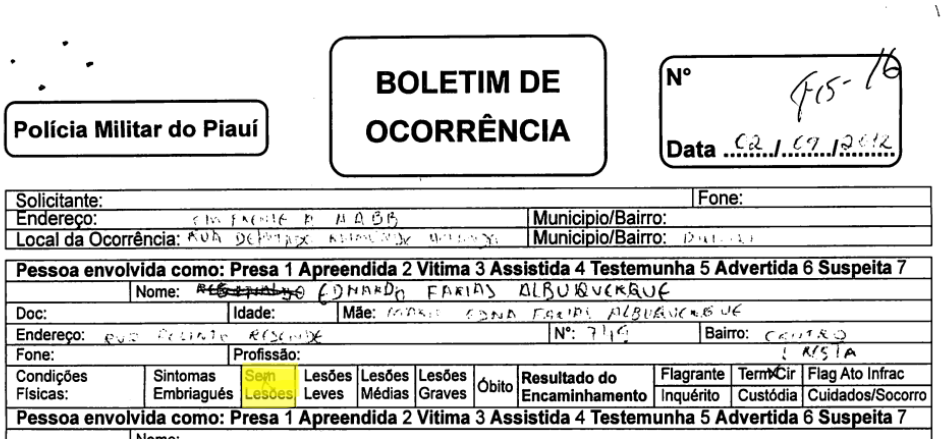
ADVOGADA – Deixa eu lhe perguntar uma situação. Aqui, a acusação, tocando em miúdos, são de agressões, na ideia de que o Sr. Ednardo tenha sofrido algumas lesões, possivelmente, aqui colocado, por parte dos policiais que o conduziram até o distrito né, até a delegacia. Certo disso, eu queria que o senhor nos dissesse se quando ele chegou, o Ednardo, na delegacia, ele tinha alguma lesão, se dava para o senhor detectar alguma lesão assim, claro que visualmente né.

TESTEMUNHA – No momento em que ele chegou lá, ele não apresentava nenhuma lesão aparente não, nem tampouco alegava ter sido agredido, torturado ou qualquer coisa desse tipo.

Ressalta-se que a ausência de lesões aparentes na vítima, ao momento da prisão, também é confirmada pelo próprio Boletim de Ocorrência presente nas fls. 18 do id 26719305, o

Assinado eletronicamente por: JOAO MARCOS ARAUJO PARENTE - 04/09/2023 23:40:43
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090423404376200000043325161
Número do documento: 23090423404376200000043325161

qual confirma a ausência de lesões da suposta vítima ao chegar na delegacia no fatídico dia. Observe:



Polícia Militar do Piauí

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº Fls- 16

Data 02/07/2012

Solicitante:			Fone:
Endereço:		Municipio/Bairro:	
Local da Ocorrência:		Municipio/Bairro:	

Pessoa envolvida como: Presa 1 Apreendida 2 Vitima 3 Assistida 4 Testemunha 5 Advertida 6 Suspeita 7

Nome:	EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE		
Doc:	Idade:	Mãe:	
Endereço:		Nº: 716	Bairro:
Fone:	Profissão:		

Condições Físicas:	Sintomas Embriagués	Sem Lesões	Lesões Leves	Lesões Médias	Lesões Graves	Óbito	Resultado do Encaminhamento	Flagrante	Term Cir	Flag Ato Infrac
								Inquérito	Custódia	Cuidados/Socorro

Pessoa envolvida como: Presa 1 Apreendida 2 Vitima 3 Assistida 4 Testemunha 5 Advertida 6 Suspeita 7

A testemunha Bruno Cesar presenciou o momento em que os policiais abordaram a vítima, e os fatos que justificaram a conduta, **esclarecendo em Juízo que o Sr. Ednardo, ora vítima, estava embriagado e tumultuando o local, de forma que a organização da festa teve que acionar a Polícia Militar.**

Ainda por meio do depoimento da mencionada testemunha, foi esclarecido que a suposta vítima passou a ofender os policiais enquanto estava no telefone, provocando uma inevitável abordagem. **Afirma que a suposta vítima resistiu aos policiais, acabando por derrubar algumas motos ali estacionadas**, forçando os militares a recorrerem à utilização de algemas. Observe:

Testemunha Bruno Cesar Lima da Silva
Mídia acessada por meio do sistema PJe mídias - 7ª mídia "de baixo para cima".
Tempo: 01:20

ADVOGADA – (...) eu queria que o senhor nos dissesse, de maneira, inicialmente geral, se o senhor estava no local no dia dos fatos, em frente à AABB em Piripiri, e se sim, o que foi que o senhor presenciou ali naquela situação.

TESTEMUNHA – No dia desse evento eu estava trabalhando como porteiro da festa, aí o rapaz aí né, que ta acusando, ele chegou na festa, ele sempre tem costume de chegar na festa, não querer pagar e "alterar" na portaria, sempre alcoolizado, aí foi chamada a viatura. Quando chegou a viatura, o que ele fez foi sair da portaria e ir para a viatura com o celular na mão e fazendo gesto né, para a polícia militar, aí os meninos da viatura

Assinado eletronicamente por: JOAO MARCOS ARAUJO PARENTE - 04/09/2023 23:40:43
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090423404376200000043325161
Número do documento: 23090423404376200000043325161

desceram. Ele estava alterado (*vítima*), ele chegou até a "peitar" umas motos que estavam lá, porque fica muita moto, dos mototaxistas né, aí foi que os meninos (*policiais*) conseguiram pegar ele, botar na viatura e levar. O que aconteceu na frente da portaria foi isso.

ADVOGADA – Depois disso aí, os policiais colocaram ele na viatura, e o que mais o senhor viu?

TESTEMUNHA – A viatura saindo aqui para esse lado de quem ia para a delegacia, no centro da cidade, é um asfalto, uma pista dupla, aí saiu e eu não vi mais não.

ADVOGADA – Depois, o senhor ouviu dizer por alguém que o senhor Ednardo foi agredido pelos policiais? Saiu esse boato aí na cidade? Alguma coisa assim.

TESTEMUNHA – Não, lá mesmo ele não foi agredido não.

ADVOGADA – E nem depois o senhor não ouviu falar?

TESTEMUNHA – Não, eu não.

Tempo: 05:10

ADVOGADA – (...) A viatura, ela seguiu em qual sentido? Ela foi no sentido da UESPI ou ela fez aquele retorno ali no tiro de guerra?

TESTEMUNHA – Não, quando chega na AABB, a AABB fica em frente ao tiro de guerra, aí vai, faz aquele retorno em frente ao tiro de guerra e desce naquele morro que o pessoal chama, tem a Santa, tem aqueles bairros, foi ali, aí eu não vi mais não.

ADVOGADA – Então foi esse o trajeto que a viatura fez, não foi?

TESTEMUNHA – Exatamente, porque lá tem o morro, aí não dá mais para ver.

ADVOGADA – O senhor sabe me dizer se a viatura indo nesse sentido, teria como a viatura ir para o campo de aviação?

Assinado eletronicamente por: JOAO MARCOS ARAUJO PARENTE - 04/09/2023 23:40:43
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090423404376200000043325161
Número do documento: 23090423404376200000043325161

TESTEMUNHA – Não, a entrada do campo de aviação fica em frente à AABB.

ADVOGADA – Então ela passou direto né, não dobrou para o campo de aviação.

TESTEMUNHA – Não, direto, porque se passasse, dava para ver, porque lá não tem muro, não tem nada.

Cumpre ressaltar, que conforme exposto no depoimento supratranscrito, ao sair da AABB a viatura dirigiu-se em direção à Delegacia – como teria que ser –, e não em direção ao campo de aviação, como alega o *parquet*.

Em sede de interrogatório, **o Réu, ora peticionário, esclareceu a inveracidade das acusações, apresentando versão respaldada na prova testemunhal. Alegou que a suposta vítima passou a ofender os policiais, ora réus, motivo pelo qual foi feita a prisão por desacato. Ressaltou ainda que no momento da prisão a suposta vítima resistiu ao procedimento, derrubando inclusive algumas motos que estavam estacionadas no local.** Observe:

Interrogatório do réu Lucas Klinger Marinho Leão
Mídia acessada por meio do sistema PJe mídias - 12ª mídia "de baixo para cima".
Tempo: 02:30

JUIZA – (*fez a leitura da denúncia*) é verdade que isso aconteceu?

RÉU – Não senhora, não existiu nenhum tipo de agressão doutora.

JUIZA – E o que foi que aconteceu nesse dia aí?

RÉU – No dia, estávamos nós quatro na viatura da força tática. Estava acontecendo uma festa na AABB, e normalmente tinham brigas nas saídas dessas festas e o comandante do dia pediu que a gente fosse ao local, ou teve alguma ligação, não me recordo. A gente chegou nesse local e parou na frente da AABB né, local lá bem claro, local conhecido aqui da cidade. Em determinado momento, a gente não saiu da viatura, ficamos na viatura, viatura caracterizada, a gente começou a ouvir a suposta vítima a ofender a gente. Em um primeiro momento eu não estava prestando muita atenção, estava maio disperso, mas aí a gente começou a ouvir ele no telefone xingando a gente

Assinado eletronicamente por: JOAO MARCOS ARAUJO PARENTE - 04/09/2023 23:40:43
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090423404376200000043325161
Número do documento: 23090423404376200000043325161

como se estivesse falando com a pessoa. Uma coisa que me recorda muito, que é muito vivida em mim, é que ele falava assim "***estou do lado aqui desses policiais pau no ****", aí a pessoa, aí ele respondia assim "***tenho medo desses pau no **** não rapaz***", isso assim, distância para a gente de 2 a 3 metros. No local tinham várias motos estacionadas de mototaxistas, inclusive tinha um desse mototaxistas, que eu não me recordo se era o Claudio e ele ficava mais ou menos assim, indicando com a cabeça assim, tipo assim "*olha, o cara aqui ta xingando vocês aqui*". Ai a gente desceu e deu voz de prisão a ele, nesse momento, eu não sei se ele estava bêbado ou estava drogado, não tenho como saber, ele reagiu a prisão, aí a gente caiu por cima das motos lá, aí foi necessário fazer o uso da algema. Colocamos ele na viatura, a viatura era uma S10, fizemos o retorno na frente da AABB e levamos para a delegacia. Em nenhum momento doutora, em nenhum momento a gente foi para campo de aviação, andou perto de campo de aviação, foi na direção de campo de aviação. Isso aí é uma surpresa para a gente, porque anos depois a gente foi comunicado dessa denúncia que a gente tinha e para a gente foi uma surpresa, porque foi uma ocorrência convencional, normal né, policial xingado é bem comum. Aí a gente foi para a delegacia, tinha um agente de plantão, que era o agente Daenio, aqui de Piripiri, e a gente entregou o preso para ele. Na época não era feito o exame de corpo de delito nesse primeiro momento né, mas ele olhava o preso, perguntava se o preso tinha sido agredido e entregava o recibo de preso, colocava lá com ou sem lesão, no caso aí, está a cópia no processo, em que consta sem lesão. Eu não me lembro se ele ficou ou foi embora, não me recordo o que aconteceu depois, mas em momento nenhuma viatura foi para campo de aviação, fez confusão. (...)

Frisa-se que o interrogatório dos demais réus não destoa do que foi dito pelo Sr. Lucas Klinger, de forma que a prova oral está completamente uníssona nesse particular.

Diante da análise exposta, conclui-se que a realidade dos fatos diverge completamente da narrativa ministerial, uma vez que, com o término da instrução criminal, restou demonstrado que os policiais não realizaram qualquer agressão contra a suposta vítima.

Na realidade, Excelência, mostrou-se evidente por meio da prova testemunhal que a vítima deu causa à prisão por desacato, destoando por completo da narrativa acusatória, que afirma que teria ocorrido, na situação, uma prisão arbitraria.

Tal fato – motivo da prisão – é facilmente observado em análise aos depoimentos dos réus e das testemunhas, depoimentos que não destoam entre si. Os réus esclarecem que o motivo da custódia teria sido o desacato, e uma das testemunhas afirma ter presenciado

Assinado eletronicamente por: JOAO MARCOS ARAUJO PARENTE - 04/09/2023 23:40:43
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090423404376200000043325161
Número do documento: 23090423404376200000043325161

as ofensas. As demais testemunhas oculares alegam terem visto a prisão, porém, não escutaram o diálogo travado entre os militares e o Sr. Ednardo.

Assim, entende-se que todo o acervo probatório relacionado à abordagem e à prisão da suposta vítima na entrada da AABB encontra-se em conformidade com o que foi afirmado pelos réus, de modo que a palavra da vítima ressoa completamente isolada diante do contexto probatório produzido no presente processo.

Importante asseverar, ademais, que ao sair da AABB, a viatura não se dirigiu para o campo de aviação, mas sim para a Delegacia. Ora, a entrada para o campo de aviação fica em frente ao local onde os policiais abordaram a suposta vítima. A testemunha Bruno Cesar esclarece ainda que o campo de visão da portaria da AABB para a estrada que vai para o campo de aviação é limpo, de forma que, caso a viatura tivesse seguido esse caminho, as pessoas ali presentes teriam visto.

Ainda sobre o destino da viatura ao sair da AABB, ressalta-se que as primeiras testemunhas alegam tão somente que o caminho que a viatura tomou **poderia** ter sido para o campo de aviação, mas não puderam afirmar que esse seria o destino. Enquanto, por sua vez, a testemunha Bruno Cesar, que pôde visualizar toda a situação com maior clareza, evidencia em todo seu depoimento que a viatura passou da entrada que daria acesso ao campo de aviação, e que a direção tomada pelos policiais os levaria até a Delegacia de Piripiri-Pi.

No tocante às lesões supostamente infligidas pelos policiais sobre a vítima, percebe-se que elas não existiam no momento da condução do Sr. Ednardo à Delegacia de Piripiri-Pi, afinal, a testemunha Daenio Castro, agente de polícia civil que recebeu Ednardo na Delegacia, e cuja palavra goza de fé pública, afirma não ter detectado qualquer lesão aparente no conduzido – o que não teria ocorrido caso a suposta vítima de fato tivesse sido espancada por 20 minutos –, bem como, que não houve qualquer reclamação do conduzido quanto a ter sido agredido pelos policiais.

Conforme esclarecido no depoimento do Peticionário, na época, o exame de corpo de delito não era feito em um primeiro momento, ou seja, o exame constante nos autos foi realizado em momentos posteriores, portanto, as LESÕES LEVES indicadas – aparentemente incompatíveis com os vários minutos de espancamento alegados pela vítima – podem ter sido produzidas pelos mais diversos motivos após a saída do Sr. Ednardo da Delegacia.

Assinado eletronicamente por: JOAO MARCOS ARAUJO PARENTE - 04/09/2023 23:40:43
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090423404376200000043325161
Número do documento: 23090423404376200000043325161

No entanto, há um fato incontroverso em tudo isso: ao chegar na Delegacia, a suposta vítima estava com sua integridade física intacta, de forma que, havendo eventuais lesões, estas podem ter ocorrido em momento posterior, quando não mais teria qualquer espécie de contato com os réus.

Feita a presente análise do escólio probatório que permeia a demanda, passa-se para as razões de direito.

- III. DO DIREITO

- III.A) PRELIMINARMENTE

Analisando-se os autos, verifica-se que o presente processo foi instaurado perante o Douto Juízo da Comarca de Piripiri-Pi. No entanto, em momento posterior, e uma vez verificada a competência da Justiça Militar, os autos foram deslocados para Vossa Excelência, que prolatou decisão ratificando os atos anteriores e fixando a competência da 8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina-PI para processar e julgar o feito.

Pois bem. Perscrutando os fólios processuais, identificou-se que a vítima do presente processo foi ouvida perante a Comarca de São Paulo, e a referida oitiva foi materializada por intermédio de carta precatória para aquele estado – onde se deu audiência para a coleta das declarações dela.

Ora, por ocasião a oitiva da vítima, não se vislumbrou a presença do causídico que patrocinava a defesa do ora peticionário, de tal sorte que isto causou estranheza ao subscritor, já que praticamente inexistente qualquer contraditório na referida audiência.

Ato contínuo, folheando-se os autos, não se identificou qualquer ato de intimação a respeito da expedição da referida carta precatória para a oitiva da vítima, de tal sorte que, pelo menos no presente momento, parece haver forte irregularidade nesse particular, com capacidade de criar nulidade do presente processo, tendo em vista que não houve a materialização do contraditório no tocante à vítima.

Veja, pois, o que preleciona o Art. 500, inciso IV, do CPPM:

> **Art. 500. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos:**
>
> **(...)**

Assinado eletronicamente por: JOAO MARCOS ARAUJO PARENTE - 04/09/2023 23:40:43
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090423404376200000043325161
Número do documento: 23090423404376200000043325161

> **IV – por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do processo.**

Aduz, ainda, o art. 312 do CPPM:

> **Art. 312. As declarações do ofendido serão feitas na presença do acusado, que poderá contradita-las no todo ou em parte, após a sua conclusão, bem como requerer ao juiz que o ofendido esclareça ou torne mais precisa qualquer das suas declarações, não podendo, entretanto, reperguntá-lo.**

No caso em questão, o acusado não pôde fazer-se presente ao ato de oitiva do ofendido, nem por si e nem por meio do seu defensor, haja vista não ter ocorrido intimação acerca da expedição da carta precatória.

Some-se a isto, ainda, que a oitiva da vítima se materializou pela ótica do rito comum, eis que, quando da expedição da carta precatória, o processo ainda tramitava perante o Douto Juízo da Comarca de Piripiri-Pi. Desse modo, não houve a correta aplicação do Art. 312 do Código de Processo Penal Militar ao caso, criando-se prejuízos no exercício da defesa por parte do ora peticionário.

Diante de todo o exposto, e com o intuito de prestigiar o contraditório, o peticionário pugna que Vossa Excelência possa sanear o feito, determinando-se nova oitiva da vítima a fim de possibilitar que a Defesa dos acusados possa participar do ato.

- III.B) DA ABSOLVIÇÃO EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE PROVAS, BEM COMO PELA EXISTÊNCIA DE PROVA QUANTO À INEXISTÊNCIA DO FATO CRIMINOSO

Conforme ampla exposição realizada ao norte, o Ministério Público do Estado do Piauí denunciou os réus pelo crime de Tortura, e mesmo após a fragilidade probatória evidenciada durante a instrução criminal, insiste o *parquet* em pedir pela condenação.

Porém, como foi bem exposto por meio da análise do acervo probatório acostado aos autos, não há qualquer indício mínimo de autoria que seja capaz de embasar cabalmente eventual sentença condenatória.

Assinado eletronicamente por: JOAO MARCOS ARAUJO PARENTE - 04/09/2023 23:40:43
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090423404376200000043325161
Número do documento: 23090423404376200000043325161

Ora, o Peticionário deixou claro que a suposta vítima não foi agredida em qualquer momento da abordagem ou da prisão, bem como, nunca foi levada pela Polícia para o campo de aviação. Tal interrogatório encontra forte respaldo em toda a prova testemunhal e documental, como já apontado. Em contrapartida, a vítima mantém sua palavra isolada nos autos do processo.

Com o intuito de facilitar a visualização das provas, elucidando ainda mais a ausência de elementos capazes de gerar uma condenação, segue, resumida em tópicos, a exposição realizada ao norte. Observe:

ELEMENTOS PROBATÓRIOS FAVORÁVEIS À ACUSAÇÃO

- Palavra isolada da vítima (que não foi submetida ao contraditório).

ELEMENTOS PROBATÓRIOS FAVORÁVEIS À DEFESA

- Depoimento da testemunha Daenio Castro indicando que a vítima não estava lesionada quando chegou na Delegacia;
- Boletim de ocorrência atestando que a suposta vítima não estava lesionada quando chegou na Delegacia;
- Depoimento da testemunha Bruno Cesar, indicando a legitimidade da abordagem e a prisão legal da suposta vítima, bem como, indicando que o caminho tomado pela viatura ao sair da AABB era incompatível com o caminho para o campo de aviação, porém, era compatível com o caminho para a Delegacia;
- O depoimento das testemunhas Joel Helysson e Fábio Fortes, que se amoldam – no limite do conhecimento das mencionadas testemunhas – ao que foi dito pela testemunha Bruno César e pelos réus;
- Os interrogatórios dos réus, indicando que a vítima os teria desacatado, falando coisas como: ***"estou do lado aqui desses policiais pau no ***"**. Esclareceram também que a prisão se deu em razão do desacato e que nunca levaram a suposta vítima para o campo de aviação, muito menos realizaram agressões, que a prisão em questão foi comum;

Assinado eletronicamente por: JOAO MARCOS ARAUJO PARENTE - 04/09/2023 23:40:43
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090423404376200000043325161
Número do documento: 23090423404376200000043325161

- A sensação de veracidade transmitida pelos réus em sede de interrogatório judicial, ao apresentarem interrogatórios completamente compatíveis com as provas dos autos, em especial, o depoimento do Peticionário, esclarecendo ter sido surpreso com tal acusação anos após o fatídico dia.

Em verdade, o que se vislumbra, Excelência, é tão somente um pedido de condenação por parte do Ministério Público do Estado do Piauí, sem qualquer elemento probatório suficiente para tanto.

Ora, o processo penal deve ser cercado de segurança jurídica e extrema cautela, eis que o objetivo geralmente perseguido com a persecução criminal é a privação da liberdade, a qual se revela como algo extremamente sério e invasivo.

Na contraposição de afirmações (acusado x Ministério Público), é necessário que o Órgão Acusador apresente provas suficientes quanto à autoria do crime, afinal, no processo penal, sempre recai sobre os braços acusatórios o ônus da prova.

De destacar que a palavra daqueles que são responsáveis pela persecução penal não merece maior valia do que a palavra daquele que se defende de uma acusação, devendo ter, pois, no bojo do sistema processual pátrio, igual relevância, a ser discutida no contexto probatório apurado, a fim de que carreie para a condenação ou absolvição.

Dessa forma, o processo penal que não vem acompanhado de provas substanciais quanto à atribuição da autoria do fato ao réu acaba por criar inseguranças e indeterminações sobre o Órgão Judicial, esvaziando, assim, a baliza que poderia descambar, com segurança, na prolação de eventual sentença condenatória.

Quando isto ocorre, é certo afirmar que o **PROCESSO ESTÁ CARENTE DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS** e não há outro caminho, senão, absolver o Réu, conforme preconiza o artigo 439, alíneas “a” e “e”, do Código de Processo Penal Militar.

> **“Art. 439. O Conselho de Justiça absolverá o acusado, mencionando os motivos na parte expositiva da sentença, desde que reconheça:**

Assinado eletronicamente por: JOAO MARCOS ARAUJO PARENTE - 04/09/2023 23:40:43
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090423404376200000043325161
Número do documento: 23090423404376200000043325161

> **a) estar provada a inexistência do fato, ou não haver prova da sua existência;**
>
> **(...)**
>
> **e) não existir prova suficiente para a condenação;"**

Afinal, resta evidente por meio das provas colacionadas que as agressões indicadas pela suposta vítima não ocorreram, tornando nítida a ausência de provas quanto ao cometimento da infração. E, caso não seja esse o entendimento de Vossa Excelência, é de se verificar pelo menos que as provas acusatórias se mostram completamente insuficientes para justificar qualquer convencimento judicial quanto à suposta culpa dos réus. Portanto, é esse é o pedido.

- III.C) DA LICITUDE DA CONDUTA DO PETICIONÁRIO

Após a produção da prova em audiência, verifica-se que o acervo probatório constituído nos autos evidencia que a conduta adotada pelo peticionário, na situação, se destinou tão somente a realizar a condução da vítima, que, segundo relatos oculares, teria praticado o delito de desacato na situação.

Eventual lesão ocorrida nesse episódio, portanto, não derivou do intuito deliberado dos acusados de ofenderem a integridade física da vítima, mas foi tão somente em virtude da imobilização para condução na viatura.

Desse modo, é evidente que o peticionário – e os demais acusados – agiram sob o manto do estrito cumprimento do dever legal, bem como exerceram regularmente um direito, enquadrando-se nos incisos III e IV do Art. 42 do CPM, razão pela qual a absolvição é medida que se impõe:

> Art. 42. Não há crime quando o agente pratica o fato:
>
> (...)
>
> **III – em estrito cumprimento do dever legal;**
>
> **IV – em exercício regular de direito;**

Assinado eletronicamente por: JOAO MARCOS ARAUJO PARENTE - 04/09/2023 23:40:43
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090423404376200000043325161
Número do documento: 23090423404376200000043325161

(...)

- IV. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se:

a) **Preliminarmente, o saneamento do processo para que a vítima possa ser ouvida na presença dos acusados (por intermédio dos seus advogados), com o intuito de cumprir o disposto no Art. 312 do CPPM, evitando-se o surgimento da nulidade prevista no Art. 500, inciso IV, do CPPM;**

b) **No mérito, pugna que o peticionário seja absolvido das condutas que lhe foram imputadas, com fulcro no Art. 439, alíneas "a" e "e" do CPPM, eis que o acervo probatório acostado aos autos torna evidente a inexistência (ou ausência de provas) do crime imputado, ao mesmo tempo em que se mostra insuficiente para justificar um decreto condenatório; postula, também, que a absolvição possa ocorrer com base no Art. 42, incisos III e IV do CPM c.c. Art. 439, "d", do CPPM, haja vista que os peticionários agiram sob o manto do exercício regular de um direito e, também, no estrito cumprimento do dever legal;**

c) **Em caso de não acolhimento dos pleitos entabulados nas alíneas anteriores, e entendendo Vossa Excelência pela condenação do peticionário, pugna-se que esse Douto Juízo entenda pela desclassificação do crime imputado para o delito previsto no Art. 209, caput, do Código Penal Militar;**

d) **Por fim, e também em caso de acolhimento do pedido de condenação, mas também em qualquer cenário, requer que a pena base seja fixada no mínimo legal, haja vista os bons predicados ostentados pelo peticionário;**

Termos em que, pede e espera deferimento.
Teresina/PI, 04 de setembro de 2023.

João Marcos Araújo Parente
OAB/PI nº 11.744

Assinado eletronicamente por: JOAO MARCOS ARAUJO PARENTE - 04/09/2023 23:40:43
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090423404376200000043325161
Número do documento: 23090423404376200000043325161

ALEGAÇÕES FINAIS EM FORMA DE MEMORIAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA

EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA E O LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, já qualificado nos autos da ação penal em epígrafe, vem a presença de vossa excelência, com fundamento no art. 428 do Código de Processo Penal Militar, apresentar

ALEGAÇÕES FINAIS EM FORMA DE MEMORIAL

Pelas razões de fato e de direito a seguir delineadas:

1. SÍNTESE FÁTICA

A defesa começa diferente a presente alegações finais em forma de memoriais escritos, destacando que o presente processo é abraçado apenas pelas Declarações da suposta vítima e dos depoimentos das testemunhas.

Desde já chama a atenção de V. Excelência para a existência de contradição nos depoimentos das testemunhas, destacando que tais depoimentos em juízo são favoráveis aos acusados.

De acordo com a denúncia ofertada pelo *parquet*, os denunciados cometeram o crime de tortura majorada (art. 1º, inciso II c/c §4º, inciso I, da Lei nº 9.455/97), ao terem, no dia 02/09/2012, por volta das 00h00min, efetuado a prisão da suposta vítima Ednardo Farias por desacato e conduzido este para um campo de aviação próximo ao local da prisão (AABB) e lá cometido lesões contra ele. Desta feita, requisitou a condenação dos acusados e demais autores.

Assinado eletronicamente por: ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA - 04/09/2023 13:31:51
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090413315182700000043294527
Número do documento: 23090413315182700000043294527

Denúncia recebida em 06.03.2015.

Resposta a acusação apresentada em 17.09.2015.

Audiência de instrução e julgamento realizada em 31.07.2023, com oitiva da suposta vítima e interrogatório dos acusados.

Aberto o prazo para diligências, nada requerido pelo acusado.

Alegações finais em forma de memorial apresentadas pelo Ministério Público no evento de ID nº 45152474.

É o que importa destacar. Passo às alegações finais defensivas dos acusados Luardo Melo e Everaldo de Andrade.

2. DO MÉRITO

Em suas alegações finais acusatórias, em 5 laudas, o Ministério Público, com todas as vênias que lhe são devidas, propôs-se a redigir uma narrativa sem o menor embasamento probatório.

Em verdade, a primeira parte do seu memorial apenas repete o que consta na denúncia. A partir de então, o MP discorre uma narrativa dos fatos sem detalhamento e sem entrelaçar tal narrativa com as provas produzidas em juízo. Nos parecendo, máxima vênia, sustentar a todo custo uma acusação que se quer o próprio órgão acredita.

O fato que se analisa nesse processo é:

No dia 02/09/2012, por volta das 00h00min, em frente à AABB de Piripiri a suposta vítima profere palavras de baixo calão, desacatando os

Assinado eletronicamente por: ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA - 04/09/2023 13:31:51
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090413315182700000043294527
Número do documento: 23090413315182700000043294527

acusados. Diante de tal situação é efetuada a prisão e condução deste a Delegacia. O que de fato ocorreu!

Pois bem, cabe destacar o seguinte V. Excelência, esse é o fato e a versão dos acusados. Um delito de desacato cometido e uma condução dentro dos padrões policiais sem qualquer cometimento de lesões à suposta vítima. Algo que fuja a esses fatos precisa e devem ser PROVADOS pelo Órgão Acusador através das provas produzidas ao longo de tantos anos. O que não ocorreu no caso concreto. Ao contrário, as provas testemunhais em juízo não provam que de fato as lesões apresentadas pelo exame de corpo de delito foram praticadas pelos policiais.

Assim, cabe ressaltar a existência de resistência à prisão por parte da suposta vítima e em decorrência disso, essa "cai em cima de motos que estavam na frente da AABB", conforme depoimentos em juízo, o que pode ter ocasionado tais lesões. Também não consegue provar o órgão acusador, que de fato ocorreu a condução da suposta vítima para um campo de aviação próximo. Ao contrário, a prova testemunhal comprova que de fato é impossível essa condução ter ocorrido.

DAS PROVAS PRODUZIDAS NA FASE INQUISITORIAL E EM JUÍZO

- **Suposta VÍTIMA Ednardo Farias, na fase INQUISITORIAL:**

"que estava falando ao telefone quando foi abordado por policiais da força tática. Que os acusados lhe algemaram e lhe levarampara o antigo campo de aviação. Que chegando lá passaram a lhe agredir fisicamente e falando "Deyves tu agora vai ver com quem bate em policia". Que após as agressões os acusados perceberam que a vítima não era a pessoa que eles procuravam. Que a agressão **durou 20min.** Que após foi levado para Delegacia.".

Assinado eletronicamente por: ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA - 04/09/2023 13:31:51
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090413315182700000043294527
Número do documento: 23090413315182700000043294527

- **Suposta VÍTIMA Ednardo Farias, em JUÍZO:**

A) “me levaram e foi mais de **40min a 50min** de espancamento”

B) “me deixaram lá na delegacia... o próprio rapaz que estava lá falou que eu não seria preso, pediu para eu não ir para festa e mandou eu ir para o hospital fazer o corpo de delito”

C) Perguntado pela Juíza se o exame de corpo de delito foi requerido por oficial da Polícia Civil, ou ele foi só? “respondeu que foi sozinho”

D) Alega que não conhecia nenhum policial.

E) Perguntado se conhecia o Sr. Fábio Fortes? Respondeu :”Não”

- **TESTEMUNHA JOEL HELYSSON DA SILVA SOARES na FASE INQUISITORIAL**, (id.26719305, fls. 08):

“Que estava dentro da AABB participando da festa; Que avistou, de longe, a vítima ao telefone; Que no dia seguinte se encontrou com a vitima e viu as lesões.”.

- **TESTEMUNHA JOEL HELYSSON DA SILVA SOARES, em JUÍZO:**

a) Ser PRIMO DA VÍTIMA; **b)** Que não viu os policiais agredindo a vítima; **c)** Não sabe dizer quais policiais estavam envolvidos; **d) perguntado pelo advogado de defesa como ele sabe que os acusados foram para o campo de aviação? Respondeu que só viu a viatura indo no rumo do campo de aviação; e)** alegou que o campo de aviação é escuro; **f)** QUE SÓ VIU as agressões por fotos, não pessoalmente.

Assinado eletronicamente por: ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA - 04/09/2023 13:31:51
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090413315182700000043294527
Número do documento: 23090413315182700000043294527

- **TESTEMUNHA FÁBIO FORTES DA SILVA na FASE INQUISITORIAL**, (id.26719305, fls. 09):

"Que NÃO se encontrava no local do fato (AABB); Que dias após tomou conhecimento do fato ATRAVÉS da própria vítima.".

- **TESTEMUNHA FÁBIO FORTES DA SILVA, EM JUÍZO:**

a) "que lembra que os policiais levou a vítima na Vtr." **b)**"não sabe e nem soube se agrediram a vítima"; **c)** "que estava na frente da AABB"; **d)** perguntado se é amigo da vítima, respondeu que sim; **e)** perguntado se o ambiente onde fica AABB é iluminado ao ponto de reconhecer pessoas? Respondeu que sim e que é possível reconhecer pessoas.

- **TESTEMUNHA DAENIO CASTRO SILVA, EM JUÍZO:**

"não estar no local dos fatos, pois estava de plantão na delegacia. Alega que a vítima não apresentava lesões aparente e que o mesmo em momento algum falou que foi agredido. Que a suposta vítima chegou revoltado/indignado por estar sendo preso. Recorda que o motivo da condução foi por desacato aos policiais."

- **TESTEMUNHA BRUNO CESAR LIMA DA SILVA, EM JUÍZO:**

"que, na época,era porteiro da festa e que a suposta vítima queria entrar sem pagar, fazendo confusão na porta da festa. Que recorda que a suposta vítima esta alterado; Que viu a Vtr. Saindo em direção daDelegacia. *Perguntado se teria como a Vtr. Ir no sentido do campo de aviação? Alegou que a entrada do campo de aviação é na frente da AABB, logo não teria como ir para o campo de aviação.* ***Que se a Vtr. Tivesse ido para o campo de aviação dava pra ver."***

Assinado eletronicamente por: ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA - 04/09/2023 13:31:51
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090413315182700000043294527
Número do documento: 23090413315182700000043294527

Perguntado se a suposta vítima reagiu a abordagem? **Respondendo que sim *"tanto que caíram em cima das motos".***

- **INTERROGATÓRIO DOS ACUSADOS, FASE INQUISITORIAL E EM JUÍZO:**

Diferente das contradições observadas nos depoimento da suposta vítima e seus parenetes e amigos, os depoimento dos acusados (id.26719305, fls. 12 a 15) SÃO UNÍSSINOS E COERENTES!

> "Que faziam as rondas ostensivas e preventivas na cidade Piripiri/PI, quando se deslocaram par AABB, onde estava acontecendo uma festa. Que, após estacionar a Vtr. um rapaz falando no celular (suposta vítima) aproximou-se dos policiais e começou a xingar as autoridades: ***"eu tou bem aqui defronte os policiais pau no cú"***. Que a suposta vítima persistia na frase supra, ao ponto das autoridades (acusados) abordá-lo pelo crime de desacato. Que no momento da abordagem a vítima reagiu, caindo por cima de motos e tendo que usar da força moderada para conter o mesmo. Após a contenção levaram a suposta vitima para Delegacia de Polícia da Cidade."

De todo exposto, MM. Juiz, pela falta de credibilidade das testemunhas de acusação, pelo depoimento dúbio da vítima, bem como o exame de corpo de delito indicando tratar-se delesões de natureza leve, NÃO É CABÍVEL ACOLHER o édito condenatório requerido pelo Ministério Público, pelo crime de tortura, tão somente em nas alegações da suposta vítima e das refutadas alegações das testemunhas de acusação.

Ante a todo o exposto, ausentes indícios mínimos de autoria e materialidade delitivas, devem ser todos os denunciados absolvidos dos crimes lhes imputados na denúncia, tendo em vista não haver provas contumaz da inexistência dos fatos.

Assinado eletronicamente por: ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA - 04/09/2023 13:31:51
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090413315182700000043294527
Número do documento: 23090413315182700000043294527

DA ABSOLVIÇÃO: NÃO HAVER PROVA DA EXISTÊNCIA DO FATO.

DA ABSOLVIÇÃO: NÃO EXISTIR PROVA DE TER O RÉU CONCORRIDO PARA A INFRAÇÃO PENAL

Não há outra **tese principal que não sustentar a V. Excelência o reconhecimento da Absolvição dos acusados pela ausência de autoria e materialidade comprovadas.** Ou seja, agindo como agiram os acusados, NÃO HÁ PROVAS NOS AUTOS QUE POSSAM CARACTERIZAR A EXISTÊNCIA DE CRIME NOS FATOS INVESTIGADOS.

Afinal, na produção de provas em juízo não foi possível comprovar a principal pergunta que precisava ser respondida:

A condução da suposta vítima para o campo de aviação existiu?

Excelência, *data máxima vênia*, os fatos narrados pela suposta vítima e suas testemunhas são fantasiosos e não há que prosperar a denúncia. Da mesma sorte, os documentos acostados no IP não gozam de credibilidade.

Em primeiro, as fotocópias das fls.05 a 07 (id.26719305) não são nítidas. Não há como dizer, ou, apontar SE houve lesão na face da suposta vítima.

Além da incerteza acima, paira a dúvida de quem juntou tais imagens, se a suposta vítima, médico ou autoridade policial. Tais fotos carecem de autenticidade para serem tomadascomo materialidade de suposta prática do crime imputado.

Em princípio, imperioso se ponderar que, conforme estatui o art. 232, parágrafo único, do Código de Processo Penal, a fotocópia de documento somente terá o mesmo valor dooriginal quando devidamente autenticada.

> Art. 232. Consideram-se documentos quaisquer escritos, instrumentos ou papéis, públicos ou particulares.

Assinado eletronicamente por: ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA - 04/09/2023 13:31:51
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090413315182700000043294527
Número do documento: 23090413315182700000043294527

> Parágrafo único. **À fotografia do documento, devidamente autenticada, se dará o mesmo valor do original.**

Com efeito, Fernando Capez aduz:

> "É dever do magistrado superar a desidiosa iniciativa das partes na calheta do material probatório, esgotando todas as possibilidades para alcançar a verdade real dos fatos, como fundamento da sentença. Por óbvio, é inegável que, memo nos sistemas em que vigora a livre investigação das provas, a verdade alcançada será sempre formal. (...)
>
> O inquérito policial tem conteúdo informativo, tendo por finalidade fornecer ao Ministério Público ou ao ofendido, conforme a natureza da infração, os elementos necessários para propositura da ação penal. **No entanto, tem valor probatório, embora relativo**, haja vista que os elementos de informação não são colhidos sob a égide do contraditório e da ampla defesa, nem tampouco na presença do juiz de direito. Assim, a convicção do juiz apenas se confirmada por outros elementos colhidos durante a instrução processual.
>
> Conforme expressa o Art. 155 do CPP: *"O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas."* (Capez, Fernando. Curso de processo Penal - ed.19, p.119 e 120).

Destarte, os laudos periciais colacionados aos autos se tratam de meras cópias, que não foram devidamente autenticadas e, logo, não gozam de credibilidade oficial suficiente a insculpir qualquer édito condenatório, pois despidas das formalidades legais essenciais que lhe devem ser ínsitas.

Em segunda acepção, embora o laudo de lesão corporal de fls. 04 (id.26719305) atestem a existência de lesão superficial, se descortina que tal não deriva de qualquer conduta ilícita perpetrada pelos acusados, tendo em vista que,

Assinado eletronicamente por: ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA - 04/09/2023 13:31:51
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090413315182700000043294527
Número do documento: 23090413315182700000043294527

primeiro, as testemunhas, quando ouvidas, declararam que não presenciaram a prática de nenhuma tortura e não viram as lesões, em segundo,as lesões existentes deriva-se da resistência da vitima durante sua abordagem.

Nesta senda, as testemunhas (Joel Helysson Da Silva Soares e Fábio Fortes DaSilva), em juízo, são categóricos que não viram presencialmente tais lesões, sendo que a segunda testemunha alegou que não soube de tais fatos, ou seja, em total contradição com o inquérito colhido em Delegacia.

Portanto, das declarações colhidas se extrai, com clareza, que não houve a prática de qualquer agressão por parte dos denunciados quando da realização da operação policial. Porém, não bastasse isso, se dimana que as ditas lesões descritas no laudo pericial não se conformam às condutas imputadas aos acusados, na medida que todas elas decorrem do próprio intento criminoso da alegada vítima quando registou à abordagem da policia e caíram por cima da motos.

Em contrapartida, todos os policiais militares, quando ouvidos perante este ínclito Juízo, afirmaram, de maneira uníssona e consistente às provas dos autos, que a operação policial poreles realizada no dia 02/09/2012 transcorreu sem maiores embaraços, apontando-se como único entrave a resistência da suposta vitima que, juntamente com os policiais, caíram por cima dealgumas motos, sofreram, então, as lesões superficiais descritas no laudo pericial.

Corroborando com o exposto acima, vejamos os julgados:

> EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL. CONDENAÇÃO DOS APELADOS PELO CRIME DE TORTURA. DESCABIMENTO. MANUTENÇÃO DA ABSOLVIÇÃO DE DOIS RÉUS. **AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO À AUTORIA DELITIVA**. MANUTENÇÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DE LESÃO CORPORAL DE UM RÉU. **REQUISITOS ENSEJADORES DO DELITO DE TORTURA NÃO CARACTERIZADOS.** RECURSO NÃO PROVIDO. - **Para qualquer condenação é necessária a segurança quanto à autoria delitiva dos fatos narrados na exordial, impondo-se a manutenção da absolvição dos réus (Harrison e Eliseu) diante da inexistência de elementos de convicção indiscutíveis, produzidos sob o crivo do contraditório, a evidenciar**

Assinado eletronicamente por: ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA - 04/09/2023 13:31:51
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090413315182700000043294527
Número do documento: 23090413315182700000043294527

o crime e sua autoria - Estando comprovado que o réu (Marcelo) agrediu a vítima causando-lhe lesões corporais, sem, contudo, causar-lhe intenso sofrimento físico ou mental, necessário se faz manutenção da sentença de desclassificação para o delito de lesão corporal.(TJ-MG - APR: 10024102092111001 Belo Horizonte, Relator: Glauco Fernandes, Data de Julgamento: 21/02/2019, Câmaras Criminais / 2ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 01/03/2019)

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE TORTURA. AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE. **INSUFICIÊNCIA DE PROVAS SEGURAS QUANTO À AUTORIA DELITIVA. ABSOLVIÇÃO. NECESSIDADE.** RECURSO PROVIDO. **1. Não se pode falar em manutenção de um decreto condenatório quando as provas não se mostram firmes e seguras quanto à materialidade do grave delito de tortura.** 2.Existindo meros indícios e prova geradora de dúvida quanto à autoria do delito, sendo essa negada pelos acusados, a absolvição é medida que se impõe, em observância ao princípio ''in dubio pro reo''. 3. Recurso provido. Determino a reintegração de ambos os apelantes ao cargo de Policial Militar do Estado de Minas Gerais, inclusive com todas as vantagens e benefícios eventualmente já existentes.(TJ-MG - APR: 10549050019690001 Rio Casca, Relator: Marcílio Eustáquio Santos, Data de Julgamento: 29/03/2012, Câmaras Criminais Isoladas / 7ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 13/04/2012)

EMENTA:APELAÇÃO CRIMINAL - **TORTURA** - CONDENAÇÃO -IMPOSSIBILIDADE - **MATERIALIDADE** DO **CRIME** E AUTORIA DELITIVA **NÃO COMPROVADAS. Havendo dúvida acerca da materialidade e da autoria, imperativa éa absolvição dos acusados da imputação do crime de tortura.**

Do estudo dos autos se explicita que a suposta vítima, quando presa pelo

Assinado eletronicamente por: ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA - 04/09/2023 13:31:51
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090413315182700000043294527
Número do documento: 23090413315182700000043294527

delitos de desacato, no dia 02 de Setembro 2012, alegou, 14 dias após (fls.03), em sede policial ter sido submetidas a tortura pelos policiais militares responsáveis pelas suas prisões.

Naquela ocasião, ele foi claro em apontar quem eram os policiais responsáveis pela suposta conduta, porém, em sede de juízo, foi dúbio quando perguntado se conhecia os policiais, ou seja, ele presume que seja e, presunção não é ato de validação de certeza.

As testemunhas (Joel Helysson Da Silva Soares e Fábio Fortes Da Silva), às fls. 08 e 09, e, afirmaram que viram apenas a abordagem e alegam os fatos conforme foi narrado pela suposta vítima. Noutro ponto, em juízo, sendo a primeira testemunha parente da vítima, foram totalmente contraditórias, não sabendo apontar qual ou quais eram os policiais que abordaram a suposta vítima.

Portanto, ressoa absolutamente demonstrado que a palavra da pretensa vítima não se reveste de sobeja fidedignidade para estear uma sentença condenatória, sobretudo porque todas é discrepante entre si e às demais provas dos autos.

No mesmo sentido, os interrogatórios dos denunciados, de forma consistente, atestaa legalidade da atuação policial, pois convergentes aos demais elementos colacionados ao caderno processual.

Diante disso, duas versões se apresentam nos autos, a prestada pelos militares, todos a ostentar condecorações em seus assentamentos funcionais decorrentes dos excelentes préstimos à sociedade, sendo um, atualmente, Delegado Civil deste Estado, e a prestada pela vítima, que se tratam de pessoa sem credibilidade em suas palavras e atos.

A jurisprudência não divaga e firma posição no sentido de que as palavras dos policiais, enquanto agentes públicos, revestem-se de presunção de idoneidade (legitimidade e veracidade), de modo a assumir sobreposição probatória na elucidação de crimes. Veja-se:

> [...] **Os testemunhos dos agentes públicos não podem ser tidos por inidôneos ou suspeitos, simplesmente em**

Assinado eletronicamente por: ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA - 04/09/2023 13:31:51
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090413315182700000043294527
Número do documento: 23090413315182700000043294527

> **virtude de se dedicarem ao combate ao crime, já que, nessa condição, presume-se que estão a agir no cumprimento do dever a eles imposto** pelo ordenamento jurídico e com respeito aos limites da legalidade. 3 - Recurso conhecido e improvido. TJES. AC nº. 035110265523. Relator: Des. Fernando Zardini Antonio. Segunda Câmara Criminal. Dje: 29/05/2018.

> [...] **Os depoimentos prestados por agentes policiais possuem idoneidade e seu valor probatório é de suma importância para a comprovação da autoria delitiva[...]**.TJES. AC nº. 014140068728. Relator: Des. Ewerton Schwab Pinto Junior. Primeira Câmara Criminal. Dj: 25/09/2015.

> APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE TORTURA. **AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS SEGURAS QUANTO À AUTORIA DELITIV**A. ABSOLVIÇÃO. NECESSIDADE. RECURSO PROVIDO. 1. Não se pode falar em manutenção de um decreto condenatório quando as provas não se mostram firmes e seguras quanto à materialidade do grave delito de tortura. **2. Existindo meros indícios e prova geradora de dúvida quanto à autoria do delito, sendo essa negada pelos acusados, a absolvição é medida que se impõe, em observância ao princípio "in dubio pro reo"**. 3. Recurso provido. Determino a reintegração de ambos os apelantes ao cargo de Policial Militar do Estado de Minas Gerais, inclusive com todas as vantagens e benefícios eventualmente já existentes. TJMG. AC nº. 10549050019690001. Relator: Des. Marcílio Eustáquio Santos. Dj: 13/04/2012.

Com efeito, ainda que fossem verdadeiras a alegação da vítima, não se pode afiançar, com a certeza suficiente exigida para a condenação, a medida de participação de cada um dos denunciados nos eventos descritos nos autos. Logo, sob o pálio dos Princípios da Presunção de Inocência e do *In dubio Pró Réo*, devem ser todos eles absolvidos.

Assinado eletronicamente por: ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA - 04/09/2023 13:31:51
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090413315182700000043294527
Número do documento: 23090413315182700000043294527

Em que pese a afirmação do douto representante do *parquet* acerca da demonstração da culpa para fins de condenação dos denunciados, *data máxima vênia*, não é isso que se observa de uma análise mais detida dos autos Resta, pois, a palavra dos Acusados, que, em casos tais, deve prevalecer, em face de ausência de outros elementos de convicção, atendendo-se **ao princípio do *"in dúbio pro reo"*.**

Vejamos julgados Análogos:

> EMENTA:EMENTA. APELAÇÃO. MPM. **ART. 265 DO CPM. DESAPARECIMENTO, CONSUNÇÃO OU EXTRAVIO. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. PRINCÍPIO DO "IN DUBIO PRO REO".** APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. **O MPM busca a condenação do apelado com base no art. 265 do CPM, mais especificamente na conduta de fazer desaparecer armamentos e munições. Contudo, para a ocorrência de um decreto condenatório, é indispensável prova robusta que dê a certeza da existência do delito e seu autor. A convicção plena do magistrado é fundamental, e isso não ocorreu no presente caso,** e acaba por se torna favorável ao acusado. O que se observa é a consagração do princípio "in dubio pro reo", ou seja, na dúvida, interpreta-se em favor do acusado, pois a garantia da liberdade deve prevalecer sobre a pretensão punitiva do Estado. Apelo desprovido. Decisão unânime.(STM - APL: 70001852820207000000, Relator: FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO, Data de Julgamento: 10/09/2020, Data de Publicação: 01/10/2020)

> **EMENTA**:APELAÇÃO CRIMINAL - LESÃO CORPORAL LEVE - ***INSUFICIÊNCIA DE PROVAS - ABSOLVIÇÃO - IN DUBIO PRO REO - ART. 439, E, CPPM – RECURSO PROVIDO.*** - Se o conjunto probatório não permite a comprovação da autoria delitiva, necessária se faz a absolvição do acusado, por insuficiência de provas, em observância ao consagrado principio do *in dubio pro reo*. (TJMMG 00022918720169130002, Relator: Juiz Sócrates Edgard dos Anjos, Data de Julgamento: 14/03/2019, Data de Publicação: 22/03/2019).

Assinado eletronicamente por: ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA - 04/09/2023 13:31:51
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090413315182700000043294527
Número do documento: 23090413315182700000043294527

Ante a todo o exposto, se extrai, com certeza suficiente a elidir qualquer responsabilidade dos denunciados, que inexiste prova sedimentar acerca da tortura alegada pela suposta vítima, o que não deixa alternativa a este Juízo senão a absolvição de todos eles, com base no art. 386, II e V, do Código de Processo Penal ou Art.439, “a” e "e", do CPPM.

DA DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESÃO CORPORAL

A Defesa, não concorda com a aplicação, art. 1º, inciso II, c.c. §4º, inciso I, da Lei nº9.455/97, isto porque da literalidade da lei, o delito de tortura possui substratos subjetivos sem os quais o crime não se tipifica, mas isso não impede que a conduta se ajuste a tipo penal subsidiário.

No caso dos autos, se denota que ausentes os elementos subjetivos da tortura e, também, descrição de qualquer conduta apta a ter gerado lesões moderadas ou graves que impossibilitasse a vítima de realizar suas funções rotineiras.

No entanto, caso este douto juízo entenda pela existência de lesões e que estas subjazem decorrentes de conduta atribuível aos réus, o que se admite somente a título de eventualidade, se verifica que melhor tipifica a conduta o delito entabulado no art. 209, *caput*, do Código Penal Militar, sobretudo porque inexistente nos autos qualquer comprovação de que os elementos subjetivos do crime de tortura se mostram adimplidos.

Art. 209. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano. (CPM)

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano. (CP)

A jurisprudência perfilha este entendimento. *In verbis*:

> EMENTA:PENAL E PROCESSUAL PENAL - MINISTÉRIO PÚBLICO - INTERESSE RECURSAL - CRIME PRATICADO POR POLICIAL MILITAR - TORTURA - INTENSO SOFRIMENTO FÍSICO E MENTAL - **DESCLASSIFICAÇÃO**

Assinado eletronicamente por: ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA - 04/09/2023 13:31:51
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090413315182700000043294527
Número do documento: 23090413315182700000043294527

> **PARA O CRIME DE LESÃO CORPORAL** - MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. SENTENÇA MANTIDA. 1) Precedentes jurisprudenciais recentes orientam no sentido de que pode o Ministério Público apelar da sentença, mesmo que tenha, em alegações finais, concluído pela absolvição do réu. 2) Para o crime de tortura, não basta a demonstração da violência praticada pelo ofensor, mas que tenha a finalidade de obter alguma informação e ser realizada em razão de discriminação racial ou religiosa, ou como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo. 3) **Não estando configurado nos autos o intenso sofrimento físico e mental da vítima, pressuposto elementar do crime de tortura, não incorre contra legis a sentença que desclassifica o crime para o delito de lesão corporalleve, previsto no art. 209 caput, do Código Penal Militar.** 4) Recurso desprovido. (TJ-AP - APL: 00308162620088030001 AP, Relator: Desembargador DÔGLAS EVANGELISTA RAMOS, Data de Julgamento: 11/10/2011, Tribunal).

Ante a todo o exposto, deve, caso não reconhecida a inexistência de materialidade e autoria ou a atipicidade da conduta, ser desclassificado o crime de tortura para o delito de lesão corporal.

3. DO PEDIDO

Ante o exposto, Requer-se a V. Excelência:

a) **ABSOLVIÇÃO**, com fundamento no art. 386, II, do Código de Processo Penal ou art. 439, alínea "a" do Código de Processo Penal Militar, **por não haver prova da existência do fato** (materialidade).
b) **ABSOLVIÇÃO,** com fundamento no art. 386, V, do Código de Processo Penal ou art. 439, alínea "e" do Código de Processo Penal Militar, por não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal (autoria).

Assinado eletronicamente por: ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA - 04/09/2023 13:31:51
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090413315182700000043294527
Número do documento: 23090413315182700000043294527

c) **DESCLASSIFICAÇÃO** do delito de tortura majorada para lesão corporal, com base nas provas produzidas em juízo e os argumentos sustentados neste petitório.

d) Por fim, não acolhendo quaisquer das teses, diante de uma condenação que não se acredita, que **seja observado a aplicação a pena base no mínimo legal, com fundamento** nas circunstâncias balizadoras do **art. 69 do Código Penal Militar**, que são, sem sombra de dúvidas, circunstâncias favoráveis ao denunciado. Para além, havendo possibilidade de aplicação no caso concreto, que substitua a pena privativa de liberdade por restritiva de direito.

Termos em que pede deferimento.

Teresina-PI, data de inclusão no sistema.

Enedina G. Albano Moura
OAB/PI nº 15.244

Francisco Walter de A. Meneses Júnior
OAB/PI nº 5.641

Assinado eletronicamente por: ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA - 04/09/2023 13:31:51
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23090413315182700000043294527
Número do documento: 23090413315182700000043294527

em anexo

EXCELENTÍSSIMO SENHOR(A) DOUTOR(A) DA 9ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA-PI.

Processo nº: 0000983-68.2013.8.18.0033;

Autor: 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA;

Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR e outros;

Crimes: art. 1º, inciso II, c.c. §4º, inciso I, da Lei nº 9.455/97

FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, por seus advogados que esta subscreve, com escritório sito à Rua Heitor Castelo Branco, 3001, Ilhotas, Teresina-PI, com endereço eletrônico: pedronathanadv@gmail.com e terraana0@gmail.com, nos autos da AÇÃO PENAL supra, vem à presença de Vossa Excelência, **nos termos do artigo 428 do CPPM**, apresentar

ALEGAÇÕES ESCRITAS,

, pelas razões de fato e direito a expor:

1- BREVE RELATÓRIO:

A r. Denúncia, ofertada pela 9ª Promotoria Criminal de Justiça da Comarca de Teresina do Estado do Piauí (ID.45152486), imputa a suposta pratica do crime de tortura agravada por ter sido comedio por agente público.

Narra a r. Denúncia que, no dia 02 de setembro de 2012, por volta das 00h00, em frente ao clube da AABB, na cidade de Piripiri (PI), a vítima EDNARDO FARIAS

Rua Heitor Castelo Branco, 3001, Ilhotas, Teresina/PI - 64001-150
pedronathanadv@gmail.com terraana0@gmail.com
89 999727812 e 86 999053078

Assinado eletronicamente por: PEDRO NATHAN ANDRADE ALENCAR ROCHA SOUSA - 30/08/2023 13:38:12
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083013381257800000043085451
Número do documento: 23083013381257800000043085451

ALBUQUERQUE foi abordado pelos Policiais, aqui acusados, levado ao antigo campo de aviação e lá praticaram agressões físicas na vítima.

Ato seguinte, na Denúncia, baseado no depoimento da vítima e das Testemunhas JOEL HELYSSON DE SILVA SOARES e FÁBIO FORTES DA SILVA , concluiu que os denunciados foram os autores do fato e, ao final requisitou a condenação dos acusados pelo crime de tortura (art. previsto art. 1º, inciso II, c.c. §4º, inciso I, da Lei nº 9.455/97.

1.1- Da Realidade Fática:

Conforme depoimento dos acusados (id.26719305, fls. 12 a 15), os policiais faziam as rondas ostensivas e preventivas na cidade Piripiri/PI, quando se deslocaram par AABB, onde estava acontecendo uma festa. Que, após estacionar a Vtr. um rapaz falando no celular (vítima) aproximou-se dos policiais e começou a xingar as autoridades:

"eu tou bem aqui defronte os policiais pau no cú"

Que a suposta vítima persistia na frase supra, ao ponto das autoridades (acusados) abordá-lo pelo crime de desacato. Que no momento da abordagem a vítima reagiu, caindo por cima de motos e tendo que usar da força moderada para conter o mesmo. Após a contenção levaram a suposta vitima para Delegacia de Polícia da Cidade.

As testemunhas (Joel Helysson e Fábio Fortes), na fase de inquérito, (id.26719305, fls. 08 e 09) de forma breve aduziram:

> 1 - Joel Helysson Da Silva Soares: Que estava dentro da AABB participando da festa; Que avistou, de longe, a vítima ao telefone; Que no dia seguinte se encontrou com a vitima e viu as lesões.
>
> 2 - Fábio Fortes Da Silva: Alega que NÃO se encontrava no local do fato (AABB); Que dias após tomou conhecimento do fato ATRAVÉS da própria vítima.

Ainda em sede de inquérito, a suposta vítima alega que estava falando ao telefone quando foi abordado por policiais da força tática. Que os acusados lhe algemaram e lhe levaram para o antigo campo de aviação. Que chegando lá passaram a lhe agredir fisicamente e falando "Deyves tu agora vai ver com quem bate em policia". Que após as agressões os acusados perceberam que a vítima não era a pessoa que eles procuravam. Que a agressão durou 20min. Que após foi levado para Delegacia.

Rua Heitor Castelo Branco, 3001, Ilhotas, Teresina/PI - 64001-150
pedronathanadv@gmail.com terraana0@gmail.com
89 999727812 e 86 999053078

Assinado eletronicamente por: PEDRO NATHAN ANDRADE ALENCAR ROCHA SOUSA - 30/08/2023 13:38:12
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083013381257800000043085451
Número do documento: 23083013381257800000043085451

MM. Juiz, tudo o que foi narrado pela suposta vítima, bem como, pelas testemunhas NÃO merecem credibilidade, pois faltam com a verdade e são contraditórios nos depoimentos em juízo, conforme certidão ID. 44722138, mídias: https://midias.pje.jus.br/midias/web/audiencia/index?num_processo=0000983-68.2013.8.18.0033&tipo_pesquisa=1 .

Em juízo, a suposta vitima alega que:

A) "me levaram e foi mais de 40min a 50min de espancamento"

B) "me deixaram lá na delegacia… o próprio rapaz que estava lá falou que eu não seria preso, pediu para eu não ir para festa e mandou eu ir para o hospital fazer o corpo de delito"

C) Perguntado pela Juíza se o exame de corpo de delito foi requerido por oficial da Polícia Civil, ou ele foi só? "respondeu que foi sozinho"

D) Alega que não conhecia nenhum policial.

E) Perguntado se conhecia o Sr. Fábio Fortes? Respondeu :"Não"

Ainda em juízo, a **primeira testemunha, Sr Joel Helysson** Da Silva Soares, em total desarmonia com o inquérito, alegou que: **a)** Ser PRIMO DA VÍTIMA; **b)** Que não viu os policiais agredindo a vítima; **c)** Não sabe dizer quais policiais estavam envolvidos; **d)** perguntado pelo advogado de defesa como ele sabe que os acusados foram para o campo de aviação? Respondeu que só viu a viatura indo no rumo do campo de aviação; **e)** alegou que o campo de aviação é escuro; **f)** QUE SÓ VIU as agressões por fotos, não pessoalmente.

A segunda testemunha, Sr. Fábio Fortes Da Silva, também é dúbio em seu depoimento em juízo, senão vejamos: **a)** "que lembra que os policiais levou a vítima na Vtr." **b)** "não sabe e nem soube se agrediram a vítima"; **c)** "que estava na frente da AABB"; **d)** perguntado se é amigo da vítima, respondeu que sim; **e)** perguntado se o ambiente onde fica AABB é iluminado ao ponto de reconhecer pessoas? Respondeu que sim e que é possível reconhecer pessoas.

Em seguida foi inquirido **o Sr. Daenio Castro Silva** (testemunha de defesa) que alegou não estar no local dos fatos, pois estava de plantão na delegacia. Alega que a vítima não apresentava lesões aparente e que o mesmo em momento algum falou que foi agredido. Que a suposta vítima chegou revoltado/indignado por estar sendo preso. Recorda que o motivo da condução foi por desacato aos policiais.

Assinado eletronicamente por: PEDRO NATHAN ANDRADE ALENCAR ROCHA SOUSA - 30/08/2023 13:38:12
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083013381257800000043085451
Número do documento: 23083013381257800000043085451

Bruno Cesar Lima da Silva, quarta testemunha, em juízo, afirmou que, na época, era porteiro da festa e que a suposta vítima queria entrar sem pagar, fazendo confusão na porta da festa. Que recorda que a suposta vítima esta alterado; Que viu a Vtr. Saindo em direção da Delegacia. *Perguntado se teria como a Vtr. Ir no sentido do campo de aviação? Alegou que a entrada do campo de aviação é na frente da AABB, logo não teria como ir para o campo de aviação. Que se a Vtr. Tivesse ido para o campo de aviação dava pra ver.*

Ainda em juízo, foi perguntado ao Sr. Bruno, se a suposta vítima reagiu a abordagem? Respondendo que sim *"tanto que caíram em cima das motos"* .

Segue, abaixo, a localização e a visão do local da abordagem, com a finalidade de esclarecer a injusta imputação do crime aos acusados.





De todo exposto, MM. Juiz, pela falta de credibilidade das testemunhas de acusação, pelo depoimento dúbio da vítima, bem como o exame de corpo de delito indicando tratar-se de lesões de natureza leve, NÃO É CABÍVEL ACOLHER o édito condenatório requerido pelo Ministério Público, pelo crime de tortura, tão somente em nas alegações da suposta vítima e das refutadas alegações das testemunhas de acusação.

Ante a todo o exposto, ausentes indícios mínimos de autoria e materialidade delitivas, devem ser todos os denunciados absolvidos dos crimes lhes imputados na denúncia, tendo em vista estar provada a inexistência do fato.

MATÉRIA PRELIMINAR (Art. 500, IV, do CPPM)

Em homenagem aos princípios da busca da verdade real e da ampla defesa, observa-se no presente processo que a defesa dos acusados não tiveram oportunidade de inquirir a suposta vítima, não se vislumbra no processo tal ato.

Apesar de exposto a mídia em audiência para os acusados, ficou prejudicado quanto a possíveis perguntas que a defesa pretende fazer, com o fim de elucidar o caso, conforme aduz o Art. 312 do CPPM.

Requer-se, pois, preliminarmente, que Vossa Excelência, ante de sentença, converta o julgamento em diligência para que este patrono posso inquirir a suposta vítima.

2. MÉRITO:

2-1.DA INEXISTÊNCIA DE MATERIALIDADE DELITIVA:

Nobre Juiz, salvo melhor juízo e coesão, observa-se que o inquérito policial iniciou-se nos ditames do CPP, vez que os autos estavam tramitando na Comarca de Piripiri. Assim sendo, tais fundamentos terão como base o Código de Processo Penal Ordinário.

Excelência, *data máxima vênia*, os fatos narrados pela suposta vítima e suas testemunhas são fantasiosos e não há que prosperar a denúncia. Da mesma sorte, os documentos acostados no IP não gozam de credibilidade.

Em primeiro, as fotocópias das fls.05 a 07 (id.26719305) não são nítidas. Não há como dizer, ou, apontar SE houve lesão na face da suposta vítima.

Rua Heitor Castelo Branco, 3001, Ilhotas, Teresina/PI - 64001-150
pedronathanadv@gmail.com terraana0@gmail.com
89 999727812 e 86 999053078

Além da incerteza acima, paira a dúvida de quem juntou tais imagens, se a suposta vítima, médico ou autoridade policial. Tais fotos carecem de autenticidade para serem tomadas como materialidade de suposta prática do crime imputado.

Em princípio, imperioso se ponderar que, conforme estatui o art. 232, parágrafo único, do Código de Processo Penal, a fotocópia de documento somente terá o mesmo valor do original quando devidamente autenticada.

> Art. 232. Consideram-se documentos quaisquer escritos, instrumentos ou papéis, públicos ou particulares.
>
> Parágrafo único. **À fotografia do documento, devidamente autenticada, se dará o mesmo valor do original.**

Com efeito, Fernando Capez aduz:

> "É dever do magistrado superar a desidiosa iniciativa das partes na calheta do material probatório, esgotando todas as possibilidades para alcançar a verdade real dos fatos, como fundamento da sentença. Por óbvio, é inegável que, memo nos sistemas em que vigora a livre investigação das provas, a verdade alcançada será sempre formal.
> (…)
> O inquérito policial tem conteúdo informativo, tendo por finalidade fornecer ao Ministério Público ou ao ofendido, conforme a natureza da infração, os elementos necessário para propositura da ação penal. **No entanto, tem valor probatório, embora relativo**, haja vista que os elementos de informação não são colhidos sob a égide do contraditório e da ampla defesa, nem tampouco na presença do juiz de direito. Assim, a convicção do juiz apenas se confirmada por outros elementos colhidos durante a instrução processual. Conforme expressa o Art. 155 do CPP: *"O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas. "* (Capez, Fernando. Curso de processo Penal - ed.19, p.119 e 120)

Destarte, os laudos periciais colacionados aos autos se tratam de meras cópias, que não foram devidamente autenticadas e, logo, não gozam de credibilidade oficial suficiente a insculpir qualquer édito condenatório, pois despidas das formalidades legais essenciais que lhe devem ser ínsitas.

Em segunda acepção, embora o laudo de lesão corporal de fls. 04((id.26719305) atestem a existência de lesão superficial, se descortina que tal não deriva de qualquer conduta ilícita perpetrada pelos acusados, tendo em vista que, primeiro, as testemunhas, quando ouvidas,

Rua Heitor Castelo Branco, 3001, Ilhotas, Teresina/PI - 64001-150
pedronathanadv@gmail.com terraana0@gmail.com
89 999727812 e 86 999053078

declararam que não presenciaram a prática de nenhuma tortura e não viram as lesões, em segundo, as lesões existentes deriva-se da resistência da vitima durante sua abordagem.

Nesta senda, as testemunhas (Joel Helysson Da Silva Soares e Fábio Fortes Da Silva), em juízo, são categóricos que não viram presencialmente tais lesões, sendo que a segunda testemunha alegou que não soube de tais fatos, ou seja, em total contradição com o inquérito colhido em Delegacia.

Portanto, das declarações colhidas se extrai, com clareza, que não houve a prática de qualquer agressão por parte dos denunciados quando da realização da operação policial. Porém, não bastasse isso, se dimana que as ditas lesões descritas no laudo pericial não se conformam às condutas imputadas aos acusados, na medida que todas elas decorrem do próprio intento criminoso da alegada vítima quando registou à abordagem da policia e caíram por cima da motos.

Em contrapartida, todos os policiais militares, quando ouvidos perante este ínclito Juízo, afirmaram, de maneira uníssona e consistente às provas dos autos, que a operação policial por eles realizada no dia 02/09/2012 transcorreu sem maiores embaraços, apontando-se como único entrave a resistência da suposta vitima que, juntamente com os policiais, caíram por cima de algumas motos, sofreram, então, as lesões superficiais descritas no laudo pericial.

Corroborando com o exposto acima, vejamos os julgados:

> EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL. CONDENAÇÃO DOS APELADOS PELO CRIME DE TORTURA. DESCABIMENTO. MANUTENÇÃO DA ABSOLVIÇÃO DE DOIS RÉUS. **AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO À AUTORIA DELITIVA**. MANUTENÇÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DE LESÃO CORPORAL DE UM RÉU. **REQUISITOS ENSEJADORES DO DELITO DE TORTURA NÃO CARACTERIZADOS.** RECURSO NÃO PROVIDO. - **Para qualquer condenação é necessária a segurança quanto à autoria delitiva dos fatos narrados na exordial, impondo-se a manutenção da absolvição dos réus (Harrison e Eliseu) diante da inexistência de elementos de convicção indiscutíveis, produzidos sob o crivo do contraditório, a evidenciar o crime e sua autoria** - Estando comprovado que o réu (Marcelo) agrediu a vítima causando-lhe lesões corporais, sem, contudo, causar-lhe intenso sofrimento físico ou mental, necessário se faz manutenção da sentença de desclassificação para o delito de lesão corporal.(TJ-MG - APR: 10024102092111001 Belo Horizonte, Relator: Glauco Fernandes, Data de Julgamento: 21/02/2019, Câmaras Criminais / 2ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 01/03/2019)

> EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE TORTURA. AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE. **INSUFICIÊNCIA DE PROVAS SEGURAS QUANTO À AUTORIA DELITIVA. ABSOLVIÇÃO. NECESSIDADE.** RECURSO PROVIDO. **1. Não se pode falar em manutenção de um decreto condenatório quando as provas não se**

Assinado eletronicamente por: PEDRO NATHAN ANDRADE ALENCAR ROCHA SOUSA - 30/08/2023 13:38:12
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083013381257800000043085451
Número do documento: 23083013381257800000043085451

mostram firmes e seguras quanto à materialidade do grave delito de tortura. 2. Existindo meros indícios e prova geradora de dúvida quanto à autoria do delito, sendo essa negada pelos acusados, a absolvição é medida que se impõe, em observância ao princípio "in dubio pro reo". 3. Recurso provido. Determino a reintegração de ambos os apelantes ao cargo de Policial Militar do Estado de Minas Gerais, inclusive com todas as vantagens e benefícios eventualmente já existentes.(TJ-MG - APR: 10549050019690001 Rio Casca, Relator: Marcílio Eustáquio Santos, Data de Julgamento: 29/03/2012, Câmaras Criminais Isoladas / 7ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 13/04/2012)

EMENTA:APELAÇÃO CRIMINAL - **TORTURA** - CONDENAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - **MATERIALIDADE** DO **CRIME** E AUTORIA DELITIVA **NÃO COMPROVADAS. Havendo dúvida acerca da materialidade e da autoria, imperativa é a absolvição dos acusados da imputação do crime de tortura.**

Ante a todo o exposto, se extrai, com certeza suficiente a elidir qualquer responsabilidade dos denunciados, que inexiste prova sedimentar acerca da tortura alegada pela suposta vítima, o que não deixa alternativa a este Juízo senão a absolvição de todos eles, com base no art. 386, I do Código de Processo Penal ou Art.439, "a" e "e", do CPPM.

2-2.DA INEXISTÊNCIA DE AUTORIA DELITIVA:

Do estudo dos autos se explicita que a suposta vítima, quando presa pelo delitos de desacato, no dia 02 de Setembro 2012, alegou, 14 dias após (fls.03), em sede policial ter sido submetidas a tortura pelos policiais militares responsáveis pelas suas prisões.

Naquela ocasião, ele foi claro em apontar quem eram os policiais responsáveis pela suposta conduta, porém, em sede de juízo, foi dúbio quando perguntado se conhecia os policiais, ou seja, ele presume que seja e, presunção não é ato de validação de certeza.

As testemunhas (Joel Helysson Da Silva Soares e Fábio Fortes Da Silva), às fls. 08 e 09, e, afirmaram que viram apenas a abordagem e alegam os fatos conforme foi narrado pela suposta vítima. Noutro ponto, em juízo, sendo a primeira testemunha parente da vítima, foram totalmente contraditórias, não sabendo apontar qual ou quais eram os policiais que abordaram a suposta vítima.

Portanto, ressoa absolutamente demonstrado que a palavra da pretensa vítima não se reveste de sobeja fidedignidade para estear uma sentença condenatória, sobretudo porque todas é discrepante entre si e às demais provas dos autos.

No mesmo sentido, os interrogatórios dos denunciados, de forma consistente, atesta a legalidade da atuação policial, pois convergentes aos demais elementos colacionados ao caderno processual.

Rua Heitor Castelo Branco, 3001, Ilhotas, Teresina/PI - 64001-150
pedronathanadv@gmail.com terraana0@gmail.com
89 999727812 e 86 999053078

Diante disso, duas versões se apresentam nos autos, a prestada pelos militares, todos a ostentar condecorações em seus assentamentos funcionais decorrentes dos excelentes préstimos à sociedade, sendo um, atualmente, Delegado Civil deste Estado, e a prestada pela vítima, que se tratam de pessoa sem credibilidade em suas palavras e atos.

A jurisprudência não divaga e firma posição no sentido de que as palavras dos policiais, enquanto agentes públicos, revestem-se de presunção de idoneidade (legitimidade e veracidade), de modo a assumir sobreposição probatória na elucidação de crimes. Veja-se:

> [...] **Os testemunhos dos agentes públicos não podem ser tidos por inidôneos ou suspeitos, simplesmente em virtude de se dedicarem ao combate ao crime, já que, nessa condição, presume-se que estão a agir no cumprimento do dever a eles imposto** pelo ordenamento jurídico e com respeito aos limites da legalidade. 3 - Recurso conhecido e improvido. TJES. AC nº. 035110265523. Relator: Des. Fernando Zardini Antonio. Segunda Câmara Criminal. Dje: 29/05/2018.

> [...] **Os depoimentos prestados por agentes policiais possuem idoneidade e seu valor probatório é de suma importância para a comprovação da autoria delitiva[...]**.TJES. AC nº. 014140068728. Relator: Des. Ewerton Schwab Pinto Junior. Primeira Câmara Criminal. Dj: 25/09/2015.

> APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE TORTURA. **AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS SEGURAS QUANTO À AUTORIA DELITIV**A. ABSOLVIÇÃO. NECESSIDADE. RECURSO PROVIDO. 1. Não se pode falar em manutenção de um decreto condenatório quando as provas não se mostram firmes e seguras quanto à materialidade do grave delito de tortura. **2. Existindo meros indícios e prova geradora de dúvida quanto à autoria do delito, sendo essa negada pelos acusados, a absolvição é medida que se impõe, em observância ao princípio "in dubio pro reo"**. 3. Recurso provido. Determino a reintegração de ambos os apelantes ao cargo de Policial Militar do Estado de Minas Gerais, inclusive com todas as vantagens e benefícios eventualmente já existentes. TJMG. AC nº. 10549050019690001. Relator: Des. Marcílio Eustáquio Santos. Dj: 13/04/2012.

Com efeito, ainda que fossem verdadeiras a alegação da vítima, não se pode afiançar, com a certeza suficiente exigida para a condenação, a medida de participação de cada um dos denunciados nos eventos descritos nos autos. Logo, sob o pálio dos Princípios da Presunção de Inocência e do *In dubio Pró Réo*, devem ser todos eles absolvidos.

Em que pese a afirmação do douto representante do *parquet* acerca da demonstração da culpa para fins de condenação dos denunciados, *data máxima vênia*, não é isso que se observa de uma análise mais detida dos autos.

Rua Heitor Castelo Branco, 3001, Ilhotas, Teresina/PI - 64001-150
pedronathanadv@gmail.com terraana0@gmail.com
89 999727812 e 86 999053078

Resta, pois, a palavra dos Acusados, que, em casos tais, deve prevalecer, em face de ausência de outros elementos de convicção, atendendo-se **ao princípio do "*in dúbio pro reo*".**

Vejamos julgados Análogos:

> EMENTA:EMENTA. APELAÇÃO. MPM. **ART. 265 DO CPM. DESAPARECIMENTO, CONSUNÇÃO OU EXTRAVIO. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. PRINCÍPIO DO "IN DUBIO PRO REO".** APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. **O MPM busca a condenação do apelado com base no art. 265 do CPM, mais especificamente na conduta de fazer desaparecer armamentos e munições. Contudo, para a ocorrência de um decreto condenatório, é indispensável prova robusta que dê a certeza da existência do delito e seu autor. A convicção plena do magistrado é fundamental, e isso não ocorreu no presente caso,** e acaba por se torna favorável ao acusado. O que se observa é a consagração do princípio "in dubio pro reo", ou seja, na dúvida, interpreta-se em favor do acusado, pois a garantia da liberdade deve prevalecer sobre a pretensão punitiva do Estado. Apelo desprovido. Decisão unânime.(STM - APL: 70001852820207000000, Relator: FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO, Data de Julgamento: 10/09/2020, Data de Publicação: 01/10/2020)
>
> **EMENTA**:APELAÇÃO CRIMINAL - LESÃO CORPORAL LEVE - ***INSUFICIÊNCIA DE PROVAS - ABSOLVIÇÃO - IN DUBIO PRO REO - ART. 439, E, CPPM - RECURSO PROVIDO.*** - Se o conjunto probatório não permite a comprovação da autoria delitiva, necessária se faz a absolvição do acusado, por insuficiência de provas, em observância ao consagrado principio do *in dubio pro reo*. (TJMMG 00022918720169130002, Relator: Juiz Sócrates Edgard dos Anjos, Data de Julgamento: 14/03/2019, Data de Publicação: 22/03/2019)

Ante o exposto, requer que seja julgada improcedente a ação penal, para que seja declarada a **ABSOLVIÇÃO** dos Acusados, nos termos do art. 386, III do Código de Processo Penal, bem como do **artigo 439, "b"** e **"c", do Código de Processo Penal Militar.**

Caso não seja, o entendimento de Vossa Excelência, a defesa requer:

3-TESES SUBSIDIÁRIAS:

3.1-DA AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA ELEMENTAR DO TIPO PENAL DESCRITO NO ART. 1º DA LEI Nº. 9.455/1997.

Da dicção literal do art. 1º, da Lei nº. 9.455/1997, se depreende que constitui o crime de tortura constranger alguém, mediante o emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe intenso sofrimento físico e mental, com o fim específico de obter declaração, confissão,

Rua Heitor Castelo Branco, 3001, Ilhotas, Teresina/PI - 64001-150
pedronathanadv@gmail.com terraana0@gmail.com
89 999727812 e 86 999053078

informação, provocar ação, omissão criminosa ou como forma de castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Depreende-se que o delito acima inserto se trata de tipo penal subjetivo, ou seja, não requer tão somente o dolo genérico, consistente em causar intenso sofrimento físico e mental mediante emprego de violência ou grave ameaça, mas exige o dolo específico de obter declaração, confissão, informação, provocar ação, omissão criminosa ou como forma de castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Inexistindo a vontade livre e consciente do agente de produzir estes resultados, consubstanciados em finalidades previstas em lei, não se tem por tipificado o delito.

No caso dos autos, se observa que os elementos normativos, de valoração necessária, não se encontram devidamente satisfeitos, o que conduz à atipicidade da conduta, uma vez que, ainda que tivesse havido alguma agressão, não se demonstra a finalidade específica de obter confissão, informação ou declaração, sobretudo porque evidenciado durante toda a instrução policial que as supostas lesões derivam da resistência da vítima no momento da abordagem.

Além disso, tivessem ocorrido as agressões descrita, sobretudo na intensidade relatada pela pretensas vítima (40min a 50min de agressão), o laudo de corpo de delito apontaria maiores lesões, não só na face, como em todo corpo.

Diante disso, se aflora que se exibe atípica a conduta descrita nos autos, tendo em vista que não se apresenta amolde ao tipo penal descrito no art. 1º, da Lei nº. 9.455/1997.

3.2- DA DESCLASSIFICAÇÃO DO TIPO PENAL:

A Defesa, não concorda com a aplicação, art. 1º, inciso II, c.c. §4º, inciso I, da Lei nº9.455/97, isto porque da literalidade da lei, o delito de tortura possui substratos subjetivos sem os quais o crime não se tipifica, mas isso não impede que a conduta se ajuste a tipo penal subsidiário.

No caso dos autos, se denota que ausentes os elementos subjetivos da tortura e, também, descrição de qualquer conduta apta a ter gerado lesões moderadas ou graves que impossibilitasse a vítima de realizar suas funções rotineiras.

No entanto, caso este douto juízo entenda pela existência de lesões e que estas subjazem decorrentes de conduta atribuível aos réus, o que se admite somente a título de eventualidade, se verifica que melhor tipifica a conduta o delito entabulado no art. 209, *caput*, do Código Penal Militar, sobretudo porque inexistente nos autos qualquer comprovação de que os elementos subjetivos do crime de tortura se mostram adimplidos.

Rua Heitor Castelo Branco, 3001, Ilhotas, Teresina/PI - 64001-150
pedronathanadv@gmail.com terraana0@gmail.com
89 999727812 e 86 999053078

> Art. 209. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano. (CPM)
>
> Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano. (CP)

A jurisprudência perfilha este entendimento. *In verbis*:

> EMENTA:PENAL E PROCESSUAL PENAL - MINISTÉRIO PÚBLICO - INTERESSE RECURSAL - CRIME PRATICADO POR POLICIAL MILITAR - TORTURA - INTENSO SOFRIMENTO FÍSICO E MENTAL - **DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DE LESÃO CORPORAL -** MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS - SENTENÇA MANTIDA. 1) Precedentes jurisprudenciais recentes orientam no sentido de que pode o Ministério Público apelar da sentença, mesmo que tenha, em alegações finais, concluído pela absolvição do réu. 2) Para o crime de tortura, não basta a demonstração da violência praticada pelo ofensor, mas que tenha a finalidade de obter alguma informação e ser realizada em razão de discriminação racial ou religiosa, ou como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo. 3) **Não estando configurado nos autos o intenso sofrimento físico e mental da vítima, pressuposto elementar do crime de tortura, não incorre contra legis a sentença que desclassifica o crime para o delito de lesão corporal leve, previsto no art. 209 caput, do Código Penal Militar.** 4) Recurso desprovido. (TJ-AP - APL: 00308162620088030001 AP, Relator: Desembargador DÔGLAS EVANGELISTA RAMOS, Data de Julgamento: 11/10/2011, Tribunal)
>
> EMENTA:PROCESSUAL PENAL E PENAL MILITAR. T**ORTURA. DESCLASSIFICAÇÃO. ABUSO DE AUTORIDADE E LESÕES CORPORAIS (ART. 3º, LETRA I, DA LEI N. 4.898/1965 E ART. 209 DO CÓDIGO PENAL MILITAR).** RECURSO MINISTERIAL. REVISÃO DA DECISÃO. CRIME DE TORTURA (ARTIGO 1º, INCISO II, § 4º, INCISO II, E § 5º DA LEI N. 9.455/1997). CONFIGURAÇÃO. INVIABILIDADE. FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA. 1. CONSOANTE O DISPOSTO NO INCISO II DO ARTIGO 1º DA LEI N. 9.455/1997, PARA CONFIGURAR O CRIME DE TORTURA É NECESSÁRIO TER O EMPREGO DA VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA PROVOCADO NA VÍTIMA INTENSO SOFRIMENTO FÍSICO OU MENTAL. O DENOMINADO "INTENSO SOFRIMENTO" SERIA AQUELE QUE EXCEDE OS LIMITES DO SUPORTÁVEL, ALÉM DE TER EM VISTA O FIM PERSEGUIDO PELO AGENTE E AS CONDIÇÕES PESSOAIS DE CADA VÍTIMA. UM DETERMINADO TIPO DE SOFRIMENTO PODE SER INTENSO PARA UMA PESSOA E MENOR PARA OUTRA, DEVENDO SER AVALIADO CASO A CASO. SENDO TERMO IMPRECISO E VAGO, CABE AO INTÉRPRETE CONSIDERAR A AÇÃO DO AGENTE COMO TÍPICA, OU NÃO, CONFORME O DISPOSTO NA LEI DE TORTURA. **AUSENTES OS ELEMENTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DO TIPO**

Assinado eletronicamente por: PEDRO NATHAN ANDRADE ALENCAR ROCHA SOUSA - 30/08/2023 13:38:12
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083013381257800000043085451
Número do documento: 23083013381257800000043085451

> **EM ANÁLISE, A DESCLASSIFICAÇÃO PARA OS DELITOS DE ABUSO DE AUTORIDADE E LESÕES CORPORAIS É MEDIDA QUE SE IMPÕE.** 2. CONFORME SÚMULA 172 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, A COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR O CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE PRATICADO POR POLICIAL MILITAR É DA JUSTIÇA COMUM, MESMO QUANDO PRATICADO EM SERVIÇO. TRATANDO-SE DE CRIME DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO, POR SER A PENA ESTABELECIDA PARA ESTE CRIME DE 10 (DEZ) DIAS A 06 (SEIS) MESES DE DETENÇÃO, A COMPETÊNCIA PARA PROCESSÁ-LO E JULGÁ-LO É CONFERIDA AO JUIZADO ESPECIAL. 3. O CRIME DE LESÃO CORPORAL QUANDO PRATICADO POR POLICIAL MILITAR, POR SUA VEZ, É CRIME MILITAR, SENDO O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO FEITO DE COMPETÊNCIA DA AUDITORIA MILITAR, EM RAZÃO DA ESPECIALIDADE DESSA JURISDIÇÃO. NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME(TJ-DF - RECSENSES: 20020210016818 DF, Relator: VAZ DE MELLO, Data de Julgamento: 14/12/2006, 2ª Turma Criminal, Data de Publicação: DJU 09/05/2007 Pág. : 135)

Ante a todo o exposto, deve, caso não reconhecida a inexistência de materialidade e autoria ou a atipicidade da conduta, ser desclassificado o crime de tortura para o delito de lesão corporal culposa.

Sendo assim, não resta dúvidas, requer a desclassificação do delito para o tipo **Art. 209, *caput*, do CPM**

3.3 - DA ABSOLVIÇÃO POR ILICITUDE DO FATO:

Em breves palavras, a ilicitude ou antijuridicidade não é particular e exclusivo do direito penal, pertencendo ao direito em geral, tanto público como privado, pois é faculdade do ordenamento jurídico decidir se uma relação determinada é contrária ao direito ou está de acordo com ele. A excludente de antijuridicidade torna licito o que é ilícito.

Assim dispõe o Art. 42, III e IV do CPM, vejamos:

> Art. 42. Não há crime quando o agente pratica o fato: (…)
>
> **III - em estrito cumprimento do dever legal;**
>
> **IV - em exercício regular de direito.**
>
> **§ 3º Não constitui crime a entrada ou permanência em casa alheia ou em suas dependências:**
>
> **I -** durante o dia, com observância das formalidades legais**,** para efetuar prisão **ou outra diligência em cumprimento de lei ou regulamento militar;**

Assinado eletronicamente por: PEDRO NATHAN ANDRADE ALENCAR ROCHA SOUSA - 30/08/2023 13:38:12
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083013381257800000043085451
Número do documento: 23083013381257800000043085451

O conceito doutrinário apontado por Guilherme Nucci, o estrito cumprimento do dever legal trata-se da ação praticada em cumprimento de um dever imposto por lei, penal ou extrapenal, mesmo que cause lesão a bem jurídico de terceiro.

Para se considerar dever legal é preciso que advenha da lei, ou seja, preceito de caráter geral, originário de poder público competente, embora no sentido lato.

Mesmo que tenha ocorrido lesão leve na vítima, os acusados não devem ser sentenciados por lesão corporal leve, uma vez que, as supostas lesões se deram na resistência da vitima em ser abordada.

MM. Juiz, a conduta dos Policiais foram baseadas na lei e nos códigos de disciplina que os mesmos são subordinados. Assim, ao perceberem o desacato, os agentes agiram conforme prescrito em lei, caso assim não fosse estariam prevaricando.

Se o trabalho da polícia, dever legal, é ostensivo e preventivo de manter a ordem pública, como bem ditado pelo Art. 26 da Lei 3.808/81, como poderia a diligência legal torna-se crime?

Se houve o delito de lesão corporal, valemo-nos da excludente de ilicitude referente ao estrito cumprimento do dever legal.

Vejamos os entendimentos dos Tribunais:

> EMENTA:APELAÇÃO CRIMINAL – CÓDIGO PENAL MILITAR – LESÃO CORPORAL – PRETENDIDA **CONDENAÇÃO PELO AFASTAMENTO DA CAUSA EXCLUDENTE DE ILICITUDE DO ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL** – INVIÁVEL – SITUAÇÃO DE RISCO CONCRETO À GUARNIÇÃO – ABSOLVIÇÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. **Não há falar em afastamento da absolvição arrimada no art. 439, alínea 'd', do Código de Processo Penal Militar c/c art. 42, III, do Código Penal Militar, se comprovado que os agentes militares agiram no estrito cumprimento do dever legal, em situação de risco concreto à guarnição**.(TJ-MS - APR: 00339858320198120001 MS 0033985-83.2019.8.12.0001, Relator: Juiz José Eduardo Neder Meneghelli, Data de Julgamento: 08/07/2021, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 12/07/2021)

> EMENTA:APELAÇÃO CRIMINAL DO PARQUET – LESÃO CORPORAL LEVE – PROEMIAL DE NULIDADE - RECHAÇADA - PRETENDIDA A CONDENAÇÃO – INVIABILIDADE – ACERVO PROBATÓRIO FRÁGIL – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I – A exigência do exame de corpo de delito não é absoluta. In casu, a existência de vestígios foi demonstrada pela via indireta, qual seja, por fotografias, que guardam sintonia com a dinâmica dos fatos retratada pela prova testemunhal, de modo que não há como acolher a prefacial de nulidade. **II – Havendo comprovação de que as lesões corporais ocorreram em virtude da resistência da vítima à prisão,**

Assinado eletronicamente por: PEDRO NATHAN ANDRADE ALENCAR ROCHA SOUSA - 30/08/2023 13:38:12
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083013381257800000043085451
Número do documento: 23083013381257800000043085451

> **impõe o reconhecimento de que os agentes públicos agiram no estrito cumprimento do dever legal, de modo que o decreto absolutório deve ser mantido. III – Contra o parecer, preliminar afastada e, quanto ao mérito, improvido**.(TJ-MS - APR: 00265863220218120001 Campo Grande, Relator: Des. Emerson Cafure, Data de Julgamento: 13/04/2023, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 18/04/2023).

Noutra queda, como bem demostrado na Jurisprudência ao norte, a conduta dos PMs encaixa-se, também, no inciso IV do Art. 42 do CPM (exercício regular de direito) posto que, é o desempenho de uma atividade ou prática de uma conduta autorizada por lei, que torna lícito um fato típico.

A diferença do inciso III para o inciso IV é que o primeiro tem natureza compulsória, irrecusável, enquanto a segunda é facultativa. Na primeira o agente limita-se a atender ao comando da lei, enquanto na segunda detém, o agente, o poder de agir legitimado pela lei.

Isso posto, a conduta dos Policiais NÃO é tida como crime, pois estão amparados por circunstâncias que excluem a ilicitude, conforme **Art. 439, d, do CPPM:**

> Art. 439. O Conselho de Justiça **absolverá** o acusado, mencionando os motivos na parte expositiva da sentença, desde que reconheça:
> (…)
>
> d) **existir circunstância que exclua a ilicitude do fato ou a culpabilidade ou imputabilidade do agente** (arts. 38, 39, **42**, 48 e 52 do Código Penal Militar);

Ante o exposto, requer que seja julgada improcedente a ação penal, para que seja declarada a **ABSOLVIÇÃO** do réu, nos termos do **artigo 439, "d", do Código de Processo Penal Militar.**

4- DA APLICAÇÃO DA PENA BASE:

Ainda na hipótese de eventual condenação, não há como a pena ser aplicada acima do mínimo legal, sem incidir em flagrante constrangimento ilegal.

Com efeito, o legislador pátrio, atento a gravidade de cada conduta tipificada ao longo do diploma material castrense, previu a pena ideal à reprovabilidade dos comportamentos descritos, não permitindo ao julgador nova valoração para fins de agravamento.

A forma como eventualmente se deu a conduta, não autoriza elevação da pena base acima do mínimo legal, sobretudo, se considerar que as demais circunstâncias balizadoras do **art. 69 do Código Penal Militar**, são, sem sombra de dúvidas, circunstancias favoráveis ao denunciado.

Assinado eletronicamente por: PEDRO NATHAN ANDRADE ALENCAR ROCHA SOUSA - 30/08/2023 13:38:12
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23083013381257800000043085451
Número do documento: 23083013381257800000043085451

Requer, que seja aplicado, na dosimetria desta, a imputação da pena base no mínimo permitido em lei, qual seja, dois anos e 121 dias se Vossa Excelência entender pelo crime do art. 1º, inciso II, c.c. §4º, inciso I, da Lei nº 9.455/97;

Do oposto e, mais aceito, entendendo pelo Crime de Lesão Corporal leve, requer a imputação da pena em **três meses**, conforme Art.209 do CPM.

5- DO REGIME DA PENA:

Não há, portanto, qualquer justificativa para a imposição do regime prisional mais gravoso, razão pela qual é medida que se impõe, determinando-se o **regime aberto**.

6- DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA:

Acreditamos que V.Exa, por todo exposto, em não acolhendo as teses de absolvição, haverá de reconhecer que o delito praticado foi o disposto no Art. 209 de CPM e, sendo assim, roga-se pela pena base em seis meses e, em consequência a suspensão condicional da pena com fundamento art. 84, do CPM.

Nestes termos, em face do quantum da pena a ser aplicada é de se reconhecer o benefício da suspensão condicional da pena, **nos termos do art. 84, do CPM.**

7- DO DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE:

Pelos fatos, é sabido que os Réus são primários (sem condenação transitada em julgado), casados, com residência fixa e com bons antecedentes.

Assim sendo, requer, seja concedido ao Réu o direito de **apelar em liberdade**, pois preenchidos os requisitos do **artigo 527, do Código, de Processo Penal Militar.**

8- DOS REQUERIMENTOS:

Ante a todo o exposto, se requer sejam absolvidos todos os réus dos crimes lhes imputados na denúncia acusatória, tendo em vista a ausência de autoria e materialidade delitivas e restar atípica a conduta. Alternativamente, caso não se reconheça a inexistência dos fatos descritos, se requer seja desclassificado o delito para o previsto no art. 129, caput do Código Penal ou 209 do CPM.

Subsidiariamente, em caso de condenação, seja aplicada a **pena mínima**, considerando que o acusado é primário e possui bons antecedentes, levando em consideração as atenuantes do Art. 72, II, III, "a", do CPM.

Rua Heitor Castelo Branco, 3001, Ilhotas, Teresina/PI - 64001-150
pedronathanadv@gmail.com terraana0@gmail.com
89 999727812 e 86 999053078

Que eventual condenação à **pena privativa de liberdade seja substituída,** se assim couber**,** por penas restritivas de direito, na forma do art. 44, §2 e §3 do Código Penal Comum, aplicável na espécie por analogia, bem como nos termos do Art. 84 do CPM.

Que seja garantido ao réu, caso não seja suspensa a pena ou imputação de pena privativa de direito, o direito de apelar em liberdade, pois preenchidos os requisitos do artigo 527, do Código, de Processo Penal Militar.

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Teresina - PI, 30 de Agosto de 2023

Pedro Nathan Andrade Alencar Rocha Sousa - OAB/PI 15.115

Ana Terra Gonçga Silva - OAB/PI 15.119

Cleiton Cunha - OAB/PI 6.673



Rua Heitor Castelo Branco, 3001, Ilhotas, Teresina/PI - 64001-150
pedronathanadv@gmail.com terraana0@gmail.com
89 999727812 e 86 999053078

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA

Rodrigo Martins Evangelista, advogado regularmente habilitado por procuração devidamente assinada e juntada nos autos, em seu próprio nome, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência **REITERAR A RENÚNCIA AO MANDATO** por motivo de foro íntimo.

Fato pelo qual requer ao Douto Juízo: **EXCLUSÃO DO NOME DO RENUNCIANTE** dos presente autos, não havendo doravante intimações em nome do renunciante, as quais devam ser feitas em nome do(s) advogado(s) atualmente habilitados conforme consta em Ata de Audiência juntada sob o ID nº44374977.

NESTES TERMOS.

PEDE DEFERIMENTO.

Teresina-PI.

25 de agosto de 2023.

Rodrigo Martins Evangelista.

OAB-PI nº 6.624

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

INTIMAÇÃO

Faço vista dos autos à Defesa dos réus EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JÚNIOR, LUARDO CÉSAR LIMA MAGALHÃES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, para apresentar as alegações finais, na forma do art. 428 do CPPM.

TERESINA, 17 de agosto de 2023.

HYGOR JUNIOR ALVES GOMES
8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina

Em anexo.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 9ª VARA CRIMINAL DE TERESINA - PI

Distribuição nº 0000983-68.2013.8.18.0033

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, por seu Promotor de Justiça, vem perante Vossa Excelência, com espeque no artigo 129, I, da Constituição Federal e no artigo 428, do Código de Processo Penal Militar, oferecer <u>ALEGAÇÕES FINAIS</u> relativas ao processo movido contra os réus **FRANCISCO OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR MAGALHÃES, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO e EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA**, devidamente qualificados nos autos, denunciados pelo crime previsto art. 1º, inciso II, c.c. §4º, inciso I, da Lei nº 9.455/97, alegando e requerendo o seguinte:

Oferecida a denúncia, esta foi recebida em 06/03/2015 (*pág. 36 – ID 26719305*).

Assinado eletronicamente por: ASSUERO STEVENSON PEREIRA OLIVEIRA - 17/08/2023 09:40:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081709400964600000042477073
Número do documento: 23081709400964600000042477073

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA

Os acusados **FRANCISCO OLIVEIRA SIVA JUNIOR**, **LUARDO CESAR MAGALHÃES**, **LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO** e **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA apresentaram respostas à acusação**, oportunidade em que pugnaram pela produção de todas as provas admitidas em direito a fim de provar a sua inocência.

O Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Piripiri (PI) declinou da competência para processar e julgar o presente feito a esse r. Juízo, em virtude da alteração do art. 9º, do Código Penal Militar, promovida pela Lei nº 13.491/2017 (decisão proferida em 12/12/2017), de modo que o douto juízo desta vara criminal designou data para a audiência de instrução (31/07/2023).

No dia 31/07/2023 (ID - 44374977) foi realizada audiência de instrução por meio do sistema de videoconferência *Microsoft Teams* - CNJ, ocasião em que foram ouvidas as testemunhas arroladas na denúncia e pela defesa dos acusados. No mesmo dia os réus foram qualificados e interrogados, oportunidade em que os mesmos negaram o delito que lhes é imputado.

Na fase de diligências as partes nada requereram.

Vieram os autos para o Ministério Público oferecer alegações finais na forma de memoriais.

De acordo com a denúncia ofertada pelo *parquet,* no dia 02 de setembro de 2012, por volta das 00h00, em frente ao clube da AABB, na cidade de Piripiri (PI), a **vítima EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE** foi

Assinado eletronicamente por: ASSUERO STEVENSON PEREIRA OLIVEIRA - 17/08/2023 09:40:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081709400964600000042477073
Número do documento: 23081709400964600000042477073

abordada pela guarnição da Polícia Militar do Piauí, formada pelos **policiais militares FRANCISCO OLIVEIRA SILVA JUNIOR**, **LUARDO CESAR MAGALHÃES**, **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA**, além de **LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO** (à época do fato exercia a função de SD PM).

Naquela data e horário, sem qualquer formalização procedimental, os ditos policiais militares chegaram na viatura e, de imediato, procederam à abordagem de EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE, momento em que o algemaram e colocaram na dita viatura policial. Ato seguinte, os policiais militares procederam à condução da vítima ao local conhecido como antigo campo de aviação, existente naquela cidade.

No local indiciado, os denunciados praticaram agressões físicas, através de socos e chutes na cabeça e em diversas regiões do corpo da vítima EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE, submetendo-o a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal.

Enquanto praticavam a mencionadas agressões, os policiais militares diziam o seguinte: “Deyves, tu agora vai ver o que acontece com quem bate na polícia”.

Após cerca de 20 minutos, em que a vítima EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE afirmou não se tratar da pessoa de “DEYVES”, os policiais militares, ora acusados, cessaram as agressões físicas contra a dita vítima.

A instrução processual, no presente caso, não deixou dúvidas quanto à materialidade e autoria do delito imputado a **FRANCISCO OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR MAGALHÃES, EVERALDO**

Assinado eletronicamente por: ASSUERO STEVENSON PEREIRA OLIVEIRA - 17/08/2023 09:40:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081709400964600000042477073
Número do documento: 23081709400964600000042477073

DE ANDRADE PEREIRA, além de LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, consoante disposto na inicial acusatória.

Com efeito, a partir dos depoimentos da mencionada vítima e das testemunhas JOEL HELYSSON DE SILVA SOARES e FÁBIO FORTES DA SILVA ficou devidamente demonstrado que os denunciados foram os autores da prática da tortura em face da vítima EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE.

Ademais, consta nos presentes autos digitais o laudo de exame pericial realizado na vítima EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE, o qual descreve as lesões corporais por ele sofridas, indicando tratar-se de lesões de natureza leve.

Assim, não restam dúvidas de que os acusados, enquanto agentes públicos e no exercício da função policial, praticaram o delito que lhes é imputado, qual seja o crime de tortura, previsto no art. 1º, inciso II, c.c. §4º, inciso I, da Lei nº 9.455/97.

Ao lume do exposto, o Ministério Público requer a CONDENAÇÃO dos réus **FRANCISCO OLIVEIRA SIVA JUNIOR**, **LUARDO CESAR MAGALHÃES**, **LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO** e **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA** pelo crime de tortura (art. previsto art. 1º, inciso II, c.c. §4º, inciso I, da Lei nº 9.455/97), por ser da mais inteira e merecida JUSTIÇA!

Nestes Termos,
Espera Deferimento.

Assinado eletronicamente por: ASSUERO STEVENSON PEREIRA OLIVEIRA - 17/08/2023 09:40:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081709400964600000042477073
Número do documento: 23081709400964600000042477073

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA

Teresina, 17 de agosto de 2023.

ASSUERO STEVENSON PEREIRA OLIVEIRA

PROMOTOR DE JUSTIÇA TITULAR
DA 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Assinado eletronicamente por: ASSUERO STEVENSON PEREIRA OLIVEIRA - 17/08/2023 09:40:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23081709400964600000042477073
Número do documento: 23081709400964600000042477073

Ao Douto Juízo Da 8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina/PI

FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, por seus advogados, em solenidade ao Art. 428, CPPM, vem, respeitosamente, REQUERER que, após à manifestação do MINISTÉRIO PÚBLICO em suas alegações finais, sejam intimados os patronos de defesa do prazo aduzido na Lei, sob pena de nulidade e cerceamento de defesa.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Teresina, 14 de Agosto de 2023

Pedro Nathan - OAB/PI 15.115

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO

Faço vista dos autos ao Ministério Público para apresentar as alegações finais, na forma do art. 428 do CPPM.

TERESINA, 7 de agosto de 2023.
TERESA CRISTINA GOMES BEZERRA
8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, nesta data, os vídeos colhidos em audiência encontram-se disponíveis no PJe mídias.

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 7 de agosto de 2023.

TERESA CRISTINA GOMES BEZERRA
Secretaria do(a) 8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: [Art. 1º, II, da Lei nº 9455 -Tortura]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

ATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO

Data: 31 de julho de 2023

Hora: 10:34:01

Local: Sala de Audiência da 8ª Vara Criminal de Teresina (Justiça Militar)

Juíza de Direito: Dra. Valdênia Moura Marques de Sá

Ministério Público: Dr. Assuero Stevenson Pereira Oliveira

Acusados:
1º Sargento PM EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, CPF: 396.216.423-53
Cabo PM FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, CPF 030.552.153-54
Cabo PM LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, CPF 005.887.533-60
Ex- PM LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO, CPF 033.854.613-83

Advogados:
Dr. Pedro Nathan Andrade Alencar Rocha Sousa, OAB PI 15115 (Advogado de Francisco de Oliveira Silva Júnior).
Dra. Enedina Gizeli Albano Moura, OAB PI 15244 **(Advogada dos réus Everaldo de Andrade Pereira e Luardo Cesar Lima Magalhães Melo).**
Dr. Hilton Ulisses Fialho Rocha Júnior OAB PI 5967 e João Marcos Araújo Parente OAB PI 11744 **(Advogados de Lucas Klinger Marinho Leitão)**

Testemunha de Defesa: Cláudio Medeiros Silva

Ausente:
Testemunha arrolada na defesa: Cláudio Medeiros Silva (Através de contato telefônico, informou não ter habilidade e nem auxílio de outra pessoa para manusear dispositivo necessário para entrar na sala de audiências por videoconferência).

No dia 31 de julho de 2023, às 10:34:01 horas, foi declarada aberta a audiência. Por ordem da MMª Juíza foi feito o pregão das partes, tendo sido registradas as presenças e ausência supra. Em seguida, o(a) MM(ª) Juiz(a) esclareceu a todos os presentes que

os termos de depoimento(s) e/ou interrogatório(s) serão gravados por meio de programa de imagem e som, destinado a obter maior fidelidade das informações, sendo, ao final, a mídia anexada aos autos, passando a integrar a presente ação penal. Ato contínuo, a defesa do réu Lucas Klinger Marinho Leitão, dispensou a testemunha Cláudio Medeiros Silva; em seguida os réus foram interrogados:: 1º Sargento PM EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, **que NEGOU a prática delitiva, Cabo PM FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, que NEGOU a prática delitiva, Cabo PM LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, que NEGOU a prática delitiva e o Ex-PM LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO, que NEGOU a prática delitiva, como se vê na gravação audiovisual.**

REQUERIMENTOS - FASE DAS DILIGÊNCIAS (ART. 427 DO CPPM):
O Ministério Público se manifestou nos seguintes termos: Sem diligências
A Defesa, por sua vez, manifestou-se nos seguintes termos: Sem diligências.

ENCERRAMENTO: Em seguida, a MMª Juíza decidiu: *Concluída a instrução criminal, determino vista dos autos às partes, sucessivamente, para apresentarem as alegações finais, na forma do art. 428 do CPPM. Após, voltem os autos conclusos para a prolação da sentença*. Nada mais havendo mandou a MMª Juíza que fosse encerrado o presente termo que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado por todos. Eu, TERESA CRISTINA GOMES BEZERRA, servidor(a) designado(a), digitei.

TERESINA, 31 de julho de 2023.

Dra. Valdênia Moura Marques de Sá
Juiz

Dr. Assuero Stevenson Pereira Oliveira
Ministério Público

Dr. Pedro Nathan Andrade Alencar Rocha Sousa, OAB PI 15115
Dra. Enedina Gizeli Albano Moura, OAB PI 15244
Dr. Hilton Ulisses Fialho Rocha Júnior OAB PI 5967
Dr. João Marcos Araújo Parente OAB PI 11744
Advogados

1º Sargento PM EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA
Cabo PM FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR
Cabo PM LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO
Ex- PM LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO
Acusados

Ciente do despacho ID 44315043.

Ao Douto Juízo Da 8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina/PI

Ao tempo em que dar ciência do r. Despacho id.7881185, vem, na oportunidade, reiterar expediente para exarar ciente quanto a Intimação de Id n.º: 43275336, oportunidade em que informa o endereço de e-mail**: pedronathanadv@gmail.com e terraana0@gmail.com**, bem como o whatsApp, **86-9.99053070 e (89) 9.99727812**, para que possa ser enviado o link objetivando a participação no Ato Judicial.

Termos em que pede juntada e deferimento.

data e assinatura no sistema.

Teresina, 28 de Julho de 2023.

Pedro Nathan - OAB/PI 15.115

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

INTIMAÇÃO ADVOGADO(PJE)

Intimo o Advogado de Defesa **Dr. RODRIGO MARTINS EVANGELISTA, OAB/PI nº 6.624 para ciência da decisão de ID n° 44315043 cuja parte final é o seguinte:"***Art. 112. "O advogado poderá renunciar ao mandato a qualquer tempo,* ***provando, na forma prevista neste Código, que comunicou a renúncia ao mandante****, a fim de que este nomeie sucessor.* ***§ 1º Durante os 10 (dez) dias seguintes, o advogado continuará a representar o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo****" No mesmo sentido, o art. 5º, §3º, do Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/94):* **Art. 5º** *"O advogado postula, em juízo ou fora dele, fazendo prova do mandato.* ***§ 3º O advogado que renunciar ao mandato continuará, durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia, a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo".*** Ante o exposto, de acordo com o art. *5º, §3º, do Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/94) e* art. 112, §1º, do CPC, considerando ainda que o advogado não apresentou a comprovação de comunicação da renúncia aos réus, **o Dr. RODRIGO MARTINS EVANGELISTA, OAB/PI nº 6.624, continuará a representar os réus durante os 10 (dez) dias seguintes A COMPROVAÇÃO DE QUE COMUNICOU A RENÚNCIA AOS RÉUS. Nesse sentido, deverá comparecer a audiência designada para o dia 31/07/2023 às 10:15 horas."**

TERESINA, 28 de julho de 2023.

LENILSON SANTANA ARAUJO
8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUALREU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

DESPACHO

Por meio da petição ID. 44301478 protocolada em 28/07/2023, o advogado Dr. RODRIGO MARTINS EVANGELISTA, OAB/PI sob o nº 6.624, na qualidade de procurador dos réus EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA e LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO apresentou renuncia ao mandato.
Compulsando os presentes autos verifica-se que conforme Despacho ID. 40643416 foi designada audiência de instrução para o dia 31/07/2023 às 10:15 horas.
Nos termos do art. 112, §1º, do CPC:

Art. 112. "O advogado poderá renunciar ao mandato a qualquer tempo, ***provando, na forma prevista neste Código, que comunicou a renúncia ao mandante****, a fim de que este nomeie sucessor.*
§ 1º Durante os 10 (dez) dias seguintes, o advogado continuará a representar o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo*"*

No mesmo sentido, o art. 5º, §3º, do Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/94):

Art. 5º ***"O advogado postula, em juízo ou fora dele, fazendo prova do mandato.***
§ 3º O advogado que renunciar ao mandato continuará, durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia, a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo".

Ante o exposto, de acordo com o art. *5º, §3º, do Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/94) e* art. 112, §1º, do CPC, considerando ainda que o advogado não apresentou a comprovação de comunicação da renúncia aos réus, **o Dr. RODRIGO MARTINS EVANGELISTA, OAB/PI nº 6.624, continuará a representar os réus durante os 10 (dez) dias seguintes A COMPROVAÇÃO DE QUE COMUNICOU A RENÚNCIA AOS RÉUS. Nesse sentido, deverá comparecer a audiência designada para o dia 31/07/2023 às 10:15 horas.**

P. R. I.
Cumpra-se.

TERESINA-PI, 28 de julho de 2023.

VALDÊNIA MOURA MARQUES DE SÁ
Juíza de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina (Justiça Militar)

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para Despacho.

TERESINA, 28 de julho de 2023.
MARIANNE ARAUJO COSTA ANDRADE
8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina

RENÚNCIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA **8ª VARA CRIMINAL** DA COMARCA DE **TERESINA** - ESTADO DO **PIAUI.**

Ref. Processo nº: 0000983-68.2013.8.18.0033

RENÚNCIA DE MANDATO

RODRIGO MARTINS EVANGELISTA, brasileiro, advogado, regularmente inscrito na **OAB/PI sob o nº 6.624**, na qualidade de procurador da parte-Ré, **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA e LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO**, nos autos da presente ação em epígrafe, e não mais desejando patrocinar a presente demanda, por motivos de foro íntimo nos termos do art. cláusula contratual, vem respeitosamente à presença de V. Exa.,**RENUNCIAR AO MANDATO** incluso nos autos, sem prejuízos ao direito que lhes assiste, haja a continuidade da intimação aos demais advogados constituídos na procuração, e/ou seja-lhe constituído defensor público nos autos na forma da Lei.

Pede e espera o deferimento.

Teresina (PI) 28 de julho de 2023.



PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO DA DEFESA

De ordem da MM Juíza de Direito Titular da 8ª Vara Criminal de Teresina (Justiça Militar), faço a intimação da **Juris Militares** na pessoa dos Advogados - **Dra. ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA - OAB/PI 15.244** e **Dr. RODRIGO MARTINS EVANGELISTA - OAB/PI 6.624,** do despacho retro que indeferiu o pedido de redesignação da audiência designada para o dia **31/07/2023.**

TERESINA, 27 de julho de 2023.

ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO
8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUALREU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

DESPACHO

Trata-se de requerimento da Defesa dos réus EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA e LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO de redesignação de audiência, tendo em vista que na mesma data e próximo ao horário designado (10:30hs), fora designada audiência pelo Juízo da 2ª Vara do Tribunal Popular do Júri da Comarca de Teresina-PI.

Compulsando os presentes autos verifica-se que conforme Despacho ID. 40643416 foi designada no dia 16/05/2023 audiência de instrução para o dia 31/07/2023 às 10:15 horas.

Verifica-se ainda que a Defesa de ambos os réus está sendo realizada pela associação JURIS MILITARES, composta por vários advogados, sendo necessária a presença de apenas um advogado na audiência, assim, não há óbice para a realização da audiência dos presentes autos e nem da audiência do Juízo da 2ª Vara do Tribunal Popular do Júri da Comarca de Teresina-PI, podendo ambas ocorrerem.

Ante o exposto, ressaltando ainda que o processo é de 2013 pertencendo a META do CNJ, **INDEFIRO O PLEITO DA DEFESA E MANTENHO A DATA DA AUDIÊNCIA.**

P. R. I.
Cumpra-se.

TERESINA-PI, 26 de julho de 2023.

VALDÊNIA MOURA MARQUES DE SÁ
Juíza de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina (Justiça Militar)

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para Despacho.

TERESINA, 26 de julho de 2023.
MARIANNE ARAUJO COSTA ANDRADE
8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina

Petição de Redesignação de audiência.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUIZA DE DIREITO DA 8ª CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA - PI

Processo nº 0000983-68.2013.8.18.0033

EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA E O LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, já qualificados nos autos, por sua advogada ao final assinado, nos autos da Ação Criminal nº 0000983-68.2013.8.18.0033, em trâmite perante este R. Juízo e respectivo Cartório, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, requerer a **REDESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA**, pelos seguintes fatos e fundamentos:

Por meio de intimação, os Requerentes e seus advogados foram cientificados da designação de audiência marcada para o dia 31/07/2023, às 10:15hs.

Ocorre que na mesma data e próximo ao horário aqui designado (10:30hs), fora anteriormente designada audiência pelo Juízo da 2ª Vara do Tribunal Popular do Júri da Comarca de Teresina-PI nos autos do processo nº 0821511-45.2022.8.18.0140, para audiência de instrução, onde se faz imperiosa a presença de todos os patronos dos Requerentes pelo grau de complexidade da demanda.

Destaca-se que o processo que tramita nessa Vara, por mais que seja antigo, esta bem distante de operar a prescrição, restando em sede instrutória poucas pessoas a serem ouvidas. Para além, como é de conhecimento dos Magistrados e Promotor competentes desta Vara, esta Advogada que subscreve, reafirma seu compromisso com o andamento razoável dos processos que atua neste juízo, jamais criando quaisquer empecilhos para seu correto andamento, salvo em situações que não há de fato como comparecer em juízo.

Assim sendo, requer a Vossa Excelência que se digne **redesignar** data posterior para a realização da audiência designada.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Teresina-PI, 26 de julho de 2023.

Enedina Gizeli Albano Moura
Advogada – OAB/PI 15.244

Assinado eletronicamente por: ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA - 26/07/2023 11:39:07
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23072611390741400000041572391
Número do documento: 23072611390741400000041572391

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CENTRAL DE MANDADOS DA COMARCA DE

PROCESSO Nº:
CLASSE:
ASSUNTO(S): []

INFORMAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

Segue em anexo certidão comprobatória da diligência realizada pelo Sr. Oficial de Justiça e Avaliador, para os devidos fins.

-PI, 18 de julho de 2023.

EVONALDO CERQUEIRA DE ANDRADE
Central de Mandados da Comarca de

Successfully created

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina (Justiça Militar)
Av. Higino Cunha, nº 1750(QCG da PMPI), Bairro Ilhotas, em Teresina-PI, Fone (86) 3216-8512

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: [ ]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA TESTEMUNHA

A MM. Juíza de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina (Justiça Militar) MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste juízo, ou quem suas vezes fizer e for apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da testemunha abaixo qualificada para **ACOMPANHAR** à audiência de **Instrução, POR VIDEOCONFERÊNCIA** designada para o dia **31(segunda-feira) do mês de julho de 2023, às 10:15 horas**, nesta 8ª Vara Criminal de Teresina (Justiça Militar), situada na Av. Higino Cunha, nº 1750 (QCG da PMPI), Bairro Ilhotas, em Teresina-PI, pelo que solicitamos que a testemunha entre em contato pelos números **(86)3216-8512** ou **(86) 9.8160-7647**, para informar seu contato telefônico e ou e-mail, para o envio do link da aludida audiência ou para retirar qualquer duvidas.

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de conectar sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

QUALIFICAÇÃO DA PARTE:
CLAUDIO MEDEIROS SILVA
moto-taxista, residente na Rua Projetada **06**, nº **121**, Bairro Floresta, em Piripiri-PI. Fone (**86**)**9.9924-1888**).

CUMPRA-SE, observando as formalidades legais e promovendo todas as diligências necessárias à localização do(a) intimando(a).

Conforme Provimento Conjunto Nº 29/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE as cópias de todos os documentos de atos processuais até a presente data praticados podem ser visualizadas, utilizando as **chaves de acesso abaixo, acessando o sítio:**

https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam:

os associados ao processo

	Tipo	Chave de acesso**

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento a este, dirigi-me à Rua Projetada nº 06, no Bairro Floresta, constatando não existir casa de nº "121"; que, na pequena rua de duas quadras, os moradores informaram não conhecer nenhuma pessoa de nome "Cláudio" que morou ou tenha morado na referida rua, que morou, há um certo tempo, na rua, um mototaxista conhecido por "maiô", mas não souberam informar seu nome, endereço ou telefone de contato. Certifico mais que diante do exposto e o que nos faculta a atual legislação, ratificada pela Resolução CNJ 354/2020 INTIMEI o Sr. Cláudio Medeiros Silva (+55 86 9924-1888~Cláudio e Jack.), pelo whatsapp, em 06 de julho de 2023, às 19h59min, ficando o mesmo bem cientificado do inteiro teor deste, conforme orientação do art. 2º, do provimento nº 63, de 14 de julho de 2020, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí. Certifico ainda que o mesmo recebeu a mensagem, pela confirmação de leitura pelo ícone "✓✓" em cor azul; que antes da mensagem com o texto intimativo, ao primeiro contato pelo whatsapp, o Sr. Cláudio enviou um áudio com o seguinte teor: "Quem é mesmo?", que depois dos arquivos enviados em "JPG" (contrafé), o Sr. Cláudio quedou-se inerte, não respondendo a nenhuma das perguntas enviadas pela referida rede social; que diante disto, nesta data, 18 de julho de 2023, liguei para o Sr. Cláudio Medeiros Silva, às 09h45min, onde o mesmo confirmou ter recebido e visualizado as mensagens e imagens da contrafé enviadas ao seu whatsapp. Dou fé.///////

Piripiri-PI, 18 de julho de 2023.

Evonaldo Cerqueira de Andrade

Oficial de Justiça e Avaliador

Ao Juízo da 8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina, Estado do Piauí.

FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, já devidamente qualificado, vem, por seus advogados, dar ciência da audiência de continuação, bem como, abaixo, deixar o contato para informar o LINK de participação.

> Adv1: 89 999727812 - pedronathanadv@gmail.com

>Adv2: 86 999053078 - terraana0@gmail.com

N.T.P.D.

TERESINA, 11 DE JULHO DE 2023

PEDRO NATHAN -OAB/PI 15.115

PROCESSO Nº: **0000983-68.2013.8.18.0033**

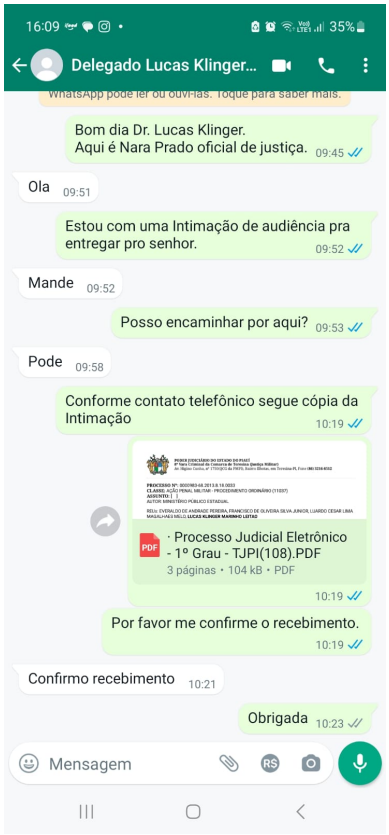
C E R T I D Ã O

Certifico que, em cumprimento ao mandado retro (ID 43235548), extraído dos autos nº 0000983-68.2013.8.18.0033 , INTIMEI LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, através de aplicativo de mensagem WhatsApp(documento anexo), número 86-99813-4344, de acordo com o provimento nº 63/20/CGJ, ficando o mesmo ciente de todo o conteúdo do mandado. Dou fé.

Teresina-PI, 10 de julho de 2023.

NARA CRISTINA PRADO FERREIRA NOGUEIRA
Oficial(a) de Justiça

Você @ Minhas Anotações
hoje às 16:07



Assinado eletronicamente por: NARA CRISTINA PRADO FERREIRA NOGUEIRA - 10/07/2023 16:15:50
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23071016155011900000040875770
Número do documento: 23071016155011900000040875770

Ciente do despacho ID 40643416, por meio do qual este juízo designou data para a audiência de instrução dos presentes autos (31/07/2023, às 10h15min).

Serve o presente expediente para exarar ciente quanto a Intimação de Id n.º: 43275336, oportunidade em que informa o endereço de e-mail, **hilton-jr@uol.com.br**, bem como o whatsApp, **86-9.9925-1991**, para que possa ser enviado o link objetivando a participação no Ato Judicial.

Termos em que pede juntada e deferimento.

data e assinatura no sistema.

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE nesta data, faço a juntada do oficio nº 543/2023, que convocou os acusados para a audiência de instrução designada para o dia 31/07/2023, às 10:15 horas, nesta 8ª Vara Criminal.

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 6 de julho de 2023.

ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretaria da 8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina

SEI -00028.020481/2023-66

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
QUARTEL DO COMANDO GERAL DA PMPI
JUÍZO DA 8ª VARA CRIMINAL (JUSTIÇA MILITAR)
Av. Higino Cunha, nº 1750, Ilhotas, Teresina-PI, CEP 64.014-220
Fone: (86)3216-8512 - e-mail: sec.9varacriminal@tjpi.jus.br

Of. nº 543/2023.

Teresina, 05 de julho de 2023**.**

AO EXMO. SR.
CEL QOPM **ANTÔNIO CORDEIRO RIBEIRO DA SILVA**
CORREGEDOR DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
L O C A L.

ASSUNTO: Solicitando a apresentação de militares para audiência.

Senhor Corregedor,

De ordem da MMª Juíza de Direito da 8ª Vara Criminal de Teresina (Justiça Militar), comunicamos a **V. Exa.** que foi **redesignada** para o dia **31 (segunda-feira) do mês de julho do corrente ano, às 10:15 horas**, nesta 8ª Vara Criminal de Teresina, proceder-se à audiência de **INSTRUÇÃO**, nos autos do processo-crime distribuição nº **0000983-68.2013.8.18.0033**, pelo que solicitamos dessa Corregedoria que seja apresentado os acusados **1º SGT PM 10.9963-92 EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, CBs PMs 10.14147-11 FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JÚNIOR** e **10.14345-11 LUARDO CESAR LIMA MAGALHÃES MELO**, no dia, hora e local supracitados, devendo ser comunicado aos mesmos que, caso queiram participar por videoconferência que **informe** a esta Justiça Militar o contato **telefônico** e o **e-mail** para o envio do **link** da aludida audiência**.**

Informações e dúvidas sobre a referida audiência pode-se entrar em contato através dos números: (**86**) **3216-8512** e (**86**) **98160-7647.**

Respeitosamente,

2º Ten QEOPM Antonio Francisco Gonçalves do Nascimento
SERVENTUÁRIO DA 8ª VARA CRIMINAL(JUSTIÇA MILITAR)

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: [ ]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO DAS PARTES

De ordem da MM Juíza de Direito Titular da 8ª Vara Criminal de Teresina faço a intimação do **Ministério Público Militar** e dos Advs. de Defesa **Dr. RODRIGO MARTINS EVANGELISTA - OAB/PI 6.624; Dra. ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA - OAB/PI 15.244; Dra. ANA TERRA GONCAGA SILVA - OAB/PI 15.119; Dr. PEDRO NATHAN ANDRADE ALENCAR ROCHA SOUSA - OAB/PI 15.115;Dr. HILTON ULISSES FIALHO ROCHA JUNIOR - OAB/PI 5.967; e Dr. JOAO MARCOS ARAUJO PARENTE - OAB/PI 11.744**, da audiência de **instrução** designada para às **10:15 horas**, do dia **31/07/2023,** nesta 8ª Vara Criminal**.**

TERESINA, 6 de julho de 2023.

ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO
8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina(Justiça Militar)

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

CERTIDÃO CENTRAL DE MANDADOS

Certifico que o(s) expediente(s) da opção central de mandados foram enviados para a Central de Mandados de Teresina em 5 de julho de 2023 por ANTONIO FRANCISCO GONCALVES DO NASCIMENTO.

TERESINA-PI, 5 de julho de 2023.
ANTONIO FRANCISCO GONCALVES DO NASCIMENTO
8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: [ ]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REUs: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, **LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO**

MANDADO DE INTIMAÇÃO DO ACUSADO

A MM. Juíza de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina (Justiça Militar) MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste juízo, ou quem suas vezes fizer e for apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do acusado abaixo qualificado para **comparecer** à audiência de **instrução,** designada para o dia **31(segunda-feira) do mês de julho de 2023, às 10:15 horas**, nesta 8ª Vara Criminal de Teresina (Justiça Militar), situada na Av. Higino Cunha, nº 1750 (QCG da PMPI), Bairro Ilhotas, em Teresina-PI, pelo que solicitamos que o acusado entre em contato pelos números **(86)3216-8512** ou **(86) 9.8160-7647**, para retirar qualquer duvidas sobre a audiência.

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimado, o acusado deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

QUALIFICAÇÃO DA PARTE:
LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO
CPF 033.854.613-83, **Delegado de Policia Civil**, filho de Francisco José Leitão e de Conceição de Maria Soares Marinho Leitão, podendo ser encontrado na **Delegacia Geral** na Rua Barroso, nº **241**, Centro / Sul, em Teresina-PI - CEP 64.000-130.

CUMPRA-SE, observando as formalidades legais e promovendo todas as diligências necessárias à localização do(a) intimando(a).
Conforme Provimento Conjunto Nº 29/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE as cópias de todos os documentos de atos processuais até a presente data praticados podem ser visualizadas, utilizando as **chaves de acesso abaixo, acessando o sítio:**

https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Processo Digitalizado Themis Web	Processo Digitalizado Themis Web	22042811410594800000025172418
Intimação	Intimação	22050512154455600000025417159
Manifestação	Manifestação	22051212063400100000025659666
Despacho	Despacho	22080513483930300000028631615
Intimação	Intimação	22080810250514800000028672 11

		8
Intimação	Intimação	22080811512553600000028682200
Intimação	Intimação	22080811512569200000028682201
Intimação	Intimação	22080811512579000000028682202
Intimação	Intimação	22080811512589600000028682203
Intimação	Intimação	22080811512598600000028682204
Sistema	Sistema	22080811515718700000028682206
Diligência	Diligência	22081012032150300000028787581
BRUNO CÉSAR LIMA DA SILVA	Diligência	22081012032162600000028788284
Diligência	Diligência	22081012083480600000028788741
DAENIO CASTRO SILVA	Diligência	22081012083492000000028788744
Diligência	Diligência	22081012091966300000028788748
DAENIO CASTRO SILVA	Diligência	22081012091976300000028788751
Diligência	Diligência	22081608301637200000028927666
claudio medeiros	Diligência	22081608301646200000028927669
Diligência	Diligência	22081608332751200000028927677
claudio medeiros	Diligência	22081608332760600000028927678
Diligência	Diligência	22081612260863100000028943295
fabio fontes da silva	Diligência	22081612260877100000028943297
Certidão	Certidão	22081812441056700000029043315
Informação sobre não comparecimento do réu Lucas Klinger.	Informação	22081812441104900000029043850
Diligência	Diligência	22081817585127200000029064211
joel helysson de farias soares	Diligência	22081817585138100000029064213
Petição Inicial	Petição Inicial	22081909274085200000029085041
Oficio 565-2022	Ofício	22081909274142400000029085066
Intimação	Intimação	22081909370727400000029085923
CIENTE MP	Manifestação	22082209013281600000029141668
Substabelecimento	Substabelecimento	22082315065234600000029226713
PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS	PROCURAÇÕES	22090111305249000000029573429
Gravação de Audiência	Certidão	22090511534325700000029689809
PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS	PROCURAÇÕES	22090916430855900000029863168
Documento_1662727850835	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	22090916430085800000029863489
scan aa	PROCURAÇÕES	22090916430106600000029863491
scan a1	PROCURAÇÕES	22090916430130800000029863492
WhatsApp Image 2022-09-09 at 13.53.44 (1)	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	22090916430159400000029863493
Habilitação e diligências	MANIFESTAÇÃO	22091908324704000000030141503
Substabelecimento	PROCURAÇÕES	22091908324715500000030141533
Ata da Audiência	Ata da Audiência	22091913482532200000030173993
SEI_TJPI - 3618305 - Termo de Audiência	Ata da Audiência	22091913482543200000030173997
MÍDIAS DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO	Certidão	22092011292700700000030218108
Despacho	Despacho	23020718213708000000034453906

Intimação	Intimação	23030213075817400000035397359
MANIFESTAÇÃO	MANIFESTAÇÃO	23030308111953300000035423833
MANIFESTAÇÃO	MANIFESTAÇÃO	23032108530368400000036169034
Manifestação	Manifestação	23032109042405600000036170139
Despacho	Despacho	23041800015273000000037130671
Sistema	Sistema	23051012284647300000038237176
Despacho	Despacho	23051614573103100000038237508
Intimação	Intimação	23070413362009800000040623237
Sistema	Sistema	23070413363423200000040623242

TERESINA, 5 de julho de 2023.

ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO

Serventuário da 8ª Vara Criminal de Teresina (Justiça Militar)

Ciente em _____/_____/_____

_____

Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima qualificada.

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

CERTIDÃO CENTRAL DE MANDADOS

Certifico que o(s) expediente(s) da opção central de mandados foram enviados para a Central de Mandados de Piripiri em 4 de julho de 2023 por ANTONIO FRANCISCO GONCALVES DO NASCIMENTO.

TERESINA-PI, 4 de julho de 2023.
ANTONIO FRANCISCO GONCALVES DO NASCIMENTO
8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina (Justiça Militar)
Av. Higino Cunha, nº 1750(QCG da PMPI), Bairro Ilhotas, em Teresina-PI, Fone (86) 3216-8512

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: [ ]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA TESTEMUNHA

A MM. Juíza de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina (Justiça Militar) MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste juízo, ou quem suas vezes fizer e for apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da testemunha abaixo qualificada para **ACOMPANHAR** à audiência de **Instrução, POR VIDEOCONFERÊNCIA** designada para o dia **31(segunda-feira) do mês de julho de 2023, às 10:15 horas**, nesta 8ª Vara Criminal de Teresina (Justiça Militar), situada na Av. Higino Cunha, nº 1750 (QCG da PMPI), Bairro Ilhotas, em Teresina-PI, pelo que solicitamos que a testemunha entre em contato pelos números **(86)3216-8512** ou **(86) 9.8160-7647**, para informar seu contato telefônico e ou e-mail, para o envio do link da aludida audiência ou para retirar qualquer duvidas.

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de conectar sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

QUALIFICAÇÃO DA PARTE:
CLAUDIO MEDEIROS SILVA
moto-taxista, residente na Rua Projetada **06**, nº **121**, Bairro Floresta, em Piripiri-PI.
Fone (**86**)**9.9924-1888**).

CUMPRA-SE, observando as formalidades legais e promovendo todas as diligências necessárias à localização do(a) intimando(a).

Conforme Provimento Conjunto Nº 29/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE as cópias de todos os documentos de atos processuais até a presente data praticados podem ser visualizadas, utilizando as **chaves de acesso abaixo, acessando o sítio:**

https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Processo Digitalizado Themis Web	Processo Digitalizado Themis Web	22042811410594800000025172418
Intimação	Intimação	22050512154455600000025417159
Manifestação	Manifestação	22051212063400100000025659666
Despacho	Despacho	22080513483930300000028631615
Intimação	Intimação	22080810250514800000028672118
Intimação	Intimação	22080811512553600000028682200
Intimação	Intimação	22080811512569200000028682201
Intimação	Intimação	22080811512579000000028682202

Intimação	Intimação	22080811512589600000028682203
Intimação	Intimação	22080811512598600000028682204
Sistema	Sistema	22080811515718700000028682206
Diligência	Diligência	22081012032150300000028787581
BRUNO CÉSAR LIMA DA SILVA	Diligência	22081012032162600000028788284
Diligência	Diligência	22081012083480600000028788741
DAENIO CASTRO SILVA	Diligência	22081012083492000000028788744
Diligência	Diligência	22081012091966300000028788748
DAENIO CASTRO SILVA	Diligência	22081012091976300000028788751
Diligência	Diligência	22081608301637200000028927666
claudio medeiros	Diligência	22081608301646200000028927669
Diligência	Diligência	22081608332751200000028927677
claudio medeiros	Diligência	22081608332760600000028927678
Diligência	Diligência	22081612260863100000028943295
fabio fontes da silva	Diligência	22081612260877100000028943297
Certidão	Certidão	22081812441056700000029043315
Informação de comparecimento do réu Lucas Klinger.	Informação	22081812441104900000029043850
Diligência	Diligência	22081817585127200000029064211
joel helysson de farias soares	Diligência	22081817585138100000029064213
Petição Inicial	Petição Inicial	22081909274085200000029085041
Oficio 565-2022	Ofício	22081909274142400000029085066
Intimação	Intimação	22081909370727400000029085923
CIENTE MP	Manifestação	22082209013281600000029141668
Substabelecimento	Substabelecimento	22082315065234600000029226713
PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS	PROCURAÇÕES	22090111305249000000029573429
Gravação de Audiência	Certidão	22090511534325700000029689809
PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS	PROCURAÇÕES	22090916430855900000029863168
Documento_1662727850835	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	22090916430085800000029863489
scan aa	PROCURAÇÕES	22090916430106600000029863491
scan a1	PROCURAÇÕES	22090916430130800000029863492
WhatsApp Image 2022-09-09 at 13.53.44 (1)	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	22090916430159400000029863493
Habilitação e diligências	MANIFESTAÇÃO	22091908324704000000030141503
Substabelecimento	PROCURAÇÕES	22091908324715500000030141533
Ata da Audiência	Ata da Audiência	22091913482532200000030173993
SEI_TJPI - 3618305 - Termo de Audiência	Ata da Audiência	22091913482543200000030173997
MIDIAS DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO	Certidão	22092011292700700000030218108
Despacho	Despacho	23020718213708000000034453906
Intimação	Intimação	23030213075817400000035397359
MANIFESTAÇÃO	MANIFESTAÇÃO	23030308111953300000035423833
MANIFESTAÇÃO	MANIFESTAÇÃO	23032108530368400000036169034
Manifestação	Manifestação	23032109042405600000036170139
Despacho	Despacho	23041800015273000000037130671
Sistema	Sistema	23051012284647300000038237176
Despacho	Despacho	23051614573103100000038237508

TERESINA, 4 de julho de 2023.

ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO
Serventuário da 8ª Vara Criminal de Teresina (Justiça Militar)

Ciente em _____/_____/_____

_____

Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima qualificada.

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUALREU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

DESPACHO

Compulsando os autos verifica-se que há audiência de instrução designada para o dia 31.07.2023 às 12:40 horas.
Visando uma melhor organização da pauta, **MANTENHO A DATA DA AUDIÊNCIA PARA O DIA 31/07/2023, ALTERANDO APENAS O HORÁRIO PARA 10:15 HORAS.**
A realização das audiências de forma presencial tornou-se não recomendada, em razão da pandemia relacionada ao coronavírus.
Em que pese a Resolução 481 do CNJ, de 22/11/2022, que decidiu, que em regra, as audiências devem ocorrer de forma presencial, este Juízo vem verificando que as audiências por videoconferências estão sendo realizadas de forma bastante satisfatória, principalmente na Justiça Militar que tem jurisdição em todo o Estado do Piauí mas só funciona na Capital Teresina-PI, com boa aceitação das partes e testemunhas, dando maior agilidade a instrução processual, alcançando assim a finalidade de termos mais celeridade nos procedimentos judiciais.
Em havendo manifestação pelo Ministério Público ou pela defesa para que as audiências ocorram de forma presencial, este Juízo não se opõe.
Ressalta-se que conforme o art 1º do Provimento CGJ/TJPI Nº 112/2022 (alterado pelo Provimento Nº 135 de 25 de abril de 2023): “Os depoimentos pessoais, as oitivas de testemunhas e vítimas residentes fora da comarca, no âmbito do Estado do Piauí, relativos a processos de quaisquer competências, que tramitam em meio eletrônico, nas unidades judiciárias da Justiça de Primeira Instância do Estado, serão realizados por sistema de videoconferência, de acordo com o dispostos neste normativo e no Provimento da Corregedoria Geral da justiça Nº 10/2018”.
Assim, no presente caso, com base no disposto acima e no art. 185, § 2º e art. 222, § 3º, ambos do CPP, **INFORMO QUE A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DOS PRESENTES AUTOS SERÁ REALIZADA DE FORMA HÍBRIDA: AS PARTES, VÍTIMAS E TESTEMUNHAS QUE RESIDEM NA COMARCA DE TERESINA DEVERÃO SE DIRIGIR A 8ª VARA CRIMINAL DE TERESINA (JUSTIÇA MILITAR), PARA PARTICIPAR DE FORMA PRESENCIAL NA SALA DE AUDIÊNCIAS. JÁ AS QUE RESIDEM EM OUTRA COMARCA PODEM PARTICIPAR DA AUDIENCIA POR MEIO DE VIDEOCONFERENCIA, DEVENDO DISPOR DE EQUIPAMENTO ADEQUADO. RESSALTA-SE QUE O POLICIAL MILITAR LOTADO FORA DE TERESINA DEVERÁ SE DIRIGIR AO BATALHÃO DA POLICIA MILITAR DE SUA COMARCA A FIM DE PARTICIPAR DA AUDIENCIA.**
DETERMINO QUE TODOS OS QUE FOREM PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA INFORMEM ANTECIPADAMENTE SEU E-MAIL E

CELULAR PARA QUE SEJA ENVIADO O LINK DE ACESSO À SALA VIRTUAL NO MOMENTO OPORTUNO.

Adotem-se as seguintes providências:

a) Intimem-se as partes com, no mínimo, 10 dias de antecedência (art. 185, § 3º, do CPP)

b) O termo de audiência será assinado apenas eletronicamente pelo magistrado que presidir o ato, que lhe conferirá fé.

c) Comunique-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública (se for o caso) e ao estabelecimento prisional (se houver réu preso), acompanhado dos dados de acesso à sala virtual de videoconferência.

Expedientes necessários.

P. R. I.

Cumpra-se.

TERESINA-PI, 10 de maio de 2023.

VALDENIA MOURA MARQUES DE SÁ
Juíza de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina-PI
(Justiça Militar)

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para Despacho.

TERESINA, 10 de maio de 2023.
MARIANNE ARAUJO COSTA ANDRADE
8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUALREU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

DESPACHO

Conforme Ata de Audiência ID 32046071, não foi possível concluir a audiência designada para o dia 12/09/2022, em razão da ausência da testemunha Cláudio Medeiros Silva , que não foi localizada.

O Ministério Público informou novo endereço da testemunha (ID 37642642).
Nesse sentido, **DESIGNO A CONTINUAÇÃO DA AUDIENCIA DE INSTRUÇÃO PARA O DIA 31/07/2023 ÀS 12:40 HORAS.**
Expedientes necessários.
P. R. I.
Cumpra-se.

TERESINA-PI, 13 de abril de 2023.

VALDÊNIA MOURA MARQUES DE SÁ

Juíza de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina (Justiça Militar)

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA-PI

Autos n° 983-68.2013.818.0033

FAÉLEM DA SILVA NASCIMENTO, brasileira, solteira, advogada, inscrita nos quadros da OAB/PI sob o nº 15935, já qualificada nos autos do processo supra, vem através da presente requerer que seja DESCADASTRADA nos autos da presente ação, considerando que a mesma não mais integra o quadro de advogados da ASPRA/PI, permanecendo assim o processo habilitado em nome dos demais advogados que constam em procuração.

Pugna, que nenhuma intimação seja a ela expedida, evitando, assim, eventuais nulidades processuais. Ainda, na oportunidade, requer sejam todos os atos e publicações alusivos ao feito também realizados em nome dos demais patronos já cadastrados, sob pena de nulidade.

Nestes termos,

Pede deferimento.

(datado no sistema)

Faélem da Silva Nascimento

Advogada

OAB/PI 15935

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE TERESINA-PI

Autos n° 983-68.2013.818.0033

FAÉLEM DA SILVA NASCIMENTO, brasileira, solteira, advogada, inscrita nos quadros da OAB/PI sob o nº 15935, já qualificada nos autos do processo supra, vem através da presente requerer que seja DESCADASTRADA nos autos da presente ação, considerando que a mesma não mais integra o quadro de advogados da ASPRA/PI, permanecendo assim o processo habilitado em nome dos demais advogados que constam em procuração.

Pugna, que nenhuma intimação seja a ela expedida, evitando, assim, eventuais nulidades processuais. Ainda, na oportunidade, requer sejam todos os atos e publicações alusivos ao feito também realizados em nome dos demais patronos já cadastrados, sob pena de nulidade.

Nestes termos,

Pede deferimento.

(datado no sistema)

Faélem da Silva Nascimento

Advogada

OAB/PI 15935

MM.ª Juíza,

Serve o presente expediente, em atenção ao Despacho de Id n.º: 36604977, e sua intimação, (Id n.º: 37614482), para informar que tal *diligência* foi *cumprida*, conforme se depreende da *Manifestação* acostada no *Id n.º: 32010775*, na oportunidade, informa-se, por cautela, o novo endereço como sendo, **Rua Projetada 06, n.º: 121, Bairro Floresta, Piripiri - PI,** pugnando pelo deferimento do pedido ora protocolado, expedindo o competente Mandado para os devidos fins.

Termos em que pede e espera deferimento.

Data e assinatura no sistema.

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

ATO ORDINATÓRIO

Intimo a defesa de Lucas Klinger Marinho Leitão, **os advogados Dr. Hilton Ulisses Fialho Rocha Júnior OAB/PI 5.967 e João Marcos Araújo Parente, OAB-PI 11744, para que informem no prazo de 5 (cinco) dias** o endereço da testemunha de defesa Cláudio Medeiros Silva, alertando-o que caso se mantenha inerte será considerado a desistência da oitiva da testemunha.

TERESINA, 2 de março de 2023.
TERESA CRISTINA GOMES BEZERRA
8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUALREU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

DESPACHO

INTIME-SE O ADVOGADO DE DEFESA DO ACUSADO LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, O DR JOÃO MARCOS ARAUJO PARENTE (OAB/PI 11744) PARA QUE INFORME NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS O ENDEREÇO DA TESTEMUNHA DE DEFESA CLÁUDIO MEDEIROS SILVA, ALERTANDO-O QUE CASO SE MANTENHA INERTE SERÁ CONSIDERADO A DESISTÊNCIA DA OITIVA DA TESTEMUNHA.
Após, retornem os autos para designação de audiência.
P. R. I.
Cumpra-se.

TERESINA-PI, 6 de fevereiro de 2023.

VALDENIA MOURA MARQUES DE SÁ

Juíza de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Comarca de Teresina-PI (Justiça Militar)

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUALREU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, nesta data, faço a juntada das mídias da audiência de instrução realizada no dia 12 de setembro de 2022 abaixo listados, cujos links relacionados à visualização no Portal Pje Mídias são:

Leitura da denúncia:
https://midias.pje.jus.br/midias/web/site/login/?chave=6gz5fD7dLJEcaSQDwOWd
Declaração da vítima Ednardo Farias Soares:
https://midias.pje.jus.br/midias/web/site/login/?chave=u8hnaKZYRC0OkEgc1wkw
Testemunha Joel Helysson de Silva Soares:
https://midias.pje.jus.br/midias/web/site/login/?chave=hqRgZf7mg8UA84na9ETq
Testemunha Fábio Fortes da Silva:
https://midias.pje.jus.br/midias/web/site/login/?chave=8cjrGmt2s31ANj1L9YX9
Testemunha de defesa Daenio Castro Silva:
https://midias.pje.jus.br/midias/web/site/login/?chave=WihUUXuWykiD94wQrp0p
Bruno Cesar Lima da Silva e encerramento:
https://midias.pje.jus.br/midias/web/site/login/?chave=Kqv1vGjSRgAMbqysjStj

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 20 de setembro de 2022.

EVANDRO DE SOUSA E SILVA
Secretaria do(a) 9ª Vara Criminal de Teresina

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (11037)
ASSUNTO: []
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUALREU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, faço juntada da ata de audiência realizada no dia 12/09/2022, na sala de audiências da 9ª Vara Criminal de Teresina.

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 19 de setembro de 2022.

TERESA CRISTINA GOMES BEZERRA
Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
9ª VARA CRIMINAL (JUÍZO MILITAR) DA COMARCA DE TERESINA - 9VARJUIMILTER
Av Higino Cunha - Bairro Ilhotas - Prédio da 9ª Vara Criminal (Justiça Militar) - CEP 64000-000
Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Termo de Audiência Nº 66/2022 - PJPI/COM/TER/9VARJUIMILTER

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

JUÍZO DA 9ª VARA CRIMINAL (AUDITORIA MILITAR) DE TERESINA

Av. Higino Cunha, nº 1750, Ilhotas, Teresina-PI, CEP 64.014-220-Fone: (86) 3216-8512

AUDIÊNCIA REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA

Portaria nº 1382/2022-PJPI/TJPI/SECPRE, de 28/04/2022 em seu ART. 7º
ATA DE AUDIÊNCIA

Processo: 0000983-68.2013.8.18.0033

Autor: Ministério Público Estadual

Réus: 1º SGT PM Everaldo de Andrade Pereira; CB PM Francisco De Oliveira Silva Júnior;

CB PM Luardo César Lima Magalhães Melo; DPC Lucas Klinger Marinho Leitão.

Crime: Art. 1º, II, da Lei nº 9455 (Tortura)

Dia: 12/09/2022

Início da Audiência: 09h10min

Juíza de Direito: Dra. Valdênia Moura Marques de Sá.

Promotor de Justiça: Dr. Assuero Stevenson Pereira Oliveira

Advogada de 1º SGT PM Everaldo de Andrade Pereira e CB PM Luardo César Lima Magalhães Melo: Dra. Enedina Gizeli Albano Moura OAB/PI 15.244

Advogado de CB PM Francisco De Oliveira Silva Júnior: Dr. Francisco Walter De Amorim Meneses Júnior OAB/PI 5.641

Advogados do DPC Lucas Klinger Marinho Leitão: Dr. Hilton Ulisses Fialho Rocha Júnior OAB/PI 5.967 e João Marcos Araújo Parente, OAB-PI 11744

Assinado eletronicamente por: TERESA CRISTINA GOMES BEZERRA - 19/09/2022 13:48:25
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22091913482543200000030173997
Número do documento: 22091913482543200000030173997

PRESENTES:

Testemunhas arroladas na denúncia: Joel Helysson de Farias Soares e Fábio Fontes da Silva

Testemunhas arroladas na defesa: APC Daênio Castro Silva; Bruno César Lima Da Silva;

Réus: 1º SGT PM Everaldo De Andrade Pereira; CB PM Francisco De Oliveira Silva Júnior;

CB PM Luardo César Lima Magalhães Melo e DPC Lucas Klinger Marinho Leitão (à época dos fatos era Soldado PMPI)

AUSENTE:

Testemunhas arroladas na defesa: Claudio Medeiros Silva (Não intimado-Mudou de Endereço)

ABERTA A AUDIÊNCIA:

A MMª Juíza de Direito declarou aberta a audiência de instrução, fazendo o pregão das partes, registrando as presenças e ausências supra. Em seguida, **a MMa Juíza cientificou aos presentes de que, em conformidade com a Portaria nº 1382/2022-PJPI/TJPI/SECPRE, de 28/04/2022 em seu ART. 7º,** ***As audiências poderão ser realizadas na modalidade presencial ou por videoconferência, ficando a cargo do(a) magistrado(a) a escolha na forma de sua realização"*** **e no ART. 9º, §2º,** ***"A forma de realização da sessão (videoconferência ou presencial) deverá constar na publicação da pauta de julgamento de cada órgão".*** **Informou, ainda, a MMa Juíza sobre o direito à entrevista prévia e reservada entre o réu e seu Advogado ou Defensor Público, inclusive, por meio telemático, pelos meios disponíveis na plataforma que estiver sendo utilizada ou qualquer outro disponível, sendo-lhes garantido o sigilo dessa comunicação, não podendo tais informações serem utilizadas nos autos em questão, caso tenha sido obtidas de forma ilícita. A MMa Juíza de Direito, cientificou ainda aos presentes, da impossibilidade de suas assinaturas nos termos e atas da referida audiência, em face da realização por videoconferência, sendo os mesmos assinados apenas pela Magistrada e pela servidora designada para acompanhar a sessão, após as partes se manifestarem, ainda durante a audiência, se concordam ou não com o seu teor, sendo, em seguida, anexados aos autos e lançados no sistema PJe**. Após a leitura da denúncia, inquiriu as testemunhas arroladas na denúncia e as testemunhas arroladas na defesa que se encontravam presentes, tendo a defesa insistido na inquirição da testemunha ausente, Cláudio Medeiros Silva, ficando o advogado, Dr. João Marcos Araújo Parente, responsável por informar um possível novo endereço da testemunha. Pleito deferido pela Magistrada. Em razão do pedido da defesa, a MM. Juíza de Direito suspendeu a audiência de instrução dos presentes autos.

EM SEGUIDA, PELA MMa JUÍZA FOI DELIBERADO:

"**O advogado de defesa do acusado Lucas Klinger Marinho Leitão, o Dr. João Marcos Araújo Parente, OAB/PI 11744, FICOU DEVIDAMENTE INTIMADO PARA QUE INFORME NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS O ENDEREÇO DA TESTEMUNHA DE DEFESA CLÁUDIO MEDEIROS SILVA; após voltem os autos conclusos para designação de uma nova audiência para a inquirição da testemunha, caso seja localizada e, em não sendo, para a qualificação e interrogatório dos acusados''.**

AUDIÊNCIA ENCERRADA: às 11h00min. Do que, para constar, lavrei o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, *Teresa Cristina Gomes Bezerra*, digitei e subscrevi.

Assinado eletronicamente por: TERESA CRISTINA GOMES BEZERRA - 19/09/2022 13:48:25
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22091913482543200000030173997
Número do documento: 22091913482543200000030173997

VALDÊNIA MOURA MARQUES DE SÁ

JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA 9ª VARA CRIMINAL DE TERESINA (JUSTIÇA MILITAR)

JUÍZO SINGULAR

Documento assinado eletronicamente por **Valdênia Moura Marques de Sá**, **Juíza de Direito**, em 15/09/2022, às 12:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php informando o código verificador **3618305** e o código CRC **98A09BE2**.

22.0.000093190-3 3618305v13

Assinado eletronicamente por: TERESA CRISTINA GOMES BEZERRA - 19/09/2022 13:48:25
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22091913482543200000030173997
Número do documento: 22091913482543200000030173997

MM.ª Juíza,

Serve o presente expediente para, primeiro, informar já constar nos autos do presente fólio virtual, ID n.º: 31403181, Substabelecimento o qual me confere poderes para representar o réu Lucas Klinger, na oportunidade, e em atenção ao determinado em audiência, cujo link da mídia encontra-se no Id n.º: 31526817, informar que em diligências foi localizado o novo endereço da testemunha, como sendo, **Rua Projetada 06, n.º: 121, Bairro Floresta, Piripiri - PI**, devendo ser expedido o competente Mandado para o referido endereço, por fim, como forma de regularizar a representação do Dr. João Marcos Parente, segue, em anexo, Substabelecimento com reserva de poderes, pugnando, sob pena de nulidade, que todas as intimações sejam feitas em nome deste subscritor.

Termos em que pede espera deferimento.

Data e assinatura no sistema.

S U B S T A B E L E C I M E N T O

HILTON ULISSES FIALHO ROCHA JÚNIOR, hilton-jr@uol.com.br, brasileiro, advogado, casado, com escritório profissional situado na Rua Visconde da Parnaíba, 1439, Horto Florestal, Teresina – PI, CEP n.º: 64.049-570, Sala – 02, vem, pelo presente, **SUBSTABELECER, *COM RESERVA DE IGUAIS*,** os poderes que lhe foram outorgados por LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO, nos autos do processo n.º: 0000983-68.2013.8.18.0033, id n.º: 31403181, em prol do advogado, **Dr. JOÃO MARCOS ARAÚJO PARENTE**, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB/PI sob o n.º: 11.744, com endereço profissional situado na Av. João Elias Tajra, 661, Jóquei, Teresina – PI.

Teresina - PI, 19 de setembro de 2022.

HILTON Ulisses Fialho Rocha JÚNIOR
OAB/PI n.º: 5.967

EXCELENTISSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) DA 9ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA-PI

AUTOS Nº 983-68.2013.818.0033

FAELEM DA SILVA NASCIMENTO, brasileira, solteira, advogada, devidamente inscrita nos quadros da OAB/PI sob o nº 15935, vem mui respeitosamente a presença de Vossa Excelencia requerer habilitação nos autos da presente ação em favor do Réu, *3º SGT PM FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JÚNIOR*, na qualidade de representante da Associação dos Praças da Policia Militar do Estado do Piauí - ASPRA/PI nos termos da procuração em anexo.Reitera ainda que todos os atos e publicações alusivos a defesa do referido devem ser intimados e notificados a esta causídica, sob pena de nulidade.

Neste diapasão, a causídica requer desde já o envio do link da audiencia que será realizada em 12/09/2022 às 8:30h para o endereço eletronico: faelemadv@gmail.com ou para o contato de whatsapp: 86 99838-3308.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Teresina-PI, 09 de Setembro de 2022.

Faelem da Silva Nascimento

Advogada

OAB/PI 15935

Telefonica Brasil S.A.
Rua Perdizes, - CEP: 65075-340 - São Luís - MA
I.E.: 122019180 CNPJ Matriz: 02.558.157/0001-62

Nº da Conta: 00001122109245
Código Cliente: 00000121796789

MÊS REFERÊNCIA: 08/2022
DATA DE EMISSÃO: 02/08/2022

FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR
AVENIDA FORMOSA 208
FORMOSA
65636-180 TIMON - MA

2ª Via

VENCIMENTO	VALOR A PAGAR (R$)
17/08/2022	119,99

MEIO DE PAGAMENTO: BOLETO
ENVIO DA FATURA: E-MAIL
(oliveirajr270@gmail.com)

OS BENEFÍCIOS DO CELULAR RENOVAM TODO DIA: 02

RESUMO DA SUA CONTA (DE 02/07/22 A 01/08/22)

VIVO CELULAR	119,99
Outros lançamentos	0,00
Total a pagar	119,99

Plano contratado | Adicionais contratados	Quantidade	Valor (R$)
VIVO CELULAR - Pós		
Vivo Pos 20GB.	1	119,99
(+) Serviços Digitais	-	-
Subtotal Vivo Pós		119,99
Subtotal Plano contratado / Adicionais contratados		119,99
Total a pagar		119,99

- Não existe(m) valor(es) pendente(s) até a data de emissão dessa conta -

SEUS NÚMEROS VIVO
Tel. Celular: 86-98143-3877 (Caso você tenha mais linhas, consulte o detalhamento no App Vivo)

SUAS BONIFICAÇÕES
Celular Vivo: 1 Bônus Conta Digital 3GB | 1 Bônus Minutos Ilimitados

Veja detalhamento da sua conta no app Vivo

Pelo aplicativo, você também pode:
- Cadastrar o Débito Automático na sua conta e receber 3GB de internet todo mês
- Aproveitar os benefícos do Vivo Valoriza

FALE COM A GENTE
Acesse o App Vivo ou ligue:
Para os serviços da casa: 10315
Para os serviços do celular: *8486 do seu celular Vivo
Se tem necessidades especiais de fala/audição, 142

Importante: Mantenha o pagamento em dia e evite o cancelamento dos serviços, a suspensão parcial / total dos serviços, a rescisão contratual, e a inclusão nos órgãos de proteção ao crédito. Para pagamento após o vencimento serão cobrados encargos de 2% e juros de 1% ao mês em conta futura. | Central de Atendimento ANATEL: 1331, 1332 para deficientes auditivos e www.anatel.gov.br. PLANOS ANATEL: Vivo Pos 20GB.: 156/POS/SMP. Para a prestação de serviços descrita nessa fatura incidem os seguintes impostos: PI - 18% ICMS, 0.65% PIS e 3% COFINS para Telecom. SP - 2% ISS, 1.65% PIS e 7.6% COFINS e 0% ISS, 0% PIS e 0% COFINS e 0% ISS, 0.65% PIS e 3% COFINS para SVAs.

Autenticação Mecânica — Destaque aqui

FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR

Vencimento	Total a Pagar - R$
17/08/2022	119,99

Cód. Débito Automático	Nº da Conta	Nº da Fatura	Mês Referência
1122109245-0	00001122109245	00000261824011	08/2022

846900000015 199900741000 011221092452 922088240119

Pagar via Pix

FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR
AVENIDA FORMOSA 208
FORMOSA
65636-180 TIMON - MA

CPF/CNPJ: 030.552.153-54
Inscrição Estadual: ISENTO
Número da Conta: 00001122109245

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Nome da Empresa: Telefonica Brasil S.A.
Endereço: Av. Joquei Clube, 299 - Centro
CNPJ: 02.558.157/0007-58
I.E.: 194500942

Nº NFST: 2265281/08/2022
Período:02/07/2022 a 01/08/2022
Atende o convênio: 115/2003
Descrição: PF/PJ - OUTROS

Nº Série: BT Sub-Série: 1
Emissão: 06/08/2022
CFOP: 5.307

Seq.	Cód. Serviço	Descrição	Quantidade	ICMS	Valor R$
1	1570	Serviços Contratados Vivo Móvel	1	18%	89,99
TOTAL NOTA FISCAL TELEFONICA BRASIL S.A.					89,99

Informações Complementares

ICMS	18,00%	Base de Cálculo	R$ 89,99	Valor ICMS	R$ 16,20	Serv. Isentos/Não Tributável	R$ 0,00
PIS	0,65%	Base de Cálculo	R$ 73,79	Valor PIS	R$ 0,48	Serv. Isentos/Não Tributável	R$ 0,00
COFINS	3,00%	Base de Cálculo	R$ 73,79	Valor COFINS	R$ 2,21	Serv. Isentos/Não Tributável	R$ 0,00

Contribuição para o Fust 1% = R$0,71 e Funtel 0,5% = R$0,36 do Valor dos Serviços - Não Repassados às Tarifas.
Autenticação digital: 680d7d0cb0671e440c107d27c43433d2

Assinado eletronicamente por: FAELEM DA SILVA NASCIMENTO - 09/09/2022 16:43:01
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22090916430085800000029863489
Número do documento: 22090916430085800000029863489

FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR
AVENIDA FORMOSA 208
FORMOSA
65636-180 TIMON - MA

MÊS REFERÊNCIA: 08/2022
DATA DE EMISSÃO: 02/08/2022

- Para detalhamento do consumo dentro da franquia acesse o App da Vivo -

DETALHAMENTO DA SUA CONTA (DE 02/07/22 A 01/08/22)

SEU NÚMERO VIVO: 86-98143-3877

Plano contratado | Adicionais contratados

VIVO CELULAR - Pós	Período	Incluso Plano / Pacote	Utilizado Minutos / Unidades	Valor (R$)
Vivo Pos 20GB.	-	1	1	89,99
Subtotal				89,99

		Incluso Plano / Pacote	Utilizado Minutos / Unidades	Valor (R$)
Vivo Avisa Grátis		ILIMITADO	-	0,00
Apps Ilimitados		ILIMITADO	6,71GB	0,00
Franquia de Internet		20,00GB	5,54GB	0,00
Minuto Vivo + Fixo Outra Operadora		ILIMITADO	11m00s	0,00
Minutos Movel - Outras Operadoras		ILIMITADO	-	0,00
Roaming Nacional		ILIMITADO	28m42s	0,00
SMS - Brasil		ILIMITADO	-	0,00

BONIFICAÇÃO MOVEL	Período	Incluso Plano / Pacote	Utilizado Minutos / Unidades	Valor (R$)
Bônus Conta Digital 3GB	-	3,00GB	3,00GB	0,00
Bônus Minutos Ilimitados	-	ILIMITADO	65m54s	0,00

OUTROS LANÇAMENTOS

SERVIÇOS DIGITAIS

TELEFONICA BRASIL S.A. 02.558.157/0135-74

VIVO CELULAR - Pós	Período	Incluso Plano / Pacote	Utilizado Minutos / Unidades	Valor (R$)
Vivo Pos Serviço Digital I	-	-	-	-
NBA Básico	-	-	-	1,00
Skeelo Premium	-	-	-	27,00
Goread	-	-	-	2,00
Subtotal				30,00

Assinado eletronicamente por: FAELEM DA SILVA NASCIMENTO - 09/09/2022 16:43:01
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22090916430085800000029863489
Número do documento: 22090916430085800000029863489

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

EU, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JÚNIOR; CPF: 030.662.753-54; RG: 7074747-77; ENDEREÇO: AV. FORMOSA Nº 208, B. FORMOSA TIMON-MA; CASADO; BRASILEIRO

vêm através desta requerer os benefícios da Gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil). Requer, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do referido processo.

Teresina-PI, 09 de SETEMBRO de 2022.

Francisco de Oliveira Silva Júnior

-requerente-

Assinado eletronicamente por: FAELEM DA SILVA NASCIMENTO - 09/09/2022 16:43:01
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22090916430106600000029863491
Número do documento: 22090916430106600000029863491

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JÚNIOR, natural de TERESINA, estado civil CASADO, inscrito no RG sob o nº 1074147-77 orgão expedidor PM/PI, e inscrito no CPF nº 030.552.753-64, com endereço residencial sito à AV. FORMOSA Nº 208 B. FORMOSA, CEP 65636-780, Cidade TIMON, Estado MA.

OUTORGADOS: ANA TERRA GONÇAGA SILVA, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PI 15.119 e OAB/MA- 22852-A, com endereço eletrônico: terraana0@gmail.com, e escritório sito à Rua Nova, nº 479, Centro, Santa Inês/MA, **CLEITON APARECIDO SOARES DA CUNHA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PI 6.673, com escritório sito à Rua Heitor Castelo Branco, Ilhotas, 3001, Teresina/PI e **FAELEM DA SILVA NASCIMENTO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PI sob o nº 15.935, com endereço eletrônico: faelemadv@gmail.com e escritório sito à Rua Tenente Antônio de Freitas, 893, Piripiri-PI e **PEDRO NATHAN ANDRADE ALENCAR ROCHA SOUSA**, advogado, solteiro, inscrito na OAB/PI 15.115, com endereço eletrônico pedronathanadv@gmail.com e escritório sito à Rua Heitor Castelo Branco, Ilhotas, 3001, Teresina/PI.

PODERES: Para o foro em geral (art.105 do CPC), a fim de que, independentemente de ordem de nomeação, representar o OUTORGANTE em juízo ou fora dele, nas ações em que este for autor, réu, assistente ou opoente, perante quaisquer juízos ou tribunais, em qualquer grau, podendo transigir, desistir, firmar compromisso, receber e dar quitação, levantar valores e bens, enfim, tudo o mais que se tornar necessário ao fiel desempenho deste mandato. Os poderes aqui conferidos podem ser, com ou sem reservas, substabelecidos. E, em especial, delega poderes no processo Nº: _____.

TERESINA-PI, 09/09/22

Francisco de Oliveira Silva Júnior

-outorgante-

Assinado eletronicamente por: FAELEM DA SILVA NASCIMENTO - 09/09/2022 16:43:01
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22090916430130800000029863492
Número do documento: 22090916430130800000029863492


GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO - PMPI

PAI
FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA

MÃE
MARIA JOSE SOUSA SILVA

LOCAL E DATA DE NASCIMENTO
Teresina - PI 27 Jul 1987

Nº DA CÉDULA
23381

VIA
1ª

CPF
030.552.153-54

PIS / PASEP
16890507429

TÍTULO ELEITORAL
058470491120

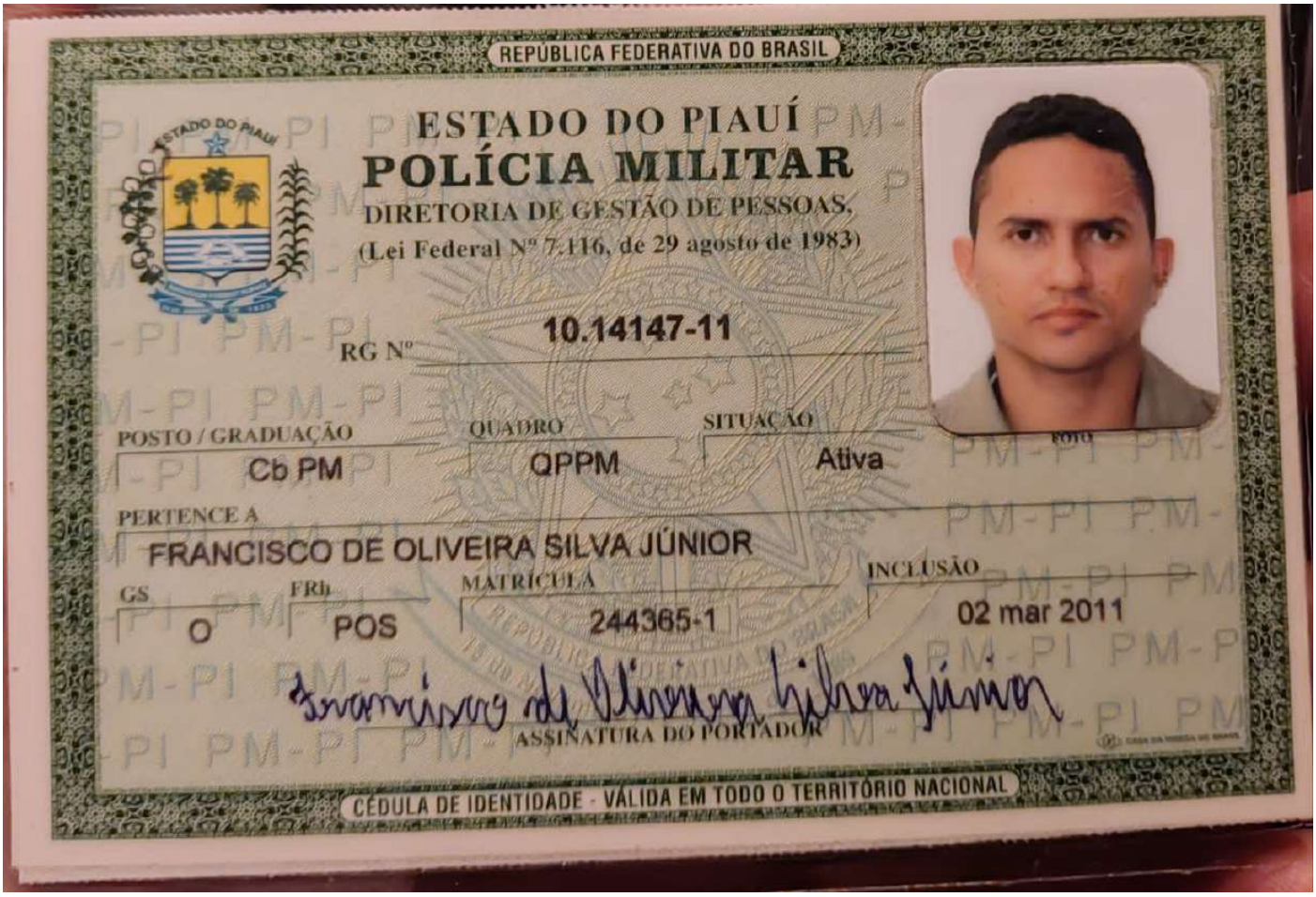
CNH
03834876952

DOCUMENTO APRESENTADO
Reg Nas nº 46.132, Cart Reg Civil, Timon-MA, Lv 116, Fl 167, Exp 20 Out 1987

LOCAL E DATA DE EXPEDIÇÃO
Teresina-PI 29 Jul 2022

MARCOS AURÉLIO MATIAS LOPES - CEL PM
DIRETOR DA DGP/PMPI

FÉ PÚBLICA - LEI FEDERAL Nº 7.116, DE 29 AGO 83 E DECRETO ESTADUAL Nº 6.763, DE 11 JUL 86



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PIAUÍ

POLÍCIA MILITAR

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS,

(Lei Federal Nº 7.116, de 29 agosto de 1983)

RG Nº 10.14147-11

FOTO

POSTO / GRADUAÇÃO: Cb PM

QUADRO: QPPM

SITUAÇÃO: Ativa

PERTENCE A

FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JÚNIOR

GS: O

FRh: POS

MATRÍCULA: 244365-1

INCLUSÃO: 02 mar 2011

ASSINATURA DO PORTADOR

CÉDULA DE IDENTIDADE - VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
ASSUNTO: [Crimes de Abuso de Autoridade]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, nesta data, **junto aos autos Link para visualização na plataforma PJe Mídias da Gravação de Audiência realizada na 29ª Vara Criminal da Comarca de São Paulo em 24 de outubro de 2017**, referente a oitiva da vítima Ednardo Farias Albuquerque.

https://midias.pje.jus.br/midias/web/site/login/?chave=CwqppgGE0NYBeht7yCQo

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 5 de setembro de 2022.

IGOR ANTONI COSTA DE OLIVEIRA
Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina (Justiça Militar)

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA-PI

SUBSTABELECIMENTO

Em retificação ao substabelecimento protocolado dia 23/08/2022, id. n° 31033134; eu, **FRANCISCO WALTER DE AMORIM MENESES JÚNIOR**, advogado, OAB/PI n° 5.641, E OUTROS, **SUBSTABELEÇO, SEM RESERVA DE PODERES**, **HILTON ULISSES FIALHO ROCHA JÚNIOR**, advogado, portador da OAB/PI nº 5.967; os poderes que me foram conferidos, na procuração anexa aos autos, para representar **o Réu LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO**.

Quanto aos demais outorgantes da procuração anexa aos autos, continuarei dando fiel cumprimento ao mandato.

Teresina- PI, 01 de setembro de 2022.

Francisco Walter de Amorim Meneses Júnior

Advogado - OAB/PI 5.641

JURIS MILITARIS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA-PI

SUBSTABELECIMENTO

Eu, **FRANCISCO WALTER DE AMORIM MENESES JÚNIOR**, advogado, OAB/PI n° 5.641, E OUTROS, **SUBSTABELEÇO, SEM RESERVA DE PODERES**, **HILTON ULISSES FIALHO ROCHA JÚNIOR**, advogado, portador da OAB/PI nº 5.967, os poderes que me foram conferidos na procuração anexa aos autos do processo nº 0000983-68.2013.8.18.0033, habilitando-o a praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do referido mandato.

Teresina- PI, 23 de agosto de 2022.

_____

Francisco Walter de Amorim Meneses Júnior

Advogado - OAB/PI 5.641

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO WALTER DE AMORIM MENESES JUNIOR - 23/08/2022 15:06:52
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22082315065234600000029226713
Número do documento: 22082315065234600000029226713

Ciente do despacho ID 30399673, no qual este douto juízo designou data para a audiência de instrução (12/09/2022, às 08h30min).

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
ASSUNTO: [Crimes de Abuso de Autoridade]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

AVISO DE INTIMAÇÃO DAS PARTES

De ordem da Exma. Juíza de Direito, intimo o **Ministério Publico Militar** e o Adv. de Defesa **Dr. FRANCISCO WALTER DE AMORIM MENESES JUNIOR - OAB/PI 5.641**, da audiência de **instrução** designada para o dia **12/09/2022**, nesta 9ª Vara Criminal de Teresina.

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 19 de agosto de 2022.

ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
ASSUNTO: [Crimes de Abuso de Autoridade]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, nesta data, faço a juntada do oficio nº 565/2022, que convocou os acusados para a audiência de instrução designada para o dia 12/09/2022, nesta 9ª Vara Criminal.

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 19 de agosto de 2022.

ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
QUARTEL DO COMANDO GERAL DA PMPI
JUÍZO DA 9ª VARA CRIMINAL (JUSTIÇA MILITAR)
Av. Higino Cunha, nº 1750, Ilhotas, Teresina-PI, CEP 64.014-220
Fone: (86)3216-8512 - e-mail: sec.9varacriminal@tjpi.jus.br

Of. nº 565/2022.

Teresina, 04 de agosto de 2022.

AO EXMO. SR.
CEL QOPM **ANTÔNIO CORDEIRO RIBEIRO DA SILVA**
CORREGEDOR DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
L O C A L.

ASSUNTO: Solicitando a apresentação de militares para audiência (**por videoconferência**).

Senhor Corregedor,

De ordem da MMª Juíza de Direito da 9ª Vara Criminal de Teresina, comunicamos a **V. Exa.** que foi **redesignada** para o dia **12(segunda-feira) do mês de setembro do corrente ano, às 08:30 horas**, nesta 9ª Vara Criminal de Teresina, proceder-se à audiência de **INSTRUÇÃO, por videoconferência**, nos autos do processo-crime distribuição nº **0000983-68.2013.8.18.0033**, pelo que solicitamos dessa Corregedoria que seja apresentado os acusados **1º SGT PM 10.9963-92 EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, CBs PMs 10.14147-11 FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JÚNIOR** e **10.14345-11 LUARDO CESAR LIMA MAGALHÃES MELO** e o **SD PM 10.14091-11 LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO**, no dia, hora e local supracitados, devendo ser comunicado aos mesmos que, caso queiram participar por videoconferência que **informe** a esta Justiça Militar o contato **telefônico** e o **e-mail** para o envio do **link** da aludida audiência.

Informações e dúvidas sobre a referida audiência pode-se entrar em contato através dos números: **99818-1145(Sgt Teresa)**e **98152-4257(CB Evandro).**

Respeitosamente,

2º Ten QEOPM Antonio Francisco Gonçalves do Nascimento
SERVENTUÁRIO DA 9ª VARA CRIMINAL (JUSTIÇA MILITAR)

Recebi a 1ª Via
Em: 11 / 08 / 2022
Servidor

Assinado eletronicamente por: ANTONIO FRANCISCO GONCALVES DO NASCIMENTO - 19/08/2022 09:27:41
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081909274142400000029085066
Número do documento: 22081909274142400000029085066

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CENTRAL DE MANDADOS DA COMARCA DE

PROCESSO Nº:
CLASSE:
ASSUNTO(S): []

INFORMAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

Segue em anexo certidão comprobatória da diligência realizada pelo Sr. Oficial de Justiça e Avaliador, para os devidos fins.

-PI, 18 de agosto de 2022.

RAIMUNDO EVALDO GALVAO RODRIGUES
Central de Mandados da Comarca de

Successfully created

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
9ª Vara Criminal de Teresina (JUSTIÇA MILITAR)
Av. Higino Cunha, nº 1750 (QCG da PMPI), TERESINA-PI - CEP: 64014-220

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
ASSUNTO: [Crimes de Abuso de Autoridade]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA TESTEMUNHA

A MM. Juíza de Direito Titular da 9ª Vara Criminal de Teresina (Justiça Militar) MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça desse juízo, ou quem suas vezes fizer e for apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da testemunha abaixo indicada para **ACOMPANHAR** à audiência de **Instrução (POR VIDEOCONFERÊNCIA)** designada para o dia **12(segunda-feira) do mês de setembro de 2022, às 08:30 horas**, na sede desta 9ª Vara Criminal de Teresina no endereço acima indicado, pelo que solicitamos que a **testemunha informe seu contato telefônico** para o envio do link da audiência, ou entre em contato com esta 9ª Vara através telefone **(86) 3216-8512.**

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

QUALIFICAÇÃO DA PARTE:
JOEL HELYSSON DE FARIAS SOARES, RG nº **4.646.808-PI,** residente no Residencial Petecas, Quadra-**AD**, Casa-**29**, Bairro Petecas em Piripiri-PI, CEP: 64260-970. 99915-7299

CUMPRA-SE, observando as formalidades legais e promovendo todas as diligências necessárias à localização do intimando.

Conforme Provimento Conjunto Nº 29/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE as cópias de todos os documentos de atos processuais até a presente data praticados podem ser visualizadas, utilizando as **chaves de acesso abaixo, acessando o sítio:**

https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Processo Digitalizado Themis Web	Processo Digitalizado Themis Web	22042811410594800000025172418
Intimação	Intimação	22050512154455600000025417159
Manifestação	Manifestação	22051212063400100000025659666
Despacho	Despacho	22080513483930300000028631615
Intimação	Intimação	22080810250514800000028672118

TERESINA, 8 de agosto de 2022.
ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina

Ciente em ____/____/_____

_____

Assinado eletronicamente por: RAIMUNDO EVALDO GALVAO RODRIGUES - 18/08/2022 17:58:51
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081817585138100000029064213
Número do documento: 22081817585138100000029064213

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PIRIPIRI – PIAUÍ

CERTIDÃO

Certifico que, aos 18 (dezoito dias do mês de agosto de 2022) ás 10:00 horas, nesta comarca de Piripiri PI, compareci no endereço consignado e lá dei cumprimento ao mandado retro, extraído dos autos **Nº 0000983-68.2013.8.18.0033, e INTIMEI JOEL HELYSSON DE FARIAS SOARES,** pelo inteiro teor do mandado, o qual após a leitura, aceitou a contrafé que ofereci. Certifico também, que em razão da pandemia causada pelo novo CoronaVirus (Covid 19), e de acordo com o provimento nº 63, da Corregedoria Geral de Justiça do estado do Piauí, deixei de colher a nota de ciente. Dou fé.

Piripiri (PI), 18 de agosto de 2022

Raimundo Evaldo **Galvão** Rodrigues
Oficial de Justiça e Avaliador
Matrícula **415164-0**

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
ASSUNTO: [Crimes de Abuso de Autoridade]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, nesta data, faço juntada de informação recebida via Malote Digital sobre a impossibilidade de apresentação do réu LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO à Audiência de Instrução por (vídeo conferência) marcada para o dia 12.09.2022 às 08:30.

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 18 de agosto de 2022.

ESTELA NUNES SOBREIRA
Secretaria do(a) 9ª Vara Criminal de Teresina

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81820221620333

Nome original: 30865.pdf

Data: 17/08/2022 12:42:32

Remetente:

Leandro Barbosa da Silva

Corregedoria da Policia Militar do Estado do Piaui

TJPI

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Informando a impossibilidade de apresentação de acusado em processo nº 0000983-6
8.2013.8.18.0033, evento marcado para o dia 12 09 2022 às 08:30 horas.

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
DGP
SID

NOTA Nº 1949/2022

NOTA DA SEÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO-SID

LICENCIAMENTO DE PRAÇA A PEDIDO

Seja licenciado (a pedido) dos quadros da Polícia Militar do Piauí, o **Soldado QPPM RG 10.14091-10 LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO**, Matricula nº 244416-0, CPF nº 033.854.613-83, filho de Francisco José Leitão e de Conceição de Maria Soares Marinho Leitão, nascido no dia 26 de setembro de 1990, natural de Teresina - PI, em atendimento ao Decreto Governamental de 23/12/2021 que se tornou público através do DOEPI nº 002 de 04/01/2022. Publique-se, conforme o Caput do Art. 18 da Lei nº 6.792, de 19/04/2016.

Anexo:
Processo Sei nº 00028.016359/2021-23
DOEPI nº 002 de 04/01/2022

Documento assinado e aprovado eletronicamente por **MAJ RONALDO DAS CHAGAS CARVALHO,APROVADOR DA AJUDÂNCIA GERAL,em 08/03/2022 12:12:30** em conformidade com a Portaria do Comando Geral nº059 de 29/01/2020 publicada em Boletim Geral nº26/2020 de 06/02/2020.

Documento assinado e aprovado eletronicamente por **CEL MARCOS AURELIO MATIAS LOPES, APROVADOR ,em 03/03/2022 11:50:25** em conformidade com a Portaria do Comando Geral nº059 de 29/01/2020 publicada em Boletim Geral nº26/2020 de 06/02/2020.

Documento assinado e revisado eletronicamente por **CAP FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA DE MIRANDA, REVISOR ,em 22/02/2022 12:17:38** em conformidade com a Portaria do Comando Geral nº059 de 29/01/2020 publicada em Boletim Geral nº26/2020 de 06/02/2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sistemas.pm.pi.gov.br/sicad/lvrs/verificar/30865.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CENTRAL DE MANDADOS DA COMARCA DE

PROCESSO Nº:
CLASSE:
ASSUNTO(S): []

INFORMAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

Segue em anexo certidão comprobatória da diligência realizada pelo Sr. Oficial de Justiça e Avaliador, para os devidos fins.

-PI, 16 de agosto de 2022.

RAIMUNDO EVALDO GALVAO RODRIGUES
Central de Mandados da Comarca de

Successfully created

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
9ª Vara Criminal de Teresina (JUSTIÇA MILITAR)
Av. Higino Cunha, nº 1750 (QCG da PMPI), Ilhotas, TERESINA-PI - CEP: 64014-220

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
ASSUNTO: [Crimes de Abuso de Autoridade]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO
VÍTIMA: EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

(86) 99587-3345 (Expose whatsapp)

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA TESTEMUNHA

A MM. Juíza de Direito Titular da 9ª Vara Criminal de Teresina(Justiça Militar) MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça desse juízo, ou quem suas vezes fizer e for apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da testemunha abaixo indicada para **ACOMPANHAR** à audiência de **Instrução (POR VIDEOCONFERÊNCIA)** designada para o dia **12(segunda-feira) do mês de setembro de 2022, às 08:30 horas**, na sede desta 9ª Vara Criminal de Teresina no endereço acima indicado, pelo que solicitamos que a **testemunha informe seu contato telefônico** para o envio do link da audiência, ou entre em contato com esta 9ª Vara através telefone **(86) 3216-8512.**

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

QUALIFICAÇÃO DA PARTE:
FÁBIO FONTES DA SILVA, RG nº **2.443.845-PI**, filho de João Batista Ribeiro da Silva e de Maria Gerci Martins Fontes da Silva, cobrador de ônibus, residente no Povoado Caldeirão, Zona Rural de Piripiri-PI, CEP: 64260-000.

CUMPRA-SE, observando as formalidades legais e promovendo todas as diligências necessárias à localização do intimando.

Conforme Provimento Conjunto Nº 29/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE as cópias de todos os documentos de atos processuais até a presente data praticados podem ser visualizadas, utilizando as **chaves de acesso abaixo, acessando o sítio:**

https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Processo Digitalizado Themis Web	Processo Digitalizado Themis Web	22042811410594800000025172418
Intimação	Intimação	22050512154455600000025417159
Manifestação	Manifestação	22051212063400100000025659666
Despacho	Despacho	22080513483930300000028631615
Intimação	Intimação	22080810250514800000028672118

TERESINA, 8 de agosto de 2022.
ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina

Assinado eletronicamente por: RAIMUNDO EVALDO GALVAO RODRIGUES - 16/08/2022 12:26:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081612260877100000028943297
Número do documento: 22081612260877100000028943297

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PIRIPIRI – PIAUÍ

CERTIDÃO

Aos 10 (dez dias do mês de agosto do ano de 2022) às 10:00 horas, nesta comarca de Piripiri PI, Estado do Piauí, dei cumprimento ao mandado retro, extraído dos autos **Nº 0000983-68.2013.8.18.0033, e INTIMEI FABIO FONTES DA SILVA, fone: (86*) 9 9587-3345),* pelo inteiro teor do mandado via WHATSAPP em conformidade com o provimento 63º de 14 de julho de 2020, em seu artigo 2º, que autoriza as intimações e notificações por aplicativos de mensagens (Whatsapp), assim procedi, intimando-o por este aplicativo e enviando-lhe também via whatsapp as cópias do mandado, percebendo minutos mais tarde a confirmação de leitura pelo ícone. O referido é verdade e dou fé.**

Piripiri(PI), 10 de agosto de 2022

Raimundo Evaldo **Galvão** Rodrigues
Oficial de Justiça e Avaliador
Matrícula **415164-0**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CENTRAL DE MANDADOS DA COMARCA DE

PROCESSO Nº:
CLASSE:
ASSUNTO(S): []

INFORMAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

Segue em anexo certidão comprobatória da diligência realizada pelo Sr. Oficial de Justiça e Avaliador, para os devidos fins.

-PI, 16 de agosto de 2022.

FRANCISCO GESSIE DA ROCHA VIANA
Central de Mandados da Comarca de

CERTIDÃO

Certifico, que DEIXEI de INTIMAR a testemunha retro, em razão da mesma estar residindo no residencial Parque Pelicanos, segundo informações de ex-vizinhos. Dou fé.

Piripiri, 15/08/22

Oficial de Justiça

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO GESSIE DA ROCHA VIANA - 16/08/2022 08:33:27
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081608332760600000028927678
Número do documento: 22081608332760600000028927678

accessfully created

Não reside
mora no Petição
apresentada
de Terceiros

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
9ª Vara Criminal de Teresina (JUSTIÇA MILITAR)
Av. Higino Cunha, nº 1750 (QCG da PMPI), Ilhotas, TERESINA-PI - CEP: 64014-220

ROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
LASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
SSUNTO: [Crimes de Abuso de Autoridade]
UTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO
ÍTIMA: EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA TESTEMUNHA

A MM. Juíza de Direito Titular da 9ª Vara Criminal de Teresina(Justiça Militar) MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça desse juízo, ou quem suas vezes fizer e for apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

INALIDADE: INTIMAÇÃO da testemunha abaixo indicada para **ACOMPANHAR** à audiência de **Instrução (POR VIDEOCONFERÊNCIA)** designada para o dia **12(segunda-feira) do mês de setembro de 2022, às 08:30 horas**, na sede desta 9ª Vara Criminal de Teresina no endereço acima indicado, pelo que solicitamos que a **testemunha informe seu contato telefônico** para o envio do link da audiência, ou entre em contato com esta 9ª Vara através telefone **(86) 3216-8512.**

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

QUALIFICAÇÃO DA PARTE:
CLAUDIO MEDEIROS SILVA, residente na Rua João de Freitas, nº **843**, Bairro Prado em Piripiri-PI, CEP: 64260-000.

CUMPRA-SE, observando as formalidades legais e promovendo todas as diligências necessárias à localização do intimando.

Conforme Provimento Conjunto Nº 29/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE as cópias de todos os documentos de atos processuais até a presente data praticados podem ser visualizadas, utilizando as **chaves de acesso abaixo, acessando o sítio:**

https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Processo Digitalizado Themis Web	Processo Digitalizado Themis Web	22042811410594800000025172418
Intimação	Intimação	22050512154455600000025417159
Manifestação	Manifestação	22051212063400100000025659666
Despacho	Despacho	22080513483930300000028631615
Intimação	Intimação	22080810250514800000028672118

TERESINA, 8 de agosto de 2022.
ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina

Ciente em _____/_____/_____

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO GESSIE DA ROCHA VIANA - 16/08/2022 08:33:27
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081608332760600000028927678
Número do documento: 22081608332760600000028927678

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CENTRAL DE MANDADOS DA COMARCA DE

PROCESSO Nº:
CLASSE:
ASSUNTO(S): []

INFORMAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

Segue em anexo certidão comprobatória da diligência realizada pelo Sr. Oficial de Justiça e Avaliador, para os devidos fins.

-PI, 16 de agosto de 2022.

FRANCISCO GESSIE DA ROCHA VIANA
Central de Mandados da Comarca de

CERTIDÃO

Certifico, que DEIXEI de INTIMAR a testemunha retro, em razão da mesma estar residindo no Residencial Parque Pelecas, segundo informações de ex-vizinhos. Dou fé.

Piripiri, 15/08/22

Oficial de Justiça

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO GESSIE DA ROCHA VIANA - 16/08/2022 08:30:16
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081608301646200000028927669
Número do documento: 22081608301646200000028927669

Não reside
nesta Pet. ação
Intimação
de Terceiros

ccessfully created

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
9ª Vara Criminal de Teresina (JUSTIÇA MILITAR)
Av. Higino Cunha, nº 1750 (QCG da PMPI), Ilhotas, TERESINA-PI - CEP: 64014-220

ROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
LASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
SSUNTO: [Crimes de Abuso de Autoridade]
UTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO
ÍTIMA: EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA TESTEMUNHA

A MM. Juíza de Direito Titular da 9ª Vara Criminal de Teresina(Justiça Militar) MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça desse juízo, ou quem suas vezes fizer e for apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

INALIDADE: INTIMAÇÃO da testemunha abaixo indicada para **ACOMPANHAR** à audiência de **Instrução (POR VIDEOCONFERÊNCIA)** designada para o dia **12(segunda-feira) do mês de setembro de 2022, às 08:30 horas**, na sede desta 9ª Vara Criminal de Teresina no endereço acima indicado, pelo que solicitamos que a **testemunha informe seu contato telefônico** para o envio do link da audiência, ou entre em contato com esta 9ª Vara através telefone **(86) 3216-8512.**

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

QUALIFICAÇÃO DA PARTE:
CLAUDIO MEDEIROS SILVA, residente na Rua João de Freitas, nº **843**, Bairro Prado em Piripiri-PI, CEP: 64260-000.

CUMPRA-SE, observando as formalidades legais e promovendo todas as diligências necessárias à localização do intimando.

Conforme Provimento Conjunto Nº 29/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE as cópias de todos os documentos de atos processuais até a presente data praticados podem ser visualizadas, utilizando as **chaves de acesso abaixo, acessando o sítio:**

https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Processo Digitalizado Themis Web	Processo Digitalizado Themis Web	22042811410594800000025172418
Intimação	Intimação	22050512154455600000025417159
Manifestação	Manifestação	22051212063400100000025659666
Despacho	Despacho	22080513483930300000028631615
Intimação	Intimação	22080810250514800000028672118

TERESINA, 8 de agosto de 2022.
ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina

Ciente em ____/____/_____

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO GESSIE DA ROCHA VIANA - 16/08/2022 08:30:16
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081608301646200000028927669
Número do documento: 22081608301646200000028927669

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CENTRAL DE MANDADOS DA COMARCA DE

PROCESSO Nº:
CLASSE:
ASSUNTO(S): []

INFORMAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

Segue em anexo certidão comprobatória da diligência realizada pelo Sr. Oficial de Justiça e Avaliador, para os devidos fins.

-PI, 10 de agosto de 2022.

REJANE MARIA SILVA OLIVEIRA
Central de Mandados da Comarca de

Successfully created

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
9ª Vara Criminal de Teresina (JUSTIÇA MILITAR)
Av. Higino Cunha, nº 1750 (QCG da PMPI), Ilhotas, TERESINA-PI - CEP: 64014-220

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
ASSUNTO: [Crimes de Abuso de Autoridade]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO
VÍTIMA: EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA TESTEMUNHA

A MM. Juíza de Direito Titular da 9ª Vara Criminal de Teresina(Justiça Militar) MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça desse juízo, ou quem suas vezes fizer e for apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da testemunha abaixo indicada para **ACOMPANHAR** à audiência de **Instrução (POR VIDEOCONFERÊNCIA)** designada para o dia **12(segunda-feira) do mês de setembro de 2022, às 08:30 horas**, na sede desta 9ª Vara Criminal de Teresina no endereço acima indicado, pelo que solicitamos que a **testemunha informe seu contato telefônico** para o envio do link da audiência, ou entre em contato com esta 9ª Vara através telefone **(86) 3216-8512.**

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

QUALIFICAÇÃO DA PARTE: 99561-9071
DAENIO CASTRO SILVA, residente na Rua Dr. José de Oliveira, nº **492**, Centro em Piripiri-PI, CEP: 64260-000.

CUMPRA-SE, observando as formalidades legais e promovendo todas as diligências necessárias à localização do intimando.

Conforme Provimento Conjunto Nº 29/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE as cópias de todos os documentos de atos processuais até a presente data praticados podem ser visualizadas, utilizando as **chaves de acesso abaixo, acessando o sítio:**

https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Processo Digitalizado Themis Web	Processo Digitalizado Themis Web	22042811410594800000025172418
Intimação	Intimação	22050512154455600000025417159
Manifestação	Manifestação	22051212063400100000025659666
Despacho	Despacho	22080513483930300000028631615
Intimação	Intimação	22080810250514800000028672118

TERESINA, 8 de agosto de 2022.
ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina

Ciente em _____/_____/_____

Assinado eletronicamente por: REJANE MARIA SILVA OLIVEIRA - 10/08/2022 12:09:19
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081012091976300000028788751
Número do documento: 22081012091976300000028788751

CERTIDÃO

Certifico, em cumprimento ao mandado retro, expedido nos autos do processo nº 0000983-68.2013.8.18.0033, que no dia 10.08.2022, às 11:15 horas, através do contato **telefônico/Whatsap (86)99561-9021**, **DEI-LHE FIEL CUMPRIMENTO**, intimando o senhor **DAENIO CASTRO SILVA** do seu inteiro teor, do qual ficou bem ciente, aceitando a contrafé que lhe ofereci, através do referido aplicativo. O INTIMANDO RATIFICOU O CONTATO ACIMA PARA PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA. Mandado cumprido conforme orientação do art. 12, da Portaria 1280/2022, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. O referido é verdade e dou fé.

Piripiri(PI), 10 de AGOSTO de 2022.

Bela. REJANE MARIA SILVA OLIVEIRA
Oficiala de Justiça e Avaliadora
Matrícula 416861-5

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CENTRAL DE MANDADOS DA COMARCA DE

PROCESSO Nº:
CLASSE:
ASSUNTO(S): []

INFORMAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

Segue em anexo certidão comprobatória da diligência realizada pelo Sr. Oficial de Justiça e Avaliador, para os devidos fins.

-PI, 10 de agosto de 2022.

REJANE MARIA SILVA OLIVEIRA
Central de Mandados da Comarca de

Successfully created

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
9ª Vara Criminal de Teresina (JUSTIÇA MILITAR)
Av. Higino Cunha, nº 1750 (QCG da PMPI), Ilhotas, TERESINA-PI - CEP: 64014-220

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
ASSUNTO: [Crimes de Abuso de Autoridade]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO
VÍTIMA: EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA TESTEMUNHA

A MM. Juíza de Direito Titular da 9ª Vara Criminal de Teresina(Justiça Militar) MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça desse juízo, ou quem suas vezes fizer e for apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da testemunha abaixo indicada para **ACOMPANHAR** à audiência de **Instrução (POR VIDEOCONFERÊNCIA)** designada para o dia **12(segunda-feira) do mês de setembro de 2022, às 08:30 horas**, na sede desta 9ª Vara Criminal de Teresina no endereço acima indicado, pelo que solicitamos que a **testemunha informe seu contato telefônico** para o envio do link da audiência, ou entre em contato com esta 9ª Vara através telefone **(86) 3216-8512.**

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

99561-9071

QUALIFICAÇÃO DA PARTE:
DAENIO CASTRO SILVA, residente na Rua Dr. José de Oliveira, nº **492**, Centro em Piripiri-PI, CEP: 64260-000.

CUMPRA-SE, observando as formalidades legais e promovendo todas as diligências necessárias à localização do intimando.

Conforme Provimento Conjunto Nº 29/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE as cópias de todos os documentos de atos processuais até a presente data praticados podem ser visualizadas, utilizando as **chaves de acesso abaixo, acessando o sítio:**

https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Processo Digitalizado Themis Web	Processo Digitalizado Themis Web	22042811410594800000025172418
Intimação	Intimação	22050512154455600000025417159
Manifestação	Manifestação	22051212063400100000025659666
Despacho	Despacho	22080513483930300000028631615
Intimação	Intimação	22080810250514800000028672118

TERESINA, 8 de agosto de 2022.
ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina

Ciente em _____/_____/_____

Assinado eletronicamente por: REJANE MARIA SILVA OLIVEIRA - 10/08/2022 12:08:35
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081012083492000000028788744
Número do documento: 22081012083492000000028788744

CERTIDÃO

Certifico, em cumprimento ao mandado retro, expedido nos autos do processo nº 0000983-68.2013.8.18.0033, que no dia 10.08.2022, às 11:15 horas, através do contato **telefônico/Whatsap (86)99561-9021**, **DEI-LHE FIEL CUMPRIMENTO**, intimando o senhor **DAENIO CASTRO SILVA** do seu inteiro teor, do qual ficou bem ciente, aceitando a contrafé que lhe ofereci, através do referido aplicativo. O INTIMANDO RATIFICOU O CONTATO ACIMA PARA PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA. Mandado cumprido conforme orientação do art. 12, da Portaria 1280/2022, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. O referido é verdade e dou fé.

Piripiri(PI), 10 de AGOSTO de 2022.

Bela. REJANE MARIA SILVA OLIVEIRA
Oficiala de Justiça e Avaliadora
Matrícula 416861-5

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CENTRAL DE MANDADOS DA COMARCA DE

PROCESSO Nº:
CLASSE:
ASSUNTO(S): []

INFORMAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

Segue em anexo certidão comprobatória da diligência realizada pelo Sr. Oficial de Justiça e Avaliador, para os devidos fins.

-PI, 10 de agosto de 2022.

REJANE MARIA SILVA OLIVEIRA
Central de Mandados da Comarca de

Successfully created

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
9ª Vara Criminal de Teresina (JUSTIÇA MILITAR)
Av. Higino Cunha, nº 1750 (QCG d PMPI), Ilhotas, TERESINA-PI - CEP: 64014-220

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
ASSUNTO: [Crimes de Abuso de Autoridade]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO
VÍTIMA: EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA TESTEMUNHA

A MM. Juíza de Direito Titular da 9ª Vara Criminal de Teresina(Justiça Militar) MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça desse juízo, ou quem suas vezes fizer e for apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da testemunha abaixo indicada para **ACOMPANHAR** à audiência de **Instrução (POR VIDEOCONFERÊNCIA)** designada para o dia **12(segunda-feira) do mês de setembro de 2022, às 08:30 horas**, na sede desta 9ª Vara Criminal de Teresina no endereço acima indicado, pelo que solicitamos que a **testemunha informe seu contato telefônico** para o envio do link da audiência, ou entre em contato com esta 9ª Vara através telefone **(86) 3216-8512.**

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

QUALIFICAÇÃO DA PARTE: 99915-4579
BRUNO CÉSAR LIMA DA SILVA, residente na Rua Aristeu Tupinambá Rodrigues, nº **513**, Centro em Piripiri-PI, CEP: 64260-000.

CUMPRA-SE, observando as formalidades legais e promovendo todas as diligências necessárias à localização do intimando.

Conforme Provimento Conjunto Nº 29/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE as cópias de todos os documentos de atos processuais até a presente data praticados podem ser visualizadas, utilizando as **chaves de acesso abaixo, acessando o sítio:**

https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Processo Digitalizado Themis Web	Processo Digitalizado Themis Web	22042811410594800000025172418
Intimação	Intimação	22050512154455600000025417159
Manifestação	Manifestação	22051212063400100000025659666
Despacho	Despacho	22080513483930300000028631615
Intimação	Intimação	22080810250514800000028672118

TERESINA, 8 de agosto de 2022.
ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina

Ciente em _____/_____/_____

Assinado eletronicamente por: REJANE MARIA SILVA OLIVEIRA - 10/08/2022 12:03:21
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081012032162600000028788284
Número do documento: 22081012032162600000028788284

x Bruno Lima da Silva

CERTIDÃO

Certifico, em cumprimento ao mandado retro, expedido nos autos do processo nº 0000983-68.2013.8.18.0033, que no dia 10.08.2022, por volta das 08:15 horas, dirigi-me à agencia local do INSS, onde o intimando trabalha como guarda e, sendo lá, **DEI-LHE FIEL CUMPRIMENTO**, intimando o senhor **BRUNO CÉSAR LIMA DA SILVA, telefone/whatsap (86)99915-4578, do seu inteiro teor**, do qual ficou bem ciente, aceitando a contrafé que lhe ofereci. O referido é verdade e dou fé.

Piripiri(PI), 10 de AGOSTO de 2022.

Rejane Oliveira

Bela. REJANE MARIA SILVA OLIVEIRA
Oficiala de Justiça e Avaliadora
Matrícula 416861-5

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
ASSUNTO: [Crimes de Abuso de Autoridade]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

CERTIDÃO CENTRAL DE MANDADOS

Certifico que o(s) expediente(s) da opção central de mandados foram enviados para a Central de Mandados de Piripiri em 8 de agosto de 2022 por ANTONIO FRANCISCO GONCALVES DO NASCIMENTO.

TERESINA-PI, 8 de agosto de 2022.
ANTONIO FRANCISCO GONCALVES DO NASCIMENTO
9ª Vara Criminal de Teresina

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
ASSUNTO: [Crimes de Abuso de Autoridade]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO
VÍTIMA: EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA TESTEMUNHA

A MM. Juíza de Direito Titular da 9ª Vara Criminal de Teresina(Justiça Militar) MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça desse juízo, ou quem suas vezes fizer e for apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da testemunha abaixo indicada para **ACOMPANHAR** à audiência de **Instrução (POR VIDEOCONFERÊNCIA)** designada para o dia **12(segunda-feira) do mês de setembro de 2022, às 08:30 horas**, na sede desta 9ª Vara Criminal de Teresina no endereço acima indicado, pelo que solicitamos que a **testemunha informe seu contato telefônico** para o envio do link da audiência, ou entre em contato com esta 9ª Vara através telefone **(86) 3216-8512.**

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

QUALIFICAÇÃO DA PARTE:

FÁBIO FONTES DA SILVA, RG nº **2.443.845-PI**, filho de João Batista Ribeiro da Silva e de Maria Gerci Martins Fontes da Silva, cobrador de ônibus, residente no Povoado Caldeirão, Zona Rural de Piripiri-PI, CEP: 64260-000.

CUMPRA-SE, observando as formalidades legais e promovendo todas as diligências necessárias à localização do intimando.

Conforme Provimento Conjunto Nº 29/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE as cópias de todos os documentos de atos processuais até a presente data praticados podem ser visualizadas, utilizando as **chaves de acesso abaixo, acessando o sítio:**

https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Processo Digitalizado Themis Web	Processo Digitalizado Themis Web	22042811410594800000025172418
Intimação	Intimação	22050512154455600000025417159
Manifestação	Manifestação	22051212063400100000025659666
Despacho	Despacho	22080513483930300000028631615
Intimação	Intimação	22080810250514800000028672118

TERESINA, 8 de agosto de 2022.

ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO

Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina

Ciente em _____/_____/_____

_____

Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima qualificada.

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
ASSUNTO: [Crimes de Abuso de Autoridade]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO
VÍTIMA: EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA TESTEMUNHA

A MM. Juíza de Direito Titular da 9ª Vara Criminal de Teresina(Justiça Militar) MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça desse juízo, ou quem suas vezes fizer e for apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da testemunha abaixo indicada para **ACOMPANHAR** à audiência de **Instrução (POR VIDEOCONFERÊNCIA)** designada para o dia **12(segunda-feira) do mês de setembro de 2022, às 08:30 horas**, na sede desta 9ª Vara Criminal de Teresina no endereço acima indicado, pelo que solicitamos que a **testemunha informe seu contato telefônico** para o envio do link da audiência, ou entre em contato com esta 9ª Vara através telefone **(86) 3216-8512.**

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

QUALIFICAÇÃO DA PARTE:

CLAUDIO MEDEIROS SILVA, residente na Rua João de Freitas, nº **843**, Bairro Prado em Piripiri-PI, CEP: 64260-000.

CUMPRA-SE, observando as formalidades legais e promovendo todas as diligências necessárias à localização do intimando.

Conforme Provimento Conjunto Nº 29/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE as cópias de todos os documentos de atos processuais até a presente data praticados podem ser visualizadas, utilizando as **chaves de acesso abaixo, acessando o sítio:**

https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Processo Digitalizado Themis Web	Processo Digitalizado Themis Web	22042811410594800000025172418
Intimação	Intimação	22050512154455600000025417159
Manifestação	Manifestação	22051212063400100000025659666
Despacho	Despacho	22080513483930300000028631615
Intimação	Intimação	22080810250514800000028672118

TERESINA, 8 de agosto de 2022.

ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina

Ciente em _____/_____/_____

_____

Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima qualificada.

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
ASSUNTO: [Crimes de Abuso de Autoridade]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO
VÍTIMA: EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA TESTEMUNHA

A MM. Juíza de Direito Titular da 9ª Vara Criminal de Teresina(Justiça Militar) MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça desse juízo, ou quem suas vezes fizer e for apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da testemunha abaixo indicada para **ACOMPANHAR** à audiência de **Instrução (POR VIDEOCONFERÊNCIA)** designada para o dia **12(segunda-feira) do mês de setembro de 2022, às 08:30 horas**, na sede desta 9ª Vara Criminal de Teresina no endereço acima indicado, pelo que solicitamos que a **testemunha informe seu contato telefônico** para o envio do link da audiência, ou entre em contato com esta 9ª Vara através telefone **(86) 3216-8512.**

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

QUALIFICAÇÃO DA PARTE:

DAENIO CASTRO SILVA, residente na Rua Dr. José de Oliveira, nº **492**, Centro em Piripiri-PI, CEP: 64260-000.

CUMPRA-SE, observando as formalidades legais e promovendo todas as diligências necessárias à localização do intimando.

Conforme Provimento Conjunto Nº 29/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE as cópias de todos os documentos de atos processuais até a presente data praticados podem ser visualizadas, utilizando as **chaves de acesso abaixo, acessando o sítio:**

https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Processo Digitalizado Themis Web	Processo Digitalizado Themis Web	22042811410594800000025172418
Intimação	Intimação	22050512154455600000025417159
Manifestação	Manifestação	22051212063400100000025659666
Despacho	Despacho	22080513483930300000028631615
Intimação	Intimação	22080810250514800000028672118

TERESINA, 8 de agosto de 2022.

ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina

Ciente em _____/_____/_____

_____

Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima qualificada.

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
ASSUNTO: [Crimes de Abuso de Autoridade]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO
VÍTIMA: EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA TESTEMUNHA

A MM. Juíza de Direito Titular da 9ª Vara Criminal de Teresina(Justiça Militar) MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça desse juízo, ou quem suas vezes fizer e for apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da testemunha abaixo indicada para **ACOMPANHAR** à audiência de **Instrução (POR VIDEOCONFERÊNCIA)** designada para o dia **12(segunda-feira) do mês de setembro de 2022, às 08:30 horas**, na sede desta 9ª Vara Criminal de Teresina no endereço acima indicado, pelo que solicitamos que a **testemunha informe seu contato telefônico** para o envio do link da audiência, ou entre em contato com esta 9ª Vara através telefone **(86) 3216-8512.**

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

QUALIFICAÇÃO DA PARTE:

BRUNO CÉSAR LIMA DA SILVA, residente na Rua Aristeu Tupinambá Rodrigues, nº **513**, Centro em Piripiri-PI, CEP: 64260-000.

CUMPRA-SE, observando as formalidades legais e promovendo todas as diligências necessárias à localização do intimando.

Conforme Provimento Conjunto Nº 29/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE as cópias de todos os documentos de atos processuais até a presente data praticados podem ser visualizadas, utilizando as **chaves de acesso abaixo, acessando o sítio:**

https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Processo Digitalizado Themis Web	Processo Digitalizado Themis Web	22042811410594800000025172418
Intimação	Intimação	22050512154455600000025417159
Manifestação	Manifestação	22051212063400100000025659666
Despacho	Despacho	22080513483930300000028631615
Intimação	Intimação	22080810250514800000028672118

TERESINA, 8 de agosto de 2022.

ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina

Ciente em _____/_____/_____

_____

Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima qualificada.

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
ASSUNTO: [Crimes de Abuso de Autoridade]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

MANDADO DE INTIMAÇÃO DA TESTEMUNHA

A MM. Juíza de Direito Titular da 9ª Vara Criminal de Teresina (Justiça Militar) MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça desse juízo, ou quem suas vezes fizer e for apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da testemunha abaixo indicada para **ACOMPANHAR** à audiência de **Instrução (POR VIDEOCONFERÊNCIA)** designada para o dia **12(segunda-feira) do mês de setembro de 2022, às 08:30 horas,** na sede desta 9ª Vara Criminal de Teresina no endereço acima indicado, pelo que solicitamos que a **testemunha informe seu contato telefônico** para o envio do link da audiência, ou entre em contato com esta 9ª Vara através telefone **(86) 3216-8512.**

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

QUALIFICAÇÃO DA PARTE:

JOEL HELYSSON DE FARIAS SOARES, RG nº **4.646.808-PI,** residente no Residencial Petecas, Quadra-**AD**, Casa-**29**, Bairro Petecas em Piripiri-PI, CEP: 64260-970.

CUMPRA-SE, observando as formalidades legais e promovendo todas as diligências necessárias à localização do intimando.

Conforme Provimento Conjunto Nº 29/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE as cópias de todos os documentos de atos processuais até a presente data praticados podem ser visualizadas, utilizando as **chaves de acesso abaixo, acessando o sítio:**

https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Processo Digitalizado Themis Web	Processo Digitalizado Themis Web	22042811410594800000025172418
Intimação	Intimação	22050512154455600000025417159
Manifestação	Manifestação	22051212063400100000025659666
Despacho	Despacho	22080513483930300000028631615
Intimação	Intimação	22080810250514800000028672118

TERESINA, 8 de agosto de 2022.

ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina

Ciente em _____/_____/_____

_____

Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima qualificada.

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
ASSUNTO: [Crimes de Abuso de Autoridade]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

CERTIDÃO

Certifico a conclusão da migração dos presentes autos, que tramitavam no Sistema Themis e que passarão a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJE, nos termos do art. 2º, V, do Provimento Conjunto nº 38/2021 de 13 de abril de 2021.
Certifico ainda que a presente certidão não servirá para contagem de prazo processual em curso, sendo somente para informação acerca da conclusão da virtualização.

O referido é verdade, dou fé.

TERESINA-PI, 8 de agosto de 2022.

ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
9ª Vara Criminal de Teresina
Praça Edgard Nogueira, s/n, Fórum Cível e Criminal, 4º Andar, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
ASSUNTO: [Crimes de Abuso de Autoridade]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

DESPACHO

Compulsando os autos, verifica-se que há audiência de instrução designada para 12 de setembro de 2022.

Dessa forma, **MANTENHO A DATA DA AUDIÊNCIA PARA 12/09/2022, ALTERANDO APENAS O HORÁRIO PARA 08:30 HORAS.**

O Tribunal de Justiça do Piauí, através da Portaria Nº 1382/2022 - PJPI/TJPI/SECPRE, de 28 de abril de 2022, regulamentou a realização de audiências de Instrução e Julgamento, que poderão ser realizadas presencialmente ou por meio de videoconferência, ficando a cargo do magistrado a escolha de como será realizada a audiência, *in verbis:*

> *Art. 7º As audiências poderão ser realizadas na modalidade presencial ou por videoconferência, ficando a cargo do(a) magistrado(a) a escolha na forma de sua realização.*

Assim, com base no disposto acima e no art. 185, § 2º e art. 222, § 3º, ambos do CPP, **INFORMO QUE A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DOS PRESENTES AUTOS SERÁ REALIZADA POR MEIO DE VIDEOCONFERÊNCIA.**

DETERMINO QUE TODOS QUE IRÃO PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA INFORMEM SEU DEVIDO EMAIL E TELEFONE PARA QUE SEJA ENVIADO O LINK DA AUDIÊNCIA NO MOMENTO OPORTUNO.

Ressalta-se que às partes, vítimas e testemunhas é recomendado a participar da audiência de forma virtual. **Entretanto, caso não seja possível sua participação de forma virtual, é possível que participe de forma presencial na sala de audiências desta 9ª Vara Criminal (Justiça Militar)**. Adotem-se as seguintes providências:

a) Intimem-se as partes com, no mínimo, 10 dias de antecedência (art. 185, § 3º, do CPP).

b) O termo de audiência será lavrado sob o acompanhamento das partes (visualmente ou mediante leitura registrada em vídeo) e será assinado apenas eletronicamente pelo magistrado que presidir o ato, que lhe conferirá fé.

c) Comunique-se ao Ministério Público, à Defensoria Pública (se for o caso) e ao estabelecimento prisional (se houver réu preso), acompanhado dos dados de acesso à sala virtual de videoconferência.

Expedientes necessários.

P. R. I.

Cumpra-se.

TERESINA-PI, 5 de agosto de 2022.

VALDÊNIA MOURA MARQUES DE SÁ
Juíza de Direito Titular da 9ª Vara Criminal de Teresina (Justiça Militar)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DO JUÍZO MILITAR ESTADUAL - 9ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Distribuição nº 0000983-68.2013.8.18.0033

O Ministério Público manifesta-se ciente da designação de audiência para o dia 12/09/2022, às 11h20min.

Ainda, manifesta-se ciente do procedimento de virtualização dos autos.

Teresina, 12 de maio de 2022.

DEBORAH ABBADE BRASIL DE CARVALHO
PROMOTORA DE JUSTIÇA AUXILIAR
DA 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA
PORTARIA PGJ/PI 2768/2021

Assinado eletronicamente por: DEBORAH ABBADE BRASIL DE CARVALHO - 12/05/2022 12:06:34
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22051212063400100000025659666
Número do documento: 22051212063400100000025659666

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283)
ASSUNTO(S): [Crimes de Abuso de Autoridade]
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

REU: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO

CERTIDÃO

Certifico a conclusão da migração dos presentes autos, que tramitava no Sistema Themis e que passará a tramitar exclusivamente no Sistema Judicial Eletrônico - PJE, nos termos do art. 2º, V, do Provimento Conjunto nº 38/2021 de 13 de abril de 2021. Certifico ainda que a presente certidão não servirá para contagem de prazo processual em curso, sendo somente para informação acerca da conclusão da virtualização.

O referido é verdade, dou fé.

TERESINA-PI, 5 de maio de 2022.

HYGOR JUNIOR ALVES GOMES
Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina

ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE TERESINA

9ª VARA CRIMINAL (JUSTIÇA MILITAR)
SECRETARIA DA 9ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

ASSUNTO(S):

Crimes Previstos na Legislação Extravagante - Crimes de Abuso de Autoridade

Tipo da Distribuição	**Data da Distribuição**
SORTEIO	12/01/2021

RÉU:	**EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA**
SEM ADVOGADO(A)S	
RÉU:	**FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR**
SEM ADVOGADO(A)S	
RÉU:	**LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO**
SEM ADVOGADO(A)S	
RÉU:	**LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO**
SEM ADVOGADO(A)S	
VÍTIMA:	**EDNARDO FARIAS ALBURQUERQUE**
SEM ADVOGADO(A)S	
AUTOR:	**MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI**
SEM ADVOGADO(A)S	

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL JUDICIÁRIA
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
4ª DLEGACIA REGIONAL EM PIRIPIRI – PI

fls. 02

PORTARIA Nº 08/2013/4ªDRPC Piripiri/PI, 02 maio 2013.

A **DPC ANAMELKA ALBUQUERQUE FORMIGA** - Delegada Regional Titular da 4ª DRPC/PI, em Piripiri/PI, no uso de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO o Art. 144, IV, § 4º, do Capítulo da Segurança Pública da Constituição Federal c/c a Lei Complementar nº 01/90 e arts. 24 I e 4.º a 23 do Código de Processo Penal, ora em vigor;

CONSIDERANDO: o teor das declarações do senhor Ednardo Farias Albuquerque, o qual declarou que na madruga do dia 02/09/2012, quando se encontrava defronte o clube AABB, nesta cidade, foi abordado por quatro policiais militares da Força Tatica desta cidade de nomes Francisco de Oliveira Silva Junior, Luardo Cesar Magalhães, Lucas Klinger Marinho Leitão e Everaldo de Andrade Pereira, sob acusação de desacato a autoridade e em seguida foi levado para o antigo campo de aviação, onde ali foi agredido fisicamente com chutes e tapas, além de acenderem uma em seus olhos e dizendo Deyves agora tu vai saber o que acontece com quem agredi policial, sendo que foi torturado até perceberem que o mesmo era a pessoa que eles se referiam, fato este que lhe causou varias lesões corporais;

RESOLVER:

INSTAURAR competente Inquérito Policial, para apuração da ocorrência delituosa retrocitada, posto que o fato em tese tipifica crime de abuso de autoridade e Tortura. Assim **DETERMINO** que depois de autuada esta se proceda o seguinte:

1. Acoste as declarações do senhor Ednardo Farias Albuquerque, bem co o exame de corpo de delito procedido no mesmo;
2. Tomar as declarações das pessoas que saibam ou tenham conhecimento dos fatos
3. Oficializar o comandante do Batalhão de Policia Militar desta cidade para fazer apresentar os policial envolvido para prestarem esclarecimento do fato;
4. Fazer quais quer outras diligências que o caso requeira na forma da Lei;
5. Após conclusos, devolva os autos a esta autoridade para ulteriores deliberações.

CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE

Anamelka Albuquerque Formiga
DELEGADA DE POLÍCIA CIVIL
MATRÍCULA Nº 245978-5

DPC Anamelka Albuquerque Formiga
Del. Titular da 4ª DRPC

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

fls-07

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

DIVISÃO DE POLÍCIA DO INTERIOR - DPI
4ª DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA EM PIRIPIRI-PI

TERMO DE DECLARAÇÕES QUE PRESTA O SENHOR EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE, NA FORMA ABAIXO:

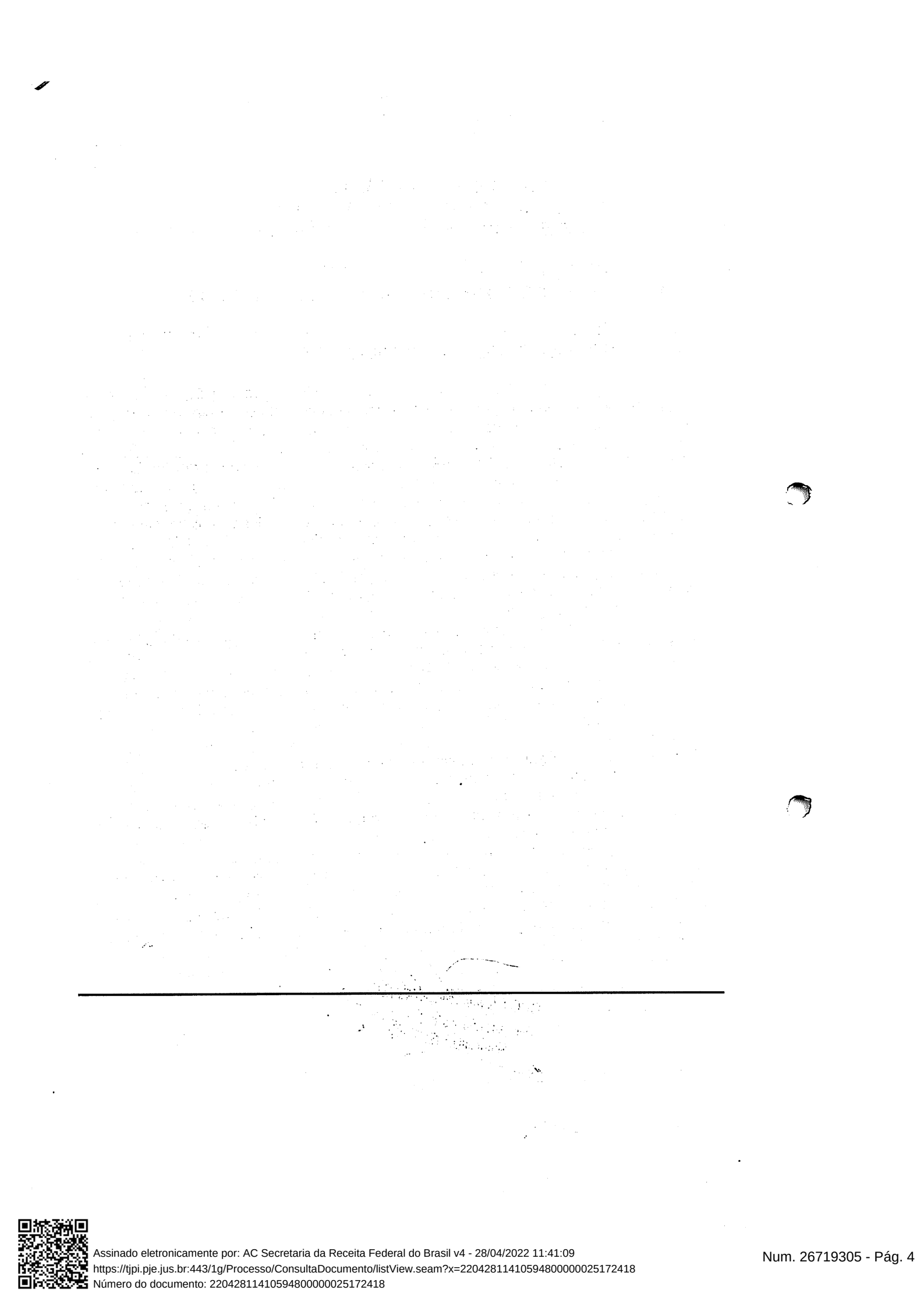
Aos 23 dias do mês de novembro de dois mil e doze (2012), na cidade de Piripiri, Estado do Piauí, na sede da 4ª Delegacia Regional de Polícia, onde presente se encontrava o DPC Clayton Doce Alves Filho - Delegado de Polícia Civil, comigo escrivão ao final assinado, aí presente o senhor EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE, RG. 2263041-SSP-PI, brasileiro, natural da cidade de São Luis/MA, nascido em 29/01/84, solteiro, ajudante de montador, filho de Humberto Albuquerque e de Maria Edna Farias Albuquerque, residente na Rua Felinto Resende, 7749, centro de Piripiri/PI, sabendo ler escrever. Que inquirido pela autoridade policial acerca dos fatos que motivaram o presente procedimento policial, **DECLAROU QUE**, por volta das 00:00 horas do dia 02 de setembro de 2012, se encontrava defronte o clube AABB desta cidade de Piripiri/PI, falando via telefone com sua companheira, quando foi abordado por uma equipe de policiais militares da força Tática, os quais alegaram que este estava xingando eles pelo telefone; Que, os policiais lhes algemaram, colocaram na carroceria da viatura e saíram lhe levando em direção do antigo campo de aviação; Que, chegando no meio campo pararam a viatura, onde quatro policiais desceram, subiram na carroceria da viatura e os quatros passaram a lhe agredirem fisicamente com chutes, murros no rosto, além de colocarem uma lanternas em seus olhos e falando "Deyves tu agora vai ver o que acontece com quem bate na polícia"; Que, o depoente algemado foi torturado por aproximadamente uns vinte minutos pelos quatros policiais; Que, o depoente chorando dizia que seu nome não era Deyves, mais eles diziam é tu mesmo e continuavam a lhes agredir; Que, após lhe torturarem foi que perceberam que o depoente não era a pessoa que eles procuravam; Que, assim mesmo lhe levaram para a Delegacia, dizendo que o depoente tinha lhes desacatado; Que, defronte AABB, havia varias pessoas que podem testemunharem como o depoente não desacatou nenhum policial, apenas falava no seu telefone, quando foi abordado e preso; Que, o depoente ficou com rosto todo desfigurado devido os murros que levou, bem com ficou com hematomas no corpo em consequência dos chutes que lhe davam; Que, os policiais eram ANDRADE, KLINGER, SILVA JUNIO e MAGALHÃES, todos do batalhão desta cidade. Como nada mais havendo, mandou a autoridade policial encerrar o presente auto, o qual, lido e achado conforme vai assinado pela Autoridade Policial, pelo depoente, e por mim, , Escrivão que o digitei.

AUTORIDADE: DPC Clayton Doce Alves Filho
Delegado Regional de Polícia Civil
Matrícula n. 4993108-9

Declarante: Eduardo Farias Albuquerque

ESCRIVÃO:

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
GERÊNCIA DE POLÍCIA DO INTERIOR
4ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA

fls. 04

AUTO DE EXAME DE CORPO DELITO

Aos 02 dias do mês de SETEMBRO de 2012, na sede do _____ em Piripiri-PI, onde compareceu o DPC ANTÔNIO JORGE FERREIRA - Delegado de Polícia Civil, comigo Chefe do Cartório ao final assinado, presente o perito nomeado: _____ _____, aos qual a Autoridade Policial deferiu o compromisso legal de bem e fielmente desempenhar o procedimento de EXAME DE CORPO DELITO na pessoa de: EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE _____, bem como de responder aos seguintes quesitos:

1º HOUVE OFENSA FÍSICA? SIM

2º QUAL O MEIO OU INSTRUMENTO EMPREGADO? ESPANCAMENTO

3º AS LESÕES FORAM PRODUZIDAS POR MEIO DE FOGO, VENENO, ASFIXIA, TORTURA OU OUTRO MEIO INSIDIOSO OU CRUEL? NÃO

4º HOUVE PERIGO DE VIDA? NÃO

5º HÁ INCAPACIDADE PARA AS OCUPAÇÕES HABITUAIS PARA MAIS DE TRINTA DIAS? NÃO

6º HÁ INCAPACIDADE PERMANENTE DE FUNÇÕES MEMBROS, SENTIDO OU FERIMENTO INCURÁVEL? NÃO

Em seguida, passou o perito a realizar o Exame ordenado e as investigações que julgou necessárias, findo as quais chegaram à seguinte conclusão: _____

OS AGRESSORES POR ESPANCAMENTO RESULTOU HEMATOMA SUPERFICIAL EM BALPEBRAS DIREITO / ESQUERDO, REGIÃO OZIGOMATICA DIREITA, EDEMA LABIAL ESQUERDO AS TÊMPORAL / REGIÃO FRONTAL ESQUERDO CONCOMITANTE.

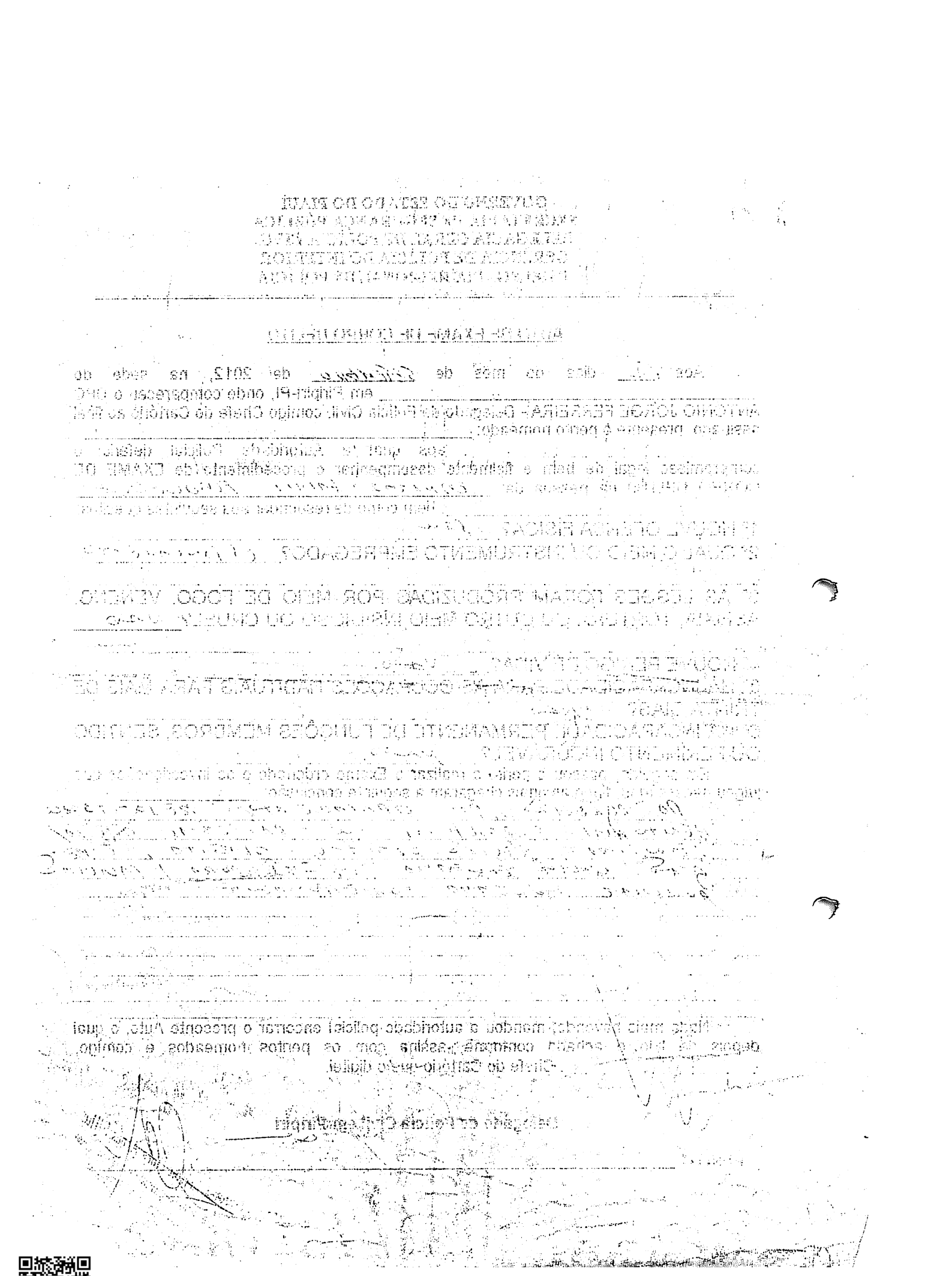
Nada mais havendo, mandou a autoridade policial encerrar o presente Auto, o qual depois de lido e achado conforme, assina com os peritos nomeados e comigo, _____, Chefe do Cartório que o digitei.

Delegado de Polícia Civil em Piripiri

PERITO: _____

DPC Claudio Dias Alves Filho
Delegado Regional na Polícia Civil
Matrícula nº 193.308-9

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418



fls. 05



fls. 06



Fls 07



Fls- 08

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

DIVISÃO DE POLÍCIA DO INTERIOR - DPI
4ª DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA EM PIRIPIRI-PI

TERMO DE DECLARAÇÕES QUE PRESTA O SENHOR JOEL HELYSSON DE FARIAS SOARES, NA FORMA ABAIXO:

Aos 03 dias do mês de Maio de dois mil e treze (2013), na cidade de Piripiri, Estado do Piauí, na sede da 4ª Delegacia Regional de Policia, onde presente se encontrava o DPC Anamelka Albuquerque Formiga - Delegada de Polícia Civil, comigo escrivão ao final assinado, aí presente o senhor JOEL HELYSSON DE FARIAS SOARES, RG 14646808. /PI, brasileiro, natural da cidade de Piripiri/PI, nascida em 25/04/1991, ajudante em construção civil, filho de Maria Eldeni de Farias e de Antônio de Sousa Soares, residente na Residencial Petecas I Q-AD casa-29, centro de Piripiri/Pi, sabendo ler e escrever. Cientificado da origem da presente investigação, **RESPONDEU QUE** por volta das 23:00 horas da noite do dia 02 de setembro de 2012, se encontrava na AABB, onde o mesmo estava participando de uma festa no interior do clube. QUE o Sr. EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE (denunciante) se encontrava do lado de fora do clube; QUE o depoente ia ao encontro do denunciante EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE e o avistou de longe ao telefone; QUE ao aproximar-se do denunciante avistou os policiais pegando EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE e o colocando na viatura e dobrando como se fossem ao campo de aviação; QUE no dia seguinte o depoente se encontrou com o denunciante e viu as lesões no corpo do mesmo; QUE perguntou o que havia acontecido ao denunciante e ele respondeu que os policiais tinham confundido ele com o irmão dele e que tinham espancado ele no campo de aviação e que depois os policiais o conduziram à delegacia alegando que o haviam prendido por desacato. Como nada mais havendo, mandou a autoridade policial encerrar o presente auto, o qual, lido e achado conforme, vai assinado pela Autoridade Policial, pelo depoente, e por mim, _____, Escrivão que o digitei.

AUTORIDADE: Anamelka Albuquerque Formiga DELEGADA POLÍCIA CIVIL MATRÍCULA Nº 2[illegible]-5

Declarante: Joel Helysson de Farias Soares

fls 09

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

DIVISÃO DE POLÍCIA DO INTERIOR - DPI
4ª DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA EM PIRIPIRI-PI

TERMO DE DECLARAÇÕES QUE PRESTA O SENHOR FABIO FORTES DA SILVA, NA FORMA ABAIXO:

Aos 26 dias do mês de ~~maio~~ de dois mil e treze (2013), na cidade de Piripiri, Estado do Piauí, na sede da 4ª Delegacia Regional de Policia, onde presente se encontrava A DPC ANAMELKA ALBURQUERQUE FORMIGA - Delegada de Polícia Civil, comigo escrivão ao final assinado, aí presente o senhor FABIO FORTES DA SILVA, RG. 2.443.845 /PI, brasileiro, natural da cidade de Campo Maior/PI, nascido em 23/11/1983, Cobrador de Ônibus , filho de João Batista Ribeiro Da Silva e de Maria Gerci Martins Fortes Da Silva, residente na zona rural de Piripiri,denominada Caldeirão, sabendo ler e escrever. Cientificado da origem da presente investigação, **respondeu que:** Na noite em que o senhor Ednardo Farias Albuquerque foi abordado por um grupo de policial militar da força tática de fronde a ao clube AABB desta cidade não se encontrava na aquele local; Que dias depois o depoente tomou conhecido através do próprio Ednardo de tal fato,onde este lhe relatou que se encontrava-se de fronte do clube AABB desta cidade por ocasião de uma festa quando foi abordado por uma equipe de policial militar da força tática que em seguida foi levado para o antigo campo de aviação aonde ali foi agredido fisicamente, pois os policias achavam que ele Ednardo era uma outra pessoa que havia se envolvido em uma briga com eles; Que só pararam de agredir o mesmo, quando perceberão que se tratava da pessoa errada; Que o depoente viu o Ednardo com varias lesões em seu corpo,na região da costela e no rosto próximo ao olhos. Como nada mais havendo, mandou a autoridade policial encerrar o presente auto, o qual, lido e achado conforme, vai assinado pela Autoridade Policial, pelo depoente, e por mim, _____, Escrivão que o digitei.

AUTORIDADE: _____
Anamelka Alburquerque Formiga
DELEGADA DE POLÍCIA CIVIL
MATRÍCULA Nº 246975-6

Declarante: Fabio Fortes da Silva

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

FLS 10

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

Ofício nº 192 /2013 - 4ª DRPC Piripiri/PI, 19 de junho de 2013

Senhor Comandante,

Ao tempo em que cumprimento, sirvo me do presente para requisitar apresentação dos Policiais Militares de nomes SGT. Everaldo, Sds. Klinger, Silva Junior e Magalhães, todos lotados no 12º BPM, desta cidade, no dia 26/06/2013, as 11:00 horas, na sede da 4ª Delegacia Regional localizada na Rua Padre Domingos 1109, centro de Piripiri/PI, fim de serem ouvido nos autos de inquérito que apura crime de abuso de autoridade.

.

Nada mais para o momento, colho o ensejo para renovar votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Anamelka Albuquerque Formiga
DELEGADA DE POLÍCIA CIVIL
MATRÍCULA Nº 245979-5

DPC ANAMELKA ALBUQUERQUE FORMIGA
Delegada de Polícia
Titular da 4ª DRPC/PI

AO ILMº.
ERISVALDO VIANA –MAJOR "QOPM"
MD COMANDANTE DO 12ª BPM
NESTA CIDADE/PI,

Recebi: 20/06/13
Sol Myria

Rua Padre Domingos 1109 centro de Piripiri /PI - 64.260-000 - Fone/Fax (86) 3276-6060

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

Fls 11

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
COMANDO DO POL DO INTERIOR
12º BATALHÃO POLICIAL MILITAR
AJUDÂNCIA
Av. Aderson Alves Ferreira, nº 1017, centro
Piripiri-PI – CEP 64.260-000 – Fone 086-3276-2461

Ofício nº 061 - JUSTIÇA/2013 Quartel em Piripiri - PI, 26 de junho de 2013.

A:
Ilma. Bela.
Anamelka Albuquerque Formiga
Delegacia de Polícia Civil
Delegada Titular da 4ªDRPC/PI

Apresento a Vossa Senhoria, às 11h00min do dia 26/06/13, o SD PM **Klinger, Silva Júnior e Magalhães**, todos lotados no 12ºBPM / PIRIPIRI-PI, a fim de serem ouvidos nos autos do inquérito que apura crime de abuso de autoridade, conforme ofício n° 192/2013 – 4ªDRPC de 19 de junho de 2013.

Informo-vos ainda a impossibilidade de apresentar o SGT PM **EVERALDO,** visto que o mesmo tem audiência marcada para mesma data e horário, conforme ofício nº 231/2013 SPV-TJ-PI, da Secretária da 1ª Vara, de 10 de Abril de 2013, Comarca de Piripir-PI.

Atenciosamente,

P. O.
Erisvaldo Viana Lima - Maj. PM
Cmt do 12º BPM

Leojes Albert Carvalho Rocha-Cap QOPM
Ident. 10.12133-98 Mat.092346-0
Subcomandante do 12° BPM

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

Fls 12

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO DE POLÍCIA DO INTERIOR - DPI
4ª DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA EM PIRIPIRI-PI

TERMO DE DECLARAÇÕES QUE PRESTA O DEPOENTE FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, NA FORMA ABAIXO:

Aos 26 dias do mês de junho de (2013), na cidade de Piripiri, Estado do Piauí, na sede da 4ª Delegacia Regional de Policia, onde presente se encontrava a **DPC Anamelka Albuquerque Formiga** - Delegado de Polícia Civil, comigo escrivão ao final assinado, aí presente o depoente o senhor **FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA**, Brasileiro, natural de Teresina/PI, casado, nascido em 27/07/87, Policial Militar (soldado), filho de Francisco de Oliveira Silva e de Maria José de Sousa Silva, residente na AV. Aderson Ferreira, 1017, centro de Piripiri-PI. Cientificado da origem da presente investigação, **respondeu** que fazia parte do grupo de policiais militares denominada Força Tática desta cidade, composta dos policiais Sargento Everaldo, Magalhães e Lucas Klinger; Que faziam o policiamento ostensivo nas ruas desta cidade em uma determina noite de um dos mês do final do ano próximo passado, por volta das 00:00 horas, ao passarem defronte o clube AABB, estava acontecendo uma festa; Que, a viatura foi estacionada defronte o clube citado, sendo que um rapaz se aproximou, o qual estava falando em um celular; Que, o rapaz dizia a seguinte expressão " **eu tou bem aqui defronte os policiais pau no cú**"; Que, o rapaz por varias vezes falou referida expressão; Que, abordaram esse rapaz pelo o desacato; Que, o rapaz reagiu à abordagem e foi usado de força moderada, para conte-lo; Que chegaram cair por cima de algumas motos que estavam estacionada no local; Que, dominarem esse rapaz e em seguida conduziram o mesmo para a Delegacia; Que, não9 levaram esse rapaz para o campo de aviação desta cidade ou para outro local; Que, não conhece esse rapaz que foi abordado pelo desacato; Que, não agrediram esse rapaz; Que, nada tem contra esse rapaz. E Como nada mais havendo, mandou a autoridade policial encerrar o presente auto, o qual, lido e achado conforme, vai assinado pela Autoridade Policial, pelo declarante e por mim, _____, Escrivão de policia que o digitei.

Anamelka Albuquerque Formiga
DELEGADA DE POLÍCIA CIVIL
MATRÍCULA Nº 3459.9-5

Depoente: Francisco de Oliveira Silva Júnior

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

Fls 13

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO DE POLÍCIA DO INTERIOR - DPI
4ª DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA EM PIRIPIRI-PI

TERMO DE DECLARAÇÕES QUE PRESTA O DEPOENTE LUARDO CESAR MAGALHÃES, NA FORMA ABAIXO:

Aos 26 dias do mês de junho de (2013), na cidade de Piripiri, Estado do Piauí, na sede da 4ª Delegacia Regional de Policia, onde presente se encontrava a **DPC Anamelka Albuquerque Formiga** - Delegado de Polícia Civil, comigo escrivão ao final assinado, aí presente o depoente o senhor **LUARDO CESAR MAGALHÃES**, Brasileiro, natural de Teresina/PI, solteiro, nascido em 19/09/1984, Policial Militar (soldado), filho de Samuel Martins Melo e de Vera Luana Lima Magalhães Melo, residente na AV. Aderson Ferreira, 1017, centro de Piripiri-PI. Cientificado da origem da presente investigação, **respondeu que** em uma determina noite de um mês do final do ano próximo passado, se encontrava no grupo de policiais militares (Força Tatica), comandado pelo Sargento Everaldo, fazendo o serviço ostensivo nas ruas desta cidade, quando por volta das 00:00 horas, ao passarem defronte o clube AABB, ocasião que havia uma festa; Que, resolveram parar a viatura, sendo que em dado momento se aproximou um rapaz o qual estava com um celular no ouvido falando com alguém; Que, o rapaz dizia a seguinte expressão " **eu tou bem aqui defronte os policiais pau no cú**"; Que, essa expressão foi repetido por diversas vezes; Que, resolveram abordar esse rapaz pelo o desacato; Que, o rapaz reagiu à abordagem e tiveram que usar a força moderada; Que chegaram cair por cima de algumas motos que estavam estacionada no local; Que, após dominarem esse rapaz o mesmo foi levado para a Delegacia; Que, em momento algum levaram esse rapaz para o campo de aviação desta cidade ou para outro local; Que, não conhece esse rapaz que foi abordado por este e seus companheiros; Que, não agrediram esse rapaz; Que, nada rtem contra esse rapaz. E Como nada mais havendo, mandou a autoridade policial encerrar o presente auto, o qual, lido e achado conforme, vai assinado pela Autoridade Policial, pelo declarante e por mim, _____, Escrivão de policia que o digitei.

AUTORIDADE: _____
Anamelka Albuquerque Formiga
DELEGADA DE POLÍCIA CIVIL
MATRÍCULA Nº 245079-5

Depoente: _____

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

fls 14

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO DE POLÍCIA DO INTERIOR - DPI
4ª DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA EM PIRIPIRI-PI

TERMO DE DECLARAÇÕES QUE PRESTA O DEPOENTE LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, NA FORMA ABAIXO:

Aos 26 dias do mês de junho de (2013), na cidade de Piripiri, Estado do Piauí, na sede da 4ª Delegacia Regional de Policia, onde presente se encontrava a **DPC Anamelka Albuquerque Formiga** - Delegado de Polícia Civil, comigo escrivão ao final assinado, aí presente o depoente o senhor **LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO**, Brasileiro, natural de Teresina/PI, casado, nascido em 26/09/1990, Policial Militar (soldado), filho de Francisco José Leitão e de Conceição de Marinha Soares Marinho, residente na Av. Aderson Ferreira, 1017, centro de Piripiri-PI. Cientificado da origem da presente investigação, **respondeu que** não lembrando a data, porém no final do ano próximo passado, se encontrava no grupo de policiais militares (Força Tatica), fazendo o serviço ostensivo nas ruas desta cidade, quando por volta das 00:00 horas, passaram defronte o clube AABB; Que, pararam a viatura, ocasião que se aproximou um rapaz com o telefone celular no ouvido falando com alguém; Que, o rapaz dizia a seguinte expressão " eu tou bem aqui defronte os policiais pau no cú"; Que, essa expressão foi repetido por diversas vezes; Que, diante dessas expressões resolveram abordar esse rapaz, pelo o desacato; Que, no momento abordagem ele reagiu, tendo o depoente e os demais policiais usarem a força moderada, haja vista que chegaram cair por cima de algumas motos que estavam estacionada no local; Que, após dominarem esse rapaz o mesmo foi levado para a Delegacia; Que, em momento algum levaram esse rapaz para o campo de aviação; Que, não conhecia e nem conhece esse rapaz que foi abordado por este e demais policiais; Que, além do depoente fazia parte do grupo o sargento Everaldo e soldado Magalhães e Silva Junior. E Como nada mais havendo, mandou a autoridade policial encerrar o presente auto, o qual, lido e achado conforme, vai assinado pela Autoridade Policial, pelo declarante e por mim, _____, Escrivão de policia que o digitei.

Anamelka Albuquerque Formiga
DELEGADA DE POLÍCIA CIVIL
MATRICULA Nº 245979-5

AUTORIDADE:_____

Depoente:_____

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

FLS 15

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO DE POLÍCIA DO INTERIOR - DPI
4ª DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA EM PIRIPIRI-PI

TERMO DE DECLARAÇÕES QUE PRESTA O DEPOENTE EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, NA FORMA ABAIXO:

Aos 26 dias do mês de junho de (2013), na cidade de Piripiri, Estado do Piauí, na sede da 4ª Delegacia Regional de Policia, onde presente se encontrava a **DPC Anamelka Albuquerque Formiga** - Delegado de Polícia Civil, comigo escrivão ao final assinado, aí presente o depoente o senhor **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA**, Brasileiro, natural de Piripiri/PI, casado, nascido em 28/07/71, Policial Militar (Sargento), filho de Francisco de Assis pereira e de Maria do Amparo Lopes de Andrade, residente na Av. Aderson Ferreira, 1017, centro de Piripiri-PI. Cientificado da origem da presente investigação, **respondeu que** não lembrando a data, porém no final do ano próximo passado, por volta das 00:00 horas, quando se encontrava a frente de um grupo de policiais militares (Força Tatica), fazendo o serviço ostensivo nas ruas desta cidade, quando em dado momento parou a viatura defronte o clube AABB, nesta cidade; Que, se aproximou uma pessoa com o telefone celular no ouvido falando com alguém ou simulando; Que, essa pessoa dizia a seguinte expressão " eu tou bem aqui defronte os policiais pau no cú"; Que, esse rapaz repetiu por diversas vezes essas expressão, chegando ao ponto do depoente e demais policiais abordá-lo, pelo o desacato; Que, no momento abordagem ele reagiu e chegando ao ponto de rolarem por cima de alguns motos que se encontrava no local; Que, após dominarem essa pessoa a mesma foi levada para a Delegacia de Policia; Que, não conhece esse cidadão e nem a família dele; Que, não foi levado esse rapaz para o campo de aviação; Que, por conta da resistência do mesmo ser conduzido a Delegacia tiveram que usar a força moderada. E Como nada mais havendo, mandou a autoridade policial encerrar o presente auto, o qual, lido e achado conforme, vai assinado pela Autoridade Policial, pelo declarante e por mim, _____, Escrivão de policia que o digitei.

AUTORIDADE: _____
Anamelka Albuquerque Formiga
DELEGADA DE POLÍCIA CIVIL
MATRÍCULA Nº 240575-5

Depoente: Everaldo de Andrade Pereira

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

Polícia Militar do Piauí

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº 715-16

Data 02/09/2012

Solicitante:	Fone:
Endereço: EM FRENTE A AABB	Municipio/Bairro:
Local da Ocorrência: RUA DESEMBARGADOR [illegible]	Municipio/Bairro: [illegible]

Pessoa envolvida como: Presa 1 Apreendida 2 Vitima 3 Assistida 4 Testemunha 5 Advertida 6 Suspeita 7

Nome: ~~REGINALDO~~ EDUARDO FARIAS ALBUQUERQUE			
Doc:	Idade:	Mãe: MARIA EDNA FARIAS ALBUQUERQUE	
Endereço: RUA [illegible] RESENDE	Nº: 719	Bairro: CENTRO	
Fone:	Profissão: ARTISTA		

Condições Físicas:	Sintomas Embriagués	Sem Lesões (X)	Lesões Leves	Lesões Médias	Lesões Graves	Óbito	Resultado do Encaminhamento	Flagrante / Inquérito	Term Cir (X) / Custódia	Flag Ato Infrac / Cuidados/Socorro

Pessoa envolvida como: Presa 1 Apreendida 2 Vitima 3 Assistida 4 Testemunha 5 Advertida 6 Suspeita 7

Nome:		
Doc:	Idade:	Mãe:
Endereço:	Nº:	Bairro:
Fone:	Profissão:	

Condições Físicas:	Sintomas Embriagués	Sem Lesões	Lesões Leves	Lesões Médias	Lesões Graves	Óbito	Resultado do Encaminhamento	Flagrante / Inquérito	Term Cir / Custódia	Flag Ato Infrac / Cuidados/Socorro

Pessoa envolvida como: Presa 1 Apreendida 2 Vitima 3 Assistida 4 Testemunha 5 Advertida 6 Suspeita 7

Nome:		
Doc:	Idade:	Mãe:
Endereço:	Nº:	Bairro:
Fone:	Profissão:	

Condições Físicas:	Sintomas Embriagués	Sem Lesões	Lesões Leves	Lesões Médias	Lesões Graves	Óbito	Resultado do Encaminhamento	Flagrante / Inquérito	Term Cir / Custódia	Flag Ato Infrac / Cuidados/Socorro

Pessoa envolvida como: Presa 1 Apreendida 2 Vitima 3 Assistida 4 Testemunha 5 Advertida 6 Suspeita 7

Nome:		
Doc:	Idade:	Mãe:
Endereço:	Nº:	Bairro:
Fone:	Profissão:	

Condições Físicas:	Sintomas Embriagués	Sem Lesões	Lesões Leves	Lesões Médias	Lesões Graves	Óbito	Resultado do Encaminhamento	Flagrante / Inquérito	Term Cir / Custódia	Flag Ato Infrac / Cuidados/Socorro

Descrição da Ocorrência:

Aos dois (02) dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze aproximadamente às 03:20 horas da madrugada, foi conduzido ao 2º DP o indivíduo supracitado pelo motivo de ter desacatado toda a guarnição de serviço, que ao ser abordado o mesmo resistiu, sendo necessário algemá-lo para conter sua agressividade.

Encaminhamento: | Anexos:

DPC Clayton Doce Alves Filho
Delegado Regional de Polícia Civil
Matrícula nº 199308-9

PROVIDÊNCIAS							
01	Prisão	02	Apreensão (de menor)	03	Abordag-Averig-Rastra	04	Advertência
05	Escolta	06	Repasse a outro órgão	07	Orientação às partes	08	Notificação
09	Cumprimento de mandato	10	Policiamento/presença	11	Atendimento de Acidente	12	Recolhim CNH
13	Guinchamento	14	Termo Circustanciado	15	Recolhim Permissão Dirigir	16	Apreens de Objet
17	Apreensão de Arma	18	Apreensão de veículo	19	Atendimento de Tóxico	20	Veículo Recuper
21	Prestação de Apóio	22	Ocor. Cancel. por solicitan	23	Endereço incompleto	24	Sol ou Vitim ñ loc
25	Isolamento do local	26	Prot patrimônio exposto	27	Busco de pess/Anim/Objetos	28	Acesso impossiv

OBJETOS ENCONTRADOS

Arma de Fogo				Arma Diversa				Outros Instrumentos					
	Desconhecida		Fuzil		Canivete		Faca		Alavanca		Facão		Alicate
	Revólver		Garruncha		Punhal		Navalha		Chave falsa		Serra		Matelo
	Espingarda		Metralhadora		Estoque		Brinquedo		Marreta		Machado		Picareta
	Pistola		Carabina		Soco inglês		Tchaco		Foice		Maçarico		Motosserra

Outros objetos encontrados:

Apreensão nº 3 220 Fotos recebi do(s) PM Sgt Evandro, Sgts, Alvinger, Silva Jr, Magalhães componentes da VTR a(s) pessoa(s) nas condições físicas citadas e pelos motivos acima descritos.

Picos-PI, 02 de setembro de 2012

INDENSO CASTRO SILVA - APC
Nome e função do recebedor

Assinatura

Evandro de Andrade Pereira - 3º sgt PM
Responsável pelo Encaminhamento (Nome/RG)

3º sgt PM
Assinatura

==========

CONCLUSÃO.

Aos 26 dias do mês de junho de 2013, faço estes autos conclusos ao Sr. Delegado de Polícia, do que, para constar, lavro este termo. Eu _____ Chefe do Cartório que o digitei.

DESPACHO.

Junte-se aos autos o Relatório, em seguida fazer remessa dos autos ao Poder Judiciário local.

Piripiri, 27 de junho de 2013.

Anamelka [illegible]
DELEGADA DE [illegible]
MATRÍCULA Nº [illegible]
Delegado de Polícia.

JUNTADA

Aos 27 dias do mês de junho de 2013, faço juntada a estes autos, o relatório que logo adiante se vê, do que, para constar lavro este termo. Eu _____, Chefe do Cartório que o digitei.

RELATÓRIO:

REF. INQUÉRITO POLICIAL Nº 020/2013
VÍTIMA: EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE
INDICIADOS: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR MAGALHAES, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO E EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA
NATUREZA DA INFRAÇÃO: ABUSO DE AUTORIDADE E TORTURA

MM. JUIZ,

A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, através da 4ª Delegacia Regional de Polícia, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Código de Processo Penal, arts. 5.°, e 10, §§ 1.° e 2.°, combinado com a LC n.° 01/90, Art. 24, I, apresenta a Vossa Excelência, bem como à Douta Promotoria Criminal, a presente:

PEÇA INQUISITÓRIA

Versam os autos do presente IPL n.° 20/2013, instaurado através da Portaria nº 08/2013/4ªDRPC (fls.02), com o escopo de apurar a prática do crime de **ABUSO DE AUTORIDADE E TORTURA**, tendo figurado como vítima a pessoa de **EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE**, e como acusados, **FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR MAGALHAES, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO E EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA.**

DOS DEPOIMENTOS

Às fls.08, consta o termo de declarações prestadas pelo senhor JOEL HELYSSON DE FARIAS SOARES, que declarou que por volta das 23:00 horas do dia 02/09/2012, encontrava-se na AABB, pois estava participando de uma festa no interior do clube; Que o senhor EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE, encontrava-se do lado de fora do clube; Que ia ao encontro de EDNARDO e o avistou de longe no telefone; Que ao se aproximar de EDNARDO, avistou os policiais pegando-o e colocando-o na viatura, e logo em seguida, dobraram, como se fossem para o campo de aviação; Que no dia seguinte, encontrou-se com EDNARDO e viu as lesões no corpo do mesmo; Que perguntou à EDNARDO o que tinha acontecido, tendo este respondido que os policiais tinham confundido ele com o irmão dele, que tinham espancado ele no campo de aviação e depois o conduziram à delegacia, alegando que tinham o prendido por desacato.

Anamelka [illegible]
DELEGADA DE POLICIA CIVIL
MATRICULA Nº 246979-5

Às fls. 09, consta o termo de declarações prestadas pelo senhor FABIO FORTES DA SILVA, o qual declarou que não se encontrava na AABB no dia em que o senhor EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE foi abordado por um grupo de policiais da Força Tática, defronte aquele local; Que dias depois do fato, tomou conhecimento do ocorrido através do próprio EDNARDO, que lhe relatou que estava em frente à AABB, por ocasião de uma festa, quando foi abordado por uma equipe da Força Tática, que em seguida foi levado para o antigo campo de aviação, onde foi agredido fisicamente, uma vez que os policiais confundiram-no com uma outra pessoa que havia se envolvido em uma briga com os policiais, e que só pararam de agredi-lo quando perceberam que não era a pessoa procurada; Que viu EDNARDO com várias lesões no corpo, na região das costelas e no rosto, próximo aos olhos.

DA VÍTIMA

Consta às fls.03, o termo de declarações prestadas pela vítima, o senhor **EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE**, que declarou que por volta das 00:00 horas do dia 02 de Setembro de 2012, encontrava-se em frente ao clube AABB, nesta cidade de Piripiri-PI; Que estava falando com sua companheira por telefone, quando foi abordado por uma equipe de policiais militares da Força Tática; Que os policiais alegaram que o declarante estava xingando os mesmos por telefone; Que, em seguida, os policiais lhe algemaram, colocaram-no na carroceria da viatura e saíram, levando-o em direção do antigo campo de aviação; Que chegando lá, os policiais pararam a viatura, desceram os quatro policiais e subiram na carroceria da viatura, passando a agredir-lhe fisicamente com chutes e murros no rosto; Que os policiais também colocaram lanternas em seus olhos e falaram: "DEYVES, AGORA TU VAI VER O QUE ACONTECE COM QUEM BATE NA POLÍCIA!"; Que estava algemado e foi torturado por uns 20 (vinte) minutos pelos 4 (quatro) policiais; Que o declarante, chorando, disse aos policiais que o seu nome não era Deyves, mas que eles diziam que era sim, e continuaram a lhe agredir; Que após o torturarem, perceberam que não era a pessoa a qual procuravam; Que ainda assim, levaram o declarante para a Delegacia, como tendo praticado desacato; Que, defronte à AABB haviam pessoas que podem testemunhar, afirmando que o declarante não desacatou policial algum; Que o declarante ficou com o rosto desfigurado devido os murros que levou, bem como ficou com hematomas no corpo em conseqüência dos chutes; Que os policiais eram: ANDRADE, KLINGER, SILVA JUNIOR e MAGALHAES, todos do Batalhão desta cidade.

DOS INDICIADOS

Às fls. 12, consta o termo de declarações prestadas por **FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR**, o qual respondeu que fazia parte do grupo de policiais militares denominada FORÇA TATICA, nesta cidade, composto pelos policias Sargento

Anamelka Albuquerque Barbosa
DELEGADA DE POLICIA CIVIL
MATRICULA Nº 2[illegible]9-5

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

Everaldo, Magalhães e Lucas Klinger; Que faziam o policiamento ostensivo nas ruas da cidade em uma determinada noite, no final de um meses do final do ano passado; Que por volta das 00:00 horas, ao passarem em frente à AABB, onde estava ocorrendo uma festa, estacionaram a viatura; Que um rapaz que estava no telefone se aproximou e disse "eu to bem aqui defronte os policiais pau no cú"; Que o rapaz por várias vezes repetiu a expressão; Que abordaram o rapaz por desacato; Que o rapaz reagiu à abordagem e foi usada força moderada para contê-lo; Que chegaram a cair por cima de alguma motos que estavam estacionadas no local; Que dominaram o rapaz e em seguida, conduziram-no para a Delegacia; Que não levaram o rapaz para o campo de aviação; Que não conhece o rapaz que foi abordado pelo desacato; Que não agrediram o rapaz; Que nada tem contra esse rapaz.

Às fls. 13, consta o termo de declarações prestadas por **LUARDO CESAR MAGALHAES,** o qual respondeu que em uma determinada noite de um mês no final do ano passado, encontrava-se no grupo de policiais militares da Força Tática, comandado pelo Sargento EVERALDO, fazendo serviço ostensivo nas ruas da cidade, quando por volta das 00:00 horas, passaram defronte ao clube AABB,por ocasião de uma festa, e resolveram parar a viatura; Que em um dado momento, aproximou-se um rapaz que falava no telefone com alguém, dizendo "eu to bem aqui defronte os policiais pau no cú"; Que a expressão foi repetida várias vezes; Que resolveram abordar esse rapaz por desacato; Que o rapaz reagiu à abordagem e tiveram que usar força moderada; Que chegaram a cair por cima de alguma motos que estavam estacionadas no local; Que dominaram o rapaz e em seguida, conduziram-no para a Delegacia; Que não levaram o rapaz para o campo de aviação; Que não conhece o rapaz que foi abordado pelo desacato; Que não agrediram o rapaz; Que nada tem contra esse rapaz.

Às fls. 14, consta o termo de declarações prestadas por **LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO,** o qual respondeu que não lembrava a data, mas no final do ano passado, encontrava-se no grupo de policiais militares da Força Tática, fazendo serviço ostensivo nas ruas da cidade, quando por volta das 00:00 horas, passaram defronte ao clube AABB; Que pararam a viatura, ocasião em que se aproximou um rapaz com o telefone celular no ouvido, falando com alguém; Que o rapaz dizia a seguinte expressão "eu to bem aqui defronte os policiais pau no cú"; Que a expressão foi repetida várias vezes; Que resolveram abordar esse rapaz por desacato; Que o rapaz reagiu à abordagem e tiveram que usar força moderada; Que chegaram a cair por cima de alguma motos que estavam estacionadas no local; Que dominaram o rapaz e em seguida, conduziram-no para a Delegacia; Que não levaram o rapaz para o campo de aviação; Que não conhece o rapaz que foi abordado pelo desacato; Que não agrediram o rapaz; Que nada tem contra esse rapaz.

Às fls.15, consta o termo de declarações prestadas por **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA,** o qual respondeu que não lembrava a data, mas no final do ano passado, encontrava-se na frente de um grupo de policiais militares da Força *Tática,* fazendo serviço ostensivo nas ruas da cidade, quando por volta das 00:00 horas,

Anamelka Albuquerque Formiga
DELEGADA DE POLÍCIA

passaram defronte ao clube AABB; Que pararam a viatura, ocasião em que se aproximou um rapaz com o telefone celular no ouvido, falando com alguém ou simulando; Que o rapaz dizia a seguinte expressão "eu to bem aqui defronte os policiais pau no cú"; Que a expressão foi repetida várias vezes; Que resolveram abordar esse rapaz por desacato; Que o rapaz reagiu à abordagem e tiveram que usar força moderada; Que chegaram a cair por cima de alguma motos que estavam estacionadas no local; Que dominaram o rapaz e em seguida, conduziram-no para a Delegacia; Que não levaram o rapaz para o campo de aviação; Que não conhece o rapaz que foi abordado pelo desacato; Que não agrediram o rapaz; Que nada tem contra esse rapaz.

DO EXAME DE CORPO DE DELITO

Foi juntado aos autos o exame de corpo de delito procedido na vítima, onde se consta que esta sofreu espancamento na região da face, conforme fls. 04 a 07.

DO INDICIAMENTO.

Pelo exposto, verifico, através dos depoimentos da vitima e testemunhas, auto de exame de corpo de delito e dos interrogatórios, a ocorência dos crimes **de ABUSO DE AUTORIDADE E TORTURA**:

LEI Nº 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965.

Art. 3º. Constitui abuso de autoridade qualquer atentado:

a) à liberdade de locomoção;
i) à incolumidade física do indivíduo;

Art. 4º Constitui também abuso de autoridade:

b) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei;

LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997.

Art. 1º Constitui crime de tortura:

II - submeter alguém, **sob sua guarda, poder ou autoridade**, com **emprego de violência ou grave ameaça**, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de **aplicar castigo pessoal** ou medida de caráter preventivo. (grifos nossos)

Anamelka Albuquerque Ferreira
DELEGADA DE POLÍCIA CIVIL
MATRÍCULA Nº 245979-5

Portanto, **INDICIO** as pessoas de FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR MAGALHAES, LUCAS KLINGER MARINHO LEITAO E EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, tendo como vítima EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE.

DA CONCLUSÃO

Provada a materialidade do delito, determinadas as circunstâncias em que ocorreu e os meios empregados, bem como individualizada a autoria, completos estão os trabalhos da Policia Judiciária.

Encerrados estão os trabalhos da Polícia Judiciária.

Isto posto, submeto o presente feito à Douta e Elevada apreciação de V.Exª.

É O RELATÓRIO.

Piripiri -PI, 27 de Junho de 2013.

DPC ANAMELKA ALBUQUERQUE FORMIGA
Delegada de Polícia Civil de Carreira
Titular da 4ªDRPC, em Piripiri-PI

==========

TERMO DE REMESSA.

Aos 27 dias do mês de junho de 2013, faço estes autos remessa ao Poder Judiciário da Comarca de Piripiri/PI. Do que, para constar, lavro este termo. Eu _____,chefe do cartório que o digitei.

11:16 05/07/2013 001663 DISTRIBUICAO-PIRIPIRI_PROTOCOLO-RECEBIDO

DESCRIÇÃO: ENTREGA EM CARGA/VISTA
OBSERVAÇÕES: ESTANTE 2-I COM VISTAS AO MP.

DESCRIÇÃO: ENTREGA EM CARGA/VISTA
OBSERVAÇÕES: COM CARGA AO MP.

DESCRIÇÃO: REDISTRIBUIÇÃO
OBSERVAÇÕES: Redistribuição de acordo com o provimento 31/2014 que dispõe sobre as competências da 1ª, 2ª e 3ª varas da comarca de Piripiri

Secretaria da 1ª Vara
Fls._____
Rub._____
Piripiri - PI

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI - ESTADO DO PIAUÍ.

RECIBO
Recebido(a) nesta data.
Piripiri, 18 de 11 de 2014

Referente aos autos de nº 0000983-68.2013.8.18.0033
Acusados: Francisco Oliveira Silva Junior
Luardo Cesar Magalhães
Lucas Klinger Marinho Leitão
Everaldo de Andrade Pereira

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**, através do Promotor de Justiça infra-assinado designado para atuar neste processo por força da Portaria nº 1615/2012 de 03 de dezembro de 2012, no uso de suas atribuições legais, com base nas informações contidas na peça policial em apenso, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência oferecer **DENÚNCIA** contra

FRANCISCO OLIVEIRA SILVA JUNIOR, brasileiro, piauiense, natural de Teresina/PI, maior, nascido em 27.07.1987, solteiro, policial militar, filho de Francisco de Oliveira Silva e de Maria José de Sousa Silva, residente na Rua Aderson Ferreira, nº 1017, centro, Piripiri/PI,

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

Secretaria da 1ª Vara
Fls._____
Rub._____
Piripiri - PI

LUARDO CESAR MAGALHÃES, brasileiro, piauiense, natural de Teresina/PI, maior, nascido em 19.09.1984, solteiro, policial militar, filho de Samuel Martins Melo e Vera Lucia Lima Magalhães Melo, residente na Rua Aderson Ferreira, nº 1017, centro, Piripiri/PI,

LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, brasileiro, piauiense, natural de Teresina/PI, maior, nascido em 26.09.1990, casado, policial militar, filho de Francisco José Leitão e de Conceição de Maria Soares Marinho, residente na Rua Aderson Ferreira, nº 1017, centro, Piripiri/PI,

EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, brasileiro, piauiense, natural de Piripiri/PI, maior, nascido em 28.07.1971, casado, policial militar, filho de Francisco de Assis Pereira e de Maria do Amparo Lopes de Andrade, residente na Rua Aderson Ferreira, nº 1017, centro, Piripiri/PI,

pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418
Num. 26719305 - Pág. 31

DOS FATOS:

Consta da inclusa peça policial que no dia 02 de setembro de 2012, por volta das 00:00 horas, a pessoa de EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE, ora vítima, encontrava-se em frente ao clube da AABB, nesta cidade de Piripiri/PI, falando por telefone com sua companheira, quando apareceu, de inopino, uma viatura da polícia militar local.

Sem qualquer formalização procedimental, os policiais que compunham a citada guarnição de imediato foram abordando a pessoa da vítima e alegando que esta estaria xingando os mesmos pelo telefone.

De imediato, a vítima foi algemada e colocada na carroceria da viatura (Comando Tático), dirigindo-se para o antigo campo de aviação.

Ao chegarem no dito local, os policiais ora acusados saíram da viatura, subiram na carroceria do veículo e passaram a torturar a vítima, agredindo-a com socos, chutes e murros, ao tempo em que bradavam dizendo "Deyves, tu agora vai ver o que acontece com quem bate na polícia".

A vítima, indefesa e algemada, passou cerca de 20 minutos refém dos acusados, sendo espancado violentamente.

Durante a sessão de tortura, a vítima chorava e dizia não ser essa pessoa de "Deyves".

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

Após longo período, perceberam os acusados que de fato a vítima não era quem eles estavam procurando, ocasião em que sustaram a tortura.

Mesmo diante da inexistência de qualquer conduta típica, os acusados levaram a vítima para a delegacia de polícia sob a alegação de desacato a funcionário público.

DO DIREITO:

A conduta acima narrada corresponde à descrição prevista no art. 1º, II da Lei nº 9.455/97.

A materialidade e a autoria estão sobejamente comprovadas, face os depoimentos da vítima e das testemunhas arroladas e ouvidas no inquérito policial, bem como em razão do exame de corpo de delito.

DOS PEDIDOS:

Portanto, entendendo que a conduta do acusado coincide com a descrição do artigo 1º, II da Lei nº 9.455/97, o Ministério Público, oferece **DENÚNCIA** contra **FRANCISCO OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR MAGALHÃES, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO e EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA** requerendo as seguintes providências:

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

a) Seja a presente denúncia recebida, instaurando-se o devido processo legal.

b) Sejam citados os denunciados para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias.

c) Seja designada audiência de instrução e julgamento com a intimação da vítima, das testemunhas arroladas abaixo, bem como os acusados, a fim de virem depor em Juízo, protestando-se, ainda, por todos os meios de prova admitidos em Direito;

d) A procedência total da presente ação penal com a consequente condenação dos denunciados.

Rol de Vítima e Testemunhas:

Ednardo Farias Albuquerque (vítima), qualificada a fl. 03 do inquérito;

Joel Helysson de Farias Soares, qualificado à fl. 08 dos autos;

Fabio Fortes da Silva, qualificado à fl. 09 dos autos;

Piripiri(PI), 14 de novembro de 2014.

Sávio Eduardo Nunes de Carvalho

Promotor de Justiça Designado

Portaria nº 1615/12 de 03 de dezembro de 2012

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende, s/n, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Inquérito Policial
Autor:
Indiciado: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI, Dr (a) FRANCISCO JOAO DAMASCENO , para despacho inicial. Do que, para constar, lavro este termo.

PIRIPIRI, 4 de março de 2015

DIANA CRISTINA LUSTOSA DE VASCONCELOS
CEAS-TJ_PI

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **6766952** e o código verificador **B5807.AB48E.F5D08.26D0F.A91C4.F530C**.

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Inquérito Policial
AUTOR:
INDICIADO: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

DESPACHO

Vistos etc.,

1. Recebo a denúncia de fls., por seus próprios e bem assentados fundamentos, devidamente corroborados pela prova colhida no Inquérito Policial que a instrui.

2. Cite-se o acusado, na forma da lei, para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias.

3. Decorrido o prazo sem resposta ou se declarar o acusado ser pobre na forma da lei, remetam-se os autos ao Núcleo da Defensoria Pública desta Comarca para indicação de Defensor Público.

4. Caso o réu não seja encontrado, proceda-se a citação do mesmo por edital, com prazo de 15 (quinze) dias. Comparecendo o acusado citado por edital, a qualquer tempo, o processo observará o disposto nos arts. 394 e seguintes do Código de Processo Penal, iniciando-se a fluir o prazo para resposta a partir do seu comparecimento ou do defensor.

5. Requisite-se da Distribuição do Fórum certidão de antecedentes criminais do acusado.

6. Providencie-se a devida atualização no THEMIS da nomenclatura dada ao feito pelo Órgão Ministerial.

Int. e Expedientes necessários.

PIRIPIRI, 6 de março de 2015

FRANCISCO JOAO DAMASCENO
Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **6787799** e o código verificador **F6CFD.3F15F.52575.8D6C8.796B8.179B2**.

DESCRIÇÃO: EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTO
OBSERVAÇÕES: EXPEDIR CITAÇÃO.

DESCRIÇÃO: MUDANÇA DE CLASSE PROCESSUAL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende, s/n, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0001
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE CITAÇÃO

O(a) Dr.(a) FRANCISCO JOAO DAMASCENO, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI, no uso de suas funções legais, etc... **MANDA** o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda a citação da parte ré, por todo o conteúdo da denúncia, cuja cópia segue em anexo, parte integrante deste mandado, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, sob a condição de não o fazendo, ser nomeado Defensor para oferecê-la.

Qualificação da parte:
FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, filho(a) de MARIA JOSE DE SOUSA SILVA, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: AV. ADERSON FERREIRA,1017 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI.

Eu, _____, GEORGIA DANIELLE DE SOUSA MARTINS - Analista Judicial - CEAS - Portaria nº 229/2015, de ordem, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 12 de março de 2015.

Dou fé em, _____/_____/_____ Ciente em, _____/_____/_____

_____ _____
Oficial de Justiça Intimado/Citado

ATENÇÃO:

1 - NÃO EFETUAR PAGAMENTO PELO CUMPRIMENTO DESTE MANDADO

2 - DESACATAR O OFICIAL DE JUSTIÇA CONSTITUI CRIME PREVISTO NO ART.331 DO CÓDIGO PENAL(PENA: detenção de 01 a 02 anos).

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **6844972** e o código verificador **3780C.80B34.B934A.B8E14.407AD.7819B**.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende, s/n, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0002
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE CITAÇÃO

O(a) Dr.(a) FRANCISCO JOAO DAMASCENO, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI, no uso de suas funções legais, etc... **MANDA** o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda a citação da parte ré, por todo o conteúdo da denúncia, cuja cópia segue em anexo, parte integrante deste mandado, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, sob a condição de não o fazendo, ser nomeado Defensor para oferecê-la.

Qualificação da parte:
LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, CPF: 00588753360, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: SOLTEIRO(A), endereço: RUA ADERSON FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, TERESINA-PI.

Eu, _____, GEORGIA DANIELLE DE SOUSA MARTINS - Analista Judicial - CEAS - Portaria nº 229/2015, de ordem, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 12 de março de 2015.

Dou fé em, _____/_____/_____ Ciente em, _____/_____/_____

_____ _____
Oficial de Justiça Intimado/Citado

ATENÇÃO:

1 - NÃO EFETUAR PAGAMENTO PELO CUMPRIMENTO DESTE MANDADO

2 - DESACATAR O OFICIAL DE JUSTIÇA CONSTITUI CRIME PREVISTO NO ART.331 DO CÓDIGO PENAL(PENA: detenção de 01 a 02 anos).

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **6845067** e o código verificador **9CB7F.AEEDD.DCCEC.89A45.B17AF.1209E**.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende, s/n, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0003
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE CITAÇÃO

O(a) Dr.(a) FRANCISCO JOAO DAMASCENO, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI, no uso de suas funções legais, etc... **MANDA** o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda a citação da parte ré, por todo o conteúdo da denúncia, cuja cópia segue em anexo, parte integrante deste mandado, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, sob a condição de não o fazendo, ser nomeado Defensor para oferecê-la.

Qualificação da parte:
LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, filho(a) de CONCEIÇÃODE MARINHA SOARES MARNHO, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA ADERSON FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI.

Eu, _____, GEORGIA DANIELLE DE SOUSA MARTINS - Analista Judicial - CEAS - Portaria nº 229/2015, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 12 de março de 2015.

Dou fé em, _____/_____/_____ Ciente em, _____/_____/_____

_____ _____
Oficial de Justiça Intimado/Citado

ATENÇÃO:

1 - NÃO EFETUAR PAGAMENTO PELO CUMPRIMENTO DESTE MANDADO

2 - DESACATAR O OFICIAL DE JUSTIÇA CONSTITUI CRIME PREVISTO NO ART.331 DO CÓDIGO PENAL(PENA: detenção de 01 a 02 anos).

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **6845477** e o código verificador **93CD8.2CBFA.5EA1C.FCDD3.27996.1590B**.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende, s/n, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0004
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE CITAÇÃO

O(a) Dr.(a) FRANCISCO JOAO DAMASCENO, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI, no uso de suas atribuições legais, etc... **MANDA** o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda a citação da parte ré, por todo o conteúdo da denúncia, cuja cópia segue em anexo, parte integrante deste mandado, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, sob a condição de não o fazendo, ser nomeado Defensor para oferecê-la.

Qualificação da parte:
EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, filho(a) de MARIA DO AMPARO ALVES DE ANDRADE, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: CASADO(A), endereço: RUA ADERSON FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI CEP:64260000.

Eu, _____, GEORGIA DANIELLE DE SOUSA MARTINS - Analista Judicial - CEAS - Portaria nº 229/2015, de ordem, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 12 de março de 2015.

Dou fé em, _____/_____/_____ Ciente em, _____/_____/_____

_____ _____
Oficial de Justiça Intimado/Citado

ATENÇÃO:
1 - NÃO EFETUAR PAGAMENTO PELO CUMPRIMENTO DESTE MANDADO
2 - DESACATAR O OFICIAL DE JUSTIÇA CONSTITUI CRIME PREVISTO NO ART.331 DO CÓDIGO PENAL(PENA: detenção de 01 a 02 anos).

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **6845525** e o código verificador **10F2E.297A5.D82BE.C92B3.3AD68.40EC0**.

DESCRIÇÃO: DEVOLUÇÃO DE MANDADO
OBSERVAÇÕES: Aguardando devolução de mandado

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0001 movimentado.
Distribuído para Oficial: Edivaldo Sousa Viana

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0002 movimentado.
Distribuído para Oficial: Edivaldo Sousa Viana

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0003 movimentado.
Distribuído para Oficial: Edivaldo Sousa Viana

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0004 movimentado.
Distribuído para Oficial: Edivaldo Sousa Viana

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0001 movimentado.
Distribuído para Oficial: Edivaldo Sousa Viana

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0002 movimentado.
Distribuído para Oficial: Edivaldo Sousa Viana

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0003 movimentado.
Distribuído para Oficial: Edivaldo Sousa Viana

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0004 movimentado.
Distribuído para Oficial: Edivaldo Sousa Viana

CERTIDÃO

Certifico que em face do visível equívoco nos procedimentos de citação, visto que trata-se o acusado **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA**, ser **POLICIAL MILITAR**, como consta na denúncia, cuja citação, nos termos do artigo 358 do CPP, far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço. Portanto, o juiz, preservando a intangibilidade da área militar, como o resguardo das dependências militares bem como da hierarquia e da disciplina inerentes à conduta militar, não expedirá um mandado, mas apenas um ofício (contendo todos os requisitos do mandado) diretamente ao superior do acusado, que o fará chegar ao destinatário, dando-lhe ciência de todos os termos do expediente. S.M.J.

O referido é verdade e dou fé.

Piripiri, 27 de março de 2015.

Edivaldo Sousa Viana

Oficial de Justiça

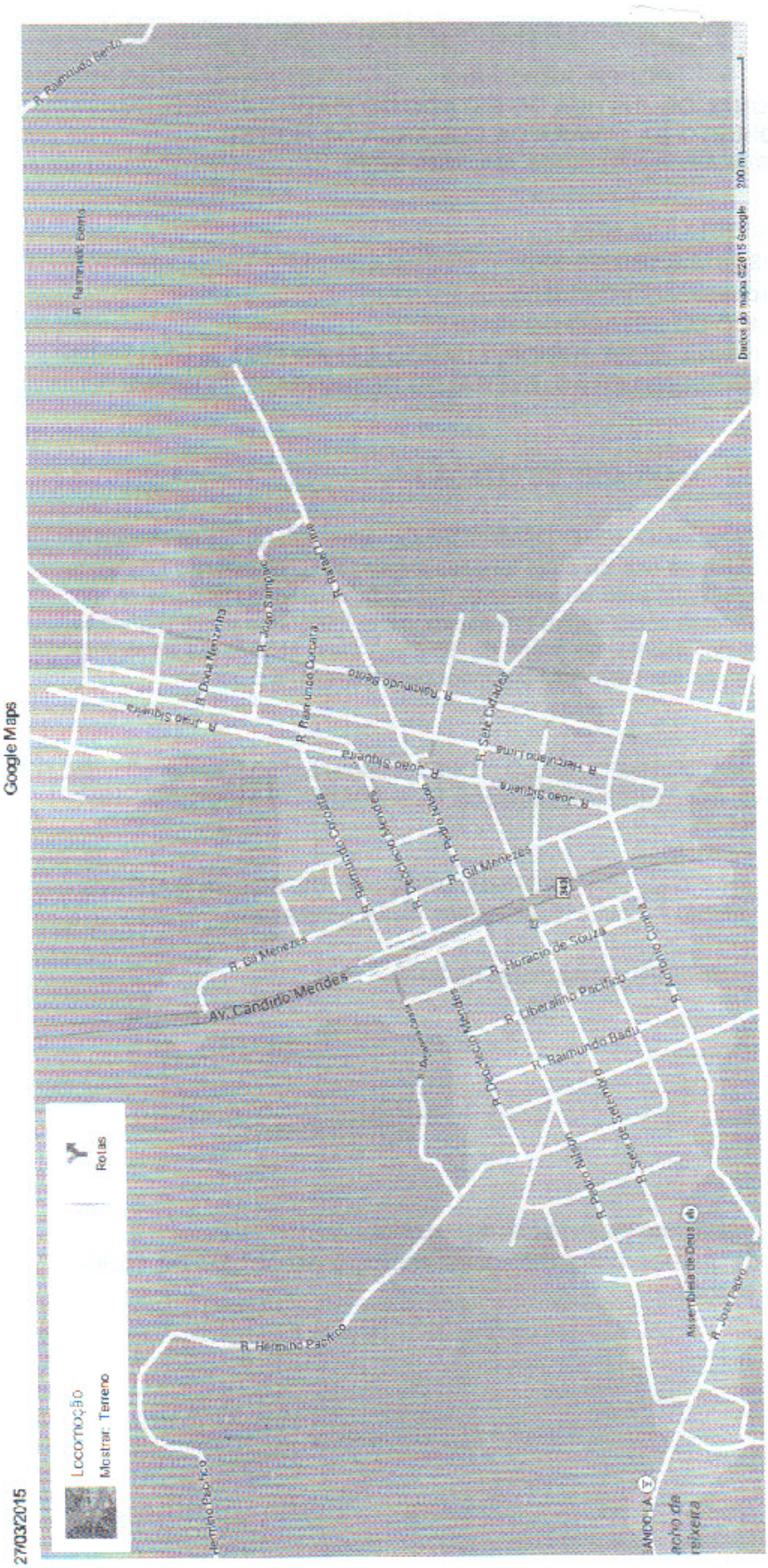
CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado constante no anverso, compareci no endereço consignado, e lá sendo, por volta das 9:27 horas do dia 26/03/15, intimei Sr. LUCIENE LIMA DE SOUSA Parecido pelo inteiro teor do referido mandado, o(a) qual após a leitura exarou sua nota de ciente e aceitou a contrafé que ofereci.

O referido é verdade e dou fé.

Piripiri-PI, 27 de 03 de 2015

Edivaldo Sousa Viana
Oficial de Justiça Avaliador



CERTIDÃO

Certifico que em face do visível equívoco nos procedimentos formais para a citação, devolvo o presente mandado sem o seu cabal cumprimento, por tratar-se o acusado LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, de um **POLICIAL MILITAR**, como consta na própria denúncia, cuja citação, nos termos do art. 358 do CPP, far-se-á por meio de seu superior hierárquico do respectivo serviço. Portanto, no sentido de preservar a intangibilidade da área militar, como o resguardo das dependências militares bem como da hierarquia e da disciplina inerentes à conduta miliar, não expedir-se-á mandado, e sim OFÍCIO (este contendo todos os requisitos do mandado) diretamente ao superior hierárquico do acusado, que por sua vez o fará chegar ao seu destinatário, dando-lhe ciência de todos os termos do expediente, salvo melhor juízo.

O referido é verdade e dou fé.

Piripiri-PI., 27/03/2015.

Edivaldo Sousa Viana

Oficial de Justiça

CERTIDÃO

Certifico que em face do visível equívoco nos procedimentos de citação, DEVOLVO O PRESENTE MANDADO sem o seu cabal cumprimento, visto que trata-se o acusado **GRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR**, ser **POLICIAL MILITAR**, como consta na denúncia, cuja citação, nos termos do artigo 358 do CPP, far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço. Portanto, o juiz, preservando a intangibilidade da área militar, como o resguardo das dependências militares bem como da hierarquia e da disciplina inerentes à conduta militar, não expedirá um mandado, mas apenas um ofício (contendo todos os requisitos do mandado) diretamente ao superior do acusado, que o fará chegar ao destinatário, dando-lhe ciência de todos os termos do expediente. S.M.J.

O referido é verdade e dou fé.

Piripiri, 27 de março de 2015.

Edivaldo Sousa Viana

Oficial de Justiça

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0001 movimentado.

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0002 movimentado.

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0003 movimentado.

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0004 movimentado.

DESCRIÇÃO: RECEBIDO NA SECRETARIA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0004 movimentado.

DESCRIÇÃO: RECEBIDO NA SECRETARIA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0003 movimentado.

DESCRIÇÃO: RECEBIDO NA SECRETARIA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0002 movimentado.

DESCRIÇÃO: RECEBIDO NA SECRETARIA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0001 movimentado.

Edivaldo
38

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende, s/n, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0001
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE CITAÇÃO

O(a) Dr.(a) FRANCISCO JOAO DAMASCENO, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI, no uso de suas funções legais, etc... **MANDA** o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda a citação da parte ré, por todo o conteúdo da denúncia, cuja cópia segue em anexo, parte integrante deste mandado, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, sob a condição de não o fazendo, ser nomeado Defensor para oferecê-la.

Qualificação da parte:
FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, filho(a) de MARIA JOSE DE SOUSA SILVA, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: AV. ADERSON FERREIRA,1017 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI.

Eu, Georgia martins, GEORGIA DANIELLE DE SOUSA MARTINS - Analista Judicial - CEAS - Portaria nº 229/2015, de ordem, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 12 de março de 2015.

Dou fé em, _____/_____/_____ Ciente em, _____/_____/_____

_____ _____
Oficial de Justiça Intimado/Citado

ATENÇÃO:
1 - NÃO EFETUAR PAGAMENTO PELO CUMPRIMENTO DESTE MANDADO
2 - DESACATAR O OFICIAL DE JUSTIÇA CONSTITUI CRIME PREVISTO NO ART.331 DO CÓDIGO PENAL(PENA: detenção de 01 a 02 anos).

CERTIDÃO

Certifico que em face do visível equívoco nos procedimentos de citação, DEVOLVO O PRESENTE MANDADO sem o seu cabal cumprimento, visto que trata-se o acusado **GRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR**, ser **POLICIAL MILITAR**, como consta na denúncia, cuja citação, nos termos do artigo 358 do CPP, far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço. Portanto, o juiz, preservando a intangibilidade da área militar, como o resguardo das dependências militares bem como da hierarquia e da disciplina inerentes à conduta militar, não expedirá um mandado, mas apenas um ofício (contendo todos os requisitos do mandado) diretamente ao superior do acusado, que o fará chegar ao destinatário, dando-lhe ciência de todos os termos do expediente. S.M.J.

O referido é verdade e dou fé.

Piripiri, 27 de março de 2015.

Edivaldo Sousa Viana

Oficial de Justiça

3B Everaldo

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende, s/n, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0002
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE CITAÇÃO

O(a) Dr.(a) FRANCISCO JOAO DAMASCENO, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI, no uso de suas funções legais, etc... **MANDA** o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda a citação da parte ré, por todo o conteúdo da denúncia, cuja cópia segue em anexo, parte integrante deste mandado, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, sob a condição de não o fazendo, ser nomeado Defensor para oferecê-la.

Qualificação da parte:
LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, CPF: 00588753360, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: SOLTEIRO(A), endereço: RUA ADERSON FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, TERESINA-PI.

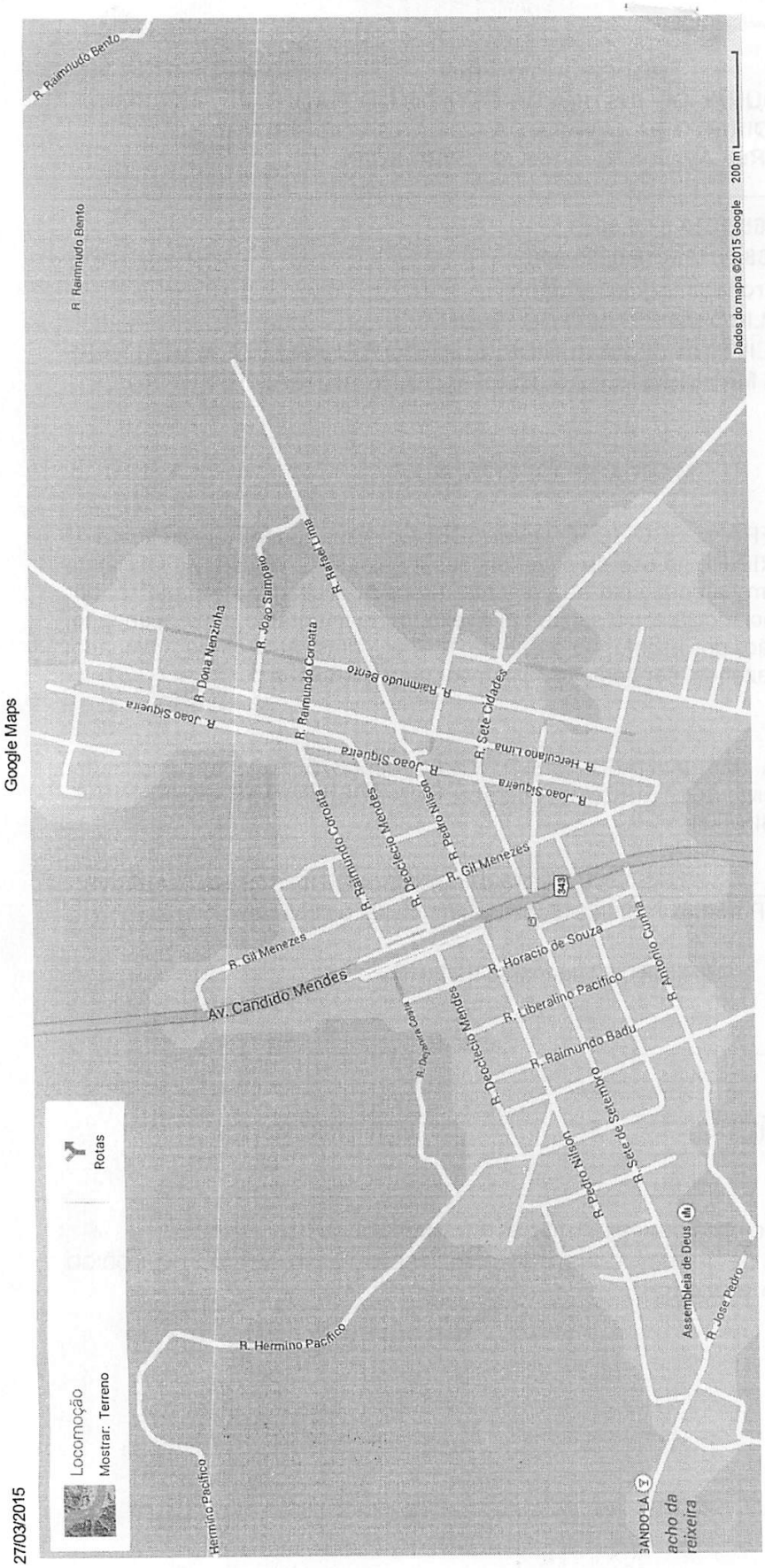
Eu, Georgia Martins, GEORGIA DANIELLE DE SOUSA MARTINS - Analista Judicial - CEAS - Portaria nº 229/2015, de ordem, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 12 de março de 2015.

Dou fé em, _____/_____/_____ Ciente em, _____/_____/_____

_____ _____
Oficial de Justiça Intimado/Citado

ATENÇÃO:
1 - NÃO EFETUAR PAGAMENTO PELO CUMPRIMENTO DESTE MANDADO
2 - DESACATAR O OFICIAL DE JUSTIÇA CONSTITUI CRIME PREVISTO NO ART.331 DO CÓDIGO PENAL(PENA: detenção de 01 a 02 anos).



CERTIDÃO

Certifico que em face do visível equívoco nos procedimentos formais para a citação, devolvo o presente mandado sem o seu cabal cumprimento, por tratar-se o acusado LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, de um **POLICIAL MILITAR**, como consta na própria denúncia, cuja citação, nos termos do art. 358 do CPP, far-se-á por meio de seu superior hierárquico do respectivo serviço. Portanto, no sentido de preservar a intangibilidade da área militar, como o resguardo das dependências militares bem como da hierarquia e da disciplina inerentes à conduta miliar, não expedir-se-á mandado, e sim OFÍCIO (este contendo todos os requisitos do mandado) diretamente ao superior hierárquico do acusado, que por sua vez o fará chegar ao seu destinatário, dando-lhe ciência de todos os termos do expediente, salvo melhor juízo.

O referido é verdade e dou fé.

Piripiri-PI., 27/03/2015.

Edivaldo Sousa Viana

Oficial de Justiça

https://www.google.com.br/maps/@-4.1288442,-41.7797789,16z

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

3B

3B Edivaldo

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende, s/n, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0003
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE CITAÇÃO

O(a) Dr.(a) FRANCISCO JOAO DAMASCENO, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI, no uso de suas funções legais, etc... **MANDA** o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda a citação da parte ré, por todo o conteúdo da denúncia, cuja cópia segue em anexo, parte integrante deste mandado, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, sob a condição de não o fazendo, ser nomeado Defensor para oferecê-la.

Qualificação da parte:
LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, filho(a) de CONCEIÇÃODE MARINHA SOARES MARNHO, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA ADERSON FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI.

Eu, Georgia Martins, GEORGIA DANIELLE DE SOUSA MARTINS - Analista Judicial - CEAS - Portaria nº 229/2015, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 12 de março de 2015.

Dou fé em, _____/_____/_____

_____
Oficial de Justiça

Ciente em, _____/_____/_____

_____
Intimado/Citado

ATENÇÃO:
1 - NÃO EFETUAR PAGAMENTO PELO CUMPRIMENTO DESTE MANDADO
2 - DESACATAR O OFICIAL DE JUSTIÇA CONSTITUI CRIME PREVISTO NO ART.331 DO CÓDIGO PENAL(PENA: detenção de 01 a 02 anos).

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

CERTIDÃO

Certifico que em face do visível equívoco nos procedimentos de citação, visto que trata-se o acusado **LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO**, ser **POLICIAL MILITAR**, como consta na denúncia, cuja citação, nos termos do artigo 358 do CPP, far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço. Portanto, o juiz, preservando a intangibilidade da área militar, como o resguardo das dependências militares bem como da hierarquia e da disciplina inerentes à conduta militar, não expedirá um mandado, mas apenas um ofício (contendo todos os requisitos do mandado) diretamente ao superior do acusado, que o fará chegar ao destinatário, dando-lhe ciência de todos os termos do expediente. S.M.J.

O referido é verdade e dou fé.

Piripiri, 27 de março de 2015.

Edivaldo Sousa Viana

Oficial de Justiça

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

3B Edivaldo

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende, s/n, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0004
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE CITAÇÃO

O(a) Dr.(a) FRANCISCO JOAO DAMASCENO, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI, no uso de suas atribuições legais, etc... **MANDA** o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente, proceda a citação da parte ré, por todo o conteúdo da denúncia, cuja cópia segue em anexo, parte integrante deste mandado, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado, sob a condição de não o fazendo, ser nomeado Defensor para oferecê-la.

Qualificação da parte:
EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, filho(a) de MARIA DO AMPARO ALVES DE ANDRADE, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: CASADO(A), endereço: RUA ADERSON FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI CEP:64260000.

Eu, Georgia martins, GEORGIA DANIELLE DE SOUSA MARTINS - Analista Judicial - CEAS - Portaria nº 229/2015, de ordem, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 12 de março de 2015.

Dou fé em, _____/_____/_____ Ciente em, _____/_____/_____

_____ _____
Oficial de Justiça Intimado/Citado

ATENÇÃO:
1 - NÃO EFETUAR PAGAMENTO PELO CUMPRIMENTO DESTE MANDADO
2 - DESACATAR O OFICIAL DE JUSTIÇA CONSTITUI CRIME PREVISTO NO ART.33 DO CÓDIGO PENAL(PENA: detenção de 01 a 02 anos).

CERTIDÃO

Certifico que em face do visível equívoco nos procedimentos de citação, visto que trata-se o acusado **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA**, ser **POLICIAL MILITAR**, como consta na denúncia, cuja citação, nos termos do artigo 358 do CPP, far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço. Portanto, o juiz, preservando a intangibilidade da área militar, como o resguardo das dependências militares bem como da hierarquia e da disciplina inerentes à conduta militar, não expedirá um mandado, mas apenas um ofício (contendo todos os requisitos do mandado) diretamente ao superior do acusado, que o fará chegar ao destinatário, dando-lhe ciência de todos os termos do expediente. S.M.J.

O referido é verdade e dou fé.

Piripiri, 27 de março de 2015.

Edivaldo Sousa Viana

Oficial de Justiça

DESCRIÇÃO: AO SECRETARIO

DESCRIÇÃO: AO SECRETARIO

DESCRIÇÃO: AO SECRETARIO
OBSERVAÇÕES: EXPEDIDO OFICIO DE CITAÇÃO. AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DA CENTRAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA
Fórum "Des. João Turíbio" – Rua Avelino Rezende, 161, CEP 64.260-000
Fone –0XX (86) 3276 1452

Ofício nº 657/2015 SPV-TJ-PI Piripiri-PI, 14 de agosto de 2015

Ao Sr.
ERISVALDO VIANA LIMA
MAJOR QOPM-PI - Comandante da 1ª Companhia do 12º BPM
Av. Aderson Ferreira, Nº 1017, centro - Piripiri-Piauí.
Ref. Processo nº 0000983-68.2013 – 1ª Vara

Assunto: Requisição para **CITAÇÃO de Militar**

Sr. Comandante,

Cumprindo determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca - Dr. Francisco João Damasceno, e em observância ao art. 358 do Código de Processo Penal, **REQUISITO** a esse comando, por meio de Vossa Senhoria, **a CITAÇÃO** do Militar **FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Francisco de Oliveira Silva e Maria José de Sousa Silva, **LUARDO CESAR MAGALHÃES,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Samuel Martins Melo e de Vera Lúcia Lima Magalhães Melo, **LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, casado, filho de Francisco José Leitão e de Conceição de Maria Soares Marinho e **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA,** brasileiro, piauiense, casado, filho de Francisco de Assis Pereira e de Maria do Amparo Lopes de Andrade, ambos lotados nessa 1ª Companhia do 12º BPM-PI, em Pirirpiri-PI, **dando-lhe conhecimento de todo o teor da denúncia apresentada pelo Ministério Público** em seu desfavor, esclarecendo-o que terá o prazo de 10 (dez) dias para oferecer, querendo, resposta à acusação, por escrito (art. 396 CPP), advertindo-o, ainda, que em caso de não apresentação da referida resposta no prazo assinalado, os autos serão encaminhados à Defensoria Pública desta Comarca para a respectiva defesa (art. 396_A, § 2º do CPP).

Para tanto, seguem, em anexo, cópias da denúncia e do despacho exarado nos autos em epígrafe, para conhecimento e recebimento pelo militar ora denunciado.

Outrossim, esclareço que para a efetivação do ato ora requisitado, necessário se faz que essa autoridade informe a este Juízo, a **data em que o militar tomou ciência** e recebeu cópia da denúncia, para que então comece a fluir o prazo para resposta.

Atenciosamente,

Celso de Oliveira Lima
=Estagiário da Secretária da 1ª Vara =

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA
Fórum "Des. João Turíbio" – Rua Avelino Rezende, 161, CEP 64.260-000
Fone –0XX (86) 3276 1452

Ofício nº 657/2015 SPV-TJ-PI Piripiri-PI, 14 de agosto de 2015

Ao Sr.
ERISVALDO VIANA LIMA
MAJOR QOPM-PI - Comandante da 1ª Companhia do 12º BPM
Av. Aderson Ferreira, Nº 1017, centro - Piripiri-Piauí.
Ref. Processo nº 0000983-68.2013 – 1ª Vara

Assunto: Requisição para **CITAÇÃO de Militar**

Sr. Comandante,

Cumprindo determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca - Dr. Francisco João Damasceno, e em observância ao art. 358 do Código de Processo Penal, **REQUISITO** a esse comando, por meio de Vossa Senhoria, **a CITAÇÃO** do Militar **FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Francisco de Oliveira Silva e Maria José de Sousa Silva, **LUARDO CESAR MAGALHÃES,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Samuel Martins Melo e de Vera Lúcia Lima Magalhães Melo, **LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, casado, filho de Francisco José Leitão e de Conceição de Maria Soares Marinho e **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA,** brasileiro, piauiense, casado, filho de Francisco de Assis Pereira e de Maria do Amparo Lopes de Andrade, ambos lotados nessa 1ª Companhia do 12º BPM-PI, em Pirirpiri-PI, **dando-lhe conhecimento de todo o teor da denúncia apresentada pelo Ministério Público** em seu desfavor, esclarecendo-o que terá o prazo de 10 (dez) dias para oferecer, querendo, resposta à acusação, por escrito (art. 396 CPP), advertindo-o, ainda, que em caso de não apresentação da referida resposta no prazo assinalado, os autos serão encaminhados à Defensoria Pública desta Comarca para a respectiva defesa (art. 396_A, § 2º do CPP).

Para tanto, seguem, em anexo, cópias da denúncia e do despacho exarado nos autos em epígrafe, para conhecimento e recebimento pelo militar ora denunciado.

Outrossim, esclareço que para a efetivação do ato ora requisitado, necessário se faz que essa autoridade informe a este Juízo, a **data em que o militar tomou ciência** e recebeu cópia da denúncia, para que então comece a fluir o prazo para resposta.

Atenciosamente,

Celso de Oliveira Lima
=Estagiário da Secretária da 1ª Vara =

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA
Fórum "Des. João Turíbio" – Rua Avelino Rezende, 161, CEP 64.260-000
Fone –0XX (86) 3276 1452

Ofício nº 657/2015 SPV-TJ-PI Piripiri-PI, 14 de agosto de 2015

Ao Sr.
ERISVALDO VIANA LIMA
MAJOR QOPM-PI - Comandante da 1ª Companhia do 12º BPM
Av. Aderson Ferreira, Nº 1017, centro - Piripiri-Piauí.
Ref. Processo nº 0000983-68.2013 – 1ª Vara

Assunto: Requisição para **CITAÇÃO de Militar**

Sr. Comandante,

Cumprindo determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca - Dr. Francisco João Damasceno, e em observância ao art. 358 do Código de Processo Penal, **REQUISITO** a esse comando, por meio de Vossa Senhoria, **a CITAÇÃO** do Militar **FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Francisco de Oliveira Silva e Maria José de Sousa Silva, **LUARDO CESAR MAGALHÃES,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Samuel Martins Melo e de Vera Lúcia Lima Magalhães Melo, **LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, casado, filho de Francisco José Leitão e de Conceição de Maria Soares Marinho e **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA,** brasileiro, piauiense, casado, filho de Francisco de Assis Pereira e de Maria do Amparo Lopes de Andrade, ambos lotados nessa 1ª Companhia do 12º BPM-PI, em Pirirpiri-PI, **dando-lhe conhecimento de todo o teor da denúncia apresentada pelo Ministério Público** em seu desfavor, esclarecendo-o que terá o prazo de 10 (dez) dias para oferecer, querendo, resposta à acusação, por escrito (art. 396 CPP), advertindo-o, ainda, que em caso de não apresentação da referida resposta no prazo assinalado, os autos serão encaminhados à Defensoria Pública desta Comarca para a respectiva defesa (art. 396_A, § 2º do CPP).

Para tanto, seguem, em anexo, cópias da denúncia e do despacho exarado nos autos em epígrafe, para conhecimento e recebimento pelo militar ora denunciado.

Outrossim, esclareço que para a efetivação do ato ora requisitado, necessário se faz que essa autoridade informe a este Juízo, a **data em que o militar tomou ciência** e recebeu cópia da denúncia, para que então comece a fluir o prazo para resposta.

Atenciosamente,

Celso de Oliveira Lima
=Estagiário da Secretária da 1ª Vara =

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA
Fórum "Des. João Turíbio" – Rua Avelino Rezende, 161, CEP 64.260-000
Fone –0XX (86) 3276 1452

Ofício nº 657/2015 SPV-TJ-PI Piripiri-PI, 14 de agosto de 2015

Ao Sr.
ERISVALDO VIANA LIMA
MAJOR QOPM-PI - Comandante da 1ª Companhia do 12º BPM
Av. Aderson Ferreira, Nº 1017, centro - Piripiri-Piauí.
Ref. Processo nº 0000983-68.2013 – 1ª Vara

Assunto: Requisição para **CITAÇÃO de Militar**

Sr. Comandante,

Cumprindo determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca - Dr. Francisco João Damasceno, e em observância ao art. 358 do Código de Processo Penal, **REQUISITO** a esse comando, por meio de Vossa Senhoria, **a CITAÇÃO** do Militar **FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Francisco de Oliveira Silva e Maria José de Sousa Silva, **LUARDO CESAR MAGALHÃES,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Samuel Martins Melo e de Vera Lúcia Lima Magalhães Melo, **LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, casado, filho de Francisco José Leitão e de Conceição de Maria Soares Marinho e **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA,** brasileiro, piauiense, casado, filho de Francisco de Assis Pereira e de Maria do Amparo Lopes de Andrade, ambos lotados nessa 1ª Companhia do 12º BPM-PI, em Pirirpiri-PI, **dando-lhe conhecimento de todo o teor da denúncia apresentada pelo Ministério Público** em seu desfavor, esclarecendo-o que terá o prazo de 10 (dez) dias para oferecer, querendo, resposta à acusação, por escrito (art. 396 CPP), advertindo-o, ainda, que em caso de não apresentação da referida resposta no prazo assinalado, os autos serão encaminhados à Defensoria Pública desta Comarca para a respectiva defesa (art. 396_A, § 2º do CPP).

Para tanto, seguem, em anexo, cópias da denúncia e do despacho exarado nos autos em epígrafe, para conhecimento e recebimento pelo militar ora denunciado.

Outrossim, esclareço que para a efetivação do ato ora requisitado, necessário se faz que essa autoridade informe a este Juízo, a **data em que o militar tomou ciência** e recebeu cópia da denúncia, para que então comece a fluir o prazo para resposta.

Atenciosamente,

Celso de Oliveira Lima
=Estagiário da Secretária da 1ª Vara =

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0005 movimentado.
Distribuído para Oficial: Francisco Gessie da Rocha Viana

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0006 movimentado.
Distribuído para Oficial: Francisco Gessie da Rocha Viana

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0007 movimentado.
Distribuído para Oficial: Francisco Gessie da Rocha Viana

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0008 movimentado.
Distribuído para Oficial: Francisco Gessie da Rocha Viana

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0005 movimentado.
Distribuído para Oficial: Francisco Gessie da Rocha Viana

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0006 movimentado.
Distribuído para Oficial: Francisco Gessie da Rocha Viana

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0007 movimentado.
Distribuído para Oficial: Francisco Gessie da Rocha Viana

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0008 movimentado.
Distribuído para Oficial: Francisco Gessie da Rocha Viana

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA
Fórum "Des. João Turíbio" – Rua Avelino Rezende, 161, CEP 64.260-000
Fone –0XX (86) 3276 1452

Ofício nº 657/2015 SPV-TJ-PI Piripiri-PI, 14 de agosto de 2015

Ao Sr.
ERISVALDO VIANA LIMA
MAJOR QOPM-PI - Comandante da 1ª Companhia do 12º BPM
Av. Aderson Ferreira, Nº 1017, centro - Piripiri-Piauí.
Ref. Processo nº 0000983-68.2013 – 1ª Vara

Assunto: Requisição para **CITAÇÃO de Militar**

Sr. Comandante,

Cumprindo determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca - Dr. Francisco João Damasceno, e em observância ao art. 358 do Código de Processo Penal, **REQUISITO** a esse comando, por meio de Vossa Senhoria, **a CITAÇÃO** do Militar **FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Francisco de Oliveira Silva e Maria José de Sousa Silva, **LUARDO CESAR MAGALHÃES,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Samuel Martins Melo e de Vera Lúcia Lima Magalhães Melo, **LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, casado, filho de Francisco José Leitão e de Conceição de Maria Soares Marinho e **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA,** brasileiro, piauiense, casado, filho de Francisco de Assis Pereira e de Maria do Amparo Lopes de Andrade, ambos lotados nessa 1ª Companhia do 12º BPM-PI, em Pirirpiri-PI, **dando-lhe conhecimento de todo o teor da denúncia apresentada pelo Ministério Público** em seu desfavor, esclarecendo-o que terá o prazo de 10 (dez) dias para oferecer, querendo, resposta à acusação, por escrito (art. 396 CPP), advertindo-o, ainda, que em caso de não apresentação da referida resposta no prazo assinalado, os autos serão encaminhados à Defensoria Pública desta Comarca para a respectiva defesa (art. 396_A, § 2º do CPP).

Para tanto, seguem, em anexo, cópias da denúncia e do despacho exarado nos autos em epígrafe, para conhecimento e recebimento pelo militar ora denunciado.

Outrossim, esclareço que para a efetivação do ato ora requisitado, necessário se faz que essa autoridade informe a este Juízo, a **data em que o militar tomou ciência** e recebeu cópia da denúncia, para que então comece a fluir o prazo para resposta.

Selo de Fiscalização e Autenticidade Poder Judiciário Estado do Piauí Atos de Notas, Registro e Judiciais ATO GRATUITO ABH 87386

Atenciosamente,

Recebi em 20/08/15

Celso de Oliveira Lima
=Estagiário da Secretária da 1ª Vara =

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

CERTIDÃO

Certifico, que dei fiel cumprimento ao mandado retro. Dou fé. Digo, Ofício. Dou fé.

Picos, 21/08/15

Oficial de Justiça

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA
Fórum "Des. João Turíbio" – Rua Avelino Rezende, 161, CEP 64.260-000
Fone –0XX (86) 3276 1452

Ofício nº 657/2015 SPV-TJ-PI

Piripiri-PI, 14 de agosto de 2015

Ao Sr.
ERISVALDO VIANA LIMA
MAJOR QOPM-PI - Comandante da 1ª Companhia do 12º BPM
Av. Aderson Ferreira, Nº 1017, centro - Piripiri-Piauí.
Ref. Processo nº 0000983-68.2013 – 1ª Vara

Assunto: Requisição para **CITAÇÃO de Militar**

Sr. Comandante,

Cumprindo determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca - Dr. Francisco João Damasceno, e em observância ao art. 358 do Código de Processo Penal, **REQUISITO** a esse comando, por meio de Vossa Senhoria, **a CITAÇÃO** do Militar **FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Francisco de Oliveira Silva e Maria José de Sousa Silva, **LUARDO CESAR MAGALHÃES,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Samuel Martins Melo e de Vera Lúcia Lima Magalhães Melo, **LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, casado, filho de Francisco José Leitão e de Conceição de Maria Soares Marinho e **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA,** brasileiro, piauiense, casado, filho de Francisco de Assis Pereira e de Maria do Amparo Lopes de Andrade, ambos lotados nessa 1ª Companhia do 12º BPM-PI, em Pirirpiri-PI, **dando-lhe conhecimento de todo o teor da denúncia apresentada pelo Ministério Público** em seu desfavor, esclarecendo-o que terá o prazo de 10 (dez) dias para oferecer, querendo, resposta à acusação, *por escrito* (art. 396 CPP), advertindo-o, ainda, que em caso de não apresentação da referida resposta no prazo assinalado, os autos serão encaminhados à Defensoria Pública desta Comarca para a respectiva defesa (art. 396_A, § 2º do CPP).

Para tanto, seguem, em anexo, cópias da denúncia e do despacho exarado nos autos em epígrafe, para conhecimento e recebimento pelo militar ora denunciado.

Outrossim, esclareço que para a efetivação do ato ora requisitado, necessário se faz que essa autoridade informe a este Juízo, a **data em que o militar tomou ciência** e recebeu cópia da denúncia, para que então comece a fluir o prazo para resposta.

Selo de Fiscalização e Autenticidade Poder Judiciário Estado do Piauí Atos de Notas, Registro e Judiciais
ATO GRATUITO
ABH 87386

Atenciosamente,

Celso de Oliveira Lima
=Estagiário da Secretária da 1ª V.

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

CERTIDÃO

CERTIFICO, que dei fiel cumprimento ao mandado retro. Dou fé. Dego, Ofício. Dou fé.

Piripiri, 21/08/15

Oficial de Justiça

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA
Fórum "Des. João Turíbio" – Rua Avelino Rezende, 161, CEP 64.260-000
Fone –0XX (86) 3276 1452

Ofício nº 657/2015 SPV-TJ-PI Piripiri-PI, 14 de agosto de 2015

Ao Sr.
ERISVALDO VIANA LIMA
MAJOR QOPM-PI - Comandante da 1ª Companhia do 12º BPM
Av. Aderson Ferreira, Nº 1017, centro - Piripiri-Piauí.
Ref. Processo nº 0000983-68.2013 – 1ª Vara

Assunto: Requisição para **CITAÇÃO de Militar**

Sr. Comandante,

Cumprindo determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca - Dr. Francisco João Damasceno, e em observância ao art. 358 do Código de Processo Penal, **REQUISITO** a esse comando, por meio de Vossa Senhoria, **a CITAÇÃO** do Militar **FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Francisco de Oliveira Silva e Maria José de Sousa Silva, **LUARDO CESAR MAGALHÃES,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Samuel Martins Melo e de Vera Lúcia Lima Magalhães Melo, **LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, casado, filho de Francisco José Leitão e de Conceição de Maria Soares Marinho e **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA,** brasileiro, piauiense, casado, filho de Francisco de Assis Pereira e de Maria do Amparo Lopes de Andrade, ambos lotados nessa 1ª Companhia do 12º BPM-PI, em Pirirpiri-PI, **dando-lhe conhecimento de todo o teor da denúncia apresentada pelo Ministério Público** em seu desfavor, esclarecendo-o que terá o prazo de 10 (dez) dias para oferecer, querendo, resposta à acusação, por escrito (art. 396 CPP), advertindo-o, ainda, que em caso de não apresentação da referida resposta no prazo assinalado, os autos serão encaminhados à Defensoria Pública desta Comarca para a respectiva defesa (art. 396_A, § 2º do CPP).

Para tanto, seguem, em anexo, cópias da denúncia e do despacho exarado nos autos em epígrafe, para conhecimento e recebimento pelo militar ora denunciado.

Outrossim, esclareço que para a efetivação do ato ora requisitado, necessário se faz que essa autoridade informe a este Juízo, a **data em que o militar tomou ciência** e recebeu cópia da denúncia, para que então comece a fluir o prazo para resposta.

Selo de Fiscalização e Autenticidade Poder Judiciário Estado do Piauí Atos de Notas, Registro e Judiciais ATO GRATUITO ABH 87386

Atenciosamente,

Recebi em 20/08/15

Celso de Oliveira Lima
=Estagiário da Secretária da 1ª Vara =

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

CERTIDÃO

CERTIFICO, que dei fiel cumprimento do mandado retro. Dou fé. Digo, Ofício. Dou fé.

Tupiari, 21/08/15

Oficial de Justiça

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA
Fórum "Des. João Turíbio" – Rua Avelino Rezende, 161, CEP 64.260-000
Fone –0XX (86) 3276 1452

Ofício nº 657/2015 SPV-TJ-PI Piripiri-PI, 14 de agosto de 2015

Ao Sr.
ERISVALDO VIANA LIMA
MAJOR QOPM-PI - Comandante da 1ª Companhia do 12º BPM
Av. Aderson Ferreira, Nº 1017, centro - Piripiri-Piauí.
Ref. Processo nº 0000983-68.2013 – 1ª Vara

Assunto: Requisição para **CITAÇÃO de Militar**

Sr. Comandante,

Cumprindo determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca - Dr. Francisco João Damasceno, e em observância ao art. 358 do Código de Processo Penal, **REQUISITO** a esse comando, por meio de Vossa Senhoria, **a CITAÇÃO** do Militar **FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Francisco de Oliveira Silva e Maria José de Sousa Silva, **LUARDO CESAR MAGALHÃES,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Samuel Martins Melo e de Vera Lúcia Lima Magalhães Melo, **LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, casado, filho de Francisco José Leitão e de Conceição de Maria Soares Marinho e **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA,** brasileiro, piauiense, casado, filho de Francisco de Assis Pereira e de Maria do Amparo Lopes de Andrade, ambos lotados nessa 1ª Companhia do 12º BPM-PI, em Pirirpiri-PI, **dando-lhe conhecimento de todo o teor da denúncia apresentada pelo Ministério Público** em seu desfavor, esclarecendo-o que terá o prazo de 10 (dez) dias para oferecer, querendo, resposta à acusação, por escrito (art. 396 CPP), advertindo-o, ainda, que em caso de não apresentação da referida resposta no prazo assinalado, os autos serão encaminhados à Defensoria Pública desta Comarca para a respectiva defesa (art. 396_A, § 2º do CPP).

Para tanto, seguem, em anexo, cópias da denúncia e do despacho exarado nos autos em epígrafe, para conhecimento e recebimento pelo militar ora denunciado.

Outrossim, esclareço que para a efetivação do ato ora requisitado, necessário se faz que essa autoridade informe a este Juízo, a **data em que o militar tomou ciência** e recebeu cópia da denúncia, para que então comece a fluir o prazo para resposta.

Selo de Fiscalização e Autenticidade Poder Judiciário Estado do Piauí Atos de Notas, Registro e Judiciais ATO GRATUITO AEH 87386

Atenciosamente,

Celso de Oliveira Lima
=Estagiário da Secretária da 1ª Vara =

Recebi em 20/08/15

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

CERTIDÃO

CERTIFICO, que dei fiel cumprimento do mandado retro. Dou fé. Diego, Oficio. Dou fé.

Timon, 21/08/15

Oficial de Justiça

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0005 movimentado.

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0006 movimentado.

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0007 movimentado.

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0008 movimentado.

DESCRIÇÃO: RECEBIDO NA SECRETARIA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0008 movimentado.

DESCRIÇÃO: RECEBIDO NA SECRETARIA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0007 movimentado.

DESCRIÇÃO: RECEBIDO NA SECRETARIA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0006 movimentado.

DESCRIÇÃO: RECEBIDO NA SECRETARIA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0005 movimentado.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA
Fórum "Des. João Turíbio" – Rua Avelino Rezende, 161, CEP 64.260-000
Fone –0XX (86) 3276 1452

Ofício nº 657/2015 SPV-TJ-PI Piripiri-PI, 14 de agosto de 2015

Ao Sr.
ERISVALDO VIANA LIMA
MAJOR QOPM-PI - Comandante da 1ª Companhia do 12º BPM
Av. Aderson Ferreira, Nº 1017, centro - Piripiri-Piauí.
Ref. Processo nº 0000983-68.2013 – 1ª Vara

Assunto: Requisição para **CITAÇÃO de Militar**

Sr. Comandante,

Cumprindo determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca - Dr. Francisco João Damasceno, e em observância ao art. 358 do Código de Processo Penal, **REQUISITO** a esse comando, por meio de Vossa Senhoria, **a CITAÇÃO** do Militar **FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Francisco de Oliveira Silva e Maria José de Sousa Silva, **LUARDO CESAR MAGALHÃES,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Samuel Martins Melo e de Vera Lúcia Lima Magalhães Melo, **LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, casado, filho de Francisco José Leitão e de Conceição de Maria Soares Marinho e **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA,** brasileiro, piauiense, casado, filho de Francisco de Assis Pereira e de Maria do Amparo Lopes de Andrade, ambos lotados nessa 1ª Companhia do 12º BPM-PI, em Pirirpiri-PI, **dando-lhe conhecimento de todo o teor da denúncia apresentada pelo Ministério Público** em seu desfavor, esclarecendo-o que terá o prazo de 10 (dez) dias para oferecer, querendo, resposta à acusação, por escrito (art. 396 CPP), advertindo-o, ainda, que em caso de não apresentação da referida resposta no prazo assinalado, os autos serão encaminhados à Defensoria Pública desta Comarca para a respectiva defesa (art. 396_A, § 2º do CPP).

Para tanto, seguem, em anexo, cópias da denúncia e do despacho exarado nos autos em epígrafe, para conhecimento e recebimento pelo militar ora denunciado.

Outrossim, esclareço que para a efetivação do ato ora requisitado, necessário se faz que essa autoridade informe a este Juízo, a **data em que o militar tomou ciência** e recebeu cópia da denúncia, para que então comece a fluir o prazo para resposta.

Selo de Fiscalização e Autenticidade Poder Judiciário Estado do Piauí Atos de Notas, Registro e Judiciais ATO GRATUITO ABH 87386

Atenciosamente,

Celso de Oliveira Lima
=Estagiário da Secretária da 1ª Vara =

Recebi em 20/08/15

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

CERTIDÃO

CERTIFICO, que dei fiel cumprimento ao mandado retro. Dou fé. Digo, Ofício. Dou fé.

Timon, 21/08/15

Oficial de Justiça

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
COMANDO DO POL DO INTERIOR
12º BATALHÃO POLICIAL MILITAR
AJUDÂNCIA
Av. Aderson Alves Ferreira, nº 1017, centro
Piripiri-PI – CEP 64.260-000 – Fone 086-3276-2461

Ofício nº 210/AJD

Quartel em Piripiri - PI, 14 de setembro de 2015.

Ao MMº. Dr.
Juiz de Direito da 1ª Vara
Comarca Piripiri-PI

Assunto: citação de militares.

Encaminho a Vossa Excelência, cópia do ofício 657/2015 SPV-TJ-PI, de 14/08/2015 após citação dos policiais militares abaixo:
FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR – citado dia 26/08/2015;
LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO – citado dia 02/09/2015;
LUARDO CESAR MAGALHÃES - citado dia 10/09/2015;
EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA – citado dia 10/09/2015;

Respeitosamente,

N/I
Erisvaldo Viana Lima -Maj.PM
Cmt do 12º BPM

David Monteiro VAJRA - Capitão PM
RGPM 10 12169-99 MAT. 0933230-1

Of. 210/2015

Vol 5

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA
Fórum "Des. João Turíbio" – Rua Avelino Rezende, 161, CEP 64.260-000
Fone –0XX (86) 3276 1452

Ofício nº 657/2015 SPV-TJ-PI — Piripiri-PI, 14 de agosto de 2015

Ao Sr.
ERISVALDO VIANA LIMA
MAJOR QOPM-PI - Comandante da 1ª Companhia do 12º BPM
Av. Aderson Ferreira, Nº 1017, centro - Piripiri-Piauí.
Ref. Processo nº 0000983-68.2013 – 1ª Vara

Assunto: Requisição para **CITAÇÃO de Militar**

Sr. Comandante,

Cumprindo determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca - Dr. Francisco João Damasceno, e em observância ao art. 358 do Código de Processo Penal, **REQUISITO** a esse comando, por meio de Vossa Senhoria, **a CITAÇÃO** do Militar **FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Francisco de Oliveira Silva e Maria José de Sousa Silva, **LUARDO CESAR MAGALHÃES,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Samuel Martins Melo e de Vera Lúcia Lima Magalhães Melo, **LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, casado, filho de Francisco José Leitão e de Conceição de Maria Soares Marinho e **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA,** brasileiro, piauiense, casado, filho de Francisco de Assis Pereira e de Maria do Amparo Lopes de Andrade, ambos lotados nessa 1ª Companhia do 12º BPM-PI, em Pirirpiri-PI, **dando-lhe conhecimento de todo o teor da denúncia apresentada pelo Ministério Público** em seu desfavor, esclarecendo-o que terá o prazo de 10 (dez) dias para oferecer, querendo, resposta à acusação, por escrito (art. 396 CPP), advertindo-o, ainda, que em caso de não apresentação da referida resposta no prazo assinalado, os autos serão encaminhados à Defensoria Pública desta Comarca para a respectiva defesa (art. 396_A, § 2º do CPP).

Para tanto, seguem, em anexo, cópias da denúncia e do despacho exarado nos autos em epígrafe, para conhecimento e recebimento pelo militar ora denunciado.

Outrossim, esclareço que para a efetivação do ato ora requisitado, necessário se faz que essa autoridade informe a este Juízo, a **data em que o militar tomou ciência** e recebeu cópia da denúncia, para que então comece a fluir o prazo para resposta.

Atenciosamente,

Celso de Oliveira Lima
=Estagiário da Secretária da 1ª Vara =

26/08/15 09:58

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

OF. 210/2015

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA
Fórum "Des. João Turíbio" – Rua Avelino Rezende, 161, CEP 64.260-000
Fone –0XX (86) 3276 1452

Ofício nº 657/2015 SPV-TJ-PI — Piripiri-PI, 14 de agosto de 2015

Ao Sr.
ERISVALDO VIANA LIMA
MAJOR QOPM-PI - Comandante da 1ª Companhia do 12º BPM
Av. Aderson Ferreira, Nº 1017, centro - Piripiri-Piauí.
Ref. Processo nº 0000983-68.2013 – 1ª Vara

Assunto: Requisição para **CITAÇÃO de Militar**

Sr. Comandante,

Cumprindo determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca - Dr. Francisco João Damasceno, e em observância ao art. 358 do Código de Processo Penal, **REQUISITO** a esse comando, por meio de Vossa Senhoria, **a CITAÇÃO** do Militar **FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Francisco de Oliveira Silva e Maria José de Sousa Silva, **LUARDO CESAR MAGALHÃES,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Samuel Martins Melo e de Vera Lúcia Lima Magalhães Melo, **LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, casado, filho de Francisco José Leitão e de Conceição de Maria Soares Marinho e **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA,** brasileiro, piauiense, casado, filho de Francisco de Assis Pereira e de Maria do Amparo Lopes de Andrade, ambos lotados nessa 1ª Companhia do 12º BPM-PI, em Pirirpiri-PI, **dando-lhe conhecimento de todo o teor da denúncia apresentada pelo Ministério Público** em seu desfavor, esclarecendo-o que terá o prazo de 10 (dez) dias para oferecer, querendo, resposta à acusação, por escrito (art. 396 CPP), advertindo-o, ainda, que em caso de não apresentação da referida resposta no prazo assinalado, os autos serão encaminhados à Defensoria Pública desta Comarca para a respectiva defesa (art. 396_A, § 2º do CPP).

Para tanto, seguem, em anexo, cópias da denúncia e do despacho exarado nos autos em epígrafe, para conhecimento e recebimento pelo militar ora denunciado.

Outrossim, esclareço que para a efetivação do ato ora requisitado, necessário se faz que essa autoridade informe a este Juízo, a **data em que o militar tomou ciência** e recebeu cópia da denúncia, para que então comece a fluir o prazo para resposta.

Atenciosamente,

Celso de Oliveira Lima
=Estagiário da Secretária da 1ª Vara =

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

Of.210/2015

10/09/15
07:50
magalhães

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA
Fórum "Des. João Turíbio" – Rua Avelino Rezende, 161, CEP 64.260-000
Fone –0XX (86) 3276 1452

Ofício nº 657/2015 SPV-TJ-PI — Piripiri-PI, 14 de agosto de 2015

Ao Sr.
ERISVALDO VIANA LIMA
MAJOR QOPM-PI - Comandante da 1ª Companhia do 12º BPM
Av. Aderson Ferreira, Nº 1017, centro - Piripiri-Piauí.
Ref. Processo nº 0000983-68.2013 – 1ª Vara

Assunto: Requisição para **CITAÇÃO de Militar**

Sr. Comandante,

Cumprindo determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca - Dr. Francisco João Damasceno, e em observância ao art. 358 do Código de Processo Penal, **REQUISITO** a esse comando, por meio de Vossa Senhoria, **a CITAÇÃO** do Militar **FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Francisco de Oliveira Silva e Maria José de Sousa Silva, **LUARDO CESAR MAGALHÃES,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Samuel Martins Melo e de Vera Lúcia Lima Magalhães Melo, **LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, casado, filho de Francisco José Leitão e de Conceição de Maria Soares Marinho e **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA,** brasileiro, piauiense, casado, filho de Francisco de Assis Pereira e de Maria do Amparo Lopes de Andrade, ambos lotados nessa 1ª Companhia do 12º BPM-PI, em Pirirpiri-PI, **dando-lhe conhecimento de todo o teor da denúncia apresentada pelo Ministério Público** em seu desfavor, esclarecendo-o que terá o prazo de 10 (dez) dias para oferecer, querendo, resposta à acusação, por escrito (art. 396 CPP), advertindo-o, ainda, que em caso de não apresentação da referida resposta no prazo assinalado, os autos serão encaminhados à Defensoria Pública desta Comarca para a respectiva defesa (art. 396_A, § 2º do CPP).

Para tanto, seguem, em anexo, cópias da denúncia e do despacho exarado nos autos em epígrafe, para conhecimento e recebimento pelo militar ora denunciado.

Outrossim, esclareço que para a efetivação do ato ora requisitado, necessário se faz que essa autoridade informe a este Juízo, a **data em que o militar tomou ciência** e recebeu cópia da denúncia, para que então comece a fluir o prazo para resposta.

Atenciosamente,

Celso de Oliveira Lima
=Estagiário da Secretária da 1ª Vara =

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

Of. 210/2015

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA
Fórum "Des. João Turíbio" – Rua Avelino Rezende, 161, CEP 64.260-000
Fone –0XX (86) 3276 1452

Ofício nº 651/2015 SPV-TJ-PI

Piripiri-PI, 14 de agosto de 2015

Ao Sr.
ERISVALDO VIANA LIMA
MAJOR QOPM-PI - Comandante da 1ª Companhia do 12º BPM
Av. Aderson Ferreira, Nº 1017, centro - Piripiri-Piauí.
Ref. Processo nº 0000983-68.2013 – 1ª Vara

Assunto: Requisição para **CITAÇÃO de Militar**

Sr. Comandante,

Cumprindo determinação do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca - Dr. Francisco João Damasceno, e em observância ao art. 358 do Código de Processo Penal, **REQUISITO** a esse comando, por meio de Vossa Senhoria, a **CITAÇÃO** do Militar **FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA JUNIOR,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Francisco de Oliveira Silva e Maria José de Sousa Silva, **LUARDO CESAR MAGALHÃES,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, solteiro, filho de Samuel Martins Melo e de Vera Lúcia Lima Magalhães Melo, **LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO,** brasileiro, piauiense, natural de Teresina, casado, filho de Francisco José Leitão e de Conceição de Maria Soares Marinho e **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA,** brasileiro, piauiense, casado, filho de Francisco de Assis Pereira e de Maria do Amparo Lopes de Andrade, ambos lotados nessa 1ª Companhia do 12º BPM-PI, em Pirirpiri-PI, **dando-lhe conhecimento de todo o teor da denúncia apresentada pelo Ministério Público** em seu desfavor, esclarecendo-o que terá o prazo de 10 (dez) dias para oferecer, querendo, resposta à acusação, por escrito (art. 396 CPP), advertindo-o, ainda, que em caso de não apresentação da referida resposta no prazo assinalado, os autos serão encaminhados à Defensoria Pública desta Comarca para a respectiva defesa (art. 396_A, § 2º do CPP).

Para tanto, seguem, em anexo, cópias da denúncia e do despacho exarado nos autos em epígrafe, para conhecimento e recebimento pelo militar ora denunciado.

Outrossim, esclareço que para a efetivação do ato ora requisitado, necessário se faz que essa autoridade informe a este Juízo, a **data em que o militar tomou ciência** e recebeu cópia da denúncia, para que então comece a fluir o prazo para resposta.

Atenciosamente,

Celso de Oliveira Lima
=Estagiário da Secretária da 1ª Vara =

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

AJEMPI
ASSESSORIA JURÍDICA ESPECIALIZADA AOS POLICIAIS MILITARES DO PIAUÍ

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI, ESTADO DO PIAUÍ

Recebido em 21/09/15
Andrea Mª Seraine Custódio Viana
Analista Judicial - Mat. 411290-3

Autos N.° 0000983-68.2013.8.18.0033

FRANCISCO OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CÉSAR LIMA MAGALHÃES, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO e EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, já qualificado nos autos da ação em epígrafe, por intermédio de seu advogado e bastante procurador, com escritório profissional sito na Avenida Higino Cunha, n.° 732, Piçarra, na cidade de Teresina-PI, onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência apresentar

RESPOSTA À ACUSAÇÃO

em face de acusação proposta pelo Ministério Público, pelo suposto crime, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

I - BREVE RELATO DOS FATOS

Tendo recebido citação para em dez dias se defender da acusação contida em denúncia, onde os policiais militares são acusados de no dia 02/09/2.012, ter praticado agressões contra a vítima EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE, incorrendo em tese em

Avenida Higino Cunha, n.° 732, bairro Piçarra, no Estado de Teresina-PI. Fone: (86) 3215-4160/ (86) 8894-7766

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

prática do crime de Tortura.

Pois bem, os acusados negam as acusações devendo serem absolvidos pelos motivos fáticos e jurídicos a seguir elencados.

II - DA NECESSIDADE DA PROVA PELA ACUSAÇÃO

O ponto importantíssimo que pode ser discutido é quanto a necessidade de prova em processo criminal, onde o **ônus da prova é sempre da acusação**, em razão dos princípios da presunção de inocência e do ***in dubio pro reo***. Estabelecer simples e categoricamente que "*a prova da alegação incumbirá a quem a fizer*", é fazer tábula rasa do referido princípio constitucional da presunção de inocência (art. 5°, LVII da Constituição Federal.

Assim, desta forma se ao longo da instrução não forem produzidas provas que demonstrem, ***quantum satis***, que os policiais tenham sido, ao tempo do evento agido de forma a atingir a norma, restará desautorizada a inflição de penas, em face da **atipicidade da conduta.**

A conclusão, a par das provas produzidas, sobretudo as amealhadas até a presente data, é que não há dados que legitimem um decreto de preceito sancionatório, pelo contrário elas todas são a favor dos acusados.

Não há dados que permitam concluir que houve crime, muito menos de Tortura. **Infelizmente o caso em questão está sendo trabalhado somente com teses, e isso não existe no nosso direito. Digno(a) Julgador(a), está clarividente que não ocorreu o crime em que são acusados.**

Avenida Higino Cunha, n.º 732, bairro Piçarra, no Estado de Teresina-PI. Fone: (86) 3215-4160/ (86) 8894-7766

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

É truísmo afirmarmos, mas devemos fazê-lo, que para que uma autoridade judicial declare a existência de um crime, é necessário que adquira a **certeza de que foi cometido um ilícito** e que seja dela a autoria.

No Brasil, como na grande parte dos ordenamentos, **existe uma presunção de inocência, garantia máxima do cidadão frente a justiça, estabelecendo o dever das autoridades de persecução de provar a culpa do acusado.**

As testemunhas ouvidas em fase inquisitorial apenas viram a suposta vítima no outro dia, onde esta mesma narra as mesmas que foram os policias que lhe lesionaram, mas nada viram

Sendo assim, não se pode olvidar que as provas produzidas até o momento submetidas, portanto, ao contraditório e a ampla defesa, não foram capazes de configurar o crime em que são acusados. Daí deve-se arquivar referido processo criminal, posto que, não havendo provas não há como se responsabilizar.

III - ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL

Pois bem, dentre as possibilidades conferidas ao juiz para absolvição sumária a primeira delas diz respeito a existência de causa excludente da ilicitude. Assim, se o juiz observar que os acusados agiram de acordo com o estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de um direito (art. 23) deverá reconhecer a causa de justificação e, fundamentadamente, absolver.

Como bem se percebe nos autos, os militares dispuseram de força diante do desacato e desobediência de quem deveria

Avenida Higino Cunha, n.º 732, bairro Piçarra, no Estado de Teresina-PI. Fone: (86) 3215-4160/ (86) 8894-7766

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

submeter-se ao ato, sem jamais ultrapassar a medida necessária para efetivar o que determina a lei (princípio da proporcionalidade) e de modo a não lesar os direitos fundamentais em proporção superior à admitida constitucionalmente (princípio da inviolabilidade dos direitos fundamentais). Sendo assim, agiram em consonância com a finalidade precípua do Estado como conformado: assegurar a todos os seus direitos, sobretudo os fundamentais.

O artigo 23 do Código Penal é explícito ao afirmar que:

Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato:

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Portanto, está evidente que os militares agiram no seu estrito cumprimento do dever legal, pois estavam diante de um crime quando o Senhor Ednardo Farias Albuquerque desrespeitou a guarnição.

IV - DO PEDIDO

Postas tais considerações e por entendê-las prevalecentes sobre as razões que justificaram o pedido de condenação despendido pelo preclaro órgão de execução do Ministério Público, confiante no discernimento afinado e no justo descortino de Vossa Excelência, **a defesa requer sejam os denunciados absolvidos sumariamente, haja vista a atipicidade da conduta e a inexistência de provas para embasar um processo criminal, pois agiram no estrito cumprimento do dever legal.**

Requer a oitiva das testemunhas arroladas abaixo.

Avenida Higino Cunha, n.º 732, bairro Piçarra, no Estado de Teresina-PI. Fone: (86) 3215-4160/ (86) 8894-7766

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

Protesta por todos os meios de provas admitidos em direito. Reserva, outrossim, o direito de juntar documentação posterior, caso ache necessário.

Testemunhas:

1. DAENIO CASTRO SILVA, residente na Rua Dr. José de Oliveira, nº 492, bairro centro, na cidade de Piripiri-PI.
2. BRUNO CÉSAR LIMA DA SILVA, residente na Rua Aristeu Tupinambá Rodrigues, nº 513, bairro Centro, na cidade de Piripiri-PI.
3. CLAUDIO MEDEIROS SILVA, residente na Rua João de Freitas Resende, n.º 843, bairro Prado, na cidade de Piripiri-PI.

Termos em que,
Pede e Espera Deferimento.

Teresina (PI), 17 de setembro de 2015.

Francisco Walter de Amorim Meneses Júnior
OAB/PI nº 5.641

Avenida Higino Cunha, n.º 732, bairro Piçarra, no Estado de Teresina-PI. Fone: (86) 3215-4160/ (86) 8894-7766

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

AJEMPI
ASSESSORIA JURÍDICA ESPECIALIZADA AOS POLICIAIS MILITARES DO PIAUÍ

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, brasileiro, casado, policial militar, CPF nº 030.552.153-54, RG nº 101414711PM/PI, residente e domiciliado Rua Avenida Formosa nº208, Bairro Formosa, Timon/MA.

OUTORGADOS: RODRIGO MARTINS EVANGELISTA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI nº 6.624, **FRANCISCO WALTER DE AMORIM MENESES JÚNIOR**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI nº 5.641, **NATHALIE MAGALHÃES MENESES**, brasileira, advogada, inscrito na OAB/PI nº 9.611, **HUGO PORTELA IBIAPINA FILHO,** brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI nº 11.665. **AUGUSTO MOURÃO DA SILVA NETO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI nº 11.771, **ANA CAROLINA AYRES CORREA LIMA CAMARA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PI nº 9.516, todos com endereço profissional na Av. Higino Cunha, nº 732, Bairro Piçarra, Município de Teresina, Estado do Piauí.

PODERES

Através do presente instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** nomeia e constitui como seu procurador o **OUTORGADO**, concedendo-lhe amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso, podendo inclusive pleitear junto aos Órgãos do Judiciário.

Teresina/PI, 17 de Setembro de 2015.

Francisco de O. S. Júnior

OUTORGANTE

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

AJEMPI
ASSESSORIA JURÍDICA ESPECIALIZADA AOS POLICIAIS MILITARES DO PIAUÍ

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, brasileiro, casado, policial militar, CPF nº 033.854.613-83, RG nº10.14091-10 PM/PI, residente e domiciliado Rua Avenida Aderson Ferreira nº1017, Centro, Teresina/PI.

OUTORGADOS: RODRIGO MARTINS EVANGELISTA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI nº 6.624, **FRANCISCO WALTER DE AMORIM MENESES JÚNIOR**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI nº 5.641, **NATHALIE MAGALHÃES MENESES**, brasileira, advogada, inscrito na OAB/PI nº 9.611, **HUGO PORTELA IBIAPINA FILHO,** brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI nº 11.665. **AUGUSTO MOURÃO DA SILVA NETO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI nº 11.771, **ANA CAROLINA AYRES CORREA LIMA CAMARA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PI nº 9.516, todos com endereço profissional na Av. Higino Cunha, nº 732, Bairro Piçarra, Município de Teresina, Estado do Piauí.

PODERES

Através do presente instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** nomeia e constitui como seu procurador o **OUTORGADO**, concedendo-lhe amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso, podendo inclusive pleitear junto aos Órgãos do Judiciário.

Teresina/PI, 16 de Setembro de 2015.

Lucas Klinger Marinho Leitão

OUTORGANTE

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

AJEMPI
ASSESSORIA JURÍDICA ESPECIALIZADA AOS POLICIAIS MILITARES DO PIAUÍ

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: LUARDO CESAR LIMA MAGALHÃES MELO, brasileiro, casado, policial militar, CPF nº 005.887.533-60, RG nº 10.14345-10 PM/PI, residente e domiciliado Rua Avenida Cel. Rafael Oliveira nº381, Campo Maior/PI.

OUTORGADOS: RODRIGO MARTINS EVANGELISTA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI nº 6.624, **FRANCISCO WALTER DE AMORIM MENESES JÚNIOR,** brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI nº 5.641, **NATHALIE MAGALHÃES MENESES,** brasileira, advogada, inscrito na OAB/PI nº 9.611, **HUGO PORTELA IBIAPINA FILHO,** brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI nº 11.665. **AUGUSTO MOURÃO DA SILVA NETO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI nº 11.771, **ANA CAROLINA AYRES CORREA LIMA CAMARA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PI nº 9.516, todos com endereço profissional na Av. Higino Cunha, nº 732, Bairro Piçarra, Município de Teresina, Estado do Piauí.

PODERES

Através do presente instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** nomeia e constitui como seu procurador o **OUTORGADO**, concedendo-lhe amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso, podendo inclusive pleitear junto aos Órgãos do Judiciário.

Teresina/PI, 17 de Setembro de 2015.

Luardo Cesar Lima Magalhães Melo

OUTORGANTE

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

AJEMPI
ASSESSORIA JURÍDICA ESPECIALIZADA AOS POLICIAIS MILITARES DO PIAUÍ

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, brasileiro, casado, policial militar, RG nº 10996392PM/PI, residente e domiciliado Rua Avenida Aderson Ferreira nº 01017, Centro, Piripiri/PI.

OUTORGADOS: RODRIGO MARTINS EVANGELISTA, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI nº 6.624, **FRANCISCO WALTER DE AMORIM MENESES JÚNIOR**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI nº 5.641, **NATHALIE MAGALHÃES MENESES**, brasileira, advogada, inscrito na OAB/PI nº 9.611, **HUGO PORTELA IBIAPINA FILHO,** brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI nº 11.665. **AUGUSTO MOURÃO DA SILVA NETO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI nº 11.771, **ANA CAROLINA AYRES CORREA LIMA CAMARA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PI nº 9.516, todos com endereço profissional na Av. Higino Cunha, nº 732, Bairro Piçarra, Município de Teresina, Estado do Piauí.

PODERES

Através do presente instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** nomeia e constitui como seu procurador o **OUTORGADO**, concedendo-lhe amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso, podendo inclusive pleitear junto aos Órgãos do Judiciário.

Teresina/PI, 16 de Setembro de 2015.

Everaldo de Andrade Pereira

OUTORGANTE

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

DESCRIÇÃO: CONCLUSÃO

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
RÉU: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

DESPACHO

Vistos.

Apresentada a defesa prévia pelo acusado, verificou-se a inexistência de qualquer dos casos de absolvição sumária previstos no art. 397, CPP.

Prosseguindo o presente feito, designo audiência de instrução e julgamento para o dia _____/_____/_____, às _____:_____h, neste Fórum.

Intimações e Expedientes Necessários.

Expeça-se Carta Precatória para os devidos fins legais, se for o caso.

PIRIPIRI, 26 de novembro de 2015

FRANCISCO JOAO DAMASCENO
Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **9430656** e o código verificador **BE2DB.FF8EF.1400D.13E7A.E7A33.61CF7**.

DESCRIÇÃO: AO SECRETARIO
OBSERVAÇÕES: audiencia para outubro/2016.

DESCRIÇÃO: AO SECRETARIO
OBSERVAÇÕES: audiências para outubro/2016.

DESCRIÇÃO: AO SECRETARIO
OBSERVAÇÕES: Ao Secretario da vara

DESCRIÇÃO: AUDIÊNCIA
OBSERVAÇÕES: Audiência de interrogatório designada para 31/10/2016 10:00 FÓRUM LOCAL.



Correios

SIGEP AVISO DE RECEBIMENTO

CONTRATO 9912353314

Cole aqui

Cole aqui

DESTINATÁRIO:

FRANCISCO WALTER DE AMORIM MENESES JÚNIOR

Avenida Higino Cunha, 732
Piçarra
64014220 Teresina-PI

PROC. Nº 983-68.2013

AR144151418JS

REMETENTE: SECRETARIA - 1ª VARA - FORUM DES. JOÃO TURIBIO

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:

RUA AVELINO RESENDE, 161
FONTES DOS MATOS
64260000 Piripiri-PI

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO

TENTATIVAS DE ENTREGA:

1º ____/____/____ ____:____h
2º ____/____/____ ____:____h
3º ____/____/____ ____:____h

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO:

1 Mudou-se
2 Endereço Insuficiente
3 Não Existe o Número
4 Desconhecido
5 Recusado
6 Não Procurado
7 Ausente
8 Falecido
9 Outros

CA UNIDADE TREGA

04 OUT 2015

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

Fernando Aguiar Oliveira
Agente de Correios-Carteiro
Mat. 8.273.390-4

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Larissa Beatriz da S. Lima

DATA DE ENTREGA

06/10/2015

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

LARISSA BEATRIZ DA S LIMA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

(10-D) AUD 31/10/16

DESCRIÇÃO: AO SECRETARIO
OBSERVAÇÕES: Ao Secretario da vara

DESCRIÇÃO: AO SECRETARIO
OBSERVAÇÕES: Ao Secretario da vara

DESCRIÇÃO: CONCLUSÃO
OBSERVAÇÕES: Conclusos para despacho (Designar Audiência)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA
Vítima: EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

DESPACHO

Na forma do art. 399, do Código de Processo Penal, designo para o dia 09/11/2017, às 09:30 horas, na Sala de Audiências, a realização da audiência de instrução.

Intimem-se o(s) acusado(s).

Cientifique-se o representante do Ministério Público.

Intimem-se o(s) ofendido(s), a(s) testemunha(s) de acusação e defesa e o defensor público/advogado de defesa.

Expedientes necessários.

PIRIPIRI, 26 de julho de 2017

JOÃO BANDEIRA MONTE JÚNIOR
Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **16337665** e o código verificador **8BFB0.586CE.09B86.25056.E616C.CEEFA**.

DESCRIÇÃO: AUDIÊNCIA
OBSERVAÇÕES: Audiência instrução e julgamento designada para 09/11/2017 09:30 FORUM LOCAL.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033

MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0009

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do acusado abaixo qualificado para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 horas.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DO ACUSADO:
FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, filho(a) de MARIA JOSE DE SOUSA SILVA, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: AV. ADERSON FERREIRA,1017 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI.

CUMPRA-SE, observando todas as formalidade legais e promovendo todas as diligências necessárias para a localização do intimando.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e s u b s c r e v o .

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017.

Ciente em, _____/_____/_____

_____
Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **16741136** e o código verificador **89A58.4477D.1F0E7.555F6.2F53A.A374F**.

qualificada.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **16741136** e o código verificador **89A58.4477D.1F0E7.555F6.2F53A.A374F**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033

MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0010

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do acusado abaixo qualificado para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 horas.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DO ACUSADO:
LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, CPF: 00588753360, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: SOLTEIRO(A), endereço: RUA ADERSON FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, TERESINA-PI.

CUMPRA-SE, observando todas as formalidade legais e promovendo todas as diligências necessárias para a localização do intimando.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017.

Ciente em, _____/_____/_____

_____
Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima qualificada.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **16741137** e o código verificador **59403.61809.8F31B.DB2A0.CB4C3.F1F88**.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **16741137** e o código verificador **59403.61809.8F31B.DB2A0.CB4C3.F1F88**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033

MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0011

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do acusado abaixo qualificado para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 horas.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DO ACUSADO:
LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, filho(a) de CONCEIÇÃODE MARINHA SOARES MARNHO, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA ADERSON FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI.

CUMPRA-SE, observando todas as formalidade legais e promovendo todas as diligências necessárias para a localização do intimando.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e s u b s c r e v o .

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017.

Ciente em, _____/_____/_____

_____
Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **16741138** e o código verificador **3DE9B.2A0A3.DDED1.B2DF0.70115.60E3C**.

qualificada.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **16741138** e o código verificador **3DE9B.2A0A3.DDED1.B2DF0.70115.60E3C**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033

MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0012

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do acusado abaixo qualificado para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 horas.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DO ACUSADO:
EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, filho(a) de MARIA DO AMPARO ALVES DE ANDRADE, RG: 10996392 SSP PI, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: CASADO(A), endereço: AV. ADERSON ALVES FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI CEP:64260000.

CUMPRA-SE, observando todas as formalidade legais e promovendo todas as diligências necessárias para a localização do intimando.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e s u b s c r e v o .

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017.

Ciente em, _____/_____/_____

_____
Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **16741139** e o código verificador **DF078.C96DE.69D52.1476B.CC0A6.36ED8**.

qualificada.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **16741139** e o código verificador **DF078.C96DE.69D52.1476B.CC0A6.36ED8**.

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0013
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a vítima abaixo qualificada para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 horas.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DA VÍTIMA:
EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA FELINTO RESENDE, 749 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI..

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a vítima deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017.
Ciente em, _____/_____/_____

_____
Intimado/Citado

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **16741277** e o código verificador **EB8B6.2B7F9.27BD4.DD449.89F5D.A1987**.

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0014
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a testemunha abaixo qualificada para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 HORAS.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA:
JOEL HELYSSON DE FARIAS, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RESIDENCIAL PETECAS I QUADRA - AD, Casa 29 - bairro: P E T E C A S , P I R I P I R I - P I . .

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017

Ciente em, _____/_____/_____

_____
Intimado/Citado

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **16741524** e o código verificador **2C0D4.83486.8FA99.CCE63.E0208.3FECA**.

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0015
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a testemunha abaixo qualificada para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 HORAS.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA:
BRUNO CÉSAR LIMA DA SILVA, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA ARISTEU TUPINAMBÁ RODRIGUES 513 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI..

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017

Ciente em, _____/_____/_____

_____
Intimado/Citado

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **16741525** e o código verificador **1BF2E.2DAA7.F05CB.11B55.10672.67E66**.

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0016
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a testemunha abaixo qualificada para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 HORAS.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA:
DAENIO CASTRO SILVA, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA JOÃO DAMASCENO - bairro: centro, PIRIPIRI-PI CEP:64260-000..

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017

Ciente em, _____/_____/_____

_____
Intimado/Citado

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **16741526** e o código verificador **AA1CF.1132A.DF65B.A5B47.CFE12.50A1B**.

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0017
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a testemunha abaixo qualificada para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 HORAS.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA:
CLAUDIO MEDEIROS SILVA, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA JOÃO DE FREITAS RESENDE 843 - bairro: PRADO, P I R I P I R I - P I . .

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017

Ciente em, _____/_____/_____

_____
Intimado/Citado

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **16741527** e o código verificador **F3DB4.B33C5.CB6EF.3C1DF.8CD33.429EE**.

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0018
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a testemunha abaixo qualificada para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 HORAS.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA:
TENENTE CORONEL ERISVALDO VIANA LIMA, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA ADERSON FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, P I R I P I R I - P I . .

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017

Ciente em, _____/_____/_____

_____
Intimado/Citado

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **16741528** e o código verificador **78E0B.31949.51981.F8950.E9B02.5AFA4**.

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA
Forum "Des. João Turíbio" – Rua Avelino Rezende, s/nº - CEP-64.260-000
Fone – 0XX (86) 3276 1452

Ofício 355 /2017/ SPV-TJ-PI

Piripiri-Piauí, 23 de agosto de 2017

Ao Senhor.
Delegado de Polícia Civil Titular da Delegacia Regional
Francisco Jorge Terceiro Silva
Rua João Damasceno S/N, Centro
Complexo de Segurança Pública
Piripiri/PI CEP 64260-000
Proc. N° **983-68.2013.8.18.0033**

Assunto: **Solicitação de liberação de Policial Civil para Audiência.**

Cumprindo determinações contidas no Provimento n° 029/2009 art. 2° XVII da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí e de ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca Dr. Francisco João Damasceno, SOLICITO de V.Sa. liberação dos policial(is) civil(s) **DAENIO CASTRO SILVA,** lotado(s) nessa delegacia (arrolados como testemunhas de acusação), a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento no dia **09/11/2017, às 09:30 horas,** designada na Ação Criminal de Abuso de Autoridade - Proc. **983-68.2013.8.18.0033** , em que o Ministério Público do Estado do Piauí, move contra os acusados FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JÚNIOR e outros e como vítima: Ednardo Farias Albuquerque, na sala das audiência do Fórum local, sito à Rua Avelino Resende, S/N.

Por oportuno, informo a V.Sa., que caso a testemunha ora requisitada não compareça, será comunicado à corregedoria da Policia Civil para as providências cabíveis contra quem de direito.

Atenciosamente,

Selo de Fiscalização e Autenticidade Poder Judiciário Estado do Piauí Atos de Notas, Registro e Judiciais ATO GRATUITO ABO 50281

Bela.Márcia Rejane Furtado Coelho Viana
Analista Judicial

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA
Forum "Des. João Turíbio" – Rua Avelino Rezende, s/nº CEP 64.260-000
Fone –0XX (86) 3276 1452

Ofício N° SPV/n° 325/2017 **Piripiri-Pi, 24 de agosto de 2017**

Ao Ilm°. Sr.
Tenente-Coronel Erisvaldo Viana Lima
Comandante da 1ª Companhia do 12° BPM
Av. Aderson Ferreira, N° 1017, centro.
Piripiri-Piauí.
Processo N° 983-68.2013.8.18.0033

Assunto: **Solicitação de liberação de Policial Militar para Audiência.**

Cumprindo determinações contidas no Provimento n° 029/2009 art. 2° XVII da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí e de ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca Dr. João Bandeira Monte Júnior, SOLICITO de V.Sa. a liberação do policial(is) militar(ES)**FRANCISCO OLIVEIRA SILVA JUNIOR; LUARDO CESAR MAGALHÃES; LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO E EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA (processo em que figuram como réus)**, lotado(s) na 1ª Companhia de Polícia Militar em Piripiri/PI a fim de participar(em) da Audiência de Instrução e Julgamento no dia **09/11/2017, às 09:30 horas,** designada na Ação Criminal de Abuso de Autoridade, situado à Rua Avelino Resende, S/N.

Esclareço outrossim, que se trata de requisição feita nos termos do artigo (221, § 2° CPP), que neste caso poderá a autoridade superiora, no Caso o Comandante do 12° BPM, poderá ser responsabilizado civil e criminalmente pela ausência de seus subordinados à audiência designada pela justiça.

Atenciosamente,

Bela.Márcia Rejane Furtado Coelho Viana
Analista Judicial

Selo de Fiscalização e Autenticidade Poder Judiciário Estado do Piauí Atos de Notas, Registro e Judiciais ATO GRATUITO ABO 50298

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0009 movimentado.
Distribuído para Oficial: Raimundo Evaldo Galvão Rodrigues

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0010 movimentado.
Distribuído para Oficial: Raimundo Evaldo Galvão Rodrigues

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0011 movimentado.
Distribuído para Oficial: Raimundo Evaldo Galvão Rodrigues

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0012 movimentado.
Distribuído para Oficial: Raimundo Evaldo Galvão Rodrigues

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0013 movimentado.
Distribuído para Oficial: Evonaldo Cerqueira de Andrade

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0014 movimentado.
Distribuído para Oficial: Evonaldo Cerqueira de Andrade

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0015 movimentado.
Distribuído para Oficial: ENAYRA VASCONCELOS CRONEMBERG

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0016 movimentado.
Distribuído para Oficial: Raimundo Evaldo Galvão Rodrigues

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0017 movimentado.
Distribuído para Oficial: Evonaldo Cerqueira de Andrade

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0018 movimentado.
Distribuído para Oficial: Raimundo Evaldo Galvão Rodrigues

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0019 movimentado.
Distribuído para Oficial: Raimundo Evaldo Galvão Rodrigues

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0020 movimentado.
Distribuído para Oficial: Raimundo Evaldo Galvão Rodrigues

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0013 movimentado.
Distribuído para Oficial: Evonaldo Cerqueira de Andrade

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0014 movimentado.
Distribuído para Oficial: Evonaldo Cerqueira de Andrade

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0017 movimentado.
Distribuído para Oficial: Evonaldo Cerqueira de Andrade

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0009 movimentado.
Distribuído para Oficial: Raimundo Evaldo Galvão Rodrigues

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0010 movimentado.
Distribuído para Oficial: Raimundo Evaldo Galvão Rodrigues

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0011 movimentado.
Distribuído para Oficial: Raimundo Evaldo Galvão Rodrigues

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0012 movimentado.
Distribuído para Oficial: Raimundo Evaldo Galvão Rodrigues

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0016 movimentado.
Distribuído para Oficial: Raimundo Evaldo Galvão Rodrigues

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0018 movimentado.
Distribuído para Oficial: Raimundo Evaldo Galvão Rodrigues

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0019 movimentado.
Distribuído para Oficial: Raimundo Evaldo Galvão Rodrigues

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0020 movimentado.
Distribuído para Oficial: Raimundo Evaldo Galvão Rodrigues

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de PIRIPIRI)

Processo nº 0000983-68.2013.8.18.0033
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA
Advogado(s): DR.FRANCISCO WALTER DE AMORIM MENESES JUNIOR OAB/PI 5641

ATO ORDINATÓRIO: INTIMAÇÃO DO DR. FRANCISCO WALTER DE AMORIM MENESES JUNIOR AOB/PI 5641 PARA COMPARECER A AUDIENCIA DE INSTRUÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 09/11/2017,ÁS 09:30 HORAS, NO FÓRUM DE PIRIPIRI, SITUADO NA RUA AVELINO REZENDE, 161- CENTRO, NESTA CIDADE DE PIRIPIRI/PI.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **16802916** e o código verificador **63AC5.8D7F4.EEB34.F7A3B.269A4.E94B8**.

Envelope 0019

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA
Forum "Des. João Turíbio" – Rua Avelino Rezende, s/nº - CEP-64.260-000
Fone – 0XX (86) 3276 1452

Ofício 355 /2017/ SPV-TJ-PI

Piripiri-Piauí, 23 de agosto de 2017

Ao Senhor.
Delegado de Polícia Civil Titular da Delegacia Regional
Francisco Jorge Terceiro Silva
Rua João Damasceno S/N, Centro
Complexo de Segurança Pública
Piripiri/PI CEP 64260-000
Proc. N° **983-68.2013.8.18.0033**

Assunto: **Solicitação de liberação de Policial Civil para Audiência.**

Cumprindo determinações contidas no Provimento n° 029/2009 art. 2° XVII da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí e de ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca Dr. Francisco João Damasceno, SOLICITO de V.Sa. liberação dos policial(is) civil(s) **DAENIO CASTRO SILVA,** lotado(s) nessa delegacia (arrolados como testemunhas de acusação), a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento no dia **09/11/2017, às 09:30 horas,** designada na Ação Criminal de Abuso de Autoridade - Proc. **983-68.2013.8.18.0033** , em que o Ministério Público do Estado do Piauí, move contra os acusados FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JÚNIOR e outros e como vítima: Ednardo Farias Albuquerque, na sala das audiência do Fórum local, sito à Rua Avelino Resende, S/N.

Por oportuno, informo a V.Sa., que caso a testemunha ora requisitada não compareça, será comunicado à corregedoria da Policia Civil para as providências cabíveis contra quem de direito.

Atenciosamente,

Bela.Márcia Rejane Furtado Coelho Viana
Analista Judicial

Recebido em 24/08/2017

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PIRIPIRI- PI

CERTIDÃO

Certifico que, dei cumprimento ao mandado Ofício **355/2017, conforme ciente do Delegado de Polícia Civil da Delegacia Regional.** Dou fé.

PIRIPIRI-PI, 30 de agosto de 2017.

RAIMUNDO EVALDO **GALVÃO** RODRIGUES
ANALISTA JUDICIÁRIO / OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

60/65 0020

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA
Forum "Des. João Turíbio" – Rua Avelino Rezende, s/nº CEP 64.260-000
Fone –0XX (86) 3276 1452

Ofício N° SPV/n° 325/2017 **Piripiri-Pi, 24 de agosto de 2017**

Ao Ilm°. Sr.
Tenente-Coronel Erisvaldo Viana Lima
Comandante da 1ª Companhia do 12° BPM
Av. Aderson Ferreira, N° 1017, centro.
Piripiri-Piauí.
Processo N° 983-68.2013.8.18.0033

Assunto: **Solicitação de liberação de Policial Militar para Audiência.**

Cumprindo determinações contidas no Provimento n° 029/2009 art. 2° XVII da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí e de ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca Dr. João Bandeira Monte Júnior, SOLICITO de V.Sa. a liberação do policial(is) militar(ES)**FRANCISCO OLIVEIRA SILVA JUNIOR; LUARDO CESAR MAGALHÃES; LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO E EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA (processo em que figuram como réus)**, lotado(s) na 1ª Companhia de Polícia Militar em Piripiri/PI a fim de participar(em) da Audiência de Instrução e Julgamento no dia **09/11/2017, às 09:30 horas,** designada na Ação Criminal de Abuso de Autoridade, situado à Rua Avelino Resende, S/N.

Esclareço outrossim, que se trata de requisição feita nos termos do artigo (221, § 2° CPP), que neste caso poderá a autoridade superiora, no Caso o Comandante do 12° BPM, poderá ser responsabilizado civil e criminalmente pela ausência de seus subordinados à audiência designada pela justiça.

Atenciosamente,

Bela.Márcia Rejane Furtado Coelho Viana
Analista Judicial

Recebi
Sgt Loizandra
Em: 29/08/17
Às 11:00h

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PIRIPIRI- PI

CERTIDÃO

Certifico que, dei cumprimento ao mandado Ofício **325/2017, conforme ciente da policial de plantão.** Dou fé.

PIRIPIRI-PI, 30 de agosto de 2017.

RAIMUNDO EVALDO **GALVÃO** RODRIGUES
ANALISTA JUDICIÁRIO / OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

60 / 25

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0016
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a testemunha abaixo qualificada para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 HORAS.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA:
DAENIO CASTRO SILVA, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA JOÃO DAMASCENO - bairro: centro, PIRIPIRI-PI CEP:64260-000..

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

Eu, _____, Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017

Ciente em, 30 / 08 / 2017

_____
Intimado/Citado

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PIRIPIRI- PI

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado de Nº **0000983-68.2013.8.18.0033.0016,** compareci no endereço consignado, e lá **INTIMEI DAENIO CATRO SILVA,** pelo inteiro teor do mandado o qual após a leitura exarou sua nota de ciente e aceitou a contrafé que ofereci. Dou fé.

PIRIPIRI-PI, 30 de agosto de 2017.

RAIMUNDO EVALDO **GALVÃO** RODRIGUES
ANALISTA JUDICIÁRIO / OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

60/105

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0018
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a testemunha abaixo qualificada para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 HORAS.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA:
TENENTE CORONEL ERISVALDO VIANA LIMA, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA ADERSON FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, P I R I P I R I - P I . .

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

Eu, _____, Analista Judicial, Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017

Ciente em, 29 / 08 / 2017

_____
Intimado/Citado

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PIRIPIRI- PI

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado de Nº **0000983-68.2013.8.18.0033.0018,** compareci no endereço consignado, e lá **INTIMEI TENENTE CORONEL ERISVALDO VIANA LIMA,** pelo inteiro teor do mandado o qual após a leitura exarou sua nota de ciente e aceitou a contrafé que ofereci. Dou fé.

PIRIPIRI-PI, 30 de agosto de 2017.

RAIMUNDO EVALDO **GALVÃO** RODRIGUES
ANALISTA JUDICIÁRIO / OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0016 movimentado.

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0018 movimentado.

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0019 movimentado.

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0020 movimentado.

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0015 movimentado.
Distribuído para Oficial: ENAYRA VASCONCELOS CRONEMBERG

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

Em aberto

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0015
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a testemunha abaixo qualificada para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 HORAS.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA:
BRUNO CÉSAR LIMA DA SILVA, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA ARISTEU TUPINAMBÁ RODRIGUES 513 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI..

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017

Ciente em, 30 / 08 / 2017

_____
Intimado/Citado
99984-5307

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

CERTIDÃO

Aos 30 (trinta) dias do mês de agosto do ano de 2017 (dois mil e dezessete) às 08h00 min, na comarca de Piripiri, Estado do Piauí, certifico que, em cumprimento ao mandado retro extraído dos autos de n. **0000983-68.2013.818.0033.0015**, e *intimei* o Sr. **BRUNO CESAR LIMA DA SILVA,** (residente na Rua Aristeu Tupinamba Rodrigues, n 513, Centro, fone: 99984-5307), pelo inteiro teor do mandado, o qual após o leitura exarou seu ciente aceitando a contrafé e anexos que ofereci. O referido é verdade e dou fé.

Bela.Enayra Vasconcelos Cronemberg
Oficiala de Justiça e Avaliadora
Matricula: 26589

DESCRIÇÃO: DISPONIBILIZAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO
OBSERVAÇÕES: Movimentação automática.

Processo Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí certifica que o(a) EDITAL movimentado(a) no sistema em 29/08/2017 foi disponibilizado(a) no Diário nº 8279, página 328, na Quarta-feira, 30 de Agosto de 2017, computando-se a publicação na Quinta-feira, 31 de Agosto de 2017. Este documento é emitido eletronicamente junto ao Sistema ThemisWEB e a veracidade de sua informação poderá ser verificada no referido periódico.

PIRIPIRI, 31 de agosto de 2017

CONTEÚDO DA PUBLICAÇÃO

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de PIRIPIRI)

Processo nº 0000983-68.2013.8.18.0033

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

Advogado(s): DR.FRANCISCO WALTER DE AMORIM MENESES JUNIOR OAB/PI 5641

ATO ORDINATÓRIO: INTIMAÇÃO DO DR. FRANCISCO WALTER DE AMORIM MENESES JUNIOR AOB/PI 5641 PARA COMPARECER A AUDIENCIA DE INSTRUÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 09/11/2017,ÁS 09:30 HORAS, NO FÓRUM DE PIRIPIRI, SITUADO NA RUA AVELINO REZENDE, 161- CENTRO, NESTA CIDADE DE PIRIPIRI/PI.

0019

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA
Forum "Des. João Turíbio" – Rua Avelino Rezende, s/nº - CEP-64.260-000
Fone – 0XX (86) 3276 1452

Ofício 355 /2017/ SPV-TJ-PI

Piripiri-Piauí, 23 de agosto de 2017

Ao Senhor.
Delegado de Polícia Civil Titular da Delegacia Regional
Francisco Jorge Terceiro Silva
Rua João Damasceno S/N, Centro
Complexo de Segurança Pública
Piripiri/PI CEP 64260-000
Proc. N° **983-68.2013.8.18.0033**

Assunto: **Solicitação de liberação de Policial Civil para Audiência.**

Cumprindo determinações contidas no Provimento n° 029/2009 art. 2° XVII da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí e de ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca Dr. Francisco João Damasceno, SOLICITO de V.Sa. liberação dos policial(is) civil(s) **DAENIO CASTRO SILVA,** lotado(s) nessa delegacia (arrolados como testemunhas de acusação), a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento no dia **09/11/2017, às 09:30 horas,** designada na Ação Criminal de Abuso de Autoridade - Proc. **983-68.2013.8.18.0033** , em que o Ministério Público do Estado do Piauí, move contra os acusados FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JÚNIOR e outros e como vítima: Ednardo Farias Albuquerque, na sala das audiência do Fórum local, sito à Rua Avelino Resende, S/N.

Por oportuno, informo a V.Sa., que caso a testemunha ora requisitada não compareça, será comunicado à corregedoria da Policia Civil para as providências cabíveis contra quem de direito.

Atenciosamente,

Bela.Márcia Rejane Furtado Coelho Viana
Analista Judicial

Recebido em 24/08/2017

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PIRIPIRI- PI

CERTIDÃO

Certifico que, dei cumprimento ao mandado Ofício **355/2017, conforme ciente do Delegado de Polícia Civil da Delegacia Regional.** Dou fé.

PIRIPIRI-PI, 30 de agosto de 2017.

RAIMUNDO EVALDO **GALVÃO** RODRIGUES
ANALISTA JUDICIÁRIO / OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

Tribunal de Justiça - PI

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA
Forum "Des. João Turíbio" – Rua Avelino Rezende, s/nº CEP 64.260-000
Fone –0XX (86) 3276 1452

Ofício N° SPV/n° 325/2017 **Piripiri-Pi, 24 de agosto de 2017**

Ao Ilm°. Sr.
Tenente-Coronel Erisvaldo Viana Lima
Comandante da 1ª Companhia do 12° BPM
Av. Aderson Ferreira, N° 1017, centro.
Piripiri-Piauí.
Processo N° 983-68.2013.8.18.0033

Assunto: **Solicitação de liberação de Policial Militar para Audiência.**

Cumprindo determinações contidas no Provimento n° 029/2009 art. 2° XVII da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí e de ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca Dr. João Bandeira Monte Júnior, SOLICITO de V.Sa. a liberação do policial(is) militar(ES)**FRANCISCO OLIVEIRA SILVA JUNIOR; LUARDO CESAR MAGALHÃES; LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO E EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA (processo em que figuram como réus)**, lotado(s) na 1ª Companhia de Polícia Militar em Piripiri/PI a fim de participar(em) da Audiência de Instrução e Julgamento no dia **09/11/2017, às 09:30 horas**, designada na Ação Criminal de Abuso de Autoridade, situado à Rua Avelino Resende, S/N.

Esclareço outrossim, que se trata de requisição feita nos termos do artigo (221, § 2° CPP), que neste caso poderá a autoridade superiora, no Caso o Comandante do 12° BPM, poderá ser responsabilizado civil e criminalmente pela ausência de seus subordinados à audiência designada pela justiça.

Atenciosamente,

Bela.Márcia Rejane Furtado Coelho Viana
Analista Judicial

Recebi
Sgt Loizandra
Em: 29/08/17
Às 11:00h

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PIRIPIRI- PI

CERTIDÃO

Certifico que, dei cumprimento ao mandado Ofício **325/2017, conforme ciente da policial de plantão.** Dou fé.

PIRIPIRI-PI, 30 de agosto de 2017.

RAIMUNDO EVALDO **GALVÃO** RODRIGUES
ANALISTA JUDICIÁRIO / OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

60 / 25

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0016
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a testemunha abaixo qualificada para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 HORAS.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA:
DAENIO CASTRO SILVA, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA JOÃO DAMASCENO - bairro: centro, PIRIPIRI-PI CEP:64260-000..

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

Eu, _____, Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017

Ciente em, 30 / 08 / 2017

_____
Intimado/Citado

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PIRIPIRI- PI

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado de Nº **0000983-68.2013.8.18.0033.0016,** compareci no endereço consignado, e lá **INTIMEI DAENIO CATRO SILVA,** pelo inteiro teor do mandado o qual após a leitura exarou sua nota de ciente e aceitou a contrafé que ofereci. Dou fé.

PIRIPIRI-PI, 30 de agosto de 2017.

RAIMUNDO EVALDO **GALVÃO** RODRIGUES
ANALISTA JUDICIÁRIO / OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

60/105

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0018
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a testemunha abaixo qualificada para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 HORAS.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA:
TENENTE CORONEL ERISVALDO VIANA LIMA, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA ADERSON FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, P I R I P I R I - P I . .

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

Eu, _____, Analista Judicial, Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017

Ciente em, 29 / 08 / 2017

_____
Intimado/Citado

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PIRIPIRI- PI

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado de Nº **0000983-68.2013.8.18.0033.0018,** compareci no endereço consignado, e lá **INTIMEI TENENTE CORONEL ERISVALDO VIANA LIMA,** pelo inteiro teor do mandado o qual após a leitura exarou sua nota de ciente e aceitou a contrafé que ofereci. Dou fé.

PIRIPIRI-PI, 30 de agosto de 2017.

RAIMUNDO EVALDO **GALVÃO** RODRIGUES
ANALISTA JUDICIÁRIO / OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0015 movimentado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

E wvn 0/W

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0013
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a vítima abaixo qualificada para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 horas.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DA VÍTIMA:
EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA FELINTO RESENDE, 749 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI..

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a vítima deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017.
Ciente em, 30 / 08 / 2017

X _____
Intimado/Citado

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento a este, INTIMEI o Sr. Ednardo Farias Albuquerque, para todos os termos e conteúdo deste, que depois de lido o inteiro teor, ficou bem cientificado. Dei-lhe cópia deste, que aceitou, exarando no mandado sua nota de ciência. Dou fé.//////////////////////////

Piripiri-PI, 30 de agosto de 2017.

Evonaldo Cerqueira de Andrade

Oficial de Justiça e Avaliador

EWNO/HW

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0014
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a testemunha abaixo qualificada para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 HORAS.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA:
JOEL HELYSSON DE FARIAS, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RESIDENCIAL PETECAS I QUADRA - AD, Casa 29 - bairro: PETECAS, PIRIPIRI-PI..

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

Eu, _____, Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017

Ciente em, 30 / 08 / 2017

_____
Intimado/Citado

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento a este, INTIMEI o Sr. Joel Helyson de Farias Soares, para todos os termos e conteúdo deste, que depois de lido o inteiro teor, ficou bem cientificado. Dei-lhe cópia deste, que aceitou, exarando no mandado sua nota de ciência. Dou fé.//////////////////////////

Piripiri-PI, 30 de agosto de 2017.

Evonaldo Cerqueira de Andrade

Oficial de Justiça e Avaliador

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

Em aberto

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0015
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a testemunha abaixo qualificada para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 HORAS.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA:
BRUNO CÉSAR LIMA DA SILVA, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA ARISTEU TUPINAMBÁ RODRIGUES 513 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI..

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017

Ciente em, 30 / 08 / 2017

_____
Intimado/Citado
99984-5307

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

CERTIDÃO

Aos 30 (trinta) dias do mês de agosto do ano de 2017 (dois mil e dezessete) às 08h00 min, na comarca de Piripiri, Estado do Piauí, certifico que, em cumprimento ao mandado retro extraído dos autos de n. **0000983-68.2013.818.0033.0015**, e *intimei* o Sr. **BRUNO CESAR LIMA DA SILVA,** (residente na Rua Aristeu Tupinamba Rodrigues, n 513, Centro, fone: 99984-5307), pelo inteiro teor do mandado, o qual após o leitura exarou seu ciente aceitando a contrafé e anexos que ofereci. O referido é verdade e dou fé.

Bela.Enayra Vasconcelos Cronemberg
Oficiala de Justiça e Avaliadora
Matricula: 26589

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0010
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do acusado abaixo qualificado para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 horas.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DO ACUSADO:
LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, CPF: 00588753360, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: SOLTEIRO(A), endereço: RUA ADERSON FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, ~~TERESINA-PI.~~ PIRIPIRI-PI

CUMPRA-SE, observando todas as formalidade legais e promovendo todas as diligências necessárias para a localização do intimando.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e s u b s c r e v o .

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017.

Ciente em, _____/_____/_____

_____
Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima qualificada.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PIRIPIRI- PI

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, extraído dos autos de ***Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0010, DEXEI DE INTIMAR LUARDO CESAR LIMA MAGALHÃES MELO, em razão de trabalhar no Batalhão de Policia de Campo Maior PI, segundo informou o policial de Plantão do Batalhão de Policia local.*** **Dou fé**.

PIRIPIRI-PI, 01 de setembro de 2017.

RAIMUNDO EVALDO **GALVÃO** RODRIGUES
ANALISTA JUDICIAL / OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

Salvo

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0011
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do acusado abaixo qualificado para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 horas.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DO ACUSADO:
LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, filho(a) de CONCEIÇÃODE MARINHA SOARES MARNHO, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA ADERSON FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI.

CUMPRA-SE, observando todas as formalidade legais e promovendo todas as diligências necessárias para a localização do intimando.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e s u b s c r e v o .

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017.

Ciente em, _____/_____/_____

_____
Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima qualificada.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PIRIPIRI- PI

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, extraído dos autos de ***Nº 0002666-38.2016.8.18.0033.0004, DEXEI DE INTIMAR LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, em razão de trabalhar no Batalhão de Operações Especiais em Teresina, segundo informou o policial de Plantão do Batalhão de Policia local.*** **Dou fé**.

PIRIPIRI-PI, 01 de setembro de 2017.

RAIMUNDO EVALDO **GALVÃO** RODRIGUES
ANALISTA JUDICIAL / OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

Em tempo: Nº do processo
0000983-68.2018.8.18.0033.0011

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0013 movimentado.

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0014 movimentado.

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0010 movimentado.

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0011 movimentado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

E wnd/dw

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0013
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a vítima abaixo qualificada para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 horas.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DA VÍTIMA:
EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA FELINTO RESENDE, 749 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI..

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a vítima deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017.
Ciente em, 30 / 08 / 2017

X _____
Intimado/Citado

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento a este, INTIMEI o Sr. Ednardo Farias Albuquerque, para todos os termos e conteúdo deste, que depois de lido o inteiro teor, ficou bem cientificado. Dei-lhe cópia deste, que aceitou, exarando no mandado sua nota de ciência. Dou fé.//////////////////////////

Piripiri-PI, 30 de agosto de 2017.

Evonaldo Cerqueira de Andrade

Oficial de Justiça e Avaliador

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

EWN0/HW

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0014
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a testemunha abaixo qualificada para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 HORAS.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA:
JOEL HELYSSON DE FARIAS, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RESIDENCIAL PETECAS I QUADRA - AD, Casa 29 - bairro: PETECAS, PIRIPIRI-PI..

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

Eu, _____, Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017

Ciente em, 30 / 08 / 2017

_____
Intimado/Citado

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento a este, INTIMEI o Sr. Joel Helyson de Farias Soares, para todos os termos e conteúdo deste, que depois de lido o inteiro teor, ficou bem cientificado. Dei-lhe cópia deste, que aceitou, exarando no mandado sua nota de ciência. Dou fé.//////////////////////////

Piripiri-PI, 30 de agosto de 2017.

Evonaldo Cerqueira de Andrade

Oficial de Justiça e Avaliador

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0010
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do acusado abaixo qualificado para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 horas.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DO ACUSADO:
LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, CPF: 00588753360, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: SOLTEIRO(A), endereço: RUA ADERSON FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, ~~TERESINA-PI.~~ PIRIPIRI-PI

CUMPRA-SE, observando todas as formalidade legais e promovendo todas as diligências necessárias para a localização do intimando.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e s u b s c r e v o .

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017.

Ciente em, _____/_____/_____

_____
Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima qualificada.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PIRIPIRI- PI

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, extraído dos autos de ***Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0010, DEXEI DE INTIMAR LUARDO CESAR LIMA MAGALHÃES MELO, em razão de trabalhar no Batalhão de Policia de Campo Maior PI, segundo informou o policial de Plantão do Batalhão de Policia local.*** **Dou fé**.

PIRIPIRI-PI, 01 de setembro de 2017.

RAIMUNDO EVALDO **GALVÃO** RODRIGUES
ANALISTA JUDICIAL / OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

Salvo

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0011
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do acusado abaixo qualificado para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 horas.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DO ACUSADO:
LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, filho(a) de CONCEIÇÃODE MARINHA SOARES MARNHO, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA ADERSON FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI.

CUMPRA-SE, observando todas as formalidade legais e promovendo todas as diligências necessárias para a localização do intimando.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e s u b s c r e v o .

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017.

Ciente em, _____/_____/_____

_____
Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima qualificada.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PIRIPIRI- PI

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, extraído dos autos de ***Nº 0002666-38.2016.8.18.0033.0004, DEXEI DE INTIMAR LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, em razão de trabalhar no Batalhão de Operações Especiais em Teresina, segundo informou o policial de Plantão do Batalhão de Policia local.*** **Dou fé**.

PIRIPIRI-PI, 01 de setembro de 2017.

RAIMUNDO EVALDO **GALVÃO** RODRIGUES
ANALISTA JUDICIAL / OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

Em tempo: Nº do processo
0000983-68.2018.8.18.0033.0011

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033

MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0021

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a parte abaixo qualificada para desconsiderar a intimação nº 903.68.2013.8.18.0033.0018, pois a sua pessoa não foi arrolada como testemunha do processo. A documentação válida é o ofício nº 325/2017, datado de 24/08/2017, que requisita a apresentação dos policiais militares FRANCISCO OLIVEIRA SILVA JUNIOR; LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO; LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO E EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, que figuram como réus no processo referido acima e com audiência de Instrução e Julgamento marcada para 09/11/2017, às 09:30 horas, no Fórum local. Segue em anexo o mandado que será revogado e o ofício válido.

QUALIFICAÇÃO DA PARTE:
TENENTE CORONEL ERISVALDO VIANA LIMA, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA ADERSON FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI.

CUMPRA-SE, observando as formalidades legais e promovendo todas as diligências necessárias à localização do intimando.

Eu, _____, Bela.MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 1 de setembro de 2017.

Ciente em, _____/_____/_____

_____
Intimado/Citado

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **16874452** e o código verificador **69D00.C9E9A.9A30D.E0799.DAB20.B51EE**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

Everaldo

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0017
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a testemunha abaixo qualificada para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 HORAS.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA:
CLAUDIO MEDEIROS SILVA, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA JOÃO DE FREITAS RESENDE 843 - bairro: PRADO, P I R I P I R I - P I . . 99924-3888 MOTOTAXISTA A NOITE, NA PRAÇA DA BANDEIRA, AO LADO DO POSTO DE GASO - UNA

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017

Ciente em, 04/09/2017, às 19h36min

_____
Intimado/Citado

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento a este, INTIMEI o Sr. Cláudio Medeiros Silva, para todos os termos e conteúdo deste, que depois de lido o inteiro teor, ficou bem cientificada. Dei-lhe cópia deste, que aceitou, exarando no mandado sua nota de ciência. Dou fé.//////////////////////////

Piripiri-PI, 04 de setembro de 2017.

Evonaldo Cerqueira de Andrade

Oficial de Justiça e Avaliador

DESCRIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DO MANDADO
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0021 movimentado.
Distribuído para Oficial: ENAYRA VASCONCELOS CRONEMBERG

TERMO DE CARGA/VISTA

Faço remessa, na presente data, dos autos do processo número 0000983-68.2013.8.18.0033 entregues em carga/vista a(o) Sr.(a) : DR.LUIZ ANTÔNIO FRANÇA GOMES.

PIRIPIRI, 5 de setembro de 2017

MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA
Analista Judicial - Mat. nº 4129393

_____

Assinatura do Recebedor

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **16902842** e o código verificador **CBC41.E2738.E819D.74DE6.7C3CA.30B56**.

DESCRIÇÃO: RECEBIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0021 movimentado.
Distribuído para Oficial: ENAYRA VASCONCELOS CRONEMBERG

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0017 movimentado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

Everaldo

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0017
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a testemunha abaixo qualificada para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 HORAS.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA:
CLAUDIO MEDEIROS SILVA, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA JOÃO DE FREITAS RESENDE 843 - bairro: PRADO, P I R I P I R I - P I . . 99924-3888 MOTOTAXISTA A NOITE, NA PRAÇA DA BANDEIRA, AO LADO DO POSTO DE GASO - UNA

ADVERTÊNCIA: Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por Oficial de Justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

Eu, _____, Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017

Ciente em, 04 / 09 / 2017, às 19h36min

_____
Intimado/Citado

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento a este, INTIMEI o Sr. Cláudio Medeiros Silva, para todos os termos e conteúdo deste, que depois de lido o inteiro teor, ficou bem cientificada. Dei-lhe cópia deste, que aceitou, exarando no mandado sua nota de ciência. Dou fé.//////////////////////////

Piripiri-PI, 04 de setembro de 2017.

Evonaldo Cerqueira de Andrade

Oficial de Justiça e Avaliador

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

Fls: 07

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0012
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do acusado abaixo qualificado para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 horas.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DO ACUSADO:
EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, filho(a) de MARIA DO AMPARO ALVES DE ANDRADE, RG: 10996392 SSP PI, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: CASADO(A), endereço: AV. ADERSON ALVES FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI CEP:64260000.

CUMPRA-SE, observando todas as formalidade legais e promovendo todas as diligências necessárias para a localização do intimando.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e s u b s c r e v o .

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017.

Ciente em, 01 / 09 / 17

_____
Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima qualificada.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PIRIPIRI- PI

C E R T I D Ã O

Certifico que, em cumprimento ao mandado de Nº **0000983-68.2013.8.18.0033.0012,** compareci no endereço consignado, e lá **INTIMEI EVERARDO DE ANDRADE PEREIRA,** pelo inteiro teor do mandado o qual após a leitura exarou sua nota de ciente e aceitou a contrafé que ofereci. Dou fé.

PIRIPIRI-PI, 11 de setembro de 2017.

RAIMUNDO EVALDO **GALVÃO** RODRIGUES
ANALISTA JUDICIÁRIO / OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0009
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do acusado abaixo qualificado para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 horas.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DO ACUSADO:
FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, filho(a) de MARIA JOSE DE SOUSA SILVA, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: AV. ADERSON FERREIRA,1017 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI.

CUMPRA-SE, observando todas as formalidade legais e promovendo todas as diligências necessárias para a localização do intimando.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e s u b s c r e v o .

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017.

Ciente em, 11 / 09 / 2017

Francisco de Oliveira Júnior
Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima qualificada.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PIRIPIRI- PI

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado de Nº **0000983-68.2013.8.18.0033.0009,** compareci no endereço consignado, e lá **INTIMEI FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JÚNOIR,** pelo inteiro teor do mandado o qual após a leitura exarou sua nota de ciente e aceitou a contrafé que ofereci. Dou fé.

PIRIPIRI-PI, 11 de setembro de 2017.

RAIMUNDO EVALDO **GALVÃO** RODRIGUES
ANALISTA JUDICIÁRIO / OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0009 movimentado.

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0012 movimentado.

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0021
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a parte abaixo qualificada para desconsiderar a intimação nº 903.68.2013.8.18.0033.0018, pois a sua pessoa não foi arrolada como testemunha do processo. A documentação válida é o ofício nº 325/2017, datado de 24/08/2017, que requisita a apresentação dos policiais militares FRANCISCO OLIVEIRA SILVA JUNIOR; LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO; LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO E EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, que figuram como réus no processo referido acima e com audiência de Instrução e Julgamento marcada para 09/11/2017, às 09:30 horas, no Fórum local. Segue em anexo o mandado que será revogado e o ofício válido.

QUALIFICAÇÃO DA PARTE:
TENENTE CORONEL ERISVALDO VIANA LIMA, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA ADERSON FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI.

CUMPRA-SE, observando as formalidades legais e promovendo todas as diligências necessárias à localização do intimando.

Eu, _____, Bela.MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 1 de setembro de 2017.

Ciente em, 06 / 09 / 2017

_____
Intimado/Citado

Selo de Fiscalização e Autenticidade
Poder Judiciário Estado do Piauí
Atos de Notas, Registro e Judiciais
ATO GRATUITO
ABO 50410

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

CERTIDÃO

Aos 06 (seis) dias do mês de setembro do ano de 2017 (dois mil e dezessete) às 08h00 min, na comarca de Piripiri, Estado do Piauí, certifico que, em cumprimento ao mandado retro extraído dos autos de n. **0000983-68.2013.8.18.0021**, e *intimei:* o Sr. **TENENTE CORONEL ERISVALDO VIANA LIMA, (**residente na Rua Aderson Ferreira, n 1017, Centro), pelo inteiro teor do mandado, o qual após a leitura exarou seu ciente aceitando a contrafé e anexos que ofereci. O referido é verdade e dou fé.

Bela.Enayra Vasconcelos Cronemberg
Oficiala de Justiça e Avaliadora
Matricula: 26589

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

Folha

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0012
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do acusado abaixo qualificado para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 horas.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DO ACUSADO:
EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, filho(a) de MARIA DO AMPARO ALVES DE ANDRADE, RG: 10996392 SSP PI, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: CASADO(A), endereço: AV. ADERSON ALVES FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI CEP:64260000.

CUMPRA-SE, observando todas as formalidade legais e promovendo todas as diligências necessárias para a localização do intimando.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e s u b s c r e v o .

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017.

Ciente em, 01 / 09 / 17

_____
Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima qualificada.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PIRIPIRI- PI

C E R T I D Ã O

Certifico que, em cumprimento ao mandado de Nº **0000983-68.2013.8.18.0033.0012,** compareci no endereço consignado, e lá **INTIMEI EVERARDO DE ANDRADE PEREIRA,** pelo inteiro teor do mandado o qual após a leitura exarou sua nota de ciente e aceitou a contrafé que ofereci. Dou fé.

PIRIPIRI-PI, 11 de setembro de 2017.

RAIMUNDO EVALDO **GALVÃO** RODRIGUES
ANALISTA JUDICIÁRIO / OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0009
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do acusado abaixo qualificado para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09:30 horas.

LOCAL: Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

QUALIFICAÇÃO DO ACUSADO:
FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, filho(a) de MARIA JOSE DE SOUSA SILVA, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: AV. ADERSON FERREIRA,1017 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI.

CUMPRA-SE, observando todas as formalidade legais e promovendo todas as diligências necessárias para a localização do intimando.

Eu, _____,Bela. MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e s u b s c r e v o .

PIRIPIRI, 24 de agosto de 2017.

Ciente em, 11 / 09 / 2017

Francisco de Oliveira Júnior
Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima qualificada.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PIRIPIRI- PI

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao mandado de Nº **0000983-68.2013.8.18.0033.0009,** compareci no endereço consignado, e lá **INTIMEI FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JÚNOIR,** pelo inteiro teor do mandado o qual após a leitura exarou sua nota de ciente e aceitou a contrafé que ofereci. Dou fé.

PIRIPIRI-PI, 11 de setembro de 2017.

RAIMUNDO EVALDO **GALVÃO** RODRIGUES
ANALISTA JUDICIÁRIO / OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

DESCRIÇÃO: DEVOLVIDO PELO OFICIAL JUSTIÇA
OBSERVAÇÕES: Mandado número 0000983-68.2013.8.18.0033.0021 movimentado.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
MANDADO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.0021
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juízo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado:

FINALIDADE: INTIMAR a parte abaixo qualificada para desconsiderar a intimação nº 903.68.2013.8.18.0033.0018, pois a sua pessoa não foi arrolada como testemunha do processo. A documentação válida é o ofício nº 325/2017, datado de 24/08/2017, que requisita a apresentação dos policiais militares FRANCISCO OLIVEIRA SILVA JUNIOR; LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO; LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO E EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, que figuram como réus no processo referido acima e com audiência de Instrução e Julgamento marcada para 09/11/2017, às 09:30 horas, no Fórum local. Segue em anexo o mandado que será revogado e o ofício válido.

QUALIFICAÇÃO DA PARTE:
TENENTE CORONEL ERISVALDO VIANA LIMA, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: NAO INFORMADO, endereço: RUA ADERSON FERREIRA, 1017 - bairro: CENTRO, PIRIPIRI-PI.

CUMPRA-SE, observando as formalidades legais e promovendo todas as diligências necessárias à localização do intimando.

Eu, _____, Bela.MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 1 de setembro de 2017.

Ciente em, 06/09/2017

_____
Intimado/Citado

Selo de Fiscalização e Autenticidade
Poder Judiciário Estado do Piauí
Atos de Notas, Registro e Judiciais
ATO GRATUITO
ABO 50410

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

CERTIDÃO

Aos 06 (seis) dias do mês de setembro do ano de 2017 (dois mil e dezessete) às 08h00 min, na comarca de Piripiri, Estado do Piauí, certifico que, em cumprimento ao mandado retro extraído dos autos de n. **0000983-68.2013.8.18.0021**, e *intimei:* o Sr. **TENENTE CORONEL ERISVALDO VIANA LIMA, (**residente na Rua Aderson Ferreira, n 1017, Centro), pelo inteiro teor do mandado, o qual após a leitura exarou seu ciente aceitando a contrafé e anexos que ofereci. O referido é verdade e dou fé.

Bela.Enayra Vasconcelos Cronemberg
Oficiala de Justiça e Avaliadora
Matricula: 26589

TERMO DE RECEBIMENTO

CERTIFICO que na presente data recebi os autos do processo número 0000983-68.2013.8.18.0033, entregues em carga a(o) Sr.(a) : DR.LUIZ ANTÔNIO FRANÇA GOMES.

PIRIPIRI, 15 de setembro de 2017

MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA
Analista Judicial - Mat. nº 4129393

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **17030188** e o código verificador **81AAA.B320E.27232.A3F43.25DB2.92874**.

DESCRIÇÃO: ATO ORDINATÓRIO
OBSERVAÇÕES: Ato ordinatório praticado

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

<pre>**Vítima:** EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

DEPRECANTE: Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI.

DEPRECADO: Juízo de Direito da Comarca de SÃO PAULO/SP.

O MM. Juiz de Direito da Vara supra DEPRECA a Vossa Excelência que, em exarando o seu cumpra-se, determine o cumprimento da finalidade abaixo transcrita:

FINALIDADE: Proceder, nos termos do art. 222 do CPP, a oitiva da vítima: EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE, RG nº 2.263.041-SSP/PI, brasileira, natural de São Luís/MA, solteiro, ajudante de montador, nascido em 29/01/1984, filho de Humberto Albuquerque e de Maria Edna Farias Albuquerque, residente e domiciliado na Av. Raimundo Paradeiras, 260, nº 02, bairro São Miguel, nessa cidade de São Paulo/SP, sobre os fatos narrados nos autos acima mencionados.

ANEXOS: Denúncia, depoimento prestado na Delegacia e despacho proferido.

Eu, _____, MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 2 de outubro de 2017

JOÃO BANDEIRA MONTE JÚNIOR
Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **17260527** e o código verificador **2C49C.61D01.3DBCB.A3F47.D88C1.68302**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

<pre>**Vítima:** EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

CARTA PRECATÓRIA DE INTIMAÇÃO
PRAZO DE 40 (QUARENTA) DIAS

DEPRECANTE: Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI.

DEPRECADO: Juízo de Direito da Comarca de TERESINA/PI.

O MM. Juiz de Direito da Vara supra DEPRECA a Vossa Excelência que, em exarando o seu cumpra-se, determine o cumprimento da finalidade abaixo transcrita:

FINALIDADE: PROCEDER O INTERROGATÓRIO DO RÉU LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, brasileiro, casado, policial militar, atualmente lotado no BOPE, em Teresina/PI, BEM COMO INTIMÁ-LO para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 09/11/2017, ás 09:30 horas, na sede do Juízo Deprecante, situado na rua Avelino Resende, 161- centro, nesta cidade de Piripiri/PI..

ANEXOS: Denúncia; Resposta à acusação; Procuração e Ato proferido.

PROCURADOR: Funciona como advogado da parte acusado: CÓPIA DA PROCURAÇÃO JÁ ANEXADA.

Eu, _____, MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 2 de outubro de 2017

JOÃO BANDEIRA MONTE JÚNIOR
Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **17261823** e o código verificador **A40B4.A4B1A.212BB.BA081.4C0CB.DB222**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

<pre>**Vítima:** EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

CARTA PRECATÓRIA PARA INTERROGATÓRIO NO JUÍZO DEPRECADO E INTIMAÇÃO DA AUDIÊNCIA NO JUÍZO DEPRECANTE
PRAZO DE 40 (QUARENTA) DIAS

DEPRECANTE: Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI.

DEPRECADO: Juízo de Direito da Comarca de CAMPO MAIOR/PI.

O MM. Juiz de Direito da Vara supra DEPRECA a Vossa Excelência que, em exarando o seu cumpra-se, determine o cumprimento da finalidade abaixo transcrita:

FINALIDADE: PROCEDER O INTERROGATÓRIO DO RÉU LUARDO CESAR LIMA MAGALHÃES MELO, brasileiro, casado policial, RG nº 10.14345 PM/PI e CPF nº 005.887.533-60, residente e domiciliado na rua Avenida Cel. Rafael Oliveira, 381, nessa cidade de Campo Maior - Piauí, para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 09/11/2017, às 09:30 horas, na sede do Juízo Deprecante.

ANEXOS: Denúncia, Resposta à acusação; Prociuração e Ato proferido.

PROCURADOR: Funciona como advogado da parte acusado: cópia da procuração já anexada.

Eu, _____, MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 2 de outubro de 2017

JOÃO BANDEIRA MONTE JÚNIOR
Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **17262577** e o código verificador **33ABB.94B83.CD2EF.FBC3C.D4B5F.3B94D**.

[redacted]

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLICIA MILITAR DO PIAUÍ
COMANDO DE POL. DO LITORAL MEIO NORTE
12º BATALHÃO DE POLICIA MILITAR
AJUDÂNCIA - PIRIPIRI

Av. Aderson Alves Ferreira, nº 1017, centro, CEP 64.260-000, e-mail: bpmpiripiri@hotmail.com

Secretaria da 1ª Vara

Ofício nº 201/AJD-JUSTIÇA/2017 Quartel em Piripiri - PI, 29 de agosto de 2017

Ao MMº. Dr.
Juiz de Direito da 1ª Vara
Comarca Piripiri-PI

Rec. em 05/09/17

Assunto: não apresentação de Policial Militar em Audiência

Informo-vos a Vossa Excelência, a impossibilidade de apresentação do **SD PM LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO**, na audiência as **09h30 do dia 09/11/17**, em razão do proc. nº 983-68.2013.8.18.0033. Conforme Ofício Nº SPV/nº 325/2017 de 24/08/2017 - Comarca Piripiri-PI, em virtude do mesmo não pertencer ao efetivo do 12ºBPM, sendo transferido para a cidade de Teresina , lotado no BOPE.

Informo-vos ainda que o SD PM **LUARDO CESAR MAGALHÃES** não pertence ao efetivo do 12º BPM.

Respeitosamente,

Erisvaldo Viana Lima – Ten.Cel. PM
Cmt do 12º BPM

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

1ª Vara da Comarca de Piripiri-PI

Rua Avelino Resende, s/n, Bairro Centro, CEP 64260-000 – Piripiri/PI

Fone: (86) 3276-1859

Secretaria da 1ª Vara
Fls.
Rubr.
Piripiri - PI

Processo nº 0000983-68.2013.8.18.0033

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que compareceu nesta Secretaria o Sr EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE, brasileiro, solteiro, pizzaiolo, RG 2.263.041-SSP/PI, para informar que não poderá comparecer à audiência designada para o dia 09/11/2017, uma vez que irá residir em São Paulo-SP, no endereço Av. Raimundo Paradeiras, 260, nº 02, Bairro São Miguel, São Paulo-SP, e não terá condições de se deslocar até esta Comarca no dia da audiência.

Piripiri-PI, 5 de setembro de 2017.

LUCAS BARBOSA DE CARVALHO
Analista Judicial – Mat. nº 5105

Edvardo Farias Albuquerque

EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE
Vítima

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418



Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 02/10/2017 às 09:52

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 8182017515562
Documento: CP LUCAS KLINGER.pdf
Remetente: Secretaria 1ª Vara - Piripiri (Tamires de Sousa Ibiapina Coelho)
Destinatário: Cartas Precatórias (Central Distribuição) (TJPI)
Data de Envio: 02/10/2017 09:48:51
Assunto: Remessa da Carta Precatória de intimação do réu Lucas Klinger Marinho Leitão.

Imprimir

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA
<pre>**Vítima:** EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

CARTA PRECATÓRIA DE INTIMAÇÃO
PRAZO DE 40 (QUARENTA) DIAS

DEPRECANTE: Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI.
DEPRECADO: Juízo de Direito da Comarca de TERESINA/PI.

O MM. Juiz de Direito da Vara supra DEPRECA a Vossa Excelência que, em exarando o seu cumpra-se, determine o cumprimento da finalidade abaixo transcrita:

FINALIDADE: PROCEDER O INTERROGATÓRIO DO RÉU LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, brasileiro, casado, policial militar, atualmente lotado no BOPE, em Teresina/PI, BEM COMO INTIMÁ-LO para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 09/11/2017, ás 09:30 horas, na sede do Juízo Deprecante, situado na rua Avelino Resende, 161- centro, nesta cidade de Piripiri/PI..

ANEXOS: Denúncia; Resposta à acusação; Procuração e Ato proferido.

PROCURADOR: Funciona como advogado da parte acusado: CÓPIA DA PROCURAÇÃO JÁ ANEXADA.

Eu, _____, MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 2 de outubro de 2017

JOÃO BANDEIRA MONTE JÚNIOR
Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI

Selo de Fiscalização e Autenticidade
Poder Judiciário
Estado do Piauí
Cartórios de Notas, Registro e Judiciais
ATO GRATUITO
ABD 50634

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 02/10/2017 às 09:55

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	8182017515566
Documento:	CP LUARDO CÉSAR.pdf
Remetente:	Secretaria 1ª Vara - Piripiri (Tamires de Sousa Ibiapina Coelho)
Destinatário:	Distribuição - Campo Maior (TJPI)
Data de Envio:	02/10/2017 09:53:11
Assunto:	Remessa da Carta Precatória para interrogatório do réu Luardo Cesar Lima Magalhães Melo.

Imprimir

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA
<pre>**Vítima:** EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

CARTA PRECATÓRIA PARA INTERROGATÓRIO NO JUÍZO DEPRECADO E INTIMAÇÃO DA AUDIÊNCIA NO JUÍZO DEPRECANTE
PRAZO DE 40 (QUARENTA) DIAS

DEPRECANTE: Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI.
DEPRECADO: Juízo de Direito da Comarca de CAMPO MAIOR/PI.

O MM. Juiz de Direito da Vara supra DEPRECA a Vossa Excelência que, em exarando o seu cumpra-se, determine o cumprimento da finalidade abaixo transcrita:

FINALIDADE: PROCEDER O INTERROGATÓRIO DO RÉU LUARDO CESAR LIMA MAGALHÃES MELO, brasileiro, casado policial, RG nº 10.14345 PM/PI e CPF nº 005.887.533-60, residente e domiciliado na rua Avenida Cel. Rafael Oliveira, 381, nessa cidade de Campo Maior - Piauí, para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 09/11/2017, às 09:30 horas, na sede do Juízo Deprecante.

ANEXOS: Denúncia, Resposta à acusação; Prociuração e Ato proferido.

PROCURADOR: Funciona como advogado da parte acusado: cópia da procuração já anexada.

Eu, _____, MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 2 de outubro de 2017

JOÃO BANDEIRA MONTE JÚNIOR
Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI

Selo de Fiscalização e Autenticidade
ATO GRATUITO
ABO 50636

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 02/10/2017 às 09:58

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 8182017515572
Documento: CP EDNARDO FARIAS.pdf
Remetente: Secretaria 1ª Vara - Piripiri (Tamires de Sousa Ibiapina Coelho)
Destinatário: Distribuidor - São Paulo - Foro Central Criminal (Min. Mário Guimarães (TJSP) (TJSP)
Data de Envio: 02/10/2017 09:57:32
Assunto: Remessa da Carta Precatória para oitiva da vítima Ednardo Farias Albuquerque.

Imprimir

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA
<pre>**Vítima:** EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

DEPRECANTE: Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI.
DEPRECADO: Juízo de Direito da Comarca de SÃO PAULO/SP.

O MM. Juiz de Direito da Vara supra DEPRECA a Vossa Excelência que, em exarando o seu cumpra-se, determine o cumprimento da finalidade abaixo transcrita:

FINALIDADE: Proceder, nos termos do art. 222 do CPP, a oitiva da vítima: EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE, RG nº 2.263.041-SSP/PI, brasileira, natural de São Luís/MA, solteiro, ajudante de montador, nascido em 29/01/1984, filho de Humberto Albuquerque e de Maria Edna Farias Albuquerque, residente e domiciliado na Av. Raimundo Paradeiras, 260, nº 02, bairro São Miguel, nessa cidade de São Paulo/SP, sobre os fatos narrados nos autos acima mencionados.

ANEXOS: Denúncia, depoimento prestado na Delegacia e despacho proferido.

Eu, _____, MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 2 de outubro de 2017

JOÃO BANDEIRA MONTE JUNIOR
Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI

Selo de Fiscalização e Autenticidade
Poder Judiciário Estado do Piauí
Atos de Notas, Registro e Judiciais
ATO GRATUITO
ABO 50635

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 8252017877776
Nome original: Nome para o Documento40.pdf
Data: 19/10/2017 15:12:04
Remetente:
GISELLE PEREIRA RODRIGUES DEEKE
Distribuidor - São Paulo - Foro Central Criminal (Min. Mário Guimarães (TJSP)
Tribunal de Justiça de São Paulo
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: SEGUE R. DECISÃO REF. ANDAMENTO DE CP

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA
29ª VARA CRIMINAL
Av.Dr.Abrahão Ribeiro nº 313, 1º Pav., Rua 10, sala 771, Barra Funda - CEP 01133-020, Fone: (011) 2127-9058, São Paulo-SP - E-mail: sp29cr@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº:	**0089908-25.2017.8.26.0050 2017/001888**
Classe - Assunto	**Carta Precatória Criminal - Oitiva**
Autor:	**Justiça Pública**
Réu:	**FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Tamara Priscila Tocci**

Vistos.

1- Para ter lugar o ato deprecado, designo o **dia 24 de Outubro de 2017, ás 13h20min,** providenciando-se as intimações, citações e requisições necessárias.

2- Caso a diligência resulte infrutífera, por razões diversas, independente de novo despacho, providencie a z. Serventia a devolução ao Juízo Deprecante ou Competente, observando-se o caráter itinerante, fazendo-se as anotações e comunicações, inclusive ao Juízo Deprecante se necessário.

3- Comunique-se ao R.Juízo Deprecante.

4 - **SERVIRÁ O PRESENTE DESPACHO, POR CÓPIA DIGITADA, COMO OFÍCIO/MANDADO.**

São Paulo, 05 de outubro de 2017.

Ao (À)

( ) Juízo Deprecante
( ) Oficial de Justiça
( ) Comunicação (art. 221, §2º, do CPP)
( ) Requisição de PM (art.221, §2º CPP)

Processo de origem: 0000983-68.2013.8.18.0033
Vara:1ª VARA DE PIRIPIRI/PI
Réu: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por TAMARA PRISCILA TOCCI. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0089908-25.2017.8.26.0050 e o código 6C3B06.

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI-PI

Processo	Natureza da Ação	Autor
0000983-68.2013.8.18.0033	Ação Penal – Procedimento Ordinário	Min. Público

ACUSADO (S): FRANCISCO OLIVEIRA SILVA JUNIOR; LUARDO CESAR MAGALHÃES; LUCAS KINGER MARINHO LEITÃO; EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA
VÍTIMA(S):EDANILDO FARIAS ALBUQUERQUE

AUDIÊNCIA - TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Data: 06-11-2017
Hora: 14:30
Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Piripiri-PI

PRESENÇAS/AUSÊNCIAS:
Juiz de Direito: João Bandeira Monte Júnior
Promotor de Justiça: Cezário de Sousa Cavalcante Neto

ACUSADO (S): FRANCISCO OLIVEIRA SILVA JUNIOR; LUARDO CESAR MAGALHÃES; LUCAS KINGER MARINHO LEITÃO; EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA
Advogado: Francisco Walter de Amorim Meneses Júnior (OAB/PI 5641)

TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO:
José Ribamar Farias
Fabiana Oliveira (ausente)

TESTEMUNHA DE DEFESA
Bruno Lima da Silva
Diego Costa Silva
Cleiton Medeiros Silva

DECISÃO:

Feito o pregão, declarada aberta a audiência, por ordem do MM. Juiz foi feito o pregão, declarada aberta a audiência, com a presença das. Aberta a palavra a defesa esta requereu fosse declinada a competência para a Justiça Militar (9ª Vara Criminal de Teresina-PI), em razão do art. 9º, inciso II, letra "c", do Código Penal Militar, com redação dada pela lei 13.491/2017. Dada a palavra ao Ministério Público, requereu a suspensão da audiência e abertura de vistas para apresentar parecer acerca do pedido formulado pela defesa. Em seguida o MM. Juiz deferiu o pedido e concedeu o prazo legal para que os autos voltem conclusos. Nada mais havendo a consignar, mandou o

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI-PI

MM. Juiz de Direito encerrar este termo que lido e achado conforme, vai por todos de[illegible]te assinado.

Juiz de Direito

Promotor de Justiça

Defensor Público

Advogado

Advogado

Advogado

TERMO DE CARGA/VISTA

Faço remessa, na presente data, dos autos do processo número 0000983-68.2013.8.18.0033 entregues em carga/vista a(o) Sr.(a) : DR. CEZARIO DE SOUZA CAVALCANTE NETO.

PIRIPIRI, 10 de novembro de 2017

LUCAS BARBOSA DE CARVALHO
Analista Judicial - Mat. nº 5105

_____

Assinatura do Recebedor

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **17794017** e o código verificador **BD546.2F9FB.2E55B.734CF.C3D89.4C7B2**.

TERMO DE RECEBIMENTO

CERTIFICO que na presente data recebi os autos do processo número 0000983-68.2013.8.18.0033, entregues em carga a(o) Sr.(a) : DR. CEZARIO DE SOUZA CAVALCANTE NETO.

PIRIPIRI, 30 de novembro de 2017

MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA
Analista Judicial - Mat. nº 4129393

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **18070795** e o código verificador **F3846.BD604.BDEB2.13BEA.0A2BC.E4442**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI
CEP - 64260-000 / Piripiri - PI

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCA KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA
<pre>**Vitima:** EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

DEPRECANTE: Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI.
DEPRECADO: Juízo de Direito da Comarca de SÃO PAULO/SP.

O MM. Juiz de Direito da Vara supra DEPRECA a Vossa Excelência que, em exarando o seu cumpra-s determine o cumprimento da finalidade abaixo transcrita:

FINALIDADE: Proceder, nos termos do art. 222 do CPP, a oitiva da vítima: EDNARDO FARIA ALBUQUERQUE, RG nº 2.263.041-SSP/PI, brasileira, natural de São Luís/MA, solteiro, ajudante de montad nascido em 29/01/1984, filho de Humberto Albuquerque e de Maria Edna Farias Albuquerque, residente domiciliado na Av. Raimundo Paradeiras, 260, nº 02, bairro São Miguel, nessa cidade de São Paulo/SP, sobre fatos narrados nos autos acima mencionados.

ANEXOS: Denúncia, depoimento prestado na Delegacia e despacho proferido.

Eu, _____, MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei subscrevo.

PIRIPIRI, 2 de outubro de 2017

JOÃO BANDEIRA MONTE JUNIOR
Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI

Selo de Fiscalização e Autenticidade
Poder Judiciário Estado do Piauí
Atos de Notas, Registro e Judiciais
ATO GRATUITO
AB0 50635

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por GISELLE MIDORI TAMASHIRO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0089908-25.2017.8.26.0050 e o código 6BE0BF.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA
29ª VARA CRIMINAL
Av.Dr.Abrahão Ribeiro nº 313, Barra Funda, São Paulo - 01133-020 - SP

Processo nº: **0089908-25.2017.8.26.0050 Controle nº 2017/001888**

Reconheço que, na presente data, prestei depoimento como testemunha nos autos do processo supramencionado, na sala de audiências da 29ª Vara Criminal, tendo conhecimento de que minhas declarações foram registradas em áudio e vídeo.

São Paulo, 24 de outubro de 2017.

Eduardo Farias Albuquerque
EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA
29ª VARA CRIMINAL
Av.Dr.Abrahão Ribeiro nº 313, Barra Funda, São Paulo - SP - CEP 01133-020

TERMO DE DELIBERAÇÃO

Precatória n°:	**0089908-25.2017.8.26.0050 - Controle 1888/2017**
Ré(u)(s):	**FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR e outros**
Data da Audiência:	**24/10/2017**

Presente o **Dr. André Pascoal da Silva, Promotor de Justiça.** Presente a **Dra. Isabel Maria Gomes Chagas Dias, OAB/SP 220.464, nomeada "ad hoc".** Presente a testemunha a ser inquirida, **E.F.A. Em seguida, pelo(a) MM(ª). Juiz(a) Dr(a). Tamara Priscila Tocci** foi deliberado o seguinte: devidamente cumprida, feitas as anotações necessárias, devolva-se ao Juízo deprecante com as nossas homenagens. Nada Mais. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu,_____Fernando Felipe Garcia Martins da Costa, Escrevente Técnico Judiciário, digitei, imprimi e subscrevi. São Paulo, 24 de outubro de 2017.

MM(ª). Juiz(a): assinatura digital

Dr. Promotor:

Dra. Defensora *ad hoc*:

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª. VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI – PIAUÍ

Autos nº: 000983-68.2013.8.18.0033
Crime de Tortura
Denunciados: Francisco Oliveira Silva Júnior, Luardo Cesar Magalhães, Lucas Klinger Marinho Leitão e Everaldo de Andrade Pereira.
Vítima: Ednardo Farias Albuquerque.

PARECER MINISTERIAL

O Ministério Público do Estado do Piauí, por intermédio de seu representante infra-assinado, vem, muito respeitosamente, manifestar-se, nos autos do processo acima mencionado, com fulcro nos fundamentos jurídicos e fáticos adiante expendidos.

Trata-se de ação penal pública incondicionada intentada pelo Ministério Público em desfavor de Francisco Oliveira Silva Júnior, Luardo Cesar Magalhães, Lucas Klinger Marinho Leitão e Everaldo de Andrade Pereira, todos policiais militares, acusados da prática do crime capitulado no art. 1º, II, da Lei nº 9.455/97.

A peça acusatória foi recebida, os réus citados e apresentaram resposta à acusação.

Em audiência de instrução, a defesa dos denunciados requereu a declinação da competência da justiça comum, com a consequente remessa do feito à Justiça Castrense (9º Vara da Comarca de Teresina-PI), razão pela qual o referido ato foi suspenso e os autos remetidos ao Ministério Público para necessária manifestação.

De fato, merece ser acolhido o pleito da defesa. Isso porque no dia 16/10/2017, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 13.491, de 13/10/2017, que alterou o Decreto-Lei nº 1.001/69 – Código Penal Militar (CPM), com vigência a partir de sua publicação. A referida Lei é composta por três artigos, e alterou, basicamente, o inciso II e os parágrafos 1º e 2º, todos do artigo 9º, do CPM.

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

A alteração do inciso II, do artigo 9º, do CPM, implica diretamente a atividade finalística das Promotorias Criminais e dos órgãos do Judiciário, vez que houve uma evidente ampliação (modificação) do conceito de crime militar. Vejamos o novo texto legal:

> Art. 9º Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:
>
> I - os crimes de que trata êste Código, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial;
>
> II – ***os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, quando praticados***: (Redação dada pela Lei nº 13.491, de 2017)
>
> a) por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado;
>
> b) ***por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil***;
>
> c) por militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou civil; (Redação dada pela Lei nº 9.299, de 8.8.1996)
>
> d) por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;
>
> e) por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar;
>
> f) revogada.

Agora, segundo o novel texto legal, é prescindível o crime estar capitulado no CPM – como assim previa a redação anterior deste dispositivo – para ser considerado militar. Basta que o delito tenha previsão na legislação penal comum (Código Penal ou Legislação Penal Especial), e que tenha sido praticado sob uma das situações previstas nas alíneas do inciso II, do art. 9º, do CPM.

Desta forma, passam a ser militares delitos que antes não eram assim definidos, como os crimes de tortura, abuso de autoridade, associação em organização criminosa, dentre outros.

Portanto, essa nova definição (ou ampliação) do conceito de crime militar, implica a mudança de competência para julgá-los, passando, por consequência, a ser da Justiça Militar Estadual o julgamento de, em regra, todos os crimes praticados por militares, independentemente de serem tipificados na legislação militar ou não comum.

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418
Num. 26719305 - Pág. 276

Ademais, as investigações destes delitos também ficariam a cabo da Polícia Judiciária Militar Estadual, e não mais da Polícia Civil dos Estados.

Sendo claro: o militar estadual (Polícia Militar e Bombeiros) em serviço, ou em razão de sua função, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, que cometer crimes de tortura ou de abuso de autoridade contra civil, ou qualquer outro delito definido na legislação penal (Código Penal ou Legislação Penal Especial), será processado e julgado pela Justiça Militar Estadual, e não pela Justiça Comum Estadual.

Com efeito, embora a alteração legislativa seja essencialmente penal - pois trouxe uma ampliação (modificação) do conceito de crime militar - ela traz inegáveis e profundas consequências processuais, a exemplo da modificação da competência (absoluta) para processar e julgar estes delitos.

Portanto, data vênia, a Lei 13.491/2017 tem aplicação imediata sobre as investigações e ações penais em trâmite. Havendo ação penal pública, em curso antes da vigência da Lei 13.491/2017, que apure crimes previstos na legislação penal (comum ou especial) e que tenham sido praticados por militares estaduais (Polícia Militar e Bombeiros) sob uma das hipóteses das alíneas do inciso II, do artigo 9º, do CPM, é de rigor seja declarada incompetente a Justiça Comum Estadual para julgamento do feito, devendo-se remeter todos os processos não julgados, na fase processual em que se encontrarem, à Justiça Castrense.

Desse modo, tendo em vista que os réus, policiais militares, são acusados de praticar o crime investigado quando em serviço, conforme pacificamente revelam as peças processuais, resta inconteste a competência da Justiça Castrense Estadual, razão pela qual o Ministério Público do Estado do Piauí, por seu agente infra-assinado, opina pelo DEFERIMENTO do requerimento apresentado, nos termos supra.

É a manifestação.

Piripiri (PI), 28 de novembro de 2017.

LUIZ ANTÔNIO FRANÇA GOMES
Promotor de Justiça

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA
Vítima: EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

DECISÃO

Trata-se de pedido de declinação de competência para a Justiça Castrense estadual, exercida pela 9ª vara da Justiça comum. Instado a se manifestar, o promotor exarou um excelente parecer, no qual explica com detalhes a recente mudança legislativa que culminou na incompetência deste juízo para o prosseguimento do processo.

A lei 13.491/17 deixou de exigir como condição ''sine qua non'' para a configuração de um crime militar que este esteja previsto também no CPM. Com a mudança legislativa, basta que a ocorrência delituosa tenha sido perpetrada quando existentes determinadas situações legais.

In casu, o crime em tela se enquadra no inciso II, alínea b, motivo pelo qual passa a ser competente para análise do delito a 9ª vara da Justiça comum estadual. Remeta-se os autos à vara competente para processo e julgamento dos crimes militares.

Intimações necessárias.

PIRIPIRI, 12 de dezembro de 2017

JOÃO BANDEIRA MONTE JÚNIOR
Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **18199247** e o código verificador **CDE85.8D3E2.B40D3.588CE.74B18.91FA2**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
1ª VARA DA COMARCA DE CAMPO MAIOR - 1VARCAMMAI
Rua Siqueira Campos, nº 372 - Bairro Centro - Fórum Des. Manoel Castelo Branco - CEP 64000-000
Campo Maior - PI - www.tjpi.jus.br

Manifestação Nº 8436/2019 - PJPI/COM/CAMMAI/FORCAMMAI/1VARCAMMAI

Senhor Juiz,

Tendo em vista que o réu LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES, se encontra atualmente lotado na comarca de TERESINA/PI e dado ao caráter itinerante das Cartas Precatórias, encaminho a presente Carta Precatória para o devido cumprimento .

Sendo que qualquer informação sobre referida Carta., expedida nos autos originais 0000983-68.2013.818.0033, deverá ser feita diretamente a Comarca de Piripiri-PI.

Outrossim, encaminho o presente despacho ao juízo Deprecante para conhecimento, uma vez que o encaminhamento da missiva à **esta Comarca** pode redundar em eventuais atrasos no início do cumprimento da diligência deprecada.

Sem mais para o momento, saudações.

Antonio de Pádua Oliveira da Silva

Escrivão Judicial(Mat. 423485-5/TJPI

Documento assinado eletronicamente por **Antonio de Pádua Oliveira da Silva**, **Analista Judiciário / Área Judiciária**, em 05/06/2019, às 10:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php informando o código verificador **1083798** e o código CRC **F8E0CC97**.

08/06/2019 09:51

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

19.0.000048989-4

Manifestação 8436 (108
Despacho (1083828)
Carta Precatória (1083E
Informação 32505 (110
Extrato (1108049) DIS1

Consultar Andamento

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
DISTRIBUIÇÃO DO 1º GRAU DA COMARCA DE TERESINA - DIS1GRATER
Pça Des. Edgard Nogueira s/n - Bairro Cabral - Centro Cívico - CEP 64000-830
Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Informação Nº 32505/2019 - PJPI/COM/TER/DIS1GRATER

Em resposta ao SEI Nº 48989-4, informo que a carta precatória foi distribuída sob o nº 0001428-47.2019.8.18.0172, á 10ª Vara Criminal de Teresina, conforme extrato em anexo.

Atenciosamente,

Vanessa Martins Cardoso

Distribuidora de 1º grau.

Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Martins Cardoso**, **Analista Judiciário / Área Judiciária**, em 18/06/2019, às 09:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php informando o código verificador **1107998** e o código CRC **88F1073C**.

Criado por jose.costa, versão 2 por jose.costa em 17/06/2019 09:08:53.

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

Partes Envolvidas

Deprecante	JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI-PI **Advogado(s):**
Deprecado	JUIZ DE DIREITO DA 10º VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA-PI **Advogado(s):**
Requerente	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI **Advogado(s):**

Visualizar todas as partes

Detalhes do Processo 0001428-47.2019.8.18.0172

Data da Abertura	11/06/2019 - 11:07
Natureza	CARTA CRIMINAL (PRECATORIAS, ORDEM E ROGATORIAS)
Classe	355 - Carta Precatória Criminal
Assunto(s)	11782 - Intimação
Valor da Ação	R$ 0,00 >> Verificar Boletos
Volume(s)	1
Documento(s)	1
Observação	CARTA PRECATÓRIA ITINERANTE(CAMPO MAIOR) DISTRIBUÍDA CONFORME DESPACHO DO MM. JUIZ DA 1º VARA DA COMARCA DE CAMPO MAIOR - PI, DRº LEANDRO EMÍDIO LIMA E SILVA FERREIRA DETERMINANDO A REMESSA DA PRESENTE CARTA PRECATÓRIA À COMARCA DE TERESINA-PI.
Comarca	TERESINA
Assistência Judiciária	Gratuita
Processo Prioritário	Não
Segredo de Justiça	Não
Justiça Itinerante	Não
Processo(s) Relacionados(s)	Nenhum
Status	± 11/06/2019 - 11:07 - TRAMITANDO (SEM SENTENÇA 1º GRAU)
Fase	± 11/06/2019 - 11:08 - TRAMITAÇÃO

Localização

Unidade Jurisdicional 10 Vara Criminal de Teresina - TERESINA

Sala	Estante	Prateleira	Caixa	Data
Sala de Audiência	36	E		13/06/2019 - 12:38

Observações

Testemunhas Envolvidas

Sem testemunhas cadastradas

Distribuições

11/06/2019 - 11:07 Sorteio

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

G S-J

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
DISTRIBUIÇÃO DO 1º GRAU DA COMARCA DE TERESINA - DIS1GRATER
Pça Des. Edgard Nogueira s/n - Bairro Cabral - Centro Cívico - CEP 64000-830
Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

983-68.2013.8.18.0033

Informação Nº 32505/2019 - PJPI/COM/TER/DIS1GRATER

Em resposta ao SEI Nº 48989-4, informo que a carta precatória foi distribuída sob o nº 0001428-47.2019.8.18.0172, á 10ª Vara Criminal de Teresina, conforme extrato em anexo.

Atenciosamente,

Vanessa Martins Cardoso

Distribuidora de 1º grau.

Documento assinado eletronicamente por Vanessa Martins Cardoso, Analista Judiciário / Área Judiciária, em 18/06/2019, às 09:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php informando o código verificador 1107998 e o código CRC 88F1073C.

19.0.000048989-4 1107998v2

09/10/2019 15:30

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE TERESINA

10ª VARA CRIMINAL
SECRETARIA DA 10ª VARA CRIMINAL DE TERESINA
CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL

ASSUNTO(S):

Objetos de cartas precatórias/de ordem - Intimação

Tipo da Distribuição	**Data da Distribuição**
SORTEIO	11/06/2019

DEPRECANTE:	**JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI-PI**
SEM ADVOGADO(A)S	
DEPRECADO:	**JUIZ DE DIREITO DA 10º VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TERES**
SEM ADVOGADO(A)S	
REQUERENTE:	**MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI**
SEM ADVOGADO(A)S	
REQUERIDO:	**LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO**
SEM ADVOGADO(A)S	
REQUERIDO:	**FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR**
SEM ADVOGADO(A)S	
REQUERIDO:	**LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO**
SEM ADVOGADO(A)S	
REQUERIDO:	**EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA**
SEM ADVOGADO(A)S	

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

0001586-26.2017.8.18.0076

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI
Rua Avelino Rezende 161, Fonte dos Matos, PIRIPIRI-PI

V- 07
F- 15

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA
<pre>Vitima: EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

CARTA PRECATÓRIA PARA INTERROGATÓRIO NO JUÍZO DEPRECADO E INTIMAÇÃO DA AUDIÊNCIA NO JUÍZO DEPRECANTE
PRAZO DE 40 (QUARENTA) DIAS

DEPRECANTE: Juizo de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI.
DEPRECADO: Juizo de Direito da Comarca de CAMPO MAIOR/PI.

O MM. Juiz de Direito da Vara supra DEPRECA a Vossa Excelência que, em exarando o seu cumpra-se, determine o cumprimento da finalidade abaixo transcrita:

FINALIDADE: PROCEDER O INTERROGATÓRIO DO RÉU LUARDO CESAR LIMA MAGALHÃES MELO, brasileiro, casado policial, RG nº 10.14345 PM/PI e CPF nº 005.887.533-60, residente e domiciliado na rua Avenida Cel Rafael Oliveira, 381, nessa cidade de Campo Maior - Piauí, para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 09/11/2017, às 09:30 horas, na sede do Juizo Deprecante.

ANEXOS: Denúncia, Resposta à acusação; Procuração e Ato proferido.

PROCURADOR: Funciona como advogado da parte acusado: cópia da procuração já anexada.

Eu, _____, MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PIRIPIRI, 2 de outubro de 2017

JOÃO BANDEIRA MONTE JÚNIOR
Juiz(a) de Direito da 1º Vara da Comarca de PIRIPIRI

Selo de Fiscalização e Autenticidade. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça. Estado do Piauí. Centro e Judiciário
ATO GRATUITO
ABO 50636

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PROCESSO Nº 0001586-26.2017.8.18.0026
CLASSE: Carta Precatória Criminal
DEPRECANTE: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI-PI, AUTOR: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO PIAUÍ
DEPRECADO: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMPO MAIOR - PI, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO

CERTIDÃO

Certifico o recebimento, na data de 04/10/2017, dos presentes autos vindos da Distribuição

CAMPO MAIOR, 5 de outubro de 2017

ROBERTO SANTOS DE DEUS
Analista Judicial - Mat. nº 3696

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento informando o identificador 17336113 e o código verificador 65EB3.2732A.8B8FA.947BD.A4B89.A4E1A

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMPO MAIOR
Rua Siqueira Campos, 372, CAMPO MAIOR-PI

PROCESSO Nº 0001586-26.2017.8.18.0026

MANDADO Nº 0001586-26.2017.8.18.0026.0001

CLASSE: Carta Precatória Criminal

Deprecante: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI-PI, AUTOR: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO PIAUÍ

Deprecado: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMPO MAIOR - PI, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de CAMPO MAIOR MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juizo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do acusado abaixo qualificado para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 09/11/2017 às 09h:30min, a realizar-se na 1ª Vara da Comarca de Piripiri/ PI (Fórum do Juizo Deprecante).

LOCAL: No Fórum local da Comarca de Piripiri/ PI (1ª Vara).

QUALIFICAÇÃO DO ACUSADO:
LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, CPF: 00588753360, nacionalidade: BRASILEIRO(A), estado civil: CASADO(A), endereço: RUA AVENIDA CEL. RAFAEL OLIVEIRA, 381 - bairro: CENTRO, CAMPO MAIOR-PI.

CUMPRA-SE, observando todas as formalidade legais e promovendo todas as diligências necessárias para a localização do intimando.

Eu, _____, ROBERTO SANTOS DE DEUS - Analista Judicial, digitei e subscrevo.

CAMPO MAIOR, 6 de outubro de 2017.

ROBERTO SANTOS DE DEUS
Analista Judicial

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento informando o identificador 17361254 e o código verificador D2A56.4E990.61B15.3FDD3.F0092.DF956.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMPO MAIOR
Rua Siqueira Campos, 372, CAMPO MAIOR-PI

PROCESSO Nº 0001586-26.2017.8.18.0026

MANDADO Nº 0001586-26.2017.8.18.0026.0002

CLASSE: Carta Precatória Criminal

Deprecante: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI-PI, AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO PIAUÍ

Deprecado: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMPO MAIOR - PI, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O (a) MM Juiz (a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de CAMPO MAIOR MANDA a qualquer dos Oficiais de Justiça deste Juizo, ou quem suas vezes fizer e for este apresentado, estando este devidamente assinado, que, em cumprimento ao presente mandado

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do acusado abaixo qualificado para comparecer à audiência de Instrução e Julgamento designada para 19/03/2018 às 13h 15min.

LOCAL: Rua Siqueira Campos, 372, CAMPO MAIOR-PI

QUALIFICAÇÃO DO ACUSADO:
LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, CPF 00588753360, nacionalidade BRASILEIRO(A), estado civil CASADO(A), endereço RUA AVENIDA CEL RAFAEL OLIVEIRA, 381 - bairro CENTRO, CAMPO MAIOR-PI

3342-9316

CUMPRA-SE, observando todas as formalidade legais e promovendo todas as diligências necessárias para a localização do intimando

Eu, _____, ROBERTO SANTOS DE DEUS - Analista Judicial, digitei e subscrevo

CAMPO MAIOR, 1 de março de 2018

ROBERTO SANTOS DE DEUS
Analista Judicial

Ciente em ____/____/_____

_____
Intimado/Citado

ATENÇÃO: A intimação/citação é pessoal, devendo o mandado ser entregue somente à pessoa acima qualificada.

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
CENTRAL DE MANDADOS DE CAMPO MAIOR

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em cumprimento ao presente mandado, após diligências realizadas com o fim de localizar a parte, vez que esta não mais reside no endereço consignado, e após contato com seus familiares, fora realizado contato telefônico com a parte, Sr. LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, por meio do celular numero 981429316, tendo este informado seu atual endereço, qual seja: LOTEAMENTO POUSADA DO SOL, QUADRA 20, CASA 04, BAIRRO: SÃO LUIZ, ficando acertado entre esta oficiala e a parte seu comparecimento ao endereço para cumprimento do mandado. Ocorre que, ao realizar novo contato, com o fim de combinar dia e hora para o cumprimento, tendo em vista a parte ter informado que trabalhava em Teresina, a mesma já não mais apresentou interesse em receber a intimação, alegando que esta era nula, pois deveria ter sido encaminhada ao seu superior hierarquico, haja vista que era policial, e que seu advogado iria anular o ato, sendo a parte, in continenti, alertada que esta deveria receber o mandado, e que, caso assim entendesse, deveria contestar a posteriori, mas que, naquele momento, deveria receber o mandado. Ocorre que, após a finalização da conversa, a parte não mais atendeu as ligações posteriores, nem esteve presente no endereço informado, sendo realizadas várias diligências estando a casa sempre fechada. Ante o exposto, devolvo o mandado para as providências que entender necessárias. **DOU FÉ.**

Campo Maior (PI), 16 de março de 2018.

Analista Judiciário/Oficiala de Justiça Avaliadora
Cláudia Maria Veras da Silva
Matrícula 3328

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMPO MAIOR

PROCESSO Nº: 0001586-26.2017.8.18.0026

CLASSE: Carta Precatória Criminal

Deprecante: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI-PI. AUTOR: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO PIAUÍ

Deprecado: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMPO MAIOR - PI. LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO

DESPACHO

Redesigno audiência para inquirição de interrogatório para o dia 03 de dezembro de 2018, às 12h30min, no Fórum local. Oficie-se ao juízo de origem informando a data da audiência.

Intime-se. Notifique-se o Promotor de Justiça.

Observe a Secretaria da Vara que a pessoa a ser interrogada é Policial Militar, devendo proceder a correta intimação deste, requisitando-o à autoridade superior.

Proceda-se às comunicações de estilo, inclusive ao Juízo Deprecante.

CAMPO MAIOR, 18 de outubro de 2018

MÚCCIO MIGUEL MEIRA
Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de CAMPO MAIOR

ThemisWeb Assinatura Eletrônica

Documento assinado eletronicamente por MÚCCIO MIGUEL MEIRA, Juiz(a), em 18/10/2018, às 10:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento informando o identificador **22360095** e o código verificador **EE5A1.BCFA0.2CA17.2CCD8.5A0A6.1D2C0**

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PROCESSO Nº: 0001586-26.2017.8.18.0026
CLASSE: Carta Precatória Criminal
Deprecante: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI-PI, AUTOR: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO PIAUÍ
Deprecado: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMPO MAIOR - PI, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO

OFÍCIO Nº _____ / _____

CAMPO MAIOR, 13 de abril de 2019.

AO ILMO. SR.
COMANDANTE DO 15º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
CAMPO MAIOR/ PI

Assunto: Requisitando Policial Militar para audiência.

Prezado Senhor,

De ordem do M.M. Juiz de Direito da Comarca de Campo Maior/ PI, ***Dr. Múccio Miguel Meira***, venho por meio deste REQUISITAR o Policial Militar: LUARDO CESAR LIMA MAGALHÃES MELO, **para audiência de inquirição do mesmo**, designada para o **dia 22/05/2019 às 10h:05min,** a realizar-se no Fórum local.

Atenciosamente,

ROBERTO SANTOS DE DEUS
Analista Judicial - Mat. 3696

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **24714244** e o código verificador **1187E.E2593.370AC.F87FB.B9CF9.7C546**

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMPO MAIOR

PROCESSO Nº 0001586-26.2017.8.18.0026
CLASSE: Carta Precatória Criminal
Deprecante: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI-PI, AUTOR: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO PIAUÍ
Deprecado: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMPO MAIOR - PI, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO

CERTIDÃO

Certifico que a audiência designada para o dia 22/05/2019 não foi realizada em razão da pessoa a ser ouvida não encontrar-se mais lotada no BPM desta cidade, conforme informado pelo Comando do15º BPM, via ofício nº 242/AJD/2019, juntado aos autos.

CAMPO MAIOR, 31 de maio de 2019

CRISTIANE CUNHA QUEIROZ ARAÚJO
Escrivão(ã) - Mat. nº 3817

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento informando o identificador 25440778 e o código verificador A23D1.7E1E2.B870D.1D243.B3E02.67669.

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMPO MAIOR

PROCESSO Nº: 0001586-26.2017.8.18.0026
CLASSE: Carta Precatória Criminal
Deprecante: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI-PI, AUTOR: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO PIAUÍ
Deprecado: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMPO MAIOR - PI, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de CAMPO MAIOR, Dr.(a) MÚCCIO MIGUEL MEIRA para despacho.

CAMPO MAIOR, 31 de maio de 2019

CRISTIANE CUNHA QUEIROZ ARAÚJO
Escrivão(ã) - Mat. nº 3817

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento informando o identificador 25440896 e o código verificador E6016.656A0.0064C.533B3.B9A15.913A6.

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PROCESSO Nº 0001428-47.2019.8.18.0172
CLASSE: Carta Precatória Criminal
Deprecante: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI-PI, MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Deprecado: JUIZ DE DIREITO DA 10º VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA-PI, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA, Dr (a) ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA .Do que, para constar, lavro este termo.

TERESINA, 13 de junho de 2019

MATEUS DE CARVALHO LIMA
Estagiário(a) - Mat. nº 28178

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **25646765** e o código verificador **60F65.1531B.8E25E.589AC.2CFCA.ADF4C**.

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 10ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0001428-47.2019.8.18.0172

CLASSE: Carta Precatória Criminal

Deprecante: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI-PI, MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Deprecado: JUIZ DE DIREITO DA 10º VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA-PI, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

DESPACHO

CUMPRA-SE, na forma deprecada, informando ao Juízo Deprecante, via malote digital, do presente despacho.

Após o cumprimento, comunique-se imediatamente ao Juizo Deprecante via email ou malote digital, e devolva-se a este com as nossas homenagens.

TERESINA, 24 de junho de 2019

ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA
Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

ThemisWeb Assinatura Eletrônica

Documento assinado eletronicamente por ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA, Juiz(a), em 24/06/2019, às 10:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **25759108** e o código verificador **9803D.FC245.59B52.7E0FB.0189C.CF4AA**.

PROCESSO Nº: 0001428-47.2019.8.18.0172

CLASSE: Carta Precatória Criminal

Deprecante: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI-PI, MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Deprecado: JUIZ DE DIREITO DA 10º VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA-PI, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

DESPACHO

Em razão da perda de objeto, devolva-se a presente carta precatória ao Juízo Deprecante com as cautelas e homenagens de estilo, dando baixa nos registros.

Cumpra-se.

TERESINA, 4 de outubro de 2019

ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA
Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

ThemisWeb Assinatura Eletrônica

Documento assinado eletronicamente por ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA, Juiz(a), em 03/10/2019, às 10:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **27263918** e o código verificador **3DAB3.3FE0D.D9421.EDCFE.3B5A4.B4C0D**.

PROCESSO Nº 0001428-47.2019.8.18.0172
CLASSE: Carta Precatória Criminal
Deprecante: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI-PI, MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Deprecado: JUIZ DE DIREITO DA 10º VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA-PI, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

CERTIDÃO DE BAIXA

Certifico que procedi com a devida baixa dos presentes autos, no sistema Themis Web.

TERESINA, 29 de janeiro de 2020

ANANDA CAMILA RIBEIRO COSTA
Estagiário(a) - Mat. nº 29210

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **28494863** e o código verificador **86D6A.09ED7.6989F.426B8.A0161.A714E**.

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

CERTIDÃO

Devolvidos do Gabinete

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **30423862** e o código verificador **8D795.60D4C.3A018.5B3EA.B4E64.2193D**.

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA
Vítima: EDNARDO FARIAS ALBUQUERQUE

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de PIRIPIRI, Dr.(a) ANTONIO FRANCISCO GOMES DE OLIVEIRA para despacho.

PIRIPIRI, 15 de dezembro de 2020

MARCIA REJANE FURTADO COELHO VIANA
Analista Judicial - Mat. nº 4129393

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **30765165** e o código verificador **CA055.5E7EE.5FDFA.A5B00.CA2AB.17136**.

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

CERTIDÃO

Certifico a remessa destes autos, por redistribuição, à 9ª Vara Criminal de teresina-PI, nesta data.

PIRIPIRI, 28 de dezembro de 2020

REJANE MARIA SILVA OLIVEIRA
Secretário(a)

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **30804679** e o código verificador **B6937.6106B.34541.8379C.A5D2F.0A22B**.

21.0.000001963-9

Processo (2135625) 1V

Vídeo (2135688) 1VARP

Consultar Andamento

Histórico do Processo 21.0.000001963-9

Ver histórico completo

Lista de Andamentos (2 registros):

Data/Hora	Unidade	Usuário	Descrição
12/01/2021 11:46	9VARJUIMILTER	regiomar	Processo remetido pela unidade 1VARPIR
12/01/2021 11:27	1VARPIR	regiomar	Processo público gerado

DESCRIÇÃO: REDISTRIBUIÇÃO
OBSERVAÇÕES: Redistribuído por sorteio em razão de incompetência

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO, EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA

CERTIDÃO

Certifico que em 02/02/2021, os Autos foram recebidos, via correios, da Comarca de Piripiri. O referido é verdade e dou fé.

TERESINA, 12 de fevereiro de 2021.

ANTONIO FRANCISCO GONÇALVES DO NASCIMENTO
Servidor Designado - Mat. nº 027227-2

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **31024060** e o código verificador **F0FC7.0602A.7E19C.66343.BE237.51936**.

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO
Vítima: EDNARDO FARIAS ALBURQUERQUE

DESPACHO

Trata-se de processo oriundo da 1ª Vara da Comarca de Piripiri - PI cujo declínio da competência se deu em razão da alteração da Lei nº 13.491/17, em seu art. 9º, II, "b", conforme Decisão de fls. 125.

"***Art. 9º*** *Consideram-se crimes militares, em tempo de paz:*
II *– os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, quando praticados:*
(Redação dada pela Lei nº 13.491, de 2017)
b) *por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil";*

Nesse sentido, o feito em análise, que consta na Denúncia de fls. (enquadra como crime militar.

Ante todo o exposto, **FIXO A COMPETÊNCIA DESTE . PROCESSAR E JULGAR O FEITO, ASSENTINDO COM A CONCLUSÃO EMANADA DO JUÍZO DA 1ª VARA DE PIRIPIRI-PI.**

Intime-se o Ministério Público para se manifestar acerca da ratifica ou não dos atos já praticados neste processo-crime.

Expedientes necessários.
P. R. I.
Cumpra-se.

TERESINA, 23 de fevereiro de 2021

ThemisWeb Assinatura Eletrônica
Documento assinado eletronicamente por VALDÊNIA MOURA MARQUES DE SÁ, Juiz(a), em 23/02/2021, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **31090387** e o código verificador **E5CEA.89636.37FE2.323A7.415E7.A31AD**.

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

VALDENIA MOURA MARQUES DE SÁ
Juiz(a) de Direito Titular da 9ª Vara Criminal (Justiça Militar) da Comarca de TERESINA

ThemisWeb Assinatura Eletrônica

Documento assinado eletronicamente por VALDÊNIA MOURA MARQUES DE SÁ, Juiz(a), em 23/02/2021, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **31090387** e o código verificador **E5CEA.89636.37FE2.323A7.415E7.A31AD**.

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

TERMO DE CARGA/VISTA

Faço remessa, na presente data, dos autos do processo número 0000983-68.2013.8.18.0033 entregues em carga/vista a(o) Sr.(a) : DEMAIK RIBEIRO GONÇALVES ARAUJO-SERVIDOR CORREG. TJPI.

TERESINA, 29 de julho de 2021

LENILSON SANTANA ARAÚJO
Servidor Designado - Mat. nº 999346-1

_____

Assinatura do Recebedor

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **31886314** e o código verificador **6D30E.056AB.FCA3E.4EA50.7E22B.C9E31**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 9ª VARA CRIMINAL DE TERESINA/PI

Distribuição nº 0000983-68.2013.8.18.0033

Cuida-se de processo penal em que o PM FRANCISCO OLIVEIRA SILVA JÚNIOR e outros policiais militares foram denunciados pelo crime de tortura (art. 1º, inc. II, da Lei nº 9.455/1997), conforme os fatos narrados na inicial acusatória.

O presente processo estava em curso no Juízo da 1ª Vara da Comarca de Piripiri – PI. Entretanto, com o advento da Lei nº 13.491/2017, aquele juízo declinou da competência para o feito, tendo só autos sido encaminhados à 9ª Vara Criminal de Teresina.

Vieram os autos com o despacho registrado no Themis Web em 25/02/2021 – 08:21, em que o Juízo da 9ª Vara Criminal de Teresina reconhece sua competência para o feito.

Com efeito, não há dúvida que, em decorrência da Lei nº 13.491/2017, o presente processo é de competência da Justiça Militar.

A denúncia narra fato em que, estando de serviço, os denunciados torturam civil.

A mudança de competência, no caso em tela, não

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA

afetou a tipificação, não se fazendo necessário aditar a denúncia.

Assim, o Ministério Público requer que seja dado regular prosseguimento ao feito, ratificando-se os atos processuais já praticados.

Pede deferimento.

Teresina, 02 de agosto de 2021

ASSUERO STEVENSON PEREIRA OLIVEIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA TITULAR
DA 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Assinado digitalmente na forma da Lei 11.419/2006 por ASSUERO STEVENSON PEREIRA OLIVEIRA em: 02/08/2021 11:07.

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 9ª Vara Criminal (Justiça Militar)
COMARCA DE TERESINA
Av.Higino Cunha, 1750, QCG PMPI Bairro Ilhotas, TERESINA-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Nº Protocolo 0000983-68.2013.8.18.0033.5001
Data: 02/08/2021 11:21

PROTOCOLO DE PETIÇÃO ELETRÔNICO

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí certifica como recebida de forma eletrônica a petição sob o número de protocolo 0000983-68.2013.8.18.0033.5001 para o processo de nº 0000983-68.2013.8.18.0033, a qual possui um total de 2 página(s).

Documento(s) assinado(s) eletronicamente por:

- ASSUERO STEVENSON PEREIRA OLIVEIRA:32447523300 (CPF: 32447523300)

TERESINA- PI, 02 de Agosto de 2021, às 11:21 horas.

Nº documento: 3040775615001
Código verificador: TWMNI.84131.C880F.09405.E87F8

A autenticidade deste termo e o inteiro teor dos documentos enviados podem ser verificados em:
http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento

TERMO DE RECEBIMENTO

CERTIFICO que na presente data recebi os autos do processo número 0000983-68.2013.8.18.0033, entregues em carga a(o) Sr.(a) : DEMAIK RIBEIRO GONÇALVES ARAUJO-SERVIDOR CORREG. TJPI.

TERESINA, 3 de agosto de 2021

KELSON LEONARDO CRAVEIRO DA SILVA
Escrivão(ã) - Mat. nº 29328

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **31908168** e o código verificador **D71C9.44781.132CF.9A44A.94CBE.20653**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 9ª Vara Criminal (Justiça Militar)
COMARCA DE TERESINA
Av.Higino Cunha, 1750, QCG PMPI Bairro Ilhotas, TERESINA-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Nº Protocolo 0000983-68.2013.8.18.0033.5001
Data: 02/08/2021 11:21

PROTOCOLO DE PETIÇÃO ELETRÔNICO

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí certifica como recebida de forma eletrônica a petição sob o número de protocolo 0000983-68.2013.8.18.0033.5001 para o processo de nº 0000983-68.2013.8.18.0033, a qual possui um total de 2 página(s).

Documento(s) assinado(s) eletronicamente por:

- ASSUERO STEVENSON PEREIRA OLIVEIRA:32447523300 (CPF: 32447523300)

TERESINA- PI, 02 de Agosto de 2021, às 11:21 horas.

Nº documento: 3040775615001
Código verificador: TWMNI.84131.C880F.09405.E87F8

A autenticidade deste termo e o inteiro teor dos documentos enviados podem ser verificados em:
http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO
Vítima: EDNARDO FARIAS ALBURQUERQUE

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Criminal (Justiça Militar) da Comarca de TERESINA, Dr.(a) VALDENIA MOURA MARQUES DE SÁ para despacho.

TERESINA, 20 de agosto de 2021

TERESA CRISTINA GOMES BEZERRA
Servidor Designado - Mat. nº 00750827300

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **32004898** e o código verificador **5FC54.067CC.18F68.0D3E5.6576C.F3C15**.

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO
Vítima: EDNARDO FARIAS ALBURQUERQUE

DESPACHO

Nos termos do Despacho de fls. 149, foi fixada a competência desta Justiça Militar para processar e julgar o feito, tendo em vista tratar-se de crime militar.

Por meio da petição de fls. 152, o Ministério Público requereu que seja dado regular prosseguimento ao feito, ratificando-se os atos processuais já praticados.

INTIME-SE A DEFESA DOS RÉUS PARA SE MANIFESTAR ACERCA DA RATIFICAÇÃO OU NÃO DOS ATOS JÁ PRATICADOS PARA PROSSEGUIMENTO REGULAR DO FEITO COM A DEVIDA DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO.

Expedientes necessários.

P. R. I.

Cumpra-se.

TERESINA, 13 de setembro de 2021

VALDENIA MOURA MARQUES DE SÁ
Juiz(a) de Direito Titular da 9ª Vara Criminal (Justiça Militar) da Comarca de TERESINA

ThemisWeb Assinatura Eletrônica

Documento assinado eletronicamente por VALDÊNIA MOURA MARQUES DE SÁ, Juiz(a), em 13/09/2021, às 14:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **32124468** e o código verificador **E6093.E13CD.9157E.86642.27DA0.B63BE**.

Processo nº 0000983-68.2013.8.18.0033
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Réu: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO
Advogado(s):

A Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina, de ordem da MMª Juíza de Direito Titular, Dra. VALDÊNIA MOURA MARQUES DE SÁ, nos termos do Provimento nº 07/2012, da Corregedoria Geral de Justiça do Piauí, **INTIMA o Advogado de Defesa: FRANCISCO WALTER DE AMORIM MENESES JUNIOR AOB/PI 5641 , para se manifestar sobre carta despacho de fls. 154 dos autos, no prazo de 05 (cinco) dias.** Quartel do Comando Geral da PMPI QCG, situado na Av. Higino Cunha nº 1750, bairro Ilhotas. Teresina (PI), aos 13 (treze) dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um. Eu, Maria Oneide Oliveira Dias, Serventuária, digitei e subscrevo.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **32289411** e o código verificador **23B5B.AF2F2.457A4.A3049.0085A.764E4**.

DESCRIÇÃO: DISPONIBILIZAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO
OBSERVAÇÕES: Movimentação automática.

Processo Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí certifica que o(a) AVISO movimentado(a) no sistema em 13/10/2021 foi disponibilizado(a) no Diário nº 9236, página 94, na Quarta-feira, 13 de Outubro de 2021, computando-se a publicação na Quinta-feira, 14 de Outubro de 2021. Este documento é emitido eletronicamente junto ao Sistema ThemisWEB e a veracidade de sua informação poderá ser verificada no referido periódico.

TERESINA, 15 de outubro de 2021

CONTEÚDO DA PUBLICAÇÃO

Processo nº 0000983-68.2013.8.18.0033
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Réu: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO
Advogado(s):
A Secretaria da 9ª Vara Criminal de Teresina, de ordem da MMª Juíza de Direito Titular, Dra. VALDÊNIA MOURA MARQUES DE SÁ, nos termos do Provimento nº 07/2012, da Corregedoria Geral de Justiça do Piauí, **INTIMA o Advogado de Defesa: FRANCISCO WALTER DE AMORIM MENESES JUNIOR AOB/PI 5641 , para se manifestar sobre carta despacho de fls. 154 dos autos, no prazo de 05 (cinco) dias.** Quartel do Comando Geral da PMPI ? QCG, situado na Av. Higino Cunha nº 1750, bairro Ilhotas. Teresina (PI), aos 13 (treze) dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um. Eu, Maria Oneide Oliveira Dias, Serventuária, digitei e subscrevo.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO DA 9ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA – PI.

Processo Referência nº 0000983-68.2013.8.18.0033

Trata-se do processo penal em que o PM EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA e outros, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, por meio de sua advogada *in fine* assinado, vem, mui respeitosamente, perante Vossa Excelência, se MANIFESTAR pela RATIFICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS JÁ PRATICADOS no presente feito.

Manifesta ciência também do despacho registrado no Themis Web em 25/02/2021 – 08:21, em que o Juízo da 9ª Vara Criminal de Teresina reconhece sua competência para o feito. Com efeito, não há dúvida que, em decorrência da Lei nº 13.491/2017, o presente processo é de competência da Justiça Militar.

Nesses Termos,
Pede e Espera Deferimento.

Teresina - PI, 25 de outubro de 2021.

Francisco Walter Amorim Meneses Júnior
Advogado – OAB/PI

Av. Higino Cunha, n.º 732, bairro Ilhotas, Teresina-PI
Fone: (86) 3215-4160/ (86) 98833-8899
www.jurismilitaris.com.br

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 9ª Vara Criminal (Justiça Militar)
COMARCA DE TERESINA
Av.Higino Cunha, 1750, QCG PMPI Bairro Ilhotas, TERESINA-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Nº Protocolo 0000983-68.2013.8.18.0033.5002
Data: 25/10/2021 17:33
Advogado(a) manifestante: ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA

PROTOCOLO DE PETIÇÃO ELETRÔNICO

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí certifica como recebida de forma eletrônica a petição sob o número de protocolo 0000983-68.2013.8.18.0033.5002 para o processo de nº 0000983-68.2013.8.18.0033, a qual possui um total de 1 página(s).

Documento(s) assinado(s) eletronicamente por:

- FRANCISCO WALTER DE AMORIM MENESES JUNIOR (CPF: 00095219331)

TERESINA- PI, 25 de Outubro de 2021, às 17:33 horas.

Nº documento: 30407756150002
Código verificador: TWMNI.81CE9.CFE3E.374CA.6DD3A

A autenticidade deste termo e o inteiro teor dos documentos enviados podem ser verificados em:
http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 9ª Vara Criminal (Justiça Militar)
COMARCA DE TERESINA
Av.Higino Cunha, 1750, QCG PMPI Bairro Ilhotas, TERESINA-PI

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Nº Protocolo 0000983-68.2013.8.18.0033.5002
Data: 25/10/2021 17:33
Advogado(a) manifestante: ENEDINA GIZELI ALBANO MOURA

PROTOCOLO DE PETIÇÃO ELETRÔNICO

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí certifica como recebida de forma eletrônica a petição sob o número de protocolo 0000983-68.2013.8.18.0033.5002 para o processo de nº 0000983-68.2013.8.18.0033, a qual possui um total de 1 página(s).

Documento(s) assinado(s) eletronicamente por:

- FRANCISCO WALTER DE AMORIM MENESES JUNIOR (CPF: 00095219331)

TERESINA- PI, 25 de Outubro de 2021, às 17:33 horas.

Nº documento: 30407756150002
Código verificador: TWMNI.81CE9.CFE3E.374CA.6DD3A

A autenticidade deste termo e o inteiro teor dos documentos enviados podem ser verificados em:
http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO
Vítima: EDNARDO FARIAS ALBURQUERQUE

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Criminal (Justiça Militar) da Comarca de TERESINA, Dr.(a) VALDENIA MOURA MARQUES DE SÁ para designação de audiência .

TERESINA, 11 de novembro de 2021

LENILSON SANTANA ARAÚJO
Servidor Designado - Mat. nº 999346-1

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **32429170** e o código verificador **72B1E.75B3B.B2E0D.B94FE.7AC93.28CAD**.

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO
Vítima: EDNARDO FARIAS ALBURQUERQUE

DESPACHO

Vistos.

Compulsando os autos verifico que não foi identificada a patente dos acusados no presente feito.

Deste modo, sendo tal informação imprescindível para a determinação da competência do orgão julgador da demanda, certifique-se a Secretaria quanto a patente ocupada pelos acusados no momento do crime.

Expedientes necessários.

TERESINA, 2 de dezembro de 2021.

RAIMUNDO JOSE DE MACAU FURTADO
Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Criminal (Justiça Militar) da Comarca de TERESINA

ThemisWeb Assinatura Eletrônica

Documento assinado eletronicamente por RAIMUNDO JOSÉ DE MACAU FURTADO, Juiz(a), em 02/12/2021, às 10:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **32535135** e o código verificador **FC3ED.ABBD3.C7CC1.AFC63.728E0.13EFD**.

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO

CERTIDÃO

Certifico que no momento do crime a patente dos acusados eram : **EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA- 1º sargento pm ; FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR- soldado pm ; LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO- soldado pm; LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO - soldado pm.** O referido é verdade e dou fé**.**

TERESINA, 10 de janeiro de 2022

KELSON LEONARDO CRAVEIRO DA SILVA
Escrivão(ã) - Mat. nº 29328

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **32598163** e o código verificador **D8E69.7DA99.44776.723B0.DB8CE.615F7**.

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO
Vítima: EDNARDO FARIAS ALBURQUERQUE

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Criminal (Justiça Militar) da Comarca de TERESINA, Dr.(a) VALDENIA MOURA MARQUES DE SÁ para designação de audiência .

TERESINA, 10 de janeiro de 2022

KELSON LEONARDO CRAVEIRO DA SILVA
Escrivão(ã) - Mat. nº 29328

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **32598195** e o código verificador **62A9F.FBA33.051EE.EE611.B2239.5AB41**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 9ª VARA CRIMINAL (JUSTIÇA MILITAR) DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO
Vítima: EDNARDO FARIAS ALBURQUERQUE

DESPACHO

Trata-se de processo oriundo da 1ª Vara da Comarca de Piripiri - PI cujo declínio da competência se deu em razão da alteração da Lei nº 13.491/17, em seu art. 9º, II, "b", conforme Decisão de fls. 125.

Este juízo fixou a competência para processar e julgar o feito (despacho de 25/02/2021).

O Representante do Ministério Público e a defesa ratificaram os atos processuais já praticados (Protocolos de Petição Eletrônico. Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.5001 e Nº 0000983-68.2013.8.18.0033.5002).

Ademais, verifica-se que os autos encontram-se em fase de realização de audiência de instrução, tendo sido, até o momento, inquirida apenas a vítima Ednardo Farias Albuquerque (Carta Precatória juntada aos autos em 01/12/2017).

Ante o exposto, **DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO nos presentes autos para o dia 12/09/2022 às 11:20 horas.**

P. R. I.
Cumpra-se.

TERESINA, 23 de fevereiro de 2022

VALDÊNIA MOURA MARQUES DE SÁ
Juíza de Direito Titular da 9ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA (Justiça Militar)

ThemisWeb Assinatura Eletrônica
Documento assinado eletronicamente por VALDÊNIA MOURA MARQUES DE SÁ, Juiz(a), em 23/02/2022, às 14:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **32815849** e o código verificador **899EE.20EE5.BC403.3D8DC.F7083.7B5ED**.

Assinado eletronicamente por: AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 - 28/04/2022 11:41:09
https://tjpi.pje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042811410594800000025172418
Número do documento: 22042811410594800000025172418

DESCRIÇÃO: AUDIÊNCIA
OBSERVAÇÕES: Audiência instrução designada para 12/09/2022 11:20 sala de audiências da 9ª vara criminal.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 9ª VARA CRIMINAL (JUSTIÇA MILITAR) DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Réu: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 1º e 2º, I, do Provimento Conjunto nº 38/2021 da Corregedoria e Presidência deste Tribunal de Justiça, que disciplina sobre a virtualização integral dos processos criminais físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 28 de abril de 2022

HYGOR JUNIOR ALVES GOMES
Cedido Polícia Militar - 30809

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **33027743** e o código verificador **2F6B1.6CE6D.628FC.03273.62692.0CC9A**.

PROCESSO Nº 0000983-68.2013.8.18.0033
CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Réu: EVERALDO DE ANDRADE PEREIRA, FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA JUNIOR, LUARDO CESAR LIMA MAGALHAES MELO, LUCAS KLINGER MARINHO LEITÃO

CERTIDÃO

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 2º, V, do Provimento Conjunto nº 38/2021 de 13 de abril de 2021.

TERESINA, 28 de abril de 2022

HYGOR JUNIOR ALVES GOMES
Cedido Polícia Militar - Mat. nº 30809

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento** informando o identificador **33027750** e o código verificador **73239.A4EA5.2194C.D225E.FDCAA.23F6F**.